COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS
DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

J. N. Ferreira Dias Jr.

LINHA DE RUMO I e II
E OUTROS
ESCRITOS ECONÓMICOS

1926-1962

Tomo II

BANCO DE PORTUGAL

LINHA DE RUMO I e II
E OUTROS ESCRITOS ECONÓMICOS

Colecção de Obras Clássicas
do Pensamento Económico Português

20

J. N. Ferreira Dias Jr.

LINHA DE RUMO I e II
E OUTROS ESCRITOS ECONÓMICOS
(1926 - 1962)

Tomo II

Introdução e Direcção de Edição
José Maria Brandão de Brito

Lisboa • Banco de Portugal • 1998

© copyright Banco de Portugal, Lisboa, 1998
Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Capa e orientação gráfica de A. Pedro
Fotocomposição, impressão e acabamento de Mirandela — Artes Gráficas S.A.
Tiragem: 1750 exemplares
ISBN: 972-9479-48-8
Depósito Legal n.º 125103/98

COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Concepção e realização: **CISEP** (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).
Coordenador Geral: **José Luís Cardoso**.
Consultor Principal: **Manuel Jacinto Nunes**.
Patrocínio Financeiro: **Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian**.

1. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas conquistas* (1789-1815). Tomos I a V.
Direcção de Edição: **José Luís Cardoso**.

2. Joaquim José Rodrigues de Brito, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal.* (1803-1805).
Direcção de Edição: **José Esteves Pereira**.

3. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas Colónias* (1794).
Direcção de Edição: **Jorge Miguel Pedreira**.

4. M.J.R., *Economia Política* (1795).
Direcção de Edição: **Armando Castro**.

5. José da Silva Lisboa, *Escritos Económicos Escolhidos* (1804-1820). Tomos I e II.
Direcção de Edição: **António Almodovar**.

6. Manuel de Almeida, *Compêndio de Economia Política* (1821).
Direcção de Edição: **Maria de Fátima Brandão**.

7. D. Rodrigo de Souza Coutinho, *Textos Políticos, Económicos e Financeiros* (1783-1811). Tomos I e II.
Direcção de edição: **Andrée Mansuy Diniz Silva**.

8. Domingos Vandelli, *Aritmética Política, Economia e Finanças* (1770--1804).
Direcção de Edição: **José Vicente Serrão.**

9. José Ferreira Borges, *Sintelologia e Economia Política* (1831-1834).
Direcção de Edição: **António L. Sousa Franco.**

10. Adrião Forjaz de Sampaio, *Estudos e Elementos de Economia Política* (1839-1874). Tomos I e II.
Direcção de Edição: **Alcino Pedrosa.**

11. Francisco Solano Constâncio, *Leituras e Ensaios de Economia Política* (1808-1842).
Direcção de Edição: **José Luís Cardoso.**

12. António de Sousa Horta Sarmento Osório, *A Matemática na Economia Pura: a Troca* (1911).
Direcção de Edição: **Manuel Farto.**

13. Silvestre Pinheiro Ferreira, *Textos Escolhidos de Economia Política e Social* (1813-1851).
Direcção de Edição: **José Esteves Pereira.**

14. J. J. Rodrigues de Freitas, *Obras Económicas Escolhidas* (1872-1889). Tomos I e II.
Direcção de Edição: **António Almodovar.**

15. José Frederico Laranjo, *Princípios de Economia Política* (1891).
Direcção de Edição: **Carlos Bastien.**

16. A. Oliveira Salazar, *O Ágio do Ouro e Outros Textos Económicos* (1916-1918)
Direcção de Edição: **Nuno Valério.**

17. José Ferreira Marnoco e Sousa, *Ciência Económica* (1910)
Direcção de Edição: **Maria de Fátima da Silva Brandão.**

18. Anselmo de Andrade, *Portugal Económico e Outros Escritos Económicos e Financeiros* (1911-1925).
Direcção de Edição: **David Justino.**

19. Ezequiel de Campos, *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial* (1918-1944).
Direcção de Edição: **Fernando Rosas.**

20. J. N. Ferreira Dias Jr., *Linha de Rumo I e II e Outros Escritos Económicos* (1926-1962).
Direcção de Edição: **José Maria Brandão de Brito.**

ÍNDICE

Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa. Vol. II

Prefácio 3

Capítulo IV - *A reorganização das indústrias existentes* 29
36 - Abertura 29
37 - Falsas noções sobre concentração industrial 36
38 - A verdadeira concentração industrial 46
39 - Defeitos da concentração industrial 59
40 - A modernização do equipamento 75
41 - A base científica da indústria 85
42 - A especialização 98
43 - A normalização 104
44 - Os edifícios industriais 109
45 - A indústria caseira 112
46 - A mão-de-obra 119
47 - A protecção à indústria nacional 126
48 - Os preços 134
49 - O condicionamento industrial 140
50 - Uma indústria concentrada: a vidraça 150
51 - Uma indústria melhorada: os lacticínios 160
52 - Realidade e romantismo 164
53 - Política industrial 176
54 - O plano de fomento 188

Capítulo V - *A electrificação* 199
55 - Apresentação 199
56 - Duas linhas de História 207
57 - Objectivos da electrificação 210
58 - Os custos da produção 219
59 - Critérios tarifários 233
60 - Tarifas e organização 243
61 - A electroquímica 254

62 - O custo do transporte 274
63 - A energia barata 279
64 - As tarifas do Porto 284
65 - As tarifas de Lisboa 294
66 - Remate 300

LINHA DE RUMO

NOTAS DE ECONOMIA PORTUGUESA

VOLUME II

PREFÁCIO

1 — Este prefácio, ao que penso, não contém nada de particular; é daqueles de que é legítimo duvidar se merecem a honra de ser lidos. Foi escrito no fim de tudo e posto à cabeça do volume como qualquer vulgar prefácio; propõe-se fazer, sem largas ambições, a apresentação do texto, e falta-lhe talvez, pela singeleza da missão, aquele fio de pitoresco ou de inofensiva irreverência que torna certas leituras suportáveis. Previne-se honestamente o leitor.

Sai com grande atraso este volume. A intensidade e dispersão de vida, nem sempre alegre, em que consumi os últimos anos, não me deram largas para cumprir mais cedo a promessa de acabar este livro, feita em época mais serena. Julgo até provável que o texto se ressinta da demora e da mudança, receio que pareça descosido, remendado, a acusar uma confecção intermitente e irregular, onde se intercalam de quando em quando meses de total abandono. Certa dúvida sobre a utilidade deste segundo volume e do esforço de o escrever aumentou algumas vezes a natural falta de disposição para retomar assuntos longamente esquecidos e ajudou a alargar os anos que mediaram entre a publicação dos dois volumes.

Muito mais do que resolver problemas, foi objecto deste livro enumerá-los, para tirar do silêncio e sacudir da poeira, para dar categoria e apresentação aos assuntos eléctricos e industriais de relevo nacional, dos quais a alta roda portuguesa sempre desdenhosamente se desinteressou como de preocupações impróprias da sua apurada linhagem. Parece-me, por vezes, quase atingido o alvo; as pessoas recém-interessadas por estes novos temas, se nem sempre revelam convicção e esclarecimento, porque o tempo ainda não correu bastante para lhes dar tempo de estudar, mostram-se pelo menos numerosas — prova de que o apostolado vai sendo menos necessário.

É no domínio da Electricidade onde mais se vinca o progresso do número das pessoas que sabem e das que se interessam mesmo sem saber. Ao contrário da industrialização, ainda na meninice, a política da electrificação portuguesa já vai na plena maioridade dos seus 25 anos. Pode dizer-se que começou com o decreto nº 12 559, de Outubro de 1926 (lei dos aproveitamentos hidráulicos), onde pela primeira vez a

electricidade foi tratada como problema nacional a merecer a atenção do Estado; e pode dizer-se que este diploma foi o seu berço, não porque tivesse sido cumprido o muito que nele se sonhou mas porque, na esperança de que viesse a cumprir-se, logo no ano seguinte se criou o órgão que o devia executar. Assim nasceu, em 1927, a Repartição dos Serviços Eléctricos, que ao fim de 20 anos de vida inclemente, que andou longe de ter grandeza, se transformou na actual Direcção Geral; e foi essa Repartição, no exemplo raro de continuidade com que soube transmitir aos sucessivos funcionários que a serviram, nas variadas formas que revestiu (Repartição, Direcção, Junta), o fogo sagrado de um novo evangelho — foi ela que vertebrou, no que pôde e lhe deixaram, o que é hoje a política da electrificação portuguesa.

Durante muitos anos apagada e desconhecida, erguida mais tarde para a discussão pública, materializada por fim em obras de impressionante grandeza, essa política foi conquistando, foi convencendo, tem hoje quase a consagração nacional e há-de vir a tê-la plenamente. Mas é passado um quarto de século.

Foi propósito deste livro trazer à superfície toda a história destes 25 anos, fazer o confronto das ideias e dos factos, dos serviços e da técnica, entre a hora heróica dos pioneiros e a hora festiva dos foguetes nas primeiras inaugurações, no propósito de convencer mais, de convencer melhor, os muitos que ainda pareciam duvidosos do mérito da obra e do acerto e oportunidade com que foi prevista.

Mas passaram alguns anos desde o aparecimento do 1º volume; as dúvidas que corriam parece terem assentado como a poeira no ar calmo; os descrentes foram minguando ou reconhecendo o perigo de se afirmarem muito categóricos; e com esta mutação de cenário reconheceu-se que aquele propósito inicial perdera parcialmente o interesse.

Em verdade, a promessa de falar no assunto fi-la em data em que a lei nº 2 002, acabada de vir a lume, nos não deixava descortinar se era seu destino ser cumprida ou esquecida; e então pareceu-me oportuno, não fosse o fado ser-lhe adverso, retomar os velhos temas que nos relatórios da *Estatística das Instalações Eléctricas*, de 1930 a 1938, abordei com calor que já não tenho, bradando nove anos no deserto com o entusiasmo sempre vivo de quem sentisse a apoiá-lo o aplauso de multidões. E pensei vir a comentar neste volume a história de como se desenvolveu em Portugal a indústria da distribuição eléctrica, a sua posição legal, as suas fraquezas de técnica e de orgânica, as suas cifras estatísticas de maior relevo; mas reconheço hoje não valer a pena repisar coisas já melhoradas e outras (ainda muitas) que hão-de sê-lo pela marcha fatal do tempo, mesmo que o não sejam pela reflexão dos homens.

Estas meditações me teriam levado a abandonar totalmente o assunto da electrificação, se o problema tarifário não tivesse tomado nos últimos meses uma feição aguda, que me forçou a um depoimento com que não contava. Se esse depoimento contrariar algumas opiniões vin-

das a lume com ar de definitivas, anote-se que o não faço com o arreganho de contradizer os muitos que opinam sincronizados por disciplina política — porque seria baldado esforço — mas antes me apresento com a humildade de quem se propõe, compendiando regras simples, facilitar umas luzes aos que queiram efectivamente esclarecer-se.

Segunda ordem de razões me levaria a não tocar em matéria de electricidade se não fora a fogagem tarifária dos últimos tempos. A recordação do passado, se tinha a virtude de ser um repositório de verdades esquecidas — e algumas amargas — que punha bem ao vivo a razão dos que se batiam por uma electricidade melhor, tinha o lado fraco de ser o desabafo, embora talvez legítimo, de muitas horas tristes que vivi a ver antepôr filigranas a problemas de fundo seriamente formulados — horas em que a minha quase envergonhada insistência para que se desse à electricidade alguma atenção oficial recebia a resposta, dura e categórica, tão dura como errada, de que não era oportuno abordar o problema; e nessas horas de injustiça, que procuro esquecer, só me restava para contrabalanço de tanto desconforto, o descer as escadas dos ministérios a fazer com os meus botões comentários que não pareceria bem reproduzir aqui.

Tudo isto me parece hoje história antiga. Coisas novas tomaram corpo entretanto, não porque tivesse triunfado uma autoridade que nunca tive ou uma verdade que muitos se obstinavam em não reconhecer, mas porque chegou a evidência do inadiável a dominar esses obstinados; e embora estejamos ainda circunscritos ao campo que mais impressiona os leigos — as grandes centrais, as grandes linhas e as grandes sub-estações — com abandono das coisas menos vistosas mas não menos úteis — a distribuição em alta e em baixa tensão — a bola de neve começou e não será provável que se detenha.

Ao recordar aqueles tempos idos, receei ainda que o seu relato viesse a ter o aspecto antipático de certos livros de memórias em que se bate rudemente em vivos e em mortos. E resolvi, decididamente, não escrever sobre a electricidade, não falar nas suas fraquezas de há 25 anos para cá, porque teria pouco interesse e poderia não ter elegância; resolvi não propor um plano hidroeléctrico porque não quero contribuir para aumentar a confusão que lavra neste País; resolvi não apregoar o valor económico da energia eléctrica, porque a matéria já não precisa do fraco bordão das minhas palavras; ficou-me assim o espaço limitado a dar algumas explicações sobre tarifas, às quais procurei imprimir, sem ofensa, leve sabor didáctico. Isto explica o pequeno desenvolvimento do Capítulo V.

O que pode suceder é que pessoas fortes em matéria de tarifas me apliquem o conhecido gracejo inglês: *these who can — do; those who can't — teach*. Se o fizerem, terão muitíssima razão — e eu serei tolo se me zangar. Bem pior do que isso sucedeu a D. J. Bolton, o conhecido autor inglês, que o conta no prefácio da 3ª edição do seu livro

Electrical Engineering Economics. Tendo perguntado a um amigo o que acontece aos que falham mesmo no ensino, ele respondeu-lhe: *They write books*. Se a frase se repetir, continuarei a não me zangar; aceito, resignado, que escrever este livro seja o meu último reduto.

2 — O *Diário das Sessões*, nº 64, de 13 de Dezembro de 1946, regista uma fala que começa assim:

> A palavra *rumo* está hoje muito em voga.
>
> (...)
>
> Paira no ar o pressentimento de que houve algures um desvio que urge rectificar, que algo na vida portuguesa perdeu o *rumo*... Será assim?

A abonação deste asserto é feita com a citação dos títulos de três publicações em que entrava a palavra em causa; uma delas era este livro. Pareceu-me por isso asado este momento — já que o local é próprio de conversa amena capaz de aclarar as linhas do texto, porque as entrelinhas são claras — parece-me bom o ensejo, ia dizendo, para explicar como nasceu o nome desta obra.

Dar título a um livro é um problema sentimental. Fazê-lo curto ou comprido, modesto ou empenachado, símbolo ou definição, constituem variantes em que a sensibilidade do autor se fixa em plena liberdade, dando largas ao engenho ou à fantasia e, em qualquer caso, ao sentimento.

O título deste livro pretendeu e parece ser uma definição curta. Poderá não ser tida como modesta; mas o autor tem procurado apagar-se tanto entre os que falam ou trabalham nos alicerces do nosso fomento industrial — note-se que continuamos nos alicerces — que bem pode com esse pecadilho.

Dentro da regra, esse título tem realmente um fundo de sentimento; isso explica que eu visse sem simpatia aparecer pouco depois a repetição da palavra *rumo*, porque ninguém gosta de ver assoalhados os seus pensamentos íntimos; mas fiquei-me com o desgosto porque as palavras não têm dono.

O chamadoiro do livro foi fruto de uma recordação que tem 30 anos do tempo em que no velho edifício do Conde Barão, hoje desaparecido, frequentei a aula de Cálculo do Dr. Mira Fernandes. Nela aprendi que o nosso Pedro Nunes descobrira curva traçada sobre a esfera, que faz o mesmo ângulo com todos os meridianos, e lhe chamara *linha de rumo*. Deram-me no goto a curva, as suas curiosas propriedade e o renome que trouxera ao cosmógrafo-mor de D. João III; e quando escrevi o primeiro volume deste livrinho pensei que à persistência de programa que ele defende quadrava bem a constância de rota

que caracteriza a curva; e que a impossibilidade de lhe fixar limite no tempo, porque a obra humana nunca está completa, tinha certa analogia com o *rhumbus* de Pedro Nunes, sempre a voltear em torno do polo sem o atingir; e pensei ainda que adoptar-lhe o nome — está nisso a possível imodéstia — não traria grande desdouro à memória do esclarecido matemático quinhentista.

A linha afectiva que me prende ao nome vem de que há nesta sequência um tanto da saudade do tempo de estudante de quem se sente envelhecer, da intenção de vincar pela analogia geométrica um pensamento que é o meu lema, que hei-de apregoar enquanto tiver alento, e do prazer de prestar discreta homenagem ao sábio professor do Cardeal D. Henrique.

Aos entendidos ocorrerá perguntar por que não adoptei o nome mais moderno e mais puxado ao grego de *Loxodromia*; mas todos concordarão em que ao fazê-lo evitei uma nota de mau gosto e poupei a muita gente o trabalho de folhear o dicionário.

3 — Ao receber das mãos do Secretário Nacional da Informação, em Dezembro de 1947, o prémio «Anselmo de Andrade», que um júri benevolente atribuiu ao primeiro volume desta obra, foi-me dito, penso que para *test* do meu materialismo, que eu não trocaria certamente a ponte suspensa de São Francisco pelo castelo de Guimarães[1].

Julgo ver nestas palavras, proferidas em festiva roda e justamente premiadas com gerais sorrisos, como balda certeira em cantiga ao desafio o erro de dialéctica já apontado no nº 13 do Vol. I: a mistura de dois domínios irredutíveis — as preocupações materiais ante a perenidade dos valores do espírito. E aproveito a maré, que outra não tenho, para vir, na mesma toada alegre e cortês, jogo floral e não tropel de briga, reforçar o que então foi dito. Mais — venho até penitenciar-me, não de intenções que tive e de que deva arrepender-me porque nunca pensei em diminuir o trabalho de outros só porque labutam em seara diferente da minha, mas do estilo, porventura chocarreiro, de alguns comentários que me saíram ao correr da pena. Ponta de calor na refrega de defender a minha dama, tantas vezes injustamente maltratada.

Mas voltemos à dialéctica. A troca da ponte pelo castelo, se foi imaginada como negócio capaz de me tentar — ou próximo disso — deixa-me perceber, com algum desgosto, que me pintam muito pior do que sou. Diz a lenda que o velho doutor Fausto deu a alma em troca da juventude libertina, em conchavo com Mefistófeles; assusta-me pensar que me julguem possuído por uma espécie de volúpia mecânica que me arraste a trocar a alma por uma ponte, ainda que seja suspensa.

O castelo de Guimarães não é mera construção roqueira alindada para deleite de turistas ou arqueólogos; é um valor espiritual que não se

[1] *Diário de Notícias*, de 20-12-1947.

troca, que não é redutível a termos de um acto de comércio; é o padrão da nossa unidade, daquilo que instintivamente nos une e faz solidários, produto de uma herança invisível que nos vem de sucessivas gerações anónimas, onde passaram, porventura, alguns dos que carrearam as pedras ou velaram nos adarves em noite de invernia. O castelo de Guimarães é a parcela comum da nossa alma — dos portugueses que têm alma para se enternecer com os altos e baixos da história pátria.

Não fosse sagrado como é esse castro minhoto, não tivesse a cercá-lo como tem a névoa dourada do tempo, e nem assim me convenceria a trocá-lo pelo mais apurado fruto da civilização mecânica. Arrependimento e penitência do diabo feito ermitão? Longe disso; apenas a ambição, legítima ou desmedida como cada um quiser, de quem pretende possuir ao mesmo tempo o castelo de Guimarães e a ponte de São Francisco.

Nada o impede; nem a acumulação é proibida por lei, nem as épocas de construção se sobrepõem, nem a feição omniforme do espírito humano encontra dificuldade em compreender e apreciar as duas obras, sem exclusivismos que inferiorizam. Lado a lado, coexistem na mesma pátria, que as olha com o mesmo desvelo, Duisburgo e Heidelberg, Creusot e Carcassonne, Glasgow e Chester; a mesma cidade abriga Notre Dame e a Torre Eiffel, Westminster e as docas do East End. Porque não hão-de coexistir em Portugal o castelo de Guimarães e a ponte de São Francisco, tomada esta como o símbolo do avanço material do nosso século?

Porquê trocar uma coisa pela outra? Porquê esta ideia disjuntiva — ou castelo ou ponte — que parece envolver uma falta de corajoso optimismo? Que quem tenha a ponte, que é de hoje, não possa ambicionar o castelo, que é de ontem, é lei da Natureza, porque o tempo é variável sempre crescente; mas que quem tenha o castelo, porque teve uns avós que lho fizeram e lho legaram, aceite o sistema da troca como maneira de lograr a ponte é disposição de espírito que merece revisão.

Por mim, nunca pus a questão nesse pé e acho perigoso que se ponha. O que o passado nos legou é indiscutível; o que se debate é se devemos ou não construir a ponte — como quem diz dar foros de cidade ao fomento industrial.

Julgo que foi Venizelos quem disse que devemos procurar ser os avós dos nossos netos e não os netos dos nossos avós; se não foi bem isto, foi coisa com o mesmo sentido. Não seria má ideia obrigarmos a decorar a frase a umas quantas gerações de lusíadas que insistem em ser os netos de Nuno Álvares e de Albuquerque sem se lembrarem de que a glória dos antepassados não vale eternamente, se cada geração que passa a não revalidar com actos de igual valor.

O castelo e a ponte, símbolos do passado e do presente, não se substituem um ao outro. Em São Francisco da Califórnia não há castelo porque na data em *que se dom egas moniz foy pera tolledo que o prin-*

cipe se partio de guimarães, e andou per toda sa terra, e requero todas suas fortellesas (...) e foy sobre os mouros e correlhes a terra toda des coinbra atee santarem (...)[2], ainda os da costa do Pacífico andavam de penas na cabeça, sem uma História que legassem nem cronistas que a escrevessem. Os americanos de hoje não têm que pedir desculpa de não possuírem um castelo em São Francisco; mas já é menos evidente que os portugueses não tenham de desculpar-se de não terem a ponte ou equivalente no horizonte da Penha.

O castelo é mil vezes sagrado; vamos aceitar, ao menos, que a ponte não é danada? Vamos construir a ponte porque o castelo está seguro?

4 — Desacreditada pela evidência e pela crítica dos mais esclarecidos, a frase *Portugal essencialmente agrícola* prepara-se há anos para desaparecer. Mas pretende deixar em seu lugar, como erva daninha que não desiste de reverdecer, outra frase igualmente falsa: *Portugal país de turismo.*

Repare-se, antes de mais nada, no parentesco das duas expressões; dir-se-ia que ambas foram geradas pela mesma predisposição de comodismo, pelo mesmo fito de ganhar a vida sem iniciativa. A agricultura existe desde que o Mundo existe; se se demonstra que o País é essencialmente agrícola, não há que fazer nada de novo, não há que criar coisas diferentes, não há que arriscar dinheiro ou trabalho; ir melhorando a pouco e pouco o que existe será tudo o que nos compete fazer. Este é o raciocínio da indolência.

Passa-se o mesmo com o turismo. Turista é o sujeito que viaja por prazer; demonstrar que o País é essencialmente turístico é querer tirar rendimento de coisas que nós não fizemos ou para que contribuímos pouco, o brilho do Sol, a temperatura de 10 graus no Inverno, o panorama do miradouro de Montes Claros. Basta-nos então alindar umas coisas, fazer um pouco de propaganda — e depois é sentarmo-nos e deixar passar os estrangeiros a encher os olhos e a esvaziar a bolsa, a pingar dólares ou francos suíços como o maná pingou no deserto de Sin.

Infelizmente para as pessoas engenhosas que buscam maneiras cómodas de viver, a verdade sobre a índole turística do País não é mais sólida do que a antiga verdade sobre a índole agrícola. Quem conheça a Europa e tenha visto em suas próprias andanças de turista voluntário ou forçado pela profissão aquilo que se passa em tráfego de passeantes, nota ao primeiro relance que há dois centros principais de atracção turística no continente do Velho Mundo: Paris e os Alpes. À medida que nos afastamos destes centros ou seus acessos o turista rareia.

[2] Pequenas crónicas de Santa Cruz de Coimbra, *Fontes Medievais da História de Portugal*, Selecção e notas de Alfredo Pimenta - Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1943, Vol. I, pág. 70 e 71.

Mais ou menos densos, há, evidentemente, viajantes em toda a parte; julgo que o turista e a formiga são os bichos mais espalhados no Mundo. Há quem vá a Bruxelas ver a Grand'Place ou o Manneken Pis, ao Cabo Norte ver o sol da meia noite, ou a Verona debulhar-se em lágrimas junto do túmulo vazio de uma Julieta que parece não ter existido; e não será difícil, em qualquer ilhota perdida da Polinésia, encontrar uma inglesa esgalgada, munida do *Baedeker* ou do *Guide Bleu*, a bater descompassada as toesas no pedregal do caminho, e a perguntar ingénua ao intérprete da Cook se os antropófagos também deitam leite no chá.

Se há turistas em toda a parte, também os pode haver em Portugal e deve fazer-se o possível para os atrair; mas não creio que se consiga atingir densidade de visitantes que nos dê o direito de nos considerarmos país de turismo por excelência. Estamos longe dos centros tradicionais de vilegiatura, onde cada combóio internacional despeja centenas de estrangeiros, sem contar os que seguem, em ordem dispersa, pelo ar ou pela estrada; e não me parece fácil a empresa de desviar sensivelmente este caudal, que vai em busca da buliçosa vertigem dos *Grands Boulevards* ou das largas perspectivas das estações alpinas. Não se nega que há monumentos e paisagens, estradas e hotéis, dias com sol e noites com lua cheia em muitos outros sítios, mas as multidões habituaram-se àquele vai-vem e ninguém as arranca ao filé de verem o Sena e o Lago dos Quatro Cantões. E reconheça-se que não têm mau gosto.

Além de desviados das grandes rotas turísticas, temos um arsenal de alojamentos e de atracções festivas nitidamente fraco; é pura fantasia imaginar que o turismo seja capaz de contribuir vultuosamente para os réditos nacionais ou para dar ocupação a muitos milhares de braços. Temos cartazes de propaganda onde damos a palavra ao repisado Lord Byron para dizer ao Mundo que Sintra é um paraíso — mas é um paraíso dificilmente habitável pelo turista, porque nem é de aconselhar dormir-se lá ao relento, pelo risco da pneumonia ou do reumatismo, nem há hotéis que mereçam o nome. O nível hoteleiro neste meado do século XX mantém-se religiosamente igual ao dos tempos do velho Lawrence onde há quase século e meio se instalou, ao que parece bem segundo as exigências da época, o Lord poeta, romântico e vagabundo. Só há pouco leio nos periódicos que se está adaptando Setiais.

Não exageremos as reais possibilidades do turismo em Portugal; não nos enganemos mais uma vez. Lembremo-nos de que para sermos um país de turismo precisa verificar-se uma condição prévia: que numa manhã de nevoeiro, como aquela em que há-de aparecer o infeliz D. Sebastião, aportem ao Tejo os 4 milhões de americanos que se dava como seguro passariam por Lisboa, a caminho da exposição de Sevilha em 1927.

Parece prudente pensarmos em governar a vida com actividades mais trabalhosas.

5 — Ao reler o texto deste Volume II, depois de o ter deixado uns meses em repouso, pareceu-me sentir-lhe um sabor avinagrado. Julguei igual ao meu o desgosto do vinicultor, que prepara com esmero um vinho de qualidade e começa a desconfiar que a produção se lhe azeda.

Pensando melhor tranquilizei-me. Quando, nas demoradas navegações à vela, longos meses sem alimentos frescos, os mareantes faziam provisão de laranjas e limões, que a experiência lhes mostrara combaterem o escorbuto, não era o ácido cítrico, o componente mais agressivo, que constituía o elemento nobre; era o ácido ascórbico, que mais tarde se descobriu e se baptizou de vitamina C. O sabor ácido dos frutos, tão apreciado, era e é o estimulante natural que leva o organismo a ingerir a droga que lhe é útil; será também, porventura, um elemento de conservação.

O caso pareceu-me paralelo. Se o texto é agre, é-o por natureza, pela qualidade do assunto, com a mesma naturalidade com que os limões são ácidos; o facto é acessório, não constitui nem o meio nem o fim, não é adulteração mas condimento. O meio é a reprodução de uma verdade, que se reconhece não será de todo isenta de deformação devida ao erro inevitável da observação humana; o fim, já dito e retornado, é o de acordar a consciência dos portugueses num campo até hoje cultivado por muito poucos.

Se esta comparação suaviza a crueza de algumas descrições, tem o defeito de não a justificar. E como há pessoas curiosas, que esquadrinham tudo e buscam explicar até aquilo que está para além da compreensão humana, quero antecipar-me na explanação, não vá supor-se que o inofensivo condimento é sintoma de alteração de humores ou de mau sentimento assolapado. Vou dar a explicação generosamente — sem me exonerar da culpa que me caiba.

Gosto de ler — parece despropósito mas não é — a pequenina obra de Cesário Verde, poesia de temas triviais, tão simples e claros como fio de água que se desprende da rocha. Gosto de a ler, porque foge à repetida ementa de inconcebíveis complicações amorudas e oferece em seu lugar, com o encanto de uma cadência nova, o realismo inocente e raro de uma lírica materializada, onde se descobrem estes passos, análogos a tantos outros:

Não pinto a velha ermida com seu adro;
Sei só desenho de compasso e esquadro.

Amo, insensatamente, os ácidos, os gumes
E os ângulos agudos.

Por outro lado, rápidas, pregavam,
Duma pancada, o prego fasqueado!

E somo rijos como serradores!
E positivos como os engenheiros!

Fazem-me sorrir estes versos. Sobretudo, enchem-me de moral; falam uma linguagem que me reconforta. Quase direi que me incitam à rebeldia contra a convenção das formas amaneiradas, que são o cibo de cada dia de uma verdade embiocada, espécie de semi-verdade que penetra o Universo como o éter dos físicos, contra os meninos manteigueiros que começam a fazer profissão no primeiro ano do liceu e seguem a cultivar a prenda pela vida fora.

E com isto começa a explicação. O amor do compasso, do esquadro e dos ângulos agudos, o positivismo dos engenheiros, o aval de Cesário Verde — eis a origem de uma parcela (concedo que seja metade) da acidez que o analista escrupuloso encontrar nas linhas deste livro. Até aqui a culpa é minha — e não do pobre do Cesário. Não bolear as arestas é homenagem que presto à Geometria, porque a Geometria é o andaime do Mundo.

A outra metade — e sou generoso como um príncipe ao aceitar que é só metade — está na essência da própria verdade que o livro se propõe retratar em vestido de Verão — um Verão que se supõe abafadiço; está na pobreza, na decrepitude, no empirismo, na incapacidade da média da nossa indústria; está no esquecimento, no desconhecimento, no desinteresse, nas ideias, umas amorfas outras cristalizadas em formas arcaicas, de muitos dos que têm ou tiveram por dever orientar em novas direcções a nossa produção.

Há drogas que a lei não permite se usem na preparação de certos produtos alimentares para que se não adultere a pureza destes. Assim deve respeitar-se a pureza do pensamento nas grandes linhas da vida da Nação; é traição à verdade transformá-la em mentira com o ingrediente neutralizador das boas palavras convencionais.

E quando se deturpa o que é ácido ou azedo, só há como alternativas dizê-lo ou calá-lo. Se se diz, a acidez revela-se, o que é duvidoso seja mais condenável que meritório; se se cala, *todas as verdades caladas se tornam venenosas.* Assim falava Zaratrustra.

6 — Quando se abrem neste País aqueles períodos de soez descompostura, que se chamam de propaganda eleitoral, em que as pessoas se insultam ao mesmo tempo que se tratam por Excelência, todos procuram pôr a limpo, num requinte de louvável civismo, os erros ou desvios da administração pública.

Começa-se por que a oposição — chegámos a uma época em que não se sabe se a palavra admite plural — ao joeirar esses desvios, tem a magnanimidade de usar malha muito larga, para que só restem na ciranda as coisas graúdas, se as houver; e tem logo a sorte de colher uns quantos escândalos, daqueles em que uns sujeitos, criminosamente ou a coberto de uma lei de favor, enchem os bolsos de dinheiro — julgo que de dólares que é moeda mais forte. Isto pelo que se refere a factos concretos; no campo do abstrato, avulta a falta de liberdade.

Quem não tiver sensibilidade muito apurada para apreciar certos fenómenos do governo da *res publica*, compreende mal certas subtilezas políticas do nosso tempo. Liberdade passou a ser (se é que não foi sempre) um conceito direccional: a faculdade de restringir a liberdade dos outros. Há portanto infinitas liberdades, todas diferentes e todas legítimas. O que faz mais agudo o problema é que essa liberdade, com mais cabeças que a hidra, se vai tornando, na fantasia dos homens, doce como o açúcar; o antagonismo entre *democrático* e *popular*, dois vocábulos que se julgaria serem sinónimos e que estão a revelar-se irreconciliáveis. Falta de normalização entre o grego e o latim.

O indivíduo médio, que não possuir o sentido de destrinçar estas e outras finuras, sente certo embaraço em perceber a propaganda eleitoral que especialmente é dirigida à felicidade da grei; e, sobretudo, fica tendo a suspeita de que não é regular fazer o ataque a uma organização política apontando uns casos de polícia — verdadeiros ou presumidos — em vez de se discutirem objectivamente os critérios ou actos de administração.

Na ordem das coisas práticas há que reconhecer certa sagacidade neste tipo de propaganda. Exige menos preparação atacar as pessoas do que as ideias; embora sem valor intrínseco comparável, o ataque das pessoas alvoroça mais a opinião pública, mal preparada para entender coisas complexas; e esse alvoroço é essencial porque é o voto — e o voto é tudo.

Do outro lado da barricada, do lado dos que defendem a situação existente, riposta-se com calor e, talvez porque haja a consciência de faltas cometidas ou, mesmo sem a haver, porque se tenha escrúpulo de afirmar uma perfeição que se sabe ser privilégio de Deus, vai-se repetindo a cada nova revoada do sufrágio, que há efectivamente coisas a corrigir. Mas não ouvi, destas últimas vezes, enumerar nenhuma — e este é o ponto que nos interessa em toda esta história de eleições.

Quem ler este livro, e em especial o que se escreveu sob o título *Política industrial*, nota o descontentamento de quem vê essa política destoar da linha geral da vida portuguesa contemporânea. Se a essa linha geral a reputasse má ou afrontosa, o autor estaria caído, e por dobrado motivo, em fileira oposicionista, com a ciranda na mão na postura dos seus pares, em pista de escândalo grosso. Não se discute se era bem se era mal; era, ao menos, uma posição relativamente bem definida. Mas não me dá Deus esse sossego de alma.

Sinto-me integrado na Constituição de 1933 mais, sinceramente, porventura mais conscientemente, do que muitos dos que só dão palmas; creio convictamente na bondade dos seus princípios de autoridade, de hierarquia, de ordem, de disciplina; digo-o aqui, além de o ter dito numas dezenas de declarações que me têm forçado a assinar pela vida fora, e às quais se reconhece, de boa vontade, a vantagem de contribuírem para o erário com o valor do papel selado.

Sinto-me satisfeito com as linhas mestras da nossa estrutura política, só me causando apreensões a sua continuidade porque não há ou não

se deixa haver mais do que uma pessoa com prestígio político; sinto quase respeitados os meus direitos essenciais, e digo quase porque reconheço que alguma parcela deles é forçoso alienar a bem do jogo natural da organização, qualquer que ela seja; sinto-me orgulhoso do prestígio da moeda; vejo a maré alta de renovação em tantíssimos domínios; enterneço-me com a formusura crescente desta minha Lisboa, onde nasci e onde espero morrer. Isto me poderia dar outra fórmula para o sossego da alma: apoiar sem reserva, aplaudir sem limite. Seria uma nova posição, absolutamente bem definida.

Não quer ainda a minha má estrela deixar-me neste doce e cómodo remanso; puxa-me o coração noutro sentido, ordena-me a divina luz do entendimento que não transija com a frouxidão da política industrial, que não aceite o provincianismo de alguns conceitos económicos, que não deixe disfarçar na política de verdade da Revolução, que é uma verdade positiva, indiscutível na sua traça geral, uma outra apregoada verdade, que seria exagerado chamar negativa mas que é, pelo menos, de mais baixo toque: a do fomento da indústria.

Quando se olha de relance, nos dias de hoje, o panorama industrial do nosso País, colhe-se a certeza de um progresso; vêem-se nascer indústrias novas, vê-se o Estado facilitar-lhes alguns capitais, vê-se começarem a rodas as máquinas de Castelo do Bode e de Vila Nova, vê-se começar a estender suas malhas uma rede de interligação. Há aqui portanto uma verdade, porque nem as barragens são de papelão nem as linhas eléctricas de cordel; e desta verdade, com a qual é legítimo aceitar que muitos se contentem ou se encantem, nasceu, por natural e inevitável generalização esta outra verdade: há uma política industrial.

Mas o observador mais esclarecido ou mais minucioso não se dará por satisfeito, não aceitará como limite aquilo que se faz mas o que se poderá fazer, e quererá contrastar esta verdade como se costuma fazer aos metais nobres, não vá acontecer que o brilho e a cor escondam um título abaixo do legal. Procuremos pois submeter a política industrial ao exame da Contrastaria — uma entidade que não manifesta a sua opinião em apaixonados manifestos políticos ou em discursos congratulatórios mas na imparcialidade do boletim de ensaio.

Se submetermos a um contraste a política industrial portuguesa de hoje, notaremos que embora em fase de actividade que merece registo, ela mantém com notável constância um defeito antigo: a hesitação. Do que foi o tenteio, o caminhar lento e sinuoso dessa política desde o fim da guerra de 14 ao fim da guerra de 39, visto através do *Diário do Governo*, dá notícia o anexo inserto no fim deste volume com o título *A Ideia e a Acção na política industrial portuguesa*[a]. Do que se passou de então para cá falam de fugida as linhas que seguem.

[a] O texto referido encontra-se reproduzido no Tomo III. *Outros Escritos Económicos*, pp. 130-142.

Começou com a publicação das leis nºs 2002 e 2005 a fase actual desta política; observemos os frutos da sua aplicação.

Da lei nº 2005, das suas 29 bases, tiveram até agora aplicação os três seguintes princípios que, aliás, não constituem matéria nova:

a) Participação do Estado no capital das empresas ou concessão de créditos para primeiro estabelecimento;

b) Isenção de direitos de importação para material de equipamento;

c) Direito de expropriação por utilidade pública.

Quanto ao que há de novo e fundamental no diploma, isto é, a criação de novas indústrias sob o patrocínio ou com a colaboração do Estado e a reorganização de indústrias existentes no sentido da sua modernização, não existe nenhum caso de aplicação. Quanto à reorganização, nomearam-se algumas comissões de estudo mas não se deu seguimento a nenhum dos trabalhos apresentados; num ensaio que já estava em curso à data da promulgação da lei (indústria da chapelaria) foi posteriormente suspenso, como se refere no capítulo IV (nº 52).

Quanto a novas empresas industriais, todas elas, incluindo as de maior grandeza, recentemente inauguradas ou perto disso, destinadas a produzir novos artigos, e que, pela importância e volume das obras, mais contribuem para cimentar a ideia de que existe uma política industrial activa (Amoníaco Português, União Fabril do Azoto, Companhia Portuguesa de Celulose, Companhia Portuguesa de Siderurgia), são todas anteriores à lei nº 2005.

Pondo de parte a segunda destas empresas, fruto quase exclusivo do sólido poder da Companhia União Fabril, é certo que as restantes têm beneficiado da ajuda financeira do Estado mas em termos que não dão satisfação. O Amoníaco Português, a mais largamente beneficiada, levou 10 anos a concluir a primeira fase do seu estabelecimento, em parte por dificuldades de dinheiro; já na constituição do capital inicial, a entrada dos primeiros 13 000 contos da Federação dos Produtores de Trigo levantou dificuldades e incompreensões que só com persistência foi possível vencer. Posteriormente, agravados os preços para o dobro dos previstos em 1941, pela redução do poder da moeda, as participações do Estado, da Caixa Geral de Depósitos ou dos organismos corporativos fizeram-se em escala avultada (... contos[b]) mas com aspecto fragmentário; os fundos têm-se reunido de várias origens (creio que quatro) mas, sempre com atraso, cada vez que a empresa em aperto de tesouraria, bate nervosamente às diversas portas onde é usual bater-se. Manda a verdade dizer que em defesa da posição do Estado há um argumento sólido; o Estado não tomou inicialmente, além da participação da Federação dos Produtores de Trigo, qualquer compromisso de se substituir aos participantes na obtenção dos restantes fundos necessários à conclusão da obra. Mas ao verificar, terminada a guerra, que sem a sua intervenção

[b] O autor não chegou a preencher o valor.

substancial a fábrica se não concluiria, pela dupla acção da alta do preço e da retracção dos particulares, tendo incluído a fabricação de sulfato de amónio na lista das indústrias base, tendo a lei 2005 a impor-lhe obrigações de assistência financeira, e tendo (porque seria inaceitável que a não tivesse) a noção clara das vantagens da obra, não seria de mais pedir que o subsequente apoio financeiro fosse previsto e concedido sem o esforço de repetidas e arrastadas solicitações.

Esta descrição, por mais que tentasse avivá-la, não retrataria nunca o ambiente real; depois da obra feita não é possível medir os cuidados que passaram. Não é a falta de dinheiro que se comenta, porque essa é por vezes superior à vontade dos homens; é a falta de programa. As pessoas que têm a responsabilidade directa de executar uma obra, se sabem que há uma previsão administrativa quanto aos meios de a levar ao fim, aceitam o atraso no recebimento de uma prestação de capital como contratempo inevitável que não afecta a serena confiança com que se marcha para o fim. Mas quando os fundos se vão colhendo fraccionariamente, ora daqui ora dali mediante solicitações impostas pelas necessidades da caixa, os meses sempre longos em que se aguarda resposta, que se não sabe qual é nem quando vem, criam uma atmosfera de aborrecimento e desmoralização que não quadra bem numa política industrial. E como, no fim de tudo, que só o é quando sabe insuflar aos seus servidores confiança e optimismo. Descrença já nós temos demais. O dinheiro aparece sempre, porque não se corrige este método de o sacar pela insistência, que rebaixa quem o pede e não glorifica quem o dá?

Na Companhia Portuguesa de Celulose a situação chegou a ser bem mais desanimadora. Sujeita às mesmas inclemências que o Amoníaco Português mas não tendo da parte do Estado igual apoio, a Companhia Portuguesa de Celulose, apesar dos prognósticos favoráveis sobre o resultado da sua laboração, esteve à beira de morrer. Sentia-se que na sua sede, durante anos, pesavam o silêncio e a tristeza que antecedem os grandes dramas; já nem sequer havia o conforto de uma palavra de esperança. Graças ao apoio americano a obra está em marcha; e tenho pensado repetidas vezes no que seria a prosperidade desta empresa se a actual falta de papel e de pasta que se sente no Mundo, com o consequente aumento do preço a viesse encontrar em laboração, em condições de exportar o excedente do consumo nacional. Várias vezes se criticou a criação da empresa e o patrocínio oficial que lhe foi dado. Celulose!? Que ideias! — dizia-se nos chamados círculos bem informados. Por mim, cada vez me convenço mais de que procedi bem ao promover a criação da empresa.

A Companhia Portuguesa de Siderurgia é, de todas, a mais infeliz. Subscrita a maioria do seu capital pelos industriais de conservas de peixe, por decisão destes, aprovada por aclamação no Instituto Português de Conservas de Peixe, onde os convoquei para lhes dar conta das diligências feitas para construir uma fábrica de folha de Flandres, logo de início a vida interna da empresa se mostrou desorientada. O clássico apelo ao

Estado, necessário para cobrir a insuficiência do capital ante a alta dos preços do equipamento, tem tido fases de fluxo e refluxo, de promessa e de recusa de que se não sabe ainda a última palavra; e se há razões para supor que os accionistas franceses, simultaneamente fornecedores e consultores técnicos, não têm procedido de forma a merecer elogio, a atitude portuguesa, dizendo e desdizendo, não tem sido de molde a granjear-nos além fronteiras o prestígio de que tanto usamos ufanar-nos.

Tem sido a Companhia Portuguesa de Siderurgia a iniciativa industrial mais rudemente atacada e cuja viabilidade mais dúvidas tem levantado. Provam-no os avanços e recuos que, mais que qualquer outra, tem sofrido. Firme na ideia inicial, continuo convencido de que uma unidade para 25 000 toneladas de folha de Flandres, num País que produz estanho e pode subtrair o seu preço às loucas oscilações internacionais, mantida essa produção associada, como sempre se tem pensado, a mais largo sector da metalurgia do ferro, é uma unidade viável, que não fará maravilhas no preço de custo, porque não se criou para ser *assombro y delicia del mundo*, como numa lápide, na Calle Sierpes de Sevilha, se diz do D. Quixote, mas que não será pesada aos seus clientes. Precisará para isso que se lhe faculte energia eléctrica a bom preço, que se lhe obtenham capitais baratos, que durante alguns anos o Estado lhe reduza as obrigações tributárias?

Ainda que não seja assim, nada há de extraordinário. São facilidades que a lei prevê e que não ofendem os mais lisos e ortodoxos princípios da sã economia; são coisas que a lei estatui porque são precisas para conseguir o aumento da produção — o objectivo de que todos falam mas que poucos dizem como se atinge. Em 1940-44 procurou-se atingi-lo impulsionando a indústria. Haveria melhor forma? É perfeitamente possível; só não é de aceitar a hipótese de que essa forma consistisse em o Estado continuar a desinteressar-se do problema, como até então fizera.

Ainda que venha a apresentar-se um caso de insucesso, ficarei com um desgosto a mais mas com a mesma tranquilidade de consciência. Volto a chamar a atenção para o diferente risco que se corre quando se faz uma obra pública ou um empreendimento industrial. Aquela é um corpo inanimado; este é um órgão com vida; e os seres vivos só no sentido figurado, na medida em que granjeiam fama, se vão da lei da morte libertando, como dizia o poeta.

Esta sumária história do que tem sido a vida as principais actividades industriais em montagem, prova a falta de firmeza da política industrial; se a isto acrescentar que os vulgares processos de condicionamento industrial aguardam meses (e porventura anos) um simples despacho de autorização, com o que perdem oportunidade algumas iniciativas de certo valor, o que parece travar em vez de acelerar; se reflectir em que a série dourada das grandes inaugurações se esgotará se não tiver a alimentá-la o labor, obscuro mas fecundo, da concepção — terei citado as razões da tristeza com que observo o caminhar desajeitado deste sector da vida nacional.

7 — Passemos, para findar, à electricidade. Ponhamos de parte, como já atrás prometi, o período anterior à última guerra em que o Terreiro do Paço, absorvido em problemas porventura mais altos, se desinteressava das propostas de electrificação que não reputava oportunas, e em que eu, corrido de todos os lados, revivia melancolicamente a figura risível de Tartarin a caçar leões na Argélia.

Comecemos, pois, na lei 2002. Quando se escreveu, em 1933, a primeira redacção deste diploma houve o propósito de conseguir dois objectivos — estabelecer certo número de princípios novos e codificar os princípios antigos reputados úteis — para condensar num só texto todas as bases doutrinárias da electrificação.

Se nos limitarmos aos primeiros, temos que reconhecer que só três estão em vigor: existe um repartidor de cargas, existe nos novos cadernos de encargos da produção hidráulica a reserva de certo volume de energia para fins especiais (electroquímica, tracção, etc.) e tem-se entregue a exploração das centrais hidroeléctricas resultantes dos aproveitamentos hidroagrícolas aos concessionários distribuidores, mediante sujeição ao diagrama da rega. É seguramente muito pouco.

Aos olhos dos menos entendidos poderá parecer — e muito se tem dito para o fazer crer — que a construção das novas centrais hidroeléctricas, a obra de maior ressonância dos últimos anos, é produto da lei 2002. Não é totalmente assim. A faculdade concedida ao Governo de promover ou auxiliar a construção de centrais não é princípio novo da lei; é doutrina muito antiga que se julgou de manter. O artigo 75º do decreto nº 5787-IIII, de Maio de 1919 (lei de águas), a base[c] do decreto nº 12559, de Outubro de 1926 (lei dos aproveitamento hidráulicos) e o artigo 1º do decreto nº 20225, de Agosto de 1931, são textos em vigor (e outros haverá talvez) em que tal faculdade está consignada. O ter codificado na lei 2002 este e outros princípios dá ao conjunto maior elegância e à consulta das fontes maior comodidade, mas não lhe aumenta a força legal. A lei 2002 não era precisa para resolver o problema da construção das centrais; mas ainda que aceitemos que não é assim, não pode deixar de reconhecer-se que tudo que se fez movimenta pequena parcela da doutrina que se contém nas 32 bases da lei. O resto não se aplicou.

A noção de oportunidade tem sofrido alguns desvios da sua adopção correcta. Quando, em 1945, após a promulgação da lei nº 2002, se cuidou da constituição das Hidroeléctricas do Zêzere e do Cávado, usou-se com frequência o estribilho: eis a oportunidade. Quem conheceu durante a guerra a dificuldade de abastecimento de carvão, quem se lembra das restrições que se impuseram ao consumo de energia, quem sabe como vivemos sempre na iminência de nos faltar o pouco combustível de que dispúnhamos, quem tiver medido quanto veio perturbar o problema tari-

[c] O autor não completou a informação.

fário o aumento de custo, para mais do dobro, dos equipamentos de produção e transporte, há-de reconhecer que a obra, se tivesse sido sentida e executada na altura em que insistentemente foi proposta — 1930 a 1940 — teria conhecido bem mais verdadeira oportunidade. Não se trata de julgamento *a posteriori*; nos volumes da *Estatística das Instalações Eléctricas* de 1930 a 1938 ficaram escritas muitas palavras que talvez encontrem hoje quem lhes dê valor, porque à data parece não terem interessado a ninguém. O autor foi até censurado superiormente, a pretexto de que atacava o Governo numa publicação oficial.

São estas as palavras que vêm de há 20 anos e se reproduzem, mesmo com o risco de cansar, na longa sequência em que se escreveram a vincar a oportunidade real:

Na *Estatística* de 1930:

> Varia enormemente de país para país a partilha da produção entre as fontes hidráulicas e térmicas, consoante as condições naturais de cada caso; mas em Portugal, com recursos hídricos se não são óptimos pelos menos bons, a produção de 2/3 da sua energia por via térmica à custa, quase totalmente de combustíveis estrangeiros, impõe uma segunda directriz: nacionalizar a energia.

Na *Estatística* de 1931:

> Nos 267,8 milhões de kWh que são toda a nossa produção em 1931, incluindo o serviço público e o particular, não chega bem a 35 por cento a parte de energia hidráulica — sensivelmente um terço. Da energia térmica restante, só 26 por cento foi gerada com combustíveis nacionais; o resto, 130 milhões de kWh — 49 por cento de toda a nossa produção de energia eléctrica — foi produzido com combustíveis estrangeiros.
>
> (...)
>
> Nesta comparação do ano que passou com os que o precederam, nada de notável se encontra que possa fazer sair Portugal, no campo da electricidade, da mediania que o boletim anterior já registava.
>
> Nenhum esforço renovador se manifesta; a electrificação tem-se feito pela livre acção das condições naturais, sem qualquer orientação superior.
>
> Continuam a dispersão dos órgãos produtores, a estreiteza da distribuição, a pobreza do consumo, a desnacionalização da energia — quatro males que se impõe atacar simultaneamente.

Na *Estatística* de 1932:

> O consumo de carvões nacionais mantém pois, há 7 anos, uma posição firme, embora em nível ainda modesto ante as hulhas inglesas. Mas estas, se em algumas aplicações são invencíveis, podem, em muitas outras, com estudo e propaganda, ceder o

campo à produção nacional. Ninguém pensa em substitui-las na navegação — a elas ou aos óleos; dificilmente e só em pequenas parcela o poderão ser nos caminhos-de-ferro por carvões lotados ou electricidade; mas podem sê-lo, e é de esperar que o sejam, por carvões ou quedas de águas, na quase totalidade da produção eléctrica, que só em Lisboa e Setúbal queima 90000 toneladas — 82 por cento dos carvões estrangeiros afectos a esta produção.

Na *Estatística* de 1933:

> Não pode pretender-se, como neste mesmo local acentuámos o ano passado, eliminar as hulhas inglesas da nossa importação; mas podemos e devemos dar aos recursos nacionais uma posição de maior relevo, orientando os melhores carvões nos usos industriais e domésticos, as lenhites pobres na produção de força para complemento e apoio e a energia das quedas na grande produção de electricidade. Mas se a beleza do problema não admite o derrotismo de se julgar que só o carvão da Inglaterra se pode queimar ou só as quedas de água da Escandinávia são viáveis, também não avançaremos muito se nos julgarmos dispensados de estudo e dedicação, convencidos de que o futuro se subordina a imposições sem ambiente, que ninguém cumpre, como as da lei dos aproveitamentos hidráulicos ou do decreto nº 14009.

Na *Estatística* de 1934:

> Da potência hidráulica hoje instalada nada se alterou que conduza a comentário diferente do que no ano passado se fez. O seu valor é apenas de 1/4 da potência total, mas deveria ser de maioria absoluta sobre todas as outras fontes de energia, ante o desconhecimento e a presumível escassez de jazigos carboníferos nacionais, como forma de atenuar a dependência em que vivemos dos combustíveis estrangeiros.
>
> Sem defendermos a doutrina sistemática da auto-suficiência imposta como sacrifício, julgamos útil dispensar o alheio quando este pode ser suprido com o trabalho próprio; e ao olharmos para o pouco que trabalhamos — pelo muito mal que sabemos trabalhar — descobrimos dobrado valor no crescimento da nossa actividade. E se é assim na paz, digamos também que o não é menos na guerra — para não fugir à moda desta Primavera.

Na *Estatística* de 1935:

> De uma forma geral mantém-se com o aspecto dos anos anteriores a posição relativa da energia de origem nacional e de origem estrangeira: cerca de meio por meio. É natural que em pontos restritos as coisas melhorem pouco a pouco, mas as grandes linhas da questão só mudarão de aspecto quando houver energia hidráulica a abastecer os distritos de Lisboa e Setúbal. Conseguiremos assim alimentar de fonte nacional 80 por

cento do nosso consumo de energia eléctrica; mais algumas linhas de alta tensão permitiriam sem dificuldade passar acima de 90 por cento. Neste campo de actividade teríamos declarado a nossa independência quanto a matérias-primas, e estaríamos mais sossegados quanto a perturbações de origem externa — tanto quanto o sossego é compatível com a barafunda da vida presente. Não teríamos arrumado o problema geral da energia, que é vasto e complexo, mas ficaria resolvido o problema da energia eléctrica, que é parte importante daquele.

Na *Estatística* de 1936:

O consumo de carvão e óleo importados na produção de energia eléctrica foi o mesmo que em 1935: 140000 toneladas do primeiro e 10000 do segundo.

Em resumo, o ano de 1936 difere do de 1935, quanto à produção de electricidade, em ter um pouco mais de kWh hidráulicos; continua a dependência do combustível estrangeiro nos nossos mercados essenciais de energia e continua a certeza de que temos possibilidade de sanar o mal.

Só falta começar.

Na *Estatística* de 1937:

A potência hidráulica tem acompanhado o crescimento da térmica em proporção quase constante; aquela valia, em 1928, cerca de 25 por cento do total e vale hoje 27. A posição é anómala para um país que compra carvão; e é séria para quem tem no mar os seus principais caminhos e mora na ponta da Ibéria, na encruzilhada do Atlântico com o Mediterrâneo, na altura em que vários senhores de fama e de ideias mais largas do que seria preciso se entretêm a azedar o Mundo. Nada melhorámos em 10 anos; também pouco fizemos para melhorar.

(...)

A interligação de Nisa com Lena, a que nos referimos o ano passado, com palavras de desalento, por nos reconhecermos incapazes de convencer outros de coisas que se nos afiguravam relativamente claras, vai agora, ao fim de quase dois anos, ser uma realidade. Mas a ideia de que, para interligar com outra uma central de 1000 kW, andámos a fazer força quase tanto tempo como na América é preciso para construir um milhão, faz-nos pensar que a nossa figura não se afasta muito daquela que Fedro caricaturou na fábula da montanha e do rato. O nosso esforço é de facto bem inglório.

(...)

No dia em que tivermos uma central hidroeléctrica capaz de garantir 250 ou 300 milhões de kWh e uma linha que traga esta energia às margens dos estuários do Tejo e do Sado teremos nacionalizado, sem mais complicações, 90 por cento da nossa

energia eléctrica, teremos dado vida a algumas indústrias electroquímicas de interesse vital em que hoje é inútil pensar e poderemos facilitar alguma electrificação ferroviária, que, em grau mais ou menos modesto, não deixará de ter interesse.

Mas esta central não pode ser um órgão isolado como o seria um edifício ou um jardim; tem que se integrar no conjunto das centrais existentes, tem que se interligar e trabalhar em comum com elas, tem que ser para elas, ao mesmo tempo, ajuda e ameaça; tem que ser, em nossa opinião, um alto exemplo de corporativismo e de colaboração do Estado, se bem conseguimos compreender os ideais políticos do Estado Novo.

Na *Estatística* de 1938:

Há-de chegar um dia em que se afirme oficialmente que isto é mau e que é preciso arrepiar caminho; mas nesse dia será de justiça dizer-se que estes Serviços manifestaram publicamente o seu conhecimento do erro e o seu propósito de o combater, tantas vezes quantas as Estatísticas publicadas até então, menos uma — porque a primeira não teve relatório.

(...)

Dos 280 MW instalados cabem 79 às centrais hidráulicas e 201 às térmicas, o que dá para as primeiras 28 por cento do total. É desconsolador reconhecer que esta percentagem subiu em dez anos apenas 3 unidades, quando o bom senso mandaria que fosse essencialmente hidráulica a nossa energia eléctrica. Precisamos valorizar os recursos nacionais (porque os temos) e garantir a segurança de serviço contra perturbações externas; e é sabido que os nossos carvões não podem servir de base à nossa electricidade, não pela dificuldade de os queimar, porque essa técnica é já hoje perfeita — e à Carris do Porto se deve em grande parte — mas porque não são tão abundantes que os possamos desperdiçar.

(...)

Já uma vez aqui o dissemos e agora o repetimos: não é com diplomas, como a lei dos aproveitamentos hidráulicos ou o decreto nº 14009, sobre carvões nacionais, em que se exprimem vagos desejos, sem explicar como se realizam, que as coisas de energia se orientam em base sólida. É preciso ser realista e querer realizar. A obra parece útil e além de útil será linda; e aos olhos dos técnicos seria mesmo tão bonita como um plano de urbanização o é para o comum das gentes.

E mais relatórios não escrevi; em 1940 abandonei a Junta de Electrificação, cansado de não fazer nada. Do que se transcreveu, que era e continua a ser verdade, só há que corrigir, do que se disse no volume de 37 a série dos consumos que se contava alimentar com os 300 milhões de Castelo do Bode; passaram 14 anos, e os 139 milhões de

kWh que naquele anos se produziram nas centrais Tejo, Santos e Cachofarra, e que davam ensanchas a que se contasse servir com aquela fonte consumidores doutra natureza, subiram para 331 milhões em 1950. O tempo desactualizou os números e fez minguar a importância relativa da maior central do Baixo Zêzere.

Tem-se repetido a quebra de sincronismo, acima registada, entre a oportunidade política e a oportunidade verdadeira, isto é, aquela que interessa efectivamente à Nação. É de data recente[3] o despacho que manda estudar a concessão de distribuição eléctrica no Baixo Alentejo e no Algarve. Afirma a oportunidade da decisão; e, ao lê-lo, o leitor desprevenido ficará pensando que o problema é de agora, que germinou de repente, como Minerva na cabeça de Júpiter.

Não é bem assim. As condições precárias em que se faz a distribuição de energia no Baixo Alentejo e no Algarve são conhecidas há muitos anos. Peço perdão de citar mais uma vez a *Estatística*; é o meu armazém de coisas velhas. Do relatório do volume de 1938 trago a lume este passo:

> De um outro plano deste género, embora de menor envergadura, nos ocupamos presentemente. Há muito que a distribuição de energia no Algarve, parcelada e insuficiente, indigna do meio, nos impressionava desagradavelmente.
>
> (...)
>
> Ainda no mesmo espírito nos ocupamos há muitos meses do Baixo Alentejo a partir de Beja, para evitarmos a multiplicação de pequeninos motores incapazes de bom serviço.

Foram tentativas modestas para melhorar o que se sabia estar mal em tentativas que se reconhecia andarem longe da solução boa, mas que representavam o máximo de possibilidades da Junta de Electrificação Nacional desacompanhada de cima. Pouco se conseguiu.

Mais tarde, ao discutir-se, em 1946, o caderno de encargos da concessão da Companhia Nacional de Electricidade, e ao impor-se nele a construção de uma linha ida de Setúbal até à vizinhança de Beja, não era outra a intenção, porque nenhuma outra faria sentido, senão a de manter a mesma continuidade de pensamento, a de criar em Beja o centro de irradiação de uma rede secundária, capaz de abastecer todo o sul do País para baixo de Évora, com excepção do distrito de Setúbal já então concedido.

O oportuno teria sido definir de uma só vez o que se sabia integrar o conjunto das necessidades imediatas: construir a central de Castelo do Bode, traçar as linhas de transporte até chegar a Beja, alimentando no caminho Lisboa e Setúbal, penetrar simultaneamente na estepe alen-

[3] Jornais de 10.7.1951.

tejana, galgar Monchique e o Caldeirão e ir saudar o Oceano sobre a costa do Algarve, como outrora os Dez Mil à vista do Ponto Euchino; e ir ao mesmo tempo estendendo as redes de baixa tensão numa lenta caminhada para a electrificação rural.

Começar nesta altura de 1951 com a grande distribuição no Sul é fazê-lo com sensível atraso; e não se diga que a obra se parcelou por motivos financeiros, porque o que ficou para trás foi uma gota em face do que se gastou.

Aquele conjunto, posto em marcha paralelamente, seria um plano, parcelar mas perfeito, com princípio, meio e fim — plano completo, no qual haveria coisas grandes e pequenas, coisas portentosas em que os homens se revêm como Narciso e coisas pequeninas em que ninguém repara, mas tão úteis como aquelas para a harmonia do todo.

Pôs-se em marcha a primeira parte: a central e as linhas até Setúbal; desde então (já lá vão quatro anos) que se discute se se faz ou não a linha para a zona de Beja, apesar de legislada como obrigatória, porque nunca se quis decidir o que se passaria no Sul, apesar das informações dos organismos técnicos competentes; registe-se o que se afirma no relatório do Conselho de Administração da Companhia Nacional de Electricidade, referente ao exercício de 1950:

> Da linha de Setúbal para Ferreira do Alentejo, cuja data de conclusão foi fixada em Maio de 1953 pelo decreto nº 37926, ... nada fizemos por enquanto. Continua por resolver o problema do abastecimento do Sul, pelo que não existe presentemente nenhum distribuidor em condições de se alimentar através daquela linha. Parece portanto descabido pensar na sua construção enquanto não estiver definida a maneira de lhe dar utilidade.

Estavam as coisas neste ponto morto; de repente, porque as forças políticas locais, fartas de esperar, avançam sobre Lisboa e tiram o retrato junto da estátua de D. José, há um acesso de dinamismo e aparece, não como passo lógico e previsto mas como coisa nova e ocasional, a concessão em alta tensão em todo o Sul, sem outra oportunidade que se entenda, a não ser a que resulta de valer mais tarde que nunca. E daqui a meia dúzia de anos, quando as coisas estiverem mais amadurecidas, as mesmas forças políticas virão pedir que se ajude a estender a baixa tensão aos povoados rurais e, possivelmente, à electrificação das eiras e das noras dos poços; e nessa altura, um novo solavanco fará talvez pôr em vigor as bases da lei 2002 em que o assunto foi lembrado.

Não quadra ao meu feitio geométrico e, possivelmente, pouco elástico, ver fixar oportunidades um pouco forçadamente, ver andar assim pouco coesas as coisas que me são caras; gostaria de as ver mais dentro da lei, mas harmonicamente planejadas — para usar termo em voga no Brasil.

O relatório da *Estatística* de 1934 (é a última citação) acaba por estas palavras:

> Saiu iludida a esperança, a que no relatório do ano passado chamáramos fundada, de que este volume viesse a publicar-se na atmosfera já serena de nova organização da electricidade portuguesa. Não faremos mais augúrios.
>
> (...)
>
> Falta fixar um critério sobre aproveitamentos hidráulicos, orientar as concessões de centrais térmicas, refundir profundamente os cadernos de encargos sobre distribuição, reformar os regulamentos de licenças, firmar o papel do Estado como animador e colaborador da obra de electrificação — numa palavra, falta lançar ideias novas e dar finalidade a coisas que hoje a não têm.
>
> (...)
>
> Quebrará o encanto quem souber (e puder) imprimir aos órgãos dispersos da electricidade portuguesa a harmonia serena das lei físicas do Universo. Esse terá achado o que nos falta: a Lei.
>
> E a Lei será fecunda.

Sinto-me castigado merecidamente. Prometi não fazer augúrios, uma vez que me enganara ou que me enganaram. Mas deixei-me tentar, poucas linhas abaixo, a prenunciar a fecundidade da Lei. E verifico — verificamos todos — que a Lei tem sido menos fecunda do que prometia.

A construção das novas centrais eléctricas e da rede de transporte teve dois objectivos fundamentais: substituir a energia térmica por energia hidráulica e suprir a nítida escassez da potência instalada nas centrais portuguesas. Através do primeiro conseguimos dispensar cerca de 300000 toneladas anuais de combustíveis estrangeiros e subtrair o abastecimento de energia às contingências da importação dos carvões; através do segundo conseguimos reduzir a probabilidade de restrições de consumo e pomos ao serviço da Nação maior volume de energia permitindo o estabelecimento de novas indústrias, de outra forma inviáveis.

Entre essas indústrias destacam-se pelo volume do consumo e pelas tarifas especiais que pedem, aquelas que se mencionam na Base XIII da lei nº 2002: electroquímica, electrometalurgia, tracção e grandes planos de rega. Estão presentemente nestas condições o Amoníaco Português e a União Fabril do Azoto.

Reservou-se o Estado, nos cadernos de encargos das concessões de produção e de transporte, o direito de fixar as tarifas, de aprovar os contratos, de repartir entre aquelas empresas em regime especial a parcela de energia consignada a esse fim.

Há cerca de três anos se vem chamando a atenção de quem de direito para a necessidade de assentar ideias sobre estes delicados pro-

blemas a fim de que, uma vez iniciada a laboração das centrais, das linhas e das fábricas, todos soubessem a lei em que viviam.

Não aconteceu assim. Entrado o ano de 1951 e posto em serviço o novo instrumento, teve a empresa transportadora que elaborar uma série de acordos provisórios, por um lado com as empresas produtoras e pelo outro com as consumidoras, para que a exploração pudesse articular-se. Mas tudo isto é precário; os acordos acabam à roda do fim do ano corrente (1951) e as tarifas foram estabelecidas na base de um preço fixo por unidade de energia — solução de emergência, demasiadamente simplista para fornecimentos tão complexos, para os quais a técnica exige uma fórmula tarifária dependente de numerosos parâmetros: potência, consumo, factor de potência, horário, etc. Assim o determina, aliás, a própria Base XXVI da lei nº2002. Acresce que estes acordos, porque são feitos para remendar uma falha de ocasião, se resumem a algumas cláusulas essenciais, com abandono de todos os pormenores que devem figurar num contrato definitivo; pode, sem dúvida, passar-se assim alguns meses mas não pode passar-se toda a vida.

Entretanto, decorre o tempo e não se conhecem decisões superiores. Que vai passar-se em 1952? Fazem-se acordos provisórios por mais um ano?

Seria pouco desejável. Aos inconvenientes apontados, um outro, porventura mais sério, se sobrepõe: o de criar um foco de confusão onde deveria haver, para exemplo, a regularidade de um pêndulo. Os preceitos regrados da lei, as responsabilidades morais de um órgão que é irradiação do Estado, as responsabilidades técnicas de um grupo de concessionários de serviço público atentos a manter o sincronismo das redes — tudo isto é contrário à perplexidade.

Mas esse é o signo sob que se vive. As empresas ligadas neste grande conjunto — produção, transporte, distribuição, consumo — sentindo-se sem rédeas, cujo governo o Estado reservou para si mas que não puxa apesar de solicitado, dominadas pelo nervosismo natural do primeiro arranque de uma obra francamente grande para a nossa escala, tendo interesses antagónicos cujos limites hão-de ser talhados com a visão superior do condicionalismo económico nacional — essas empresas agitam-se, alarmam-se, discutem, lamentam-se, tornam a agitar-se, a alarmar-se, a discutir, a lamentar-se, e acabam por convir em soluções de compromisso essencialmente precárias; e quem vê estas coisas por dentro julga estar a ver um punhado de enguias torcendo-se e cruzando-se no fundo de um alguidar esgotando-se num esforço inútil porque nunca saem da mesma posição. E quem se sente neste revolver sem esperança, cansado o espírito de trabalhar em vão, só avista uma luz, mortiça como candeia sem azeite, a balizar o caminho da atitude construtiva: esperar.

Insatisfação quanto ao presente e dúvida quanto ao futuro é o que fica nos espíritos; e esta inadequada política, que leva a tomar compromissos e os deixa suspensos da incerteza, julgo dever atribui as declara-

ções públicas da União Fabril do Azoto, que respiram preocupação, e que reduzidas à última essência se condensam em duas: a de que se instalou sob a pressão do Estado, e a de que precisa de amparo oficial e de electricidade muito barata[4].

A primeira não chega a ser bem uma verdade; a segunda é uma verdade por demais sabida. Ao nervosismo do estado de dúvida em que se vive atribuo a falta de pontaria das duas afirmações, uma aquém e outra além do que seria justo dizer-se. Política industrial adequada seria aquela que levasse a afirmar numa tranquila exteriorização de verdade e justo louvor:

> O Estado manifestou à União Fabril o apreço em que tem o seu esforço industrial, a confiança no seu poder de realização, e sugeriu-lhe que acrescentasse na lista das actividades uma fabricação digna da sua categoria: a dos azotados. E disse-lhe mais que para tornar possível este fabrico promulgaria uma disposição legal, para se cumprir *como nela se contem*, na qual a garantia de fornecimento com a fixação de regimes tarifários especiais, oferecida às indústrias essenciais da nossa independência e da nossa vida, que por irremovível condicionalismo dos nossos recursos tenham que ser electroquímicas, constituiria uma das premissas da nossa política de electrificação. O Estado disse e cumpriu; a União Fabril, ao mostrar aos seus convidados esta grande fábrica em montagem, julga demonstrar que confiou e está cumprindo também.

Seria mais ajustado ao bem da Nação que se pudesse falar assim, do que andarmos a empurrar responsabilidades suspensos de uma palavra de decisão que tarda em se pronunciar. E aquela premissa, que com tão profunda consciência se escreveu e continua a considerar-se um dos princípios que, só por si, justificaria a lei 2002, porque abre à indústria química um novo campo até agora vedado — essa premissa, que se pode cumprir com a mais galharda elegância sem afectar os preços de produção da energia em mais de 2 ou 3 centavos por kWh — quase zero nos preços da distribuição — vê-se humilhada na indecisão com que a aplicam, descida no conceito de muitos a um expediente da última hora para salvar indústrias inviáveis. Ocorre a fala comovida da formosa Dione ao grão Tonante: Mas moura enfim na mão das brutas gentes, que pois eu fui...

Dou por findo este depoimento; alongá-lo seria impertinência minha e cansaço para o leitor. Sem denegrir nem malsinar, ofereço com objectividade um exemplo de coisas que, julgo, poderiam ganhar com alguma mudança.

Neste resumo das linhas mais salientes saberão as pessoas de boa vontade e recta consciência encontrar a origem da minha insatisfação.

[4] Jornais de 18.6.1951.

Não o fiz para acusar ninguém de coisas que tenha feito ou não feito, mas para me livrar da acusação, que pressinto, de ser descontente por temperamento. E talvez já tivesse esse direito. Tenho vinte anos de batalhação; é natural que, em tão longo período, ao menos em alguns casos, tenha tido razão; mas uma só vez consegui executar ou fazer aprovar exactamente aquilo que julguei melhor, sem topar opiniões contrárias a corrigir-me benevolamente os erros: na electrificação da minha casa.

São muito graves as acusações que ficam feitas? Evidentemente não sobretudo se encararmos o seu valor relativo em face da obra posta de pé. Seria deformar a evidência pôr em dúvida o mérito do que se fez; seria crítica malsã afirmar que tudo está errado; mas seria daltonismo entender que tudo corre de maneira a encantar.

A opinião pública é elemento fundamental da política e administração — diz o nosso estatuto político. Julgo traduzir o pensamento de um grupo de portugueses de boa vontade — industriais, técnicos, funcionários — ao exprimir as opiniões que ficam postas, ver a parcela da opinião pública, não para desorientar ou subverter mas para requerer se emende o que parece não ser perfeito. O direito de petição é constitucional.

Não se discute a obrigação de aceitar alegremente limitações ou contrariedades impostas pela justiça ou pelo bem comum; mas não pode exigir-se a mesma alegria ao suportá-las por outro motivo, mesmo razoável que seja ou pareça ser.

Sinto-me feliz a colaborar numa grande obra a que me dediquei com devoção, mas trabalho nela desconsoladamente: encontro restrições que não mereço e falta-me o rumo de que preciso. Por vezes me desorienta a contradição; com frequência me perco a duvidar de mim e dos outros; quase sempre me sinto a pregar em vão, não no deserto mas entre pessoas que dão mostra de não quererem ou não saberem ouvir — porque o fazem distraidamente e sem proveito aparente. Fica-me por último a dúvida de saber se o defeito é da pregação que é fraca ou dos ouvintes que são hereges.

A Constituição de 1933, que votei, obriga-me a cumprir mas não me obriga a concordar; por isso eu cumpro porque é o meu dever mas discordo porque é o meu direito.

Não desejaria que as últimas palavras deste livro fossem amargas, como não desejaria que não traduzissem a verdade inteiramente nua. Para harmonizar os dois desejos, peço licença para que fale por mim a musa bucólica de Bernardim Ribeiro:

Dentro do meu pensamento
Há tanta contrariedade
Que sento contra o que sento
Vontade e contra vontade.

CAPÍTULO IV[a]

A REORGANIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXISTENTES

36 — ABERTURA

O nome do capítulo IV, com que abre o volume II desta *Linha de Rumo*, é o da parte II da lei nº 2 005[1] — aquele grupo de 16 bases que mais longamente foi discutido e com maior ardor foi criticado, que a Assembleia Nacional aprovou em alguns passos pela tangente de escassa maioria, e que ficou até hoje no rol das coisas esquecidas. Por 1948, passados três anos sobre aquela hesitação parlamentar, pareceu querer dar-se à lei começo de execução, para o que se nomearam algumas comissões de estudo; mas os respectivos relatórios que, pela dinâmica do próprio assunto, rapidamente envelhecem, aguardam nos arquivos quem os leia e saiba extrair deles conclusões úteis[2].

Esta sequência de desventuras, sombra de fado mau a perseguir a lei, onde se desenha uma linha geral de oposição, tem sua base sem querer dizer que tenha sua defesa. A reforma daquilo que hoje existe no domínio industrial toca de perto no sentir de uns, no interesse de outros e nas opiniões, pouco mais que verbalistas, de quase todos; contraria a tendência universal (que se manifesta na matéria, na energia e no pensamento) para a conservação dos estados de equilíbrio preexistentes; e a opor a tudo isto, que é imenso, a revisão do nosso passado de fracos industriais conta apenas com o entusismo e com as razões a que muitos chamam teóricas, de meia dúzia de idealistas.

Pois este capítulo, com o nome copiado da lei, servirá por isso mesmo para reunir algumas razões em defesa daquela desventurada

[1] *Diário do Governo*, I Série, de 14-3-1945.

[2] Depois disso, várias vezes se tem afirmado que a política industrial vai ser revista — mas não se diz em que sentido.

---

[a] A numeração dos Capítulos é feita na sequência dos Capítulos incluídos na *Linha de Rumo I* (Tomo I desta edição).

parcela do abandonado diploma — razões teóricas ou não teóricas, como cada um julgar mais acertado. E ofereço nesta *Abertura*, em guisa de introito, uma tentativa de explicação do que deve entender-se por indústrias grandes e pequenas — coisa que é, à primeira vista, muito simples, que se mostra à segunda vista, perigosamente elástica, e onde me parece estar, pela facilidade com que muda de aspecto, a razão essencial de ser confuso, ou de o terem feito, o problema da nossa reorganização industrial.

Em contraposição ao número reduzido de novas indústrias que foram analisadas no capítulo antecedente, e que são todas as incluídas no programa considerado de base, o número das indústrias estabelecidas entre nós é elevado e com ele o número de unidades. Não se anda longe da verdade quando se diz que quase todas as indústrias se acham representadas em Portugal, como o fez o cartaz da exposição de Paris de 1937, que foi citado no capítulo II (nº 23). O que pode acontecer é que algumas dessas representações sejam de tal categoria que a prudência aconselhe se passem em silêncio, não vá algum curioso perguntar como vivem e o que fazem; julgo que todos concedem que dessas perguntas poderiam algumas ser embaraçosas.

Se não resulta desta multiplicidade fabril um nível satisfatório de industrialização do País — e os factos mostram que assim é — se das indústrias existentes poucas satisfazem as necessidades nacionais e pouquíssimas participam na exportação, é porque as unidades existentes não são boas ou não são bem orientadas. A constestação não parece fácil — ressalvadas algumas causas naturais de desfavor, que não há-de querer a nossa má sorte nos aflijam em todos os casos, nem a noção de probabilidade nos consentirá que assim o aceitemos.

O parcelamento levado à pulverização salta como anomalia fundamental das nossas actividades fabris; o valor médio do equipamento em 35 dos nossos mais importantes ramos industriais[3], abrangendo 3 200 fábricas, andava em 1938 por 400 contos, reduzidos a 230 quando excluídas as indústrias algodoeira e moageira; o valor da produção anual por fábrica não excedia 900 contos, reduzidos a 630, caso se excluam as mesmas duas indústrias que, pela sua extensão e preço da matéria-prima, têm peso considerável no valor médio do produto; o número médio de operários por unidade industrial era de 49[4].

[3] *Diário das Sessões*, nº 85, de 2-11-1944 — Relatório da proposta de lei de fomento e reorganização industrial, Quadros II e III. Nos valores indicados acima excluiu-se a indústria de Ferro e metais, particularmente dispersa por abranger as pequenas oficinas que se dedicam em especial a reparações.

[4] A Direcção Geral dos Serviços Industriais, no seu *Boletim* nº 156, de 26-12-1951, actualizou os quadros referentes a 1938. Embora os novos números sejam diferentes dos anteriores, como resultado da evolução de 12 anos e de mais cuidadoso apuramento, as conclusões que é possível tirar não diferem grandemente.

Estes números são manifestamente muito maus, porque dizem respeito a todas as indústrias de certo vulto (e só a essas) em que a mecanização é a regra actual, excluidas apenas as cinco indústrias tidas como concentradas e reunidas no Quadro I daquele mesmo relatório (cimento, cerveja, tabaco, fósforos e adubos químicos); não incluem as unidades, sempre muito pequenas, que costumam entrar nas estatísticas industriais de todos os países, e que houve o cuidado (que os críticos nem sempre reconhecem) de retirar deste cômputo para não o falsear (oficinas de alfaiate, modista, encadernador, canalizador, marceneiro, ourives, decorador, canteiro, ferreiro, tipógrafo, etc.); e se tivermos em conta que eles abrangem algumas fábricas que podem considerar-se boas ou ao menos regulares, mais nos deve dar que pensar como serão as que se situam abaixo da média — aquelas cujo valor de equipamento não excede algumas dezenas de contos. E a ideia de concentração nasce naturalmente, por institnto de defesa ou como reacção de humano pudor ante o olhar suspicaz do estrangeiro desdenhoso e não como florescência de positivismo, a servir de cortina — no pensar de alguns alarmados — a negro marxismo embiocado.

Resulta, desta necessidade de concentrar, uma situação embaraçosa de aparente contradição. Defenderam-se nos capítulos II e III as indústrias novas, com o argumento de que pode haver em alguns casos unidades pequenas; atacam-se agora as indústrias existentes com o argumento de que é preciso haver unidades grandes; e desta variação poderá alguém inferir, e parece que às vezes infere, um ecletismo demasiado. Daí a conveniência da explicação a que se destina esta pequena nota prévia.

Os livros de Economia Política tentam definir os caracteres distintivos da grande, média e pequena indústria; variados índices, como o capital, o número de operários, o valor da força motriz, o volume de negócios e outros, se apresentam e se excluem sucessivamente, sem que seja possível assentar num critério que permita normalizar uma definição e, menos ainda, fixar um número que sirva como ponto de referência. Não se consegue mais do que colher as noções correntes, relativas e imprecisas, do que é grande, médio ou pequeno. E não se avança muito por este lado.

Comecemos por fixar dois limites. As instalações do que se chama uma grande indústria nos países do centro da Europa valiam antes da guerra uma cifra da ordem dos milhões de contos, e frequentes vezes de muitos milhões; na média de muitas indústrias portuguesas encontra-se, como acaba de referir-se, cerca de 200 contos. Estes são os limites. Mesmo que o limite superior seja um milhão (e é uma miséria de limite), a relação entre os extremos é de 1 para 5 000; entre o colossal e o miserável fica um abismo onde cabem em larguíssima escala o grande, o médio e o pequeno.

As fábricas previstas no plano das indústrias-base deveriam custar, antes da guerra, entre 20 000 e 120 000 contos cada uma, com excepção da siderurgia (lingotes e laminados de ferro) que se contava fosse para a casa dos 200 ou 300 000; por isso se estimou o total, como foi dito, em 600 000 contos. Depois da guerra, quebrada a moeda para metade, deveríamos andar pelo dobro.[5] Trata-se portanto de *pequenas fábricas*, quando a unidade for a *Ford* de Detroit, a *Westinghouse* de Pittsburgh, a *Metropolitan-Vickers* de Manchester, a *Imperial Chimical* de Billingham, a *I. G. Farben* de Ludwigshafen, a *Siemens* de Berlim, a *Schneider* de Creusot, a *Fiat* de Turim — para só referir algumas daquelas que andam no ouvido de toda a gente.

Disse e mantenho que é possível fazer alguma indústria sem cultivar o colossal; o maior obstáculo em me fazer compreender está na dificuldade de convencer muitos portugueses, que parece terem sido habituados de pequeninos a contar vinténs, de que uma fábrica que custa 50 ou 100 milhares de contos não é uma coisa deslumbrante.

Se agora tomar como referência as fábricas portuguesas dos 200 contos e afirmar que para fazer de muitas delas alguma coisa de útil é preciso transformá-las, como mínimo dos mínimos, em unidades que valham 4 ou 5 000 contos, dir-se-á que estou a advogar a construção de *grandes fábricas*, que pretendo fomentar uma concentração monstruosa.

As nossas novas fábricas de azotados ou celulose, que nos parecerão grandes, serão pequenas em relação às similares dos grandes centros; as nossas pequenas fábricas, que hão-de nascer de algumas reorganizações, serão grandes em comparação com a poeira que devem substituir.

As palavras mudam com o termo de referência mas o critério é só um, que é fazer em cada caso o mínimo que tenha defesa; a medida de uma grandeza varia na razão inversa do valor da unidade — e contudo é sempre a mesma grandeza. O globo terrestre, que em tantos aspectos o homem considera como infinito, é um grão de areia na imensidade da Galáxia.

Julgo que com isto deixa de ser legítima a confusão entre o grande e o pequeno — no relativo e no absoluto. E julgo ainda que terá ficado claro que uma fábrica não poderá chamar-se grande ou pequena por simples apreciação do tamanho em área ou valor, medida subjectiva que a mesquinhez do observador reputará sempre astronómica, mas pela folga que apresenta relativamente à capacidade mínima com aptidão de produzir em condições aceitáveis, segundo a sua natureza.

[5] Para as modestas produções previstas em 1940. Hoje, passados 17 anos, aqueles valores estão ultrapassados em muito, porque as dimensões das unidades cresceram grandemente — o que só é motivo de satisfação.

Sucede que às vezes o Presidente dos Estados Unidos ou qualquer ministro da Grã-Bretanha dizem — e acho que dizem muito bem — que é conveniente defender a média e pequena indústria como elementos de equilíbrio na produção; e logo alguns portugueses batem palmas e desdobram o mote em inspirada glosa, na qual hostilizam os princípios de reorganização que a lei nº 2 005 estabeleceu, e defendem as indústrias tal como hoje as temos — pequeninas, modestas, humanas, adaptadas ao tamanho da pequena casa lusitana e ao sentir da nossa grei, como se diz no caudal de lirismo com que é costume, talvez a despropósito, tratar estes assuntos. O que nos salva é que tão depressa somos de uma pequenez liliputiana, que só nos consente, e mal, mesteres acanhados e sem defesa, como logo a seguir, uma simples mudanças de lentes faz ver a muitos, sem a menor vertigem, nada menos que um império. Eu fico-me prudentemente pela média, a procurar ver sem lentes para ver mais certo; percebo mal como estas noções de império e de impotência económica entram sem atrito ao mesmo tempo dentro da mesma cabeça; e este pender de opiniões, aos bordos entre dois extremos irreiais, só me parece comparável à leveza com que se move a agulha de um sismógrafo em dia de terramoto.

Quando ouço aos meus compatriotas uma palavra de descrença na melhoria da nossa produção, sinto vontade de lhes perguntar o que conhecem dela ou o que fizeram por ela que lhes deu autoridade para falar; quando lhes ouço um auto-elogio nacional que me pareça menos merecido, sem que se dêem ao propósito ou à canseira de merecê-lo, não posso furtar-me à recordação dolorosa da figura desprezível de Dâmaso Salcede, que tinha nos reposteiros da sala, bordada a ouro, a divisa *Sou Forte*.

Parece julgar-se — e penso que alguns o fazem sinceramente — que estas nossas indústrias, com equipamentos velhíssimos e desactualizados, que valem em média (se é que valem) 100 ou 200 contos, são a média e pequena indústria de que fazem a defesa os políticos anglo-saxões; mas há nisto um equívoco de certa importância que vou procurar esclarecer.

Em 1945 falaram os jornais na constituição, em Inglaterra, de duas companhias destinadas a conceder créditos a empresas industriais inglesas no período post-guerra, como forma de facilitar o seu desenvolvimento, de reforçar a economia britânica e de combater em consequência o desemprego. De facto, em 23 de Janeiro daquele ano o Chanceler do Exchequer (J. Anderson) afirmou na Câmara dos Comuns[6]:

> As a result, it is proposed to set up two companies. One company, to be named Finance Corporation for Industry Limited, is

[6] *Hansard*, vol. 407, pág. 644 e seg.

> intended to have a capital of £ 25,000,000 and borrowing powers of four times that amount. Thus the total resources of the Company would be £ 125,000,000.
>
> (...)
>
> The purpose of this company will be the provision of temporary or longer period finance for industrial businesses of the country with a view to their quick reahabilitation and development in the national interest, thereby assisting in the maintenance and encrease of employment. The company's primary purpose will be to provide finance and not itself to reorganise industry.
>
> The second and smaller company, to be named the Industrial and Comercial Finance Corporation, Limited, will have a capital of £ 15,000,000 and borrowing powers of twice that amount.
>
> (...)
>
> The total resources of the company will therefore be £ 45,000,000 and the object will be to supply medium and long-term capital for small and medium sized businesses of the country in amounts, say, from £ 5,000 to £ 200,000; amounts of less than £ 5,000 can usually be procured in the ordinary way from bankers.

Do debate que se seguiu reproduzo esta saborosa passagem:

> *Colonel Sir Charles MacAndrew*: The Chancellor of the Exchequer referred to small businesses; may I ask him what is his definition of them?
>
> *Sir J. Anderson*: I did indicate that the smaller of the two corporations is designed specially to provide accommodation for small businesses and would be concerned with the making of loans ranging from say £ 5,000 to £ 200,000.

Copio o texto inglês para evitar as dúvidas a que poderia prestar-se o rigor da tradução. Vê-se por ele:

1º — Que a maior das duas Companhias, cujo capital começa por 25 milhões de libras e pode subir até 125 milhões, se destina a conceder créditos a actividades industriais;

2º — Que a Companhia mais pequena, cujo capital começa por 15 milhões de libras e pode subir até 45 milhões, se destina a conceder créditos a pequenas e médias actividades comerciais ou industriais em valores compreendidos entre 5 000 e 200 000 libras;

3º — Que, desviando a resposta directa à pergunta do coronel MacAndrew sobre o que se entende por pequenas actividades, num estilo tão característico das discussões no Parlamento Britânico, o ministro se limitou a repetir que a mais pequena das duas companhias se

destina a dar ajuda às pequenas actividades, fazendo empréstimos entre 5 000 e 200 000 libras[7].

Este exemplo deixa perceber claramente que o que se chama pequena e média indústria na Inglaterra não é o trabalho caseiro, nem a oficina do artífice, nem a fabricazinha de aldeia; é uma unidade industrial capaz de pedir emprestados 500 a 20 000 contos[8] — e de ter portanto idoneidade e crédito para isso.

E medite-se em que isto não resulta da opinião de uma pessoa, a que o facto de ser ministro não dá o privilégio de só ter opiniões boas; a declaração feita nos Comuns não é um ponto de vista pessoal mas o resultado das negociações que se fizeram para a constituição das sociedades de crédito, onde intervieram o Banco de Inglaterra, outros bancos ingleses, companhias de seguros, etc.

Todas as numerosas pessoas ou, pelo menos, a maioria das pessoas que colaboraram na criação da sociedade destinada a emprestar dinheiro a médias e pequenas actividades, devem ter achado bem os limites de 5 000 a 200 000 libras que, portanto, em seu critério, marcam a margem das necessidades das empresas a servir e, logicamente, definem o volume dessas empresas a que chamaram pequenas e médias.

Creio poder considerar assente que a pequena indústria que às vezes aparece referida nos discursos ingleses é mais a empresa que a nossa lei nº 2 005 encara, com as suas modestas instalações valendo 2 ou 5 ou 10 milhares de contos, conforme as necessidades, do que aquelas empresas, com equipamentos de 50, 100 ou 200 contos, de que faz um triste apanhado o Quadro III do relatório que antecede a proposta daquela lei.

A lei nº 2 005 também defende a pequena indústria onde ela é possível — a indústria modesta mas séria, aferida pela bitola mínima que a técnica actual consente; porque abaixo dessa medida só há o trabalho

[7] Pelo relatório desta companhia, referente a 1953-54, verifica-se que o capital realizado em 31 de Março de 1954 era de 27 250 000 libras, sendo 7 500 000 de acções e 19 750 000 de empréstimos. Este capital estava totalmente emprestado a numerosas indústrias dos mais variados ramos, com a seguinte distribuição:

	Número de empréstimos	Valor médio de cada empréstimo
Até 10 000 libras	74	5 950 libras
De 10 001 a 20 000	61	15 200 »
De 20 001 a 50 000	160	36 600 »
De 50 001 a 100 000	81	76 000 »
Acima de 100 001	84	172 000 »
Total	460	

Naquela data, o valor acumulado bruto dos empréstimo feitos (não deduzidas as amortizações) era de 38 288 000 libras.

[8] Ao câmbio daquela data.

caseiro (que é outra coisa e que não está em causa), o artesanato (que também não está), e a indústria de miséria ou de ignorância ou de fraude, que aquele diploma se propõe combater como inaceitável por um programa consciente de revigoramento da produção — essa indústria a que os românticos portugueses fazem tantas vezes alambicado elogio.

E nada mais sobre tamanho de unidades fabris, porque isso já chega para quem quiser entender; seria tão grande desacerto como tentar esgotar o oceano reunir argumentos para converter os que não chegam a esse entendimento por não quererem ou não poderem.

Se aquilo que vou dizer sobre a média da nossa indústria parecer alguma vez exagerado, não peço ao leitor que me acredite; peço-lhe que vá à estante buscar o volume I desta obra, que não passa de despretensioso relatório, que reveja a fig. 2 e que, sem despegar os olhos dela, medite na probabilidade de ser justa a minha apreciação. Ficarei satisfeito[9].

E peço ainda aos industriais que estejam muito acima da nossa média cultural — porque há alguns — tenham sempre presente que ao focar um aspecto desagradável faço por sistema a reserva mental de os excluir. Mas nem com esta prevenção evitarei que alguns, incapazes de auto-crítica, continuem a afirmar que sou injusto, sem se lembrarem de que nada pesa o exemplo de uma, de dez ou de vinte indústrias prósperas e progressivas (mesmo que tudo a que se chama progressivo o fosse na realidade), quando a média conduz aos números do capítulo I. O objectivo que se procura não é depreciar o trabalho de ninguém, mas fazer o que entre nós nunca se fez com a necessária profundidade: mostrar ao País a nossa insuficiência industrial e a consequente urgência de uma reacção forte e continuada. A réplica a esta obra não consiste em protestar contra um pormenor que, com ou sem intenção, tenha atingido alguém; está em fazer a demonstração inversa de que a indústria portuguesa, olhada em globo, é suficiente.

Tenho a convicção de que o tema seria ingrato se alguém ousasse abordá-lo.

37 — FALSAS NOÇÕES SOBRE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Reza a mitologia que Polidectes, rei da ilha de Serifo, ficou petrificado à vista da cabeça de Medusa. Para assombrar desta maneira os que a olhavam, devia ser horrorosa a cabeleira da Górgona, com as madeixas transformadas em novelos de serpentes.

[9] Nos índices empregados na elaboração daquela figura não entra o produto bruto nacional, de que à data não era conhecido — pelo menos do autor — o valor português. Alguns reparos que se levantaram aos índices adoptados não merecem ser discutidos, porque não se nega a ninguém o direito de escolher os que achar mais representativos e de os combinar como lhe parecer mais lógico; os resultados serão sempre semelhantes — infelizmente. A triste a única verdade é que Portugal está na fronteira dos países sub-desenvolvidos, com os seus 203 dólares de produto nacional por habitante (número de 1955).

A concentração industrial, pelo alarme que levantou, é bem a cabeça de Medusa da modesta obra de renovação que se tentou fazer e alguns não quiseram se fizesse; só não consta, felizmente, que o abalo que causou fosse mais do que moral. Com o andar das idades, ou os homens vão ficando mais fortes ou as cabaças de Medusa se vão tornando mais fracas.

E porque muita gente me pareceu mal informada (ou o fingiu) sobre o alcance desta concentração, me vejo forçado a dizer algumas palavras sobre as ideias falsas que à sua roda se formaram.

Antes de mais nada, importa fixar que a lei nº 2 005, como já atrás ficou referido (nº 27), não manda concentrar nem dispersar indústrias; manda fundamentalmente fazer inquéritos industriais dentro de regras concretas — regras compendiadas na Base XIX e ditadas como lema de trabalho às comissões de inquérito, tantas vezes desnorteadas por falta de caminho e de objectivo que até agora se não sabia ou se não julgava necessário dar-lhes. Leia-se o que ficou dito sobre inquérito industrial (nº 27).

Entre essas regras inclui-se a de estudar a forma de agrupamento das empresas existentes, *se for de aconselhar a concentração*; e esta reserva, que figura na redacção aprovada pela Assembleia Nacional, já constava da mesma alínea d) da base correspondente na proposta de lei (Base XVIII). Acresce que na Base VII (da lei e da proposta) a concentração é anunciada apenas como uma das sete formas que pode revestir a reorganização industrial: a concentração de fábricas, a substituição de material antiquado, a ampliação de instalações ou integração de indústrias, a expropriação de instalações excessivas, a substituição de instalações impróprias, a normalização e a adopção de métodos de organização científica.

A lei não é, portanto, uma lei de concentração industrial; e os que assim a consideram só mostram que em sua consciência, ante as premissas do relatório da proposta e a doutrina da Base VI, com a crueza com que põem a nu os vícios de organização de muitas indústrias — em sua consciência, a concentração industrial é o cáustico heróico que se impõe em bom número de actividades.

A Base VI diz umas quantas verdades que ainda não foram negadas: algumas indústrias de manifesto valor económico apresentam-se em tal grau de dispersão, formadas de tão pequenas unidades, que as condições de exploração se tornam más; algumas vivem do trabalho de um equipamento insuficiente, decrépito ou inadequado; algumas são incapazes de abastecer o mercado em quantidade ou qualidade dentro dos tipos de fabricação corrente; o nível do salário é baixo; somos um país atrasado; e isto, que é verdade, uma verdade bem mais impressionante do que geralmente se imagina, isto que eu observo há tantos anos com desgoto, fez nascer uma reacção legítima em busca do aperfeiçoamento do trabalho e da melhoria de vida do trabalhador.

Quando me encontrei em condições de tomar atitudes que não fossem totalmente platónicas (mas que, parece, acabaram por sê-lo), dei corpo a essa reacção, cujo objectivo se define na parte final da Base VI da proposta, a base com que abre a Parte II da lei e que constitui a sua síntese:

A reorganização visa o aperfeiçoamento das actividades industriais, com o fim de satisfazer as necessidades do mercado nacional em qualidade, quantidade e preço, as exigências dos mercados externos quanto às mercadorias que sejam objecto de exportação e a melhoria das condições de vida do trabalhador.

As restantes bases não são mais do que o desenvolvimento desta ideia, de que a Base VII, já citada, enumera os meios. As premissas não se podem negar; e quanto aos caminhos a que conduzem, não parece razoável condená-los sem apontar outros de comprovada eficácia o que, creio, se não fez ou, pelo menos, não dei por isso. Só ouvi crítica negativa, apoiada neste princípio que toda a inteligência esclarecida, ou que deseja sê-lo, tem por inaceitável; e que relembra as *leis naturais* do Dr. Quesnay, o mentor dos fisiocratas: o bom é deixar estar o que está, porque o que está é o melhor que se pode fazer.

Se me perguntarem se as soluções propostas na lei, com concentração ou sem ela, são dolorosas, preguntarei por minha vez se alguém imagina que me sento com prazer na cadeira do dentista. Mas o que posso afirmar é que eu ponho a questão ao meu dentista com muito mais lógica do que a reforma industrial tem sido posta por muita gente que a discute, incluindo alguns parlamentares: eu pergunto primeiro se é preciso, e só depois, como simples expediente dilatório, averiguo se faz doer; entretanto ganhei tempo e coragem.

Esclarecido que a concentração industrial não é o fim mas um dos meios, o que permite concluir que nem se aplicará em todos os casos nem terá a mesma extensão em todos aqueles a que se aplique, segue-se explicar que espécie de concentração se preconiza, porque havendo vários tipos de concentração industrial, as ideias vindas a público sobre a lei nº 2005 refletem certa desorientação quanto às intenções deste diploma.

Um dos fenómenos a que se dá o nome de concentração industrial é a concentração tipográfica, às vezes designada por *localização*: a aglomeração em dada zona do território de muitas fábricas do mesmo artigo. Não interessa desenvolver, porque vêm nos livros, as causas deste fenómeno, que existe em todos os países e tem em Portugal exemplos característicos: os vidros na Marinha Grande, os chapéus em S. João da Madeira, os lanifícios na Serra da Estrela, os algodões na bacia do Ave, os lacticínios nas cercanias de Aveiro, as conservas de

peixe em Matosinhos, Setúbal e costa sul do Algarve. E quanto ao que se passa além fronteira, nenhum português desconhece as sedas de Lyon, os algodões do Lancashire, as armas de Eibar ou Saint-Etienne, as cutelarias de Sheffield ou Soligen.

Não é preciso perder tempo a explicar que a lei nº 2005 não toma posição quanto a este aspecto do agrupamento industrial, que é secundário em relação ao problema basilar da reorganização fabril portuguesa; nem vale a pena dedicar-lhe aqui mais palavras do que as indispensáveis para dizer que a vizinhança de unidades industriais do mesmo ramo, se tem inconvenientes sociais, porque amplia as perturbações de toda a ordem (crises económicas, greves, faltas de energia, ocupação ou destruição em caso de guerra) e rouba a outras regiões uma possibilidade de progresso, tem vantagens de exploração indiscutíveis e é muitas vezes imposta por condições naturais.

Já anteriormente (nº 17) se referiu a vantagem de espalhar as indústrias (sempre que possível) pelos concelhos rurais, encostando-as às vilas e cidades de província para conseguir mais uniforme densidade de população e fugir às aglomerações de Lisboa e Porto; é matéria que a reorganização da indústria (com concentração ou sem ela) pode orientar favoravelmente, através da localização das unidades novas que em alguns casos haverá que construir.

Não tem por isso razão o prof. Amorim Girão (quanto ao que posso garantir do espírito da lei nº 2005) quando estranha que em Portugal se apele para a concentração industrial como forma de fomento económico[10]:

E não deixa de ser estranho ver apelar para ela (a concentração industrial) no nosso País, quando outros países mais industrializados, e por esse motivo mais duramente atingidos pela crise, estão agora reconhecendo a necessidade de desconcentrar as suas indústrias, transferindo para os meios rurais as que se encontram agrupadas junto das grandes cidades ...

Outra modalidade de concentração industrial, aquela que mais frequentemente tem sido confundida com as intenções da lei nº 2005, é a concentração de empresas, que não implica obrigatoriamente a reunião das unidades fabris. Este fenómeno é universal; o tamanho médio das empresas cresce em todos os países. As causas desta tendência são conhecidas e os livros da especialidade apontam numerosas (facilidades nas compras, nas vendas e na produção); mas os comentários publicados entre nós nos últimos tempos, desligados de toda a preocupação de crítica imparcial, dominados por certo primarismo de conceitos, só vêem na concentração das empresas uma odiosa manobra capitalista. De alguns dos críticos tem-se a impressão de que os faz falar a pena de não entrarem também numa concentraçãozinha confortável.

[10] Prof. Amorim Girão — "Reorganização industrial", *Diário Popular* de 6-2-1945.

Já se disse dos capitalistas o que se tinha a dizer (nº 15); nem todos são bons, nem sempre são de fiar, mas entende-se que são precisos. Também não é agradável andar à chuva, mas reconhece-se que a chuva é necessária para haver alimentos e electricidade — e as pessoas bem formadas alegram-se quando vêem chover depois de um período de seca, mesmo que não sejam agricultores nem accionistas de empresas hidroeléctricas.

A título de exemplo, reproduz-se a passagem de um livro em que se faz a história da *General Electric Company*, de Schenectady, pela fusão da *Edison General Electric Company* com a *Thompson-Houston Electric Company*, em 1892, contando a primeira 6000 operários e a segunda 4000[11]:

The Edison patent controlling the incandescent lamp had two years to run, anda a two-year handicap was something the Thompson-Houston Company might have difficulty in recovering from. And there were other Edison patents — the feeder patent, the three-wire patent without which direct-current service would be unsatisfactory. Thompson-Houston, on the other hand, held valuable transformer patents, which unlocked the whole field of the alternating current.

The conviction was taking shape that the incandescent lamp and the alternating-current transformer system belonged together, just as did the overhead trolley and the magnetic blowout. The two were complements of each other. Yet they had been kept apart because the patents were held by rival concerns. It was found that no plant could be constructed and no system installed by either company with any hope of rendering efficient service to the public without infringing the rights of the other company. In many of the larger cities two rival electric lighting systems existed. One local company exploited the Edison low-tension direct-current method of incandescent illumination; the other operated the Thompson-Houston high-tension alternating-current arc-lighting circuits and series incandescent circuits.

With affairs in this state, minds in the opposing camps were in a receptive mood regarding consolidation.

A leitura deste trecho mostra como a reunião destas duas empresas, já então grandes, aparece naturalmente por imposição do progresso técnico, como é legítimo aceitar que esta concentração foi feita de boa fé para obter mais rápido desenvolvimento das instalações eléctricas, então incipientes, sem o propósito exclusivo de criar uma situação escandalosamente lucrativa. Os homens que combinaram esta operação não deixaram certamente de pensar na situação financeira que seria cri-

[11] John Winthrop Hammond — *Men and Volts*, Ed. J. B. Lippincott Cª — Nova Iorque, 1941, p. 192.

ada à futura empresa e não se lançaram na obra sem previamente verificarem que ela melhorava; mas não vejo que por isto possam ser censurados, porque teriam sido ineptos se o não fizessem.

Neste nosso País de céu azul, em que a poesia perfuma as almas, nem por isso a cupidez é menos intensa do que nas terras em que se confessa que a vida é mais prosaica; sirvam de exemplo a intensidade do mercado negro e a nossa política de preços de exportação durante a última guerra. Como contrabalanço, na discussão do problema industrial, quando se trata de apreciar a posição dos outros, abusa-se da tecla do desinteresse, exige-se altruismo pleno, defendem-se princípios de virginal pureza; quase se olha como desonesto o propósito de quem funda ou dirige uma empresa, se ele não for a imagem fiel do pensamento que levou a rainha D. Leonor a fundar a misericórdia de Lisboa.

Esta falta de sinceridade é um defeito que nos inferioriza, na preocupação de parecermos mais desinteressados do que na realidade somos. Ocorre-me que em 1924, estando acesa a luta entre os graus superior e médio das escolas técnicas, uma comissão de alunos do Instituto Superior Técnico, de que eu fazia parte, foi ao edifício da *Lucta* procurar o Dr. Brito Camacho, um dos chefes políticos de então, para protestar contra certas providências legislativas que se anunciavam. Um dos membros da comissão falou, invocando os prejuízos morais que resultariam para a sua escola e seus diplomados; e o Dr. Brito Camacho interrompeu a certa altura: «E os prejuízos materiais? Podem falar neles porque são igualmente legítimos».

Nunca mais esqueci a lição. E quando leio o que dizem alguns senhores a discorrer candidamente sobre os malefícios das empresas (dos outros), como se elas não fossem o motor da circulação de valores, o nervo da vida económica, quando apenas seria legítimo criticar *algumas empresas*, lembro-me do Dr. Brito Camacho, recostado num sofá, a dar uma discreta lição de verdade e de civismo a um grupo de rapazes sentados à sua volta.

Não é único este caso da *General Electric*, atrás apontado, grande empresa industrial nascida da reunião de outras empresas pré-existentes; pode até dizer-se que esta é a regra, tão frequente o fenómeno se apresenta. Como amostra, e para não cansar, apenas quantro exmplos de grandes companhias estrangeiras, muito conhecidas entre nós, duas no domínio da química e duas no da electricidade.

A *Imperial Chemical Industries Limited* representa a fusão de quatro grandes unidades, cada uma das quais era já o fruto de outras fusões anteriores:

British Dyestuffs Corporatiom Ltd.
Brunner, Mond & Cº Ltd.
Nobel Industries Ltd.
United Alyali Cº Ltd.

A *I. G. Farbenindustrie* (*Interessen Gemainschaft*) reunia antes da última guerra uma grande parte da indústria química alemã e resultara inicialmente da fusão das oito empresas seguintes:

Badische Anilin & Soda Fabrik
Friedr. Bayer & Cº
Meister Lucius & Bruning
Actiengesellschaft fur Anilinfabrikation
Chemische Fabrik Griesheim-Elektron
Weiler-ter Meer
Leopold Cassella & Cº.
Kalle & Cº.

Dentro da fabricação de material eléctrico, a *The Ebglish Electric Company, Limited*, constituida inicialmente pela reunião de quatro sociedade, absorveu posteriormente mais algumas e engloba hoje, pelo menos:

Siemens Brothers Dynamo Works
Dick, Kerr & Cº.
Willams & Robinson
Phoenix Dynamo Manufacturing Cº.
D. Napier & Son Ltd.
Marconi's Wireless Telegraph Company Ltd.

Como último exemplo, a *Compagnie pour la Fabrication des Compteurs* nasceu da reunião das seguintes sociedades:

M. Nicolas, G. Chamon, Foiret et Cie.
Siry, Lizars et Cie.
J. Williams
Michel et Cie.

Aceito que tudo isto tenha um lado mau ou, pelo menos, sujeito a reserva; mas penso que os respectivos países devem consideráveis benefícios a estas grandes organizações, como elementos capazes de exportar técnica ou mercadorias, de manter um nível eficiente de pesquisa científica, de resolver as dificuldades nos momentos de aperto. Julgam os nossos comentadores, em geral tão bem intencionados como pouco esclarecidos, que são instalações como a média das nossas, daquelas que eles defendem com tão mal empregada eloquência, que aguentam o potencial de exportação da Inglaterra ou da América?

Até entre nós, quando na última guerra foi preciso arranjar quem soubesse tratar uns centos de toneladas de minério de cobre, que chegaram de Angola, ou preparar com urgência um insecticida arsenical para o primeiro ataque ao escaravelho da batata, não foi às fabriqui-

nhas de aldeia que se recorreu; foi à Companhia União Fabril, que, como o nome indica, também nasceu da união de duas empresas: Aliança Fabril e Fábrica Sol.

Seja ou não seja bem intencionado o fenómeno mundial da concentração de empresas, que conduz à gerência comum de estabelecimentos dispersos, o certo é que não é esse o objectivo da lei nº 2005, nem mesmo parece fácil que tal se suponha em face do seu texto e das longas explicações que foram dados no relatório da proposta, Mas as confusões foram numeorsas; e como reacção esclarecida contra esta falsa noção, recordo-me apenas de um artigo de autor que não conheço, mas que ficou merecendo a minha simpatia pela seriedade dos seus argumentos pró e contra. Lê-se nesse artigo[12]:

Em primeiro lugar, vejamos em que consiste a projectada concentração. O conceito clássico, a que ela se refere, é o da reunião de avultado número de empresas industriais trabalhando no mesmo ramo, sob uma mesma direcção técnica e comercial, subordinada a uma só e vasta organização financeira.

(...)

É agora ocasião de perguntar: corresponde a solução proposta para a nossa indústria ao conceito clássico de concentração?

(...)

Nestas condições, o que se propõe não é propriamente concentrar, pois isto pressupõe a propriedade comum das unidades resultantes, mas apenas constituir unidades industriais tecnicamente satisfatórias. O seu pequeno número (que é, afinal, o que está provocando todos os receios) resultará não do desejo de concentrar, mas única e simplesmente das escassas dimensões da nossa vida económica, do nosso consumo, que não pode absorver a produção de um maior número de fábricas eficientes.

Finalmente, um outro fenómeno tem sido confundido com as intenções da lei nº 2005 e, por tal motivo, apontado como praga daninha que a lei, com errada visão, pretende impor ao País. Refiro-me às coligações industriais, espalhadas por todos os países de alto nível fabril, com variados nomes e organizações: o *trust*, o *cartel*, o *konzern*, o *comptoir*, etc.

As leis do fenómeno estão completamente investigadas, os meios de acção perfeitamente conhecidos. Não me proponho tratar aqui o assunto, que os compêndios de Economia versam largamente, porque nem ele interessa à nossa organização industrial, nem este livro pretende ser didáctico, nem quero que me tomem por defensor de algumas poucas vergonhas a que estas coligações conduziram, sobretudo

[12] Nuno F. Cotter — "Problemas da reorganização industrial", *Diário Popular* de 28-1-1945.

nos Estados Unidos, onde várias leis de repressão têm sido publicadas, a começar na lei Sherman, em 1890.

Mas como o ar simplista com que a questão tem sido tratada gera a confusão em que se misturam e condenam sem recurso o *trust* e a concentração, a técnica e o taylorismo, como se fossem fruto de contratos com o demo, e mostra, no fim da contas, certa falta de leitura, vou apenas fazer duas curtas referências ao assunto para não deixar sem resposta as apreciações que têm vindo a público.

A primeira destina-se a lembrar que as coligações industriais não são susceptíveis de catalogação rígida, porque a sua organização e os seus objectivos fazem variar dentro de largos limites a intensidade da sua acção, isto é, estabelecem entre as empresas aderentes uma coesão maior ou menor. Por outro lado, a posição destas coligações perante o Estado pode ser a de completa independência (subordinada apenas a certas leis gerais), a de autonomia fiscalizada ou a de obrigatoriedade sujeita a um estatuto oficial, o que quer dizer que os Estados, reconhecendo que estes entendimentos têm um fundo útil, os regulamentam em vez do os hostilizarem. E posta a coisa assim, reconhece-se isto que julgo será para alguns desoladora novidade: o corporativismo, na sua fase económica, não é mais do que uma forma de coligação industrial ou comercial, não se notando diferença muito sensível entre certas atribuições dos nossos grémios e as de alguns *cartels* noutros países da Europa. Isto não significa confundir a função corporativa *com a ideia comezinha dum* trust *à americana*, identificação contra a qual já protestou há muitos anos o Dr. Pedro Teotónio Pereira (*A batalha do futuro*, Lisboa, 1937, pág. 90). A ideia corporativa envolve um complexo político, económico e social, em que avultam as realizações neste último domínio (salários, previdência, contratos colectivos, tribunais do trabalho, etc.) num propósito de justiça que procura eliminar a luta de classes; mas há nela uma faceta de colectivismo económico que, embora instituída como saudável travão à balbúrdia comercial do liberalismo e a algum desregramento dos homens de negócio, que lhe traz apertado laço de parentesco com as famigeradas coligações.

A cartelização voluntária só não existia no nosso País em escala apreciável antes da solução do corporativismo, porque ela é incompatível com o grau de dispersão e com o baixo nível da maioria das nossas indústrias. Basta lembrar o resultado das coligações que se fizeram em alguns ramos e que acabaram ingloriamente; como exemplo pitoresco, os industriais de chapelaria, para furarem o acordo de venda por eles livremente instituído, chegaram a fazer dúzias com 15 chapéus. O corporativismo, com sua inspiração estadual, apareceu como forma de organização (nº 28), e mais ainda, como a única que parece compatível com o nosso grau de desenvolvimento — a não ser que se prefira a anarquia de não haver organização nenhuma. O que não afirmo é que a acção do Estado não seja em alguns casos excessiva, a tomar certos

visos de tutela; mas sou levado a crer que o facto resulta menos de erro dos princípios do que do abuso de poder característico da burocracia quando lhe não dominam as tendências.

Revelado este traço de família, a cartelização aparece logo como acto menos criminoso do que se costumava apontar; e como a oposição já diz que são os grémios que desgraçam o povo, os adeptos do corporativismo não podem acusar muito fortemente a organização cartelista, sob pena de fazerem o jogo dos inimigos políticos. O dilema é embaraçoso.

A segunda referência a que atrás laudo é a de lembrar que as coligações industriais não são necessariamente associações de malfeitores. A elas se atribue em alguns países parte da expansão industrial que alcançaram; e a sua actividade, naquilo em que significa resistência às crises económicas e defesa contra a ruína dos órgãos de produção, não pode deixar de reputar-se benéfica para a vida nacional.

Gaëtan Pirou, autor tantas vezes citado entre nós, depois de atacar e pôr a claro as malfeitorias de muitas coligações industriais, acaba com estas palavras[13]:

Toutefois il serait injuste de ne retenir de ces pratiques que leurs inconvénients et leurs abus. Elles ont leur bon côté dans la mesure où elles contribuent à rationaliser la production et à unifier la gestion, dans la mesure aussi où elles enlèvent le pouvoir économique à une masse d'actionaires passifs, pour le donner à des capitaines d'industrie qui ont, par des succès antérieurs répétés, donné la preuve de leur compétence, de leur flair, de leur aptitude à prévoir, à organiser, à commander.

La grande industrie contemporaine reçoit l'impulsion d'un petit nombre de puissants capitalistes qui, comme tous les hommes, sont faillibles et obéissent plus volontiers aux suggestions de l'intérêt personnel qu'à la voix de l'intérêt général. Mais, pour une part, nous leur devons l'essor des forces productives et l'élévation du niveau de vie général qui ont caractérisé l'évolution économique et sociale au cours des cents dernières années.[14]

Estas frases de justiça merecem ser lidas pelas pessoas ensopadas de bucolismo, que detestam a indústria por amor do campo (caminhos que se não opõem mas se completam), e pelos que combatem o que é pujante e alto com o azedume de quem habituou suas preferências ao apreço de coisas apagadas e rasteiras — apreço que julgam generoso e belo mas que não passa de mesquinho e rude.

[13] Gaëtan Pirou et Maurice Byé — *Traité d'Economie Politique*, Tomo I, *Les cadres de la vie économique*, Ed. Recueil Sirey, Paris, 1940, pág. 289.

[14] Itálico nosso.

Esta negação de tudo que tem mérito (e, como sempre, defeitos) que tantos apregoam na defesa sistemática do que é nulo, para não dizer reles, com o ar convencido de quem luta em nobre campanha de desagravo daquilo a que se chama tolamente a modéstia nacional, é bem a repetição do cinismo semi-louco de Diógenes a exagerar grotescamente a pobreza austera de Sócrates.

Avancemos, para fecho, duas palavras mais; imaginemos, como exemplo, uma coligação que não existe mas que podia existir em Portugal. A União Fabril vai fazer amoníaco em Alferrarrede por via electrolítica; o Amoníaco Português vai fazê-lo de igual modo em Estarreja; há em Rio Maior uma mina de lenhite que, segundo estudos sérios, é facilmente gazificável, há em toda a região do Oeste extensas minas de sal gema e há uma sociedade, sem dinheiro e sem norte, de que o Estado é o maior accionista, que se propôs aproveitar a lenhite e o sal para fazer amoníaco por via química e uma gama extensa de outros produtos[15]. As duas origens do amoníaco são, ou podem ser, complmentares, o que abre caminho à hipótese de certa combinação horizontal: o Estado, a União Fabril e o Amoníaco Português coligados na exploração de Rio Maior. Não quero dizer que deva ser obrigatoriamente assim, mas aceito que possa ser e sê-lo-ia por certo em muitos países menos esclarecidos que o nosso[16].

Não quero pôr na ideia o que seria a reacção de certos economistas enferrujados ante este fundamentado mas, em seu entender, criminosos conchavo que qualquer pessoa razoável não desdenharia de fomentar. Não lhes importaria saber se deste arranjo viria aumento de produção (tão apregoado em teoria), aproveitamento de riquezas naturais inexperadas, pão para milhares de bocas, aumento, em muitos milhares de contos, do rendimento nacional; para alguns não passaria de negregada concentração a evitar por todos os meios. *Principiis obsta*, já dizia, cheio de razão, o brejeiro do Ovídio.

Mas deixemos isso, que foi ameno divagar. As coligações ainda são a concentração visada na lei.

38 — A VERDADEIRA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Arredadas as ideias falsas sobre o significado da concentração industrial a que se refere a lei nº 2005, esclarecido que ela não tem o propósito de favorecer os desmandos do capitalismo nem a intenção maldosa de ajudar os grandes e prejudicar os pequenos, vejamos qual é o seu verdadeiro sentido.

[15] Por despacho de 14 de Março de 1950 a mina foi autorizada a montar uma central térmica de 3000 kW de vantagem mais que discutível.

[16] Isto foi escrito antes de ter começado a laboração de Estarreja e Alferrarrede e de se ter planeado a ampliação da SACOR que vai dar gases de *cracking*. Entretanto as coisas tomaram outro caminho mas a sugestão, em doutrina, continua a ter o mesmo valor.

Procuremos fazê-lo sem diminuir nem a lógica nem o bom senso.

Não oferece dúvidas a ninguém que a indústria portuguesa, para viver naturalmente, precisa de produzir em condições comparáveis às da indústria dos outros países; e que os elementos de comparação se reduzem essencialmente a dois: qualidade e preço de custo.

Vivemos no convívio dos outros povos, comercialmente concorrentes e espiritualmente solidários; temos de nos organizar como eles, sem possível discussão, procurando que as nossas armas se aproximem em eficácia das suas, para que o preço e qualidade dos nossos produtos industriais se aproximem dos melhores valores. O caminho do nosso avanço fabril é-nos assim marcado por três princípios essenciais, sem dar margem a grande originalidade: concentrar, modernizar, dar base científica à indústria.

De original teremos apenas — e não é pouco — o fixar das proporções em que o devemos fazer; e o problema tem por vezes certo melindre, que lhe é trazido pelo atraso e pela dispersão a que já se chegou.

Na arena da Economia, na liça com os concorrentes, Portugal, para ser eterno como reza a oratória, tem que ser forte, por necessidade e por decoro; mas como pulverização é fraqueza, e não parece fácil na circunstância fazer das fraquezas forças, não se vê alternativa para este cometimento prosaico: matar a fraqueza.

Por outro lado, parece também não oferecer dúvidas que os progressos da técnica, sempre encaminhados precisamente no sentido de melhorar a qualidade e o preço, têm trazido uma contribuição crescente da Electricidade, da Mecânica, da Química, numa palavra, de todas as ciências aplicadas aos processos de trabalho, com a consequente subida no custo de primeiro estabelecimento e nos encargos gerais de toda a unidade industrial; custam mais caro os edifícios e as máquinas e surgem encargos novo de direcção técnica, de ensaio, de estística, de organização.

Desta subida resulta, necessariamente, a melhoria da produção, na qualidade, na quantidade, ou nas duas simultaneamente; do maior volume de artigos fabricados resultam economias por unidade em todas as despesas de valor constante e possibilidades de reduzir as próprias despesas variáveis e de adquirir mais barata a unidade de energia para força motriz ou outros usos, por aumento de potência ou de utilização; mas, como já foi explicado (nº 22), o preço de custo só é suficientemente baixo a partir de uma capacidade mínima da unidade industrial.

Se esse mínimo não é atingido, a vida normal da indústria não é possível; e cai-se em uma ou várias das muitas situações anómalas a que as actividades industriais se agarram teimosamente para viver: máquinas velhas, instalações insalubres, empirismo, salários baixos, anemia de organização, defesas pautais inconcebíveis; e como a coisa se generaliza a variadíssimos ramos e toma foros de lei natural, a opinião pública, para dizer alguma coisa, diz que a indústria não tem condições de vida porque o País é *essencialmente agrícola*. E arruma-se a

questão com este estribilho simplista e não demonstrado — talves até difícil de demonstrar, como já vimos (nº 17)[17].

Se o Mundo vivesse uma hora de estrutura agrária, de quietude pastoril, estaríamos todos de acordo em copiar o figurino; e os senhores importantes das cidades poderiam até deitar às urtigas a gravata, a chave do cofre e o *Diário do Governo* e ir, de cabelo ao vento, embrulhados numa pele de ovelha, tocar a frauta rude ou rimar cantigas de amigo pelas fragas dos Hermínios ou pelas colinas da Egitânia. Mas o Mundo não é assim; e com isso nos obriga a estas impertinentes meditações.

No campo comercial também a demasiada dispersão da indústria tem aspectos desfavoráveis. A fraca resistência financeira das unidades muito pequenas é o caminho aberto ao aviltamento de preços quando muitos tenham simultaneamente abundância do mesmo produto para vender; ou, fora disso, é o caminho para a dependência em que o industrial fica do armazenista, que se esquiva a fazer o seu papel de volante da produção mas não deixa de impor o que convenha às suas preferências e interesses.

A concentração industrial a que se refere a lei nºa 2005 procura este resultado modesto e inocente: reduzir os males apontados atrás, pela reunião de estabelecimentos industriais, com o fim de criar unidades suficientemente consistentes onde possa com seriedade fazer.se indústria, quer pela concentração horizontal de estabelecimentos do mesmo ramo (alínea *a* da Base VII) quer pela concentração vertical ou integração de ramos afins (alínea *c* da mesma base). Trata-se de uma concentração de fundo tecnológico e não capitalista; o seu objecto é facilitar a produção e não a especulação.

Não deve porém entender-se por concentração, tal como aqui se defende, o reduzir obrigatoriamente a uma só unidade os estabelecimentos de cada ramo industrial, embora fosse bem fácil fazê-lo, dentro da técnica, em grande número de casos; concentração deve entender-se por não dispersão, por criação de agrupamentos que buscam melhoria de rendimento sem a preocupação de se tornarem gigantes e sem esquecerem o respeito que merecem as economias regionais. A concentração não é tida como finalidade; é uma meio de que se deverá usar apenas até ao limite do indispensável, abaixo do qual tudo que se fizer será pobre e decadente.

Embora saiba que a opinião de uma americano em matéria industrial escandalisa muito europeu, seja conservador ou socialista — e algumas vezes com razão porque lhe falta a miúdo um mínimo daquela espiritualidade que, apesar de tudo o que dizem, se enraizou e é de

[17] A dificuldade dessa demonstração pode ainda observar-se a partir de elementos mais modernos, notando que a agricultura, que ocupou em 1955, 48,3% da população activa, apenas contribuiu com 27,2% para o produto bruto nacional, ao passo que a indústria, com 24,1% da população activa, deu para aquele produto a contribuição de 37%. (Relatório da proposta da Lei de Meios para 1957, pág. 53).

crer se mantenha na metade ocidental do velho continente — apesar disso, atrevo-me a citar uma opinião do outro hemisfério. Wendell Willkie, o candidato à presidência dos Estados Unidos, que em 1940 quase igualou a votação de Roosevelt, e que em 1942 se tornou tão conhecido pela sua viagem política à volta do Mundo e pelo livro em que a relatou, que parece tão cheio de boa fé, conta ter dito ao general Chang-Kai-Chek, por este se mostrar receoso de que o desenvolvimento da grande indústria viesse a afectar as tradições e a vida social da China, as palavras que seguem e que respiram sinceridade[18]:

Que todo o americano que pensa sabe que muitas vezes criámos desnecessariamente grandes combinações industriais. Que para o nosso bem social e económico deveríamos dar o maior auxílio e preferência às indústrias pequenas. Mas que para certas indústrias é necessário ter uma produção em grande escala, se quisermos conservar o nosso nível de vida. Disse-lhe que reconhecíamos os desequilíbrios sociais, económicos, quase anti-democráticos provenientes da reunião de milhares de operários, sob os tectos de uma fábrica com a consequente possibilidade de desemprego de comunidades inteiras. Que lamentávamos a estratificação de grandes grupos da nossa população numa classe permanente de operários produzida por este sistema, e a redução da oportunidade de os indivíduos se tornarem donos do seu negócio. Também lhe disse que ainda não tínhamos resolvido todos os inconvenientes, mas do que estávamos certos era de que a solução não consistia em destruir grandes unidades necessárias a favor de pequenas e ineficientes.

A ideia de concentração levanta entre nós o velho tema do monopólio de um ou de muito poucos; mas penso que o argumento não tem mais peso que o de ser uma frase tradicional. Se o mercado é restrito e a produção das boas unidades é grande, o problema só comporta uma solução: ter poucas unidades; e se esta solução encerra algum defeito, o bom senso não está em procurar outra que a lógica formal nos diz que não existe, mas em buscar atenuante para o mal que possa haver.

O problema não é novo nem é apenas português; nasceu em todo o Mundo no século passado, com a era industrial do vapor e da electricidade, e alarga-se todos os dias com o desenvolver admirável destes agentes de produção e do impulso criador e sempre renovado da Ciência.

Negar o fenómeno é negar a evidência, contrariá-lo é lutar com o invencível; não se conhece outra atitude sensata que não seja a de marchar com ele, deixando ao Estado o papel de velar pela verdade no económico e pela justiça no social. Em épocas de comércio normal, as cotações internacionais marcam um nível de preços que orientará a primeira destas funções do Estado; e como este, qualquer que seja a sua

[18] Wendell Willkie, *Um Mundo Novo*, Editorial Século, Lisboa, 1944, pág. 206.

ideologia, caminha no sentido da intervenção crescente, os monopólios perdem posição na tendência de servirem mal e dominarem os preços a seu talante. Esta é, afinal, a grande virtude de qualquer das formas do neo-liberalismo, a doutrina do intervencionsimo moderado, que é menos de direcção que de orientação, que não ataca a iniciativa privada, antes a estimula com o condicioná-la, porque a protege dos seus próprios defeitos.

Na vida de hoje, com o relevo que tomaram os problemas humanos, com o sentido que eles imprimem irresistivelmente aos actos das administrações públicas, que inscrevem na primeira linha das suas preocupações a defesa do bem comum e do progresso social, ter medo do monopólio é uma sobrevivência do século passado, um conceito acaciano que se repete de-cór. A experiência dos anos posteriores a 1939 tem mostrado entre nós que é bem mais fácil fixar e fiscalizar o preço de produtos como o superfosfato, o cimento, a vidraça, a gasolina, fabricados em regime de monopólio ou oligopólio, do que os artigos cuja produção se reparte por centenas de mãos; estes, ou se consegue dominá-los (e nem sempre completamente) através de organizações complexas como em alguns géneros alimentícios e tecidos, ou atingem preços loucos em épocas anormais à sombra da impunidade que cobre o vendedor anónimo, que não é menos voraz do que o grande empresário; veja-se o que aconteceu durante a guerra com as madeiras, com as peles de coelho, com alguns artigos de ferro.

Se alguém procurar como se tem desenvolvido nos países mais progressivos o movimento de concentração industrial (de empresas ou de estabelecimentos porque os dois são quase paralelos), encontrará em todos eles duas características invariáveis: a primeira, de que essa concentração se acentua constantemente; a segunda, de que ela se exerce em graus muito diferentes nos diversos ramos industriais.

As razões que foram apontadas para justificar o movimento deixam perceber claramente que deva ser assim. A concentração, fenómeno generalizado, consequência inevitável da mobilização que a inteligência do homem fez dos recursos naturais, explica-se por si; e o facto de não ser uniforme a sua cadência nas várias actividades é resultado evidente do maior ou menor volume de meios que é necessário reunir para obter uma produção satisfatória.

Todos os grandes produtos industriais, susceptíveis de fabricação em série ou em grandes massas, constituindo parcela volumosa do comércio internacional, provocaram, pela sua natureza uniforme e pela forte concorrência a que deram origem entre fábricas e entre nações, o aparecimento de grandes unidades de produção, fortemente mecanizadas, aproveitando ao máximo as vantagems da produção contínua e intensiva. A concentração é aqui a regra.

Pelo contrário, onde se trata de artigos não uniformes, em que entram em jogo a arte do produtor ou o gosto do comprador, ou onde

a tecnologia se reduz a regras simples sem necessidade ou possibilidade de equipamentos dispendiosos, a concentração perde vantagem e as pequenas unidades constituem a solução mais frequente.

É preciso porém não esquecer quanto atrás se disse sobre grandes e pequenas unidades (nº 36) e refletir em que entre as duas posições extremas há uma infinidade de casos intermédios. A lei nº 2005 não foi escrita de ânimo leve, como algumas críticas fazem supor; teve em conta estas realidades e não impôs a concentração como sistema geral nem fixou em grau uniforme de agrupamento onde vier a aplicar-se.

Ao consultar as estatísticas estrangeiras sobre o grau de concentração de certos ramos industriais, encontra-se quase sempre a indústria do vestuário como uma das primeiras entre aquelas em que as pequenas actividades ocupam lugar mais destacado. Faz-se a justiça de supor que ninguém pensou que ao escrever-se a lei nº 2005 se teve em mira concentrar alfaiates ou modistas, ou montar uma grande fábrica de encadernação ou passamanaria, para fazer em série, segundo desenhos normalizados, capas de livro ou borlas de resposteiro.

As indústrias classificadas como dispersas nos Quadros II e III do relatório da proposta daquela lei mostram que houve a preocupação de só lá inscrever aquelas em que a hipótese de concentração em maior ou menor grau pudesse ser encarada em princípio, embora sob reserva do resultado do respectivo inquérito; não se inscreveram lá, como já se disse e aqui se repete para que não escape às pessoas menos atentas ou de memória mais fraca, as modistas, os ourives, os marceneiros, as oficinas de niquelagem, os barbeiros, os latoeiros, os ferradores, os pirotécnicos, nem dezenas de outras actividades para as quais a concentração não é sistema que pareça aconselhável — pelo menos como imposição oficial, porque nem o petrechal, que é simples, arrasta inquirições de dimensão mínima económica, nem a manufactura precisa pagar tributo a rebarbativo arsenal científico, nem o artigo atrai a cubiça da concorrência internacional, nem o trabalho em série foi algures defendido em nome da produtividade.

Podem dormir tranquilos os que recearam, com ironia, ao discutir-se a lei, que à sombra dela pudessem vir a concentrar-se as cosinhas, as máquinas de costura e as barrelas[19].

É por isso que quando se lê que 85% das fábricas dos Estados Unidos ocupam menos de 50 trabalhadores ou que 90% das explorações industriais da Alemanha são consideradas pequenas, não deve concluir-se que nesses países se fazem tintas, ou papel, ou curtumes em instalações como algumas das nossas, conclusão que os portugueses geralmente tiram muito convencidos de que criaram um modelo perfeito de organização industrial, que até os grandes países adoptam; deve antes pensar-se que estas estatísticas não têm grande valor como

[19] *Diário das Sessões*, nº 119, de 13-1-1945, pág. 130.

argumento contra a remodelação da indústria, porque em toda a parte o volume das pequenas actividades é esmagador em frente das fábricas de média ou grande importância.

Vamos a imaginar um exemplo. Em Essen há um Krupp; e haverá também, por hipótese, algumas 10 oficinas de tipógrafo, 20 de encadernador, 30 de carpinteiro ou 40 de alfaiate. Supondo, o que está longe de ser verdade, que lá na terra não há mais nada que caiba nos registos industriais, a estatística será aterradora para as grandes unidades: 1 para 100. E depois? Concluir-se-ia daí alguma coisa de útil, além de se reconhecer a evidência de que uma grande unidade agrega à sua volta algumas dezenas de pequenas oficinas que vivem directa ou indirectamente da sua irradiação? E pergunto ainda: sabem os críticos que aquelas estatísticas industriais, que citam com tanto gosto, abrangem todas as pequenas oficinas, de que ficam citados numerosos exemplos, incluindo até as lojas de barbeiro e os fornos de padaria, o que explica a pequena percentagem de grandes unidades em qualquer país? Supõem que se fizermos em Portugal uma reforma industrial, mesmo profunda, a estatística deixará de dizer que há mais de 90% de pequenas actividades?

Se olharmos para um país tido justamente como modelo de país industrial — a Suíça — que apesar da sua carência de matérias-primas e da alta cotação da sua moeda concorre em qualidade e preço nos mercados de todo o Mundo em vastíssima gama de produtos — dos têxteis aos medicamentos, das locomotivas aos relógios, do grande material eléctrico às ferramentas de precisão — observaremos uma expansão enorme da média e pequena indústria da qual se destacam apenas umas escassas dezenas de grandes unidades nos ramos da indústria química, do material eléctrico ou da construção mecânica. Quase não se vê nesse país a sombra escura de um amontoado industrial a ferir a paisagem tranquila dos abetos; os edfícios fabris espalham-se sem arrogância na massa urbana, confundindo-se com ela na sua apresentação cuidada e nas suas dimensões moderadas.

Assim se desejaria que as coisas se passassem em Portugal, numa escala que quadrasse ao nosso meio, sem americanismos despropositados. Talvez com esta explicação se consiga sossegar os portugueses alarmados com o perigo da concentração industrial; o que se pretende na lei nº 2005 não é concentrar unidades para fazer forjas de ciclopes, mas aproximar — humildemente — a indústria portuguesa do modelo suíço que aceitaremos ser perfeito.

Julgo que todos os leitores serão suficientemente lúcidos para aceitarem que as duas indústrias, portuguesa e suíça, embora tendo de comum o serem formadas de unidades que se podem chamar, na maior parte, pequenas ou médias, não são iguais. Bem longe disso, infelizmente[20].

[20] Faz-se reserva quanto à qualidade dos têxteis em que temos progredido notoriamente, sem querer dizer que não tenhamos ainda algo que subir.

Pois o que importa fazer à indústria portuguesa é tudo aquilo que ajude a aproximá-la da perfeição suíça; e o acabar com instalações de miséria e de rotina para fazer outras instalações que, continuando a ser pequenas, tenham alguma organização e alguma técnica, se não é tudo, porque esse tudo o devemos ter por inacessível em nossos dias, é, pelos menos, o passo inicial.

Penso que o programa, explicado desta maneira, assusta menos as pessoas sensíveis; assim, fica-se com a certeza de que a reforma preconizada nos daria uma indústria que não quebraria a doçura dos pinheirais, nem espantaria a musa que quisesse continuar a tradição brilhante da nossa literatura, nem aviltaria o homem que trabalha, nem criaria os tais monopólios vorazes e traiçoeiros como polvos.

Mesmo para aquelas indústrias que possam e devam ser concentradas, o grau será diverso, o indispensável para se atingir o mínimo suficiente. Defendi que deverá haver em Portugal uma única laminagem de ferro (nº 30), uma metalurgia de cobre (nº 31) e uma fábrica de celulose (nº 33)[21]; mas defendi que poderá haver 3 fábricas de adubos azotados (nº 32); penso que, em vez das 300 fábricas algodoeiras que hoje temos, talvez não ficássemos pior se as passássemos para a casa do meio cento ou pouco mais, e que o mesmo se poderá dizer dos lanifícios; que as 80 fábricas de papel talvez devam limitar-se à décima parte; que das 30 fábricas de tinta talvez se não justifiquem mais de 7 ou 8; que as 20 fábricas de chapéus só teriam vantagem em se reduzirem a 2 ou 3; que 30 ou 40 destilações de resina seriam mais úteis do que as 105 que hoje existem; que 4 ou 5 refinarias de açúcar seriam bem mais eficientes em muitos aspectos que as 23 que hoje laboram; e por aí adiante no mesmo andamento.

Estes números, atirados apenas como ordem de grandeza, se mostram alguma coisa, é o propósito de afastar ideias radicais e de ser moderado, cautelosamente moderado, de repelir todas as fantasias e todas as ambições que não sejam as de criar unidades pequenas ou médias, unidades modestas mas dignas.

O panorama que se apresentou da grandeza média das nossas unidades industriais (nº 36), resumo dos quadros com que se ilustrou o relatório da proposta de lei, com as suas 3200 unidades repartidas por 35 ramos industriais, com valores médios de equipamento que não excediam, antes da guerra, as dezenas de contos ou, quando muito e apenas com quatro excepções, a casa das centenas, e fabricando anualmente produtos cujo valor andava pelas mesmas cifras — este panorama é tão eloquente que parece desnecessária qualquer insistência para vincar a

[21] No nº 33 escreveu-se a propósito da celulose: *Se exportamos tradicionalmente madeiras, talvez com um pouco de engenho possamos exportar também pasta de papel.* A experiência mostrou que esse engenho existe e que a exportação é uma feliz realidade; a limitação de uma só fábrica de celulose, justificada quando se encarava essencialmente o abastecimento do mercado interno, deve ser vista hoje a uma luz diferente.

fragilidade por dispersão da nossa máquina industrial. Mas alguns exemplos concretos mostrarão que o reduzir o número de fábricas a 1/3, a 1/6 ou a 1/10 do número existente, conforme os ramos, está longe de ser revolucionário, porque a nossa indústria está fragmentada além de todo o limite razoavelmente imposto pelas regras de bem produzir.

a) Em despacho publicado a seguir ao fim da última guerra[22] encontram-se elementos estatísticos pelos quais se verifica que das 86 fiações de algodão então existentes no País, só 20 possuiam mais de 10000 fusos, e destas só 6 possuiam mais de 20000. Havia mesmo 48 fábricas (56%) que não atingiam os 5000 fusos. Pensando que 10 a 12000 fusos se pode considerar um termo mínimo para constituir uma boa unidade de fiação, os números apontados revelam acentuada dispersão. Regista-se porém que a indústria algodoeira tem sido aquela em que se verifica mais nítido progresso nos últimos 5 anos pela sua evolução espontânea e pela orientação que lhe tem dado o condicionamento industrial; há já hoje (valor de 1951) 35 fiações com o mínimo de 10000 fusos, o que mostra louvável tendência mas ainda está longe do alvo a atingir[23].

b) No mesmo despacho se verifica que as 196 tecelagens de algodão, só 32 excediam os 200 teares e que havia 87 com menos de 50. Aceitando que 200 teares constitui um mínimo económico (salvo para alguns artigos especializados em que se aceita número menor) conclui-se que 83% das tecelagens de algodão não atingiam a capacidade mínima[24].

c) Num dos capítulos anteriores (nº 33), mostrei como em 1942, ao redigir a licença da que é hoje a Companhia Portuguesa de Celulose, considerei o valor de 5 a 6000 toneladas anuais como produção mínima de uma boa fábrica de papel; mais tarde, ao discutir-se na Assembleia Nacional a proposta de fomento e reorganização, citou-se o caso da Suíça, em que esta indústria foi concentrada em unidades da ordem das 7000 toneladas[25]. Se porém resumirmos o que apurou a Comissão Reorganizadora da Indústria do Papel[26] como média da produção das nossas fábricas nos quatro anos de 1939-42, achamos:

Produção da maior fábrica portuguesa	4000	toneladas
Média das 6 fábricas reputadas capazes de viver independentes	2500	»
Média das restantes 71 fábricas cuja fusão parece impor-se	176	»

[22] *Diário do Governo*, II Série, de 30-12-1946.

[23] Em apuramento de 1957, encontram-se instaladas 110 fiações, das quais 46 com menos de 5000 fusos e apenas 37 com mais de 10000. A melhoria continua lenta.

[24] Em 1957 existem 377 tecelagens das quais 246 contam menos de 50 teares (manuais ou mecânicos) e apenas 51 contam mais de 200 teares (mecânicos ou automáticos). Verifica-se que a posição relativa continua a mesma de há 10 anos.

[25] *Diário das Sessões*, nº 117, de 11-1-1945, pág. 99.

[26] Nomeada por portaria de 24-12-1941, publicada no *Diário do Governo*, II Série, de 27-1-1942..

Julgo que este último número chocará os leitores; estas 71 fábricas produzem menos do que duas fábricas suíças, que estão longe, aliás, de merecerem o nome de muito grandes. Do que daqui resulta em preço já se disse o bastante (nº 33); do que resulta em qualidade do produto e salubridade do trabalho, o que é a insuficiência de muitas qualidades de papel nacional e a porcaria repugnante de muitas destas instalações, espécie de vazadouro dos caixotes de lixo deste País, sabem-no as entidades oficiais e tem sido apontado tantas vezes que me dispenso de o repetir; e da moderação com que se pretende aplicar a concentração, pelo menos no pensamento inicial, fala a capacidade das fábricas reputadas capazes de vida independente, embora se lhes devam exigir aperfeiçoamentos indispensáveis[27].

d) Temos presentemente 29 fábricas de chapéus, produzindo em média 100 feltros por dia cada uma. Toda a gente conhece a aprecia o chapéu *Statson* americano, que tem expansão mundial; mas o que nem toda a gente sabe é que a produção desta fábrica é de 16000 feltros por dia com 3 turnos de pessoal e que se computa em 800 a 1000 feltros por dia de 8 horas a capacidade económica de uma unidade moderna[28].

e) Nos anos que antecederam a última guerra, tínhamos em Marrocos um modestíssimo mercado de fósforos, da ordem de algumas centenas de contos anuais. A partir de 1940, esta exportação aumentou apreciavelmente, não só pelo alargamento daquele mercado como pelo aparecimento de novos compradores (Inglaterra, Bolívia, Palestina, Congo Belga), alcançando-se o máximo de 8000 contos em 1945, não incluindo o ultramar português.

Em 1947 essa exportação caiu a zero[29]; e quando se pergunta o motivo, respondem-nos que não podemos competir em preço, porque as fábricas estrangeiras são maiores e mais mecanizadas do que as nossas. Mais uma prova da moderação de quem escreveu a proposta de lei do fomento industrial: a indústria dos fósforos figura entre aquelas que o Quadro I do relatório aponta como concentradas, embora pareça dever concluir-se que o não está suficientemente.

Este caso da dispersão seria dos mais fáceis de documentar copiosamente, se com isso se não saisse da índole deste trabalho e se não abalasse a amenidade da leitura; mas com o que se acaba de escrever, com o que se disse no nº 36, e com o que mais adiante se dirá (nº 50) a propósito de uma indústria já concentrada por imposição legal

[27] Em apuramento de 1957, encontram-se 17 fábricas boas ou medianas com a produção média de 3000 toneladas anuais e 103 fábricas com a produção média de 440 toneladas. Embora todos estes números mostrem aumento em relação aos de 1942, devido ao grande crescimento do consumo de papel, a verdade é que a posição relativa das fábricas pequenas e o seu nível técnico continuam desoladoramente mal.

[28] Em 1957 existem 17 fábricas de feltros, produzindo cada uma a média diária de 150 peças. A situação não difere sensivelmente da que se registava há 10 anos.

[29] Esta situação ainda hoje se mantém (1957).

(vidraça) julgo ter citado números suficientes para satisfazer os espíritos sequiosos de verdade[30].

No propósito de trazer mais claridade ao tema apaixonante da concentração industrial, termino com a citação de um facto curioso e levemente confuso de que cada um concluirá o que tiver por mais adequado. É frequente, em jornais ou revistas, ler opiniões de pessoas, geralmente industriais ou comerciantes, sobre problemas da indústria, nomeadamente o da concentração e o da incapacidade de aguentar a concorrência dos fabricantes de outros países. Em mais de metade dos casos (e só não me atrevo a dizer na quase totalidade, porque não tenho estatística organizada) as pessoas opinam qua a concentração industrial é má e não se deve fazer; mas opinam também, com frequência igual, que um dos motivos da superioridade estrangeira, tal como acima se aponta para os fósforos, é o de que as unidades são maiores, mais poderosas, dispõem de mais vastos mercados. É certo que outras razões costumam ser apontadas a emparceirar com esta: preços ou qualidades de matérias-primas, preço da energia, preço de transportes, encargos fiscais, etc.

Há que reconhecer que é legítima a queixa dos produtores portugueses contra estas últimas causas de inferioridade, quando verdadeiras, porque são, na generalidade, independentes da vontade do próprio; mas quanto à primeira, a concentração industrial, ao reduzir o número de unidades fabris, tornará essas unidades, independentemente de Portugal ser grande ou pequeno, maiores, mais poderosas, dispondo de mais vastos mercados, isto é, igualará ou, pelo menos, aproximará as unidades portuguesas das perigosas concorrentes estrangeiras. Mas como se diz que a concentração é má, eu concluo uma de duas coisas: ou ela tem defeitos muito graves que devem pesar nas unidades estrangeiras, o que invalida o argumento de que estas vendem barato porque são grandes e poderosos, ou há certo antagonismo de opiniões, que só consigo explicar pelo desejo de se conservar uma situação cómoda mesmo à custa de certa falta de coerência, quando se diz que a concentração é boa e má ao mesmo tempo — boa só para uso externo, como certos remédios.

Sempre foi reputado difícil ser juiz em causa própria. Seria exceder os limites do humano, pretender que os atingidos achassem bem o tirá-los de uma posição que, mesmo quando não seja cómoda, é habitual, mesmo quando não seja segura, é livre. Mas o que pode exigir-se é que as causas de inferioridade de algumas indústrias portuguesas sejam apresentadas sem menosprezo da lógica ou da verdade; e então, o defeito das unidades muito dispersas ver-se-á à luz clara das realidades tecnológicas.

[30] Já no ano corrente (1957) acrescentei adiante um novo número (nº 51) referente a uma indústria melhorada por intervenção oficial (lacticínios); nele se apontam igualmente valores que merecem reflexão.

A intenção de quem fez publicar a lei nº 2005 não foi a de enfraquecer ou restringir as actividades privadas; foi, ao contrário, a de livrar a maioria delas de uma anemia perniciosa cujos sintomas se metem pelos olhos de toda a gente, mas que poucos têm a coragem de confessar e menos ainda de combater. A intenção foi a de criar, como já se disse, dentro de um espírito neo-liberal (porque outro não é o do corporativismo) uma indústria saudável foi, em suma, e como atrás se acentuou (nº 28), a de dar à indústria uma organização técnica capaz de merecer a organização política que, num esforço contínuo mas infecundo por unilateral, vem sendo doutrinado há 20 anos.

A concentração industrial que se preconiza, se não é a tarefa ciclópica de fazer coisas desconformes de grandes, também não pode ser a água morna, aquela medicina branda e doce de que já houve alguns exemplos entre nós — porque deve dizer-se, em abono da verdade que a noção de que o aumento de dimensões das unidades industriais traz, em certa medida, melhoria das condições de exploração, não foi criada quando se escreveu a lei nº 2005; ela existia antes disso, porque é intuituva, mas poucas vezes foi entendida ou aplicada em proporção razoável. Mostrava-se a medo, como se tivesse vergonha de si própria ou desconfiasse dos méritos da sua aplicação.

Só em três casos me recordo de ter havido nos últimos tempos, antes de 1940, uma política industrial corajosa por parte do Estado. O primeiro foi a expropriação das fábricas de moagem e a correspondente moralização da indústria, feita pelo decreto-lei nº 24185, de 18 de Julho de 1934; o segundo foi a criação da COVINA, consequência do decreto-lei nº 26900, de 19 de Agosto de 1936; o terceiro foi a criação da SACOR por alvará de 25 de Abril de 1938[31]. Fora disto, nada que valha neste campo; há que reconhecer que é muito pouco.

Salta-me à lembrança, como exemplo de política frouxa, o decreto nº 28132, de 3 de Novembro de 1937, que regulamentou o condicionamento da indústria de lanifícios. Logo no relatório, para não fugir à toada geral e não ofender o conformismo reinante, oferece-nos esta passagem:

> O presente regulamento não conduz em nenhum caso à consagração do sistema das grandes concentrações económicas, que não parecem aliás muito viáveis entre nós; procura-se contudo evitar a pulverização excessiva da indústria em unidades com muito fracas ou nenhumas condições de vida.

Deste falar, prenhe de prudência, onde não retine uma doutrina forte, deste propósito de reforma onde parece faltar a convicção de que é possível dar à indústria um horizonte mais largo, só poderia sair um

[31] Publicado no *Diário do Governo*, II Série, de 26-4-1938.

fruto desbotado. E assim como critérios de concentração, o diploma fixa para as unidades a estabelecer no futuro os mínimos seguintes: na fiação de penteado, 3000 fusos; na tecelagem, 12 teares mecânicos ou 24 manuais, números reduzidos respectivamente a 2 e 6 se o requerente for antigo empregado ou operário da indústria, com a obrigação de os elevar a 4 e 12 no prazo de três anos. Para as instalações já existentes faz-se uma única exigência: as tecelagens devem ter o mínimo de 4 teares mecânicos ou 12 manuais.

Embora o relatório diga que se teve em vista um regime transitório muito benévolo, esta regulamentação parece-me inútil porque deixa tudo praticamente na mesma, com algum aperto na ordem administrativa mas a mesma incapacidade na ordem tecnológica, única relevante; e quando leio no relatório que com tais providências, *dentro de prazo não muito longo se terá obtido uma transformação sensível*, penso em como os homens são mais ingénuos do que parecem e pergunto em que terá melhorado nestes 12 anos já passados, por força de tais disposições, a indústria dos lanifícios.

Outro exemplo do mesmo género, dá-no-lo o decreto nº 29733, de 5 de Julho de 1939, que condicionou a indústria dos resinosos. Toma certas atitudes quanto ao futuro, só consentindo o estabelecimento de instalações por métodos aperfeiçoados (vácuo, pratos ou vapor), com capacidades mínimas de 16000 litros de gema por 8 horas nos dois primeiros tipos e 8000 no terceiro; mas deixa sem qualquer sujeição as 105 instalações existentes das quais 76% são pequeníssimas caldeiras de fogo directo, sem decantação, tipo primitivo de destilação onde só se consegue pez dos graus mais baixos da classificação internacional e até algum tão impuro que não é classificável.

Como as fábricas existentes já têm capacidade excessiva de laboração, que é condicionada pela gema de que é possível dispor, não há grande possibilidade de se montarem novas fábricas (excepto em substituição das existentes), pelo que a doutrina do decreto é pouco menos que platónica; e como das fábricas de fogo directo se diz que *poderão ser obrigadas a introduzir as modificações julgadas necessárias*, o que é igualmente platónico, porque é vago e porque nunca se obrigou nenhum industrial a nada de importante, conclui-se que a indústria, no seu aspecto técnico, não melhorou muito por força do diploma[32].

[32] Em 1957 a situação está melhor. O número de fábricas reduziu-se a 80, das quais só 12 são a fogo directo sem decantação; estas deverão porém montar decantação até 1959, compelidas pelo artigo 7º do decreto-lei nº 39651, de 16-5-1954, sob pena de caducidade das licenças. Esta disposição legal, tão lógica e tão elementar, constitui raridade tão grande na nossa política industrial que presumo terá sido olhada como heroismo pelos que a fizeram e como violência pelos que a devem cumprir. Afinal, sempre se obrigaram as fábricas a introduzir alguma modificação, como dizia o decreto de 1939; mas além de que a modificação é modesta, medeiam 20 anos entre a data do primeiro anúncio e a data em que a obrigatoriedade entrará em vigor: 1939 a 1959.

Não. Não é destas mézinhas que a indústria portuguesa necessita; ou se legisla corajosamente ou não vale a pena gastar papel no *Diário do Governo*. Penso mesmo que é perigoso este fingimento de que se reformam as indústrias; os menos entendidos poderão supor que se reformaram de facto, e serão menos uns tantos a criar ambiente para que as coisas tomem o rumo que os superiores interesses aconselham. Reformar não é fazer qualquer coisa; é fazer o necessário.

Parece-me suficientemente esclarecido o espírito da concentração industrial de que fala a lei nº 2005. O que poderá dar-se é que aqueles que não queiram perceber digam destas páginas, em que tentei explicar, com a clareza que me foi possível, o que há de verdadeiro e de falso nas ideias correntes, aquilo que os latinistas da Idade Média diziam do grego: *Graecum est, non legitur.*

39 — DEFEITOS DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Ficou dito atrás (nº 13) que nada há totalmente bom e que a tentativa de reorganização da indústria não foge a esta regra geral, oferecendo aspectos desfavoráveis, que importa não desconhecer, mas que é desatino exagerar ao ponto de os olhar como causas impeditivas. A verdade, porém, é que não só se exageram esses aspectos como — já o tenho acentuado — parece serem desconhecidos quaisquer outros.

A concentração dos estabelecimentos industriais, a sua modernização e o consequente aumento do seu grau de mecanização implicam um maior volume de capital e mais forte concentração ou, pelo menos, mais forte associação deste; e isto é para alguns uma horrorosa expansão do capitalismo — opinião que tem certo sabor colectivista. Mas logo a seguir, este recurso à máquina, esta preocupação de melhorar as fontes de produção, é apontada como suspeita de materialismo histórico, de tendência para subordinar à ordem económica toda a vida do homem; e a opinião parece agora a de bem instalada burguesia a flagelar uma suposta vitória do comunismo.

A situação é desconcertante porque dois ventos contrários sopram do mesmo lado sobre a infeliz mecanização, que ninguém defende, nem mesmo naquilo que possa ter de bom; e poucos cuidam de ver se ela é rebento espúrio das manhas do mafarrico ou se contém em si algum indício de que o dedo divino aponta o florescer da indústria como passo necessário e inevitável na história da civilização.

Evidentemente, o fundo da questão é complexo; o problema da máquina preocupa os espíritos ansiosos de perscrutar se ela virá a ser escrava ou senhora do homem que a concebeu; e se este, ao pô-la em marcha, se espiritualizou, transferindo para a matéria, mercê do seu engenho, as tarefas rudes precisas para ganhar o pão ou se, ao contrário, qual aprendiz de feiticeiro, desencadeou um feitiço que não saberá dominar e que acabará por subvertê-lo nos domínios económico ou espiritual.

Penso disto que o tema é transcendente demais para interessar a uma reforma industrial, à qual compete averiguar como se produz barato, porque é seu objecto o criar-nos meios para que vivamos bem, nas condições reais do tempo presente, e não o cuidar dos anseios metafísicos da humanidade. Infelizmente, alguns deslocam a discussão do campo rasteiro da tecnologia para o das subtilezas filosóficas, pensando que deste modo dominam o tema de mais alto; é possível que com isso se alarguem os horizontes do espírito — aliás respeitáveis quando vistos no lugar próprio — mas não se modifica em nada o alto preço a que se fabricam o alcool, o papel ou os parafusos.

Para tomar alguma posição no dilema do futuro da máquina, recorro a quem responda por mim e acolho-me a boa sombra: o Patriarca de Lisboa, o Cardeal Gonçalves Cerejeira. Disse Sua Eminência na inauguração da fábrica da Manufactura Nacional de Borracha (Mabor), depois de referir os benefícios que a nova actividade traria à sua terra natal[33]:

Ao contrário do que pretendem certos messias, que não creem no triunfo final da inteligência e do espírito humano, a técnica não escraviza; antes ajuda o trabalhador a libertar-se. Deus dotou o homem da inteligência que prolonga os braços e multiplica as suas faculdades criadoras. A máquina é que há-de libertar o espírito. Feita a adaptação necessária, penso, como Bergson, que a máquina há-de dominar as forças da Natureza e pô-las ao serviço da inteligência humana — e da bondade.

Senti um grande reconforto ao ler estas palavras e ao pensar que já atrás defendi (nº 13), com uma convicção que nada é capaz de abalar, que o homem não ofende a sua personalidade quando obedece à técnica, flor da inteligência, mas que mais a perderá quando vive roto e miserável por carência de desafogo económico.

Para reforço da opinião — se é preciso — seja-me ainda permitido transcrever algumas palavras de um número da revista *Dieu Vivant*, que mão amiga me remeteu, e onde se fala das ideias de Monsenhor Yu-pin, bispo de Sosuza, vigário apostólico de Nanquim, sobre a industrialização da longínqua e misteriosa China[34]:

Le soir de cette cérémonie, Monseigneur Yu-pin réunissait autour de lui quelque trois cents membres de la colonie chinoise, pour la plupart des étudiants, et leur décrivait l'extrême misère dans laquelle la Chine demeurait plongée après neuf ans de guerre. Il ajouta qu'elle ne pourrait se relever et prendre le rang auquel elle avait droit parmis les gran-

[33] Jornais do Porto de 7-4-1946.
[34] Prefácio, *Dieu Vivant*, nº 3 — Paris, 1945, pág. 7 e 8.

des puissances que si elle *s'industrialisait*, demandant aux ingénieurs qui se trouvaient dans son auditoire de regagner leur pays sans délai.

Pareille adhésion au mécanisme de l'économie moderne sur les lèvres d'un grand spirituel pouvait, tout d'abord, surprendre. Ce prélat ignorait-il donc les vices inhérents à *l'industrialisation*, les conséquences désastreuses qu'elle avait eues pour la vie morale et religieuse de l'Occident, le prix auquel était achetée la grandeur du monde moderne?

(...)

Non, l'Évêque de Sosuza n'ignore rien de tout cela. Et sans doute n'est-ce pas sans être descendu profondément dans la problématique du citoyen chrétien qu'il accepte de mettre en peril les antiques vertues de la paysannerie chinoise. Mais comprennant que par dessus les régimes politiques et les idéologies, *l'industrialisation à outrance ets devenue le destin historique des peuples*, il refuse de prendre une attitude anachronique et s'engage sans crainte dans le courant de l'histoire.

E dou este assunto por arrumado; creio mesmo que fica bem arrumado.

Abordemos agora, em análise serena, os inconvenientes da industrialização (quási sinónimo de concentração, porque poeira industrial não é indústria), as suas *consequências desastrosas* no dizer do trecho transcrito, que tão calorosamente a defende.

É sabido que a era industrial, que promoveu a reunião de grandes massas operárias, facilitou a agitação social dos últimos 100 anos e abalou a intensidade da vida religiosa. São, pelo menos, factos síncronos, e a ilação de que há entre eles uma relação de causalidade não parece fácil de rebater; pareceria antes despropósito fazê-lo.

Mas alguma atenuante se lhe poderá achar se pensarmos que a partir do meado do século passado a indústria permitiu fixar na Europa central (a Europa A de Delaisi) cerca de 120 milhões de habitantes, que a tanto monta, em números redondos, o excesso de população dessa Europa sobre a que lhe caberia se, em relação às terras aráveis, tivesse a densidade de população da Europa B. E como nesta a actividade industrial, embora menos intensa, ocupará talvez 1/5 da população[35], podem cifrar-se em 200 milhões os europeus que a indústria fixou na Europa. Quem pode prever as perturbações a que teríamos assistido se o surto da técnica não tivesse emparceirado com a emigração a aliviar o problema demográfico europeu, quando a terra começou a mostrar-

[35] Em Portugal, segundo o censo de 1940, a população activa agrícola era de 1419 milhares de habitantes. Somando aos chefes de família ocupados na agricultura as pessoas a seu cargo, chegou-se, como mínimo, a 3058 milhares de pessoas vivendo da agricultura, isto é, cerca de 40% da população total. Como a população activa ocupada em mesteres industriais (incluindo transportes) atingia uns 700 milhares, a população vivendo da indústria andaria, respeitada a mesma proporção, muito perto de 20% da população total. O censo de 1950 acusa posição semelhante.

-se incapaz de ocupar toda a população? A que excessos teria levado a noção de espaço vital, que certamente germinaria mais cedo? Quem se atreve a afirmar que a expansão da indústria foi uma calamidade e não o fruto de uma lei natural, um caminho de salvação que o engenho do homem descobriu e alargou sob a pressão imperiosa da necessidade de viver?

A era industrial coincidiu com os factos a que o artigo transcrito chama desastrosos, e que o são realmente; repito que não podemos afirmar que ela lhes seja estranha, mas parece também não haver a certeza de que, sem ela, a população da Europa, desempregada e faminta, sem saber em que se ocupar e de que viver, não teria caído na mesma ou pior agitação, na mesma ou pior senda iconoclasta de ateísmo e demolição.

Poderá dizer-se que, sem a indústria, a população da Europa não teria crescido como cresceu, porque não encontraria condições naturais de desenvolvimento; mas o argumento, em parte verdadeiro, não invalida a certeza de que a vida na Europa, sem os novos recursos de trabalho que a indústria lhe trouxe, não teria sido menos difícil e agitada no decorrer do último século.

O aumento da população europeia a partir do fim do século XVIII — começo da era industrial na Inglaterra — pode decompor-se em três parcelas. A primeira, em que a indústria não intervem, resulta do natural crescimento em progressão geométrica, consideradas constantes as taxas de natalidade e mortalidade; a segunda, fruto directo do progresso industrial, foi o aumento de natalidade, aliás pouco sensível, consequência de maior desafogo económico; a terceira, a mais importante, foi a considerável redução da taxa de mortalidade, também resultado, embora em parte indirecto, da revolução industrial — consequência de haver menos períodos de fomes e epidemias, de se ter expandido o comércio que tornou mais acessíveis muitos artigos que permitiram comer e vestir melhor, e haver mais higiene e conforto nas casas, mais limpeza nas ruas e nas pessoas, de se cuidar com mais técnica das águas e dos esgotos, de ter progredido a medicina e se olhar com ideias mais generosas para a assistência aos necessitados. Quando se lê em livros autorizados de Economia o que era a vida das populações rurais há dois séculos, nos países que hoje servem de modelo de alto nível de vida, tem-se pena de que não se faça algures uma reconstituição fiel, para mostrar aos românticos a diferença entre o que foi e o que é a dignidade da pessoa humana, tão justamente exaltada como imperativo de consciência no tempo moderno.

Se não custa porém aceitar que a vida social e a vida religiosa foram afectadas desfavoravelmente no último século sob o influxo possível do progresso industrial, não pode aceitar-se com igual facilidade que o tenha sido também a vida moral nas suas numerosas cambiantes, como às vezes se afirma por arrastamento. Não sei bastante de História

para o afirmar; mas desconfio de que o conceito de Bem, o culto do dever, a pureza de costumes, a urbanidade do trato, o respeito pelo próximo e seus direitos, não ganham grande coisa quando recuamos no tempo, e que só o hábito de dizer que o Mundo está perdido leva a supor que anteriormente o não estava. Julgo até que já Mestre Gil Vicente usou aquele estribilho.

Em verdade, não parece de invejar o tempo em que às batalhas se seguia o saque; em que a escravatura era um inocente princípio; em que os direitos se dirimiam, cavalheirescamente, à espadeirada; em que os nobres ou poderosos eliminavam, por métodos expeditos, os parentes que lhes faziam sombra; em que as mulheres se casavam contra vontade ou iam para o convento; em que o papa Alexandre VI, enredado na vida livre e na política confusa dos estados italianos no século XV, deixou de si memória tão pouco lisongeira; em que o código dos governantes, de que o *Príncipe* de Maquiavel é o modelo acabado, punha uma discutível razão de Estado a cobrir todos os crimes e todas as baixezas. Pode dizer-se, infelizmente, que tais factos ou semelhantes não estão, nos nossos dias, inteiramente eliminados; mas há de fundamental que hoje, se se praticam, ofendem a lei e as consciências, o que nem sempre aconteceu — donde parece poder concluir-se que a lei e as consciências melhoraram.

Como consolação, os saudosistas poderão sempre dizer que, se não fosse a indústria, teriam melhorado mais ...

Estudada mais de perto nos seus efeitos desfavoráveis, a concentração industrial, resultado imediato do avanço da técnica, com o exigir o agrupamento de meios financeiros facilita o domínio dos poderosos. É claro que se o poderosos possuir boa cabeça, só há vantagem em que seja ele a mandar, como se diz no trecho de Pirou atrás citado (nº 37), sem que outros menos dotados o embaracem nas decisões; como o mais rico nem sempre será o mais apto, importa, ao criar uma concentração de indústrias por ditame legal, repartir posições entre todos os industriais nela integrados, em situação quanto possível equilibrada — o que não quer dizer situação igual, porque a igualdade seria muito fraternal mas pouco razoável em face da moral presente. Dentro desse possível equilíbrio, os melhores se revelarão e tomarão o mando, como em geral acontece e será bom que continue a acontecer, mesmo com algum prejuízo da democracia abastracta, que está em moda apregoar.

A pensar assim se redigiu a Base VIII da proposta que veio a transformar-se na Base X da lei nº 2005, que regula a maneira como deverão participar no capital de uma unidade moderna os proprietários de unidades antigas condenadas a desaparecer. Para bem apreender o sentido social que se buscou, medite-se em que a modernização de um ramo industrial poderia em muitos casos ser obtida pela criação de uma ou algumas novas unidades, propriedade de muito poucos, a fazer guerra de morte às pequenas fábricas antigas, às quais seria difícil acompanhar

os preços e impossível a qualidade, para o que bastaria uma normalização de características medianamente exigentes; mas não pareceu bom o sistema como doutrina geral. Por um lado, a atitude afigurou-se injusta para com a baixa burguesia dos pequenos patrões, aquela classe de escassa cultura mas de apreciável iniciativa a quem devemos, afinal, muito do pouco que de indústria existe, e a quem o Estado deve protecção por duas ordens de razões: uma, política, porque se trata de classe socialmente conservadora; outra, moral, porque o que de mau existe em indústria foi feito com a conivência do Estado, que concedeu licenças e se tornou responsável, por falta de doutrina adequada, da insuficiência de muita coisa.

Por outro lado, o deixar subsistir o velho ao lado do novo não pareceu recomendável; o velho persistirá em viver menos remoçando-se do que agarrando-se ao recurso do artigo mais fácil e de qualidade mais baixa, porventura exageradamente baixa, à sombra da difícil penetração que os ensaios normalizados hão-de ter no nosso mercado, ainda demasiadamente inculto para se afeiçoar a tais modernismos; criar-se-iam assim, em alguns casos, condições de vida difícil aos novos estabelecimentos como aos antigos, contrariamente ao que se busca.

Destas reflexões nasceu a ideia de criar órgãos modernos pela concentração dos antigos, quando necessária, num propósito de paz e não de guerra, com o objectivo de conservar e consolidar a classe média, já que não se podia evitar que nascesse algum comunista.

Daqui a doutrina da lei; não se entregaria a nova unidade, resultante de uma concentração, ao domínio de estranhos ou à influência de muito poucos; dar-se-ia a todos os industriais do ramo o direito de participar no seu capital; dar-se-lhes-ia uma posição pelo valor fabril das instalações que possuem e pelo valor comercial (valor do rendimento na redacção da lei) dos seus negócios actuais; e teve-se o cuidado de não estabelecer que estas posições seriam proporcionais àqueles valores, para se ter a liberdade de adoptar uma lei, a fixar em cada caso, com a intenção de reforçar a posição dos mais pequenos, no caso de quererem ou poderem tomá-la, e de atenuar discordâncias muito fortes de posição. Esta atenuação seria sempre pequena, muito longe de ser um nivelamento, porque também seria injusto tirar aos maiores ou mais aptos as posições que alcançaram, e porque seria ilusório e até pouco sincero permitir aos muito pequenos participações que na generalidade não poderiam subscrever.

Explicando melhor, pensei que uma participação escalonada segundo uma potência da soma dos valores industrial e comercial dos estabelecimentos actuais, de grau inferior à unidade, daria inteira satisfação e a mais larga elasticidade segundo as situações que se apresentassem. O sistema não permitira, como é evidente, que se favorecesse individualmente um ou outro, porque uma vez fixado o valor do expoente a aplicar em cada indústria, a lei das participações estaria fixada para todos os associados.

Um exemplo ilustrará. Suponhamos o caso simples de uma reorganização em que entram três industriais, cujos estabelecimentos actuais valem (soma dos valores industrial e comercial) na proporção de 1:5:10. Se se fixasse a lei proporcional, seria esta a relação em que os três entrariam na nova sociedade, isto é, criar-se-ia nela um grande desequilíbrio de forças: 1 para 10 entre o menor e o maior. Mas se a participação for fixada tomando como base, não o valor dos estabelecimentos, mas a sua potência de expoente 0,9, a relação das posições mudará, em números redondos, para 1,3:5,4:10, isto é, a relação entre as posições de capital do menor e do maior será aproximadamente de 1 para 8; se tomarmos o expoente 0,7 ou 0,6, a relação subirá respectivamente para 2:6,2:10 ou 2,5:6,6:10, o que mostra que entre o menor e o maior haverá apenas a desporporção de 1 para 5 ou 1 para 4, respectivamente. Vê-se assim que a desproporção se atenua, segundo uma lei coerente e uniforme, na relação que quisermos e que para cada caso parecer mais apropriada. Julgo que se percebe bem a mecânica da operação; só quero acrescentar, para evitar a reclamação dos ricos, que esta valorização dos mais pequenos marcaria o limite da cota com que poderiam entrar na sociedade e não uma avaliação de favor das suas instalações actuais, cabendo-lhes cobrir a dinheiro, se quisessem e pudessem, a diferença entre esta avaliação e aquele limite.

Este era e continua a ser o meu pensamento. A palavra *proporcional*, que figura no nº 2 da Base VIII da proposta, atraiçoa este pensamento e resultou de um lapso ou de um propósito de que não sou responsável; não fui a última pessoa que tocou no texto da proposta.

Sucede porém que a redacção aprovada na Assembleia Nacional para a Base VIII da proposta corrigiu esse deslise e começa por estas palavras[36]:

> A participação no capital das novas empresas dos industriais cujas unidades sejam objecto de concentração será determinada em função do valor dos respectivos estabelecimentos.

Mas nota-se de singular, ao ler-se no *Diário do Governo* o texto definitivo da lei (Base X) que onde, na redacção aprovada, se escreveu *em função de* , saiu na redacção definitiva *proporcional a*. Ter-se-ia julgado que são sinónimos?

Não sei se o caso pode ser revisto, não sei se vale a pena, porque a lei parece letra morta; mas julgo que o merecia, porque esta simples mudança de redacção, porventura indiferente para alguns, neutralizou o propósito salutar de dar a mão aos industriais pequenos, de os ajudar a passar um pouco acima da sua pequenez, de dar à classe média, a que

[36] *Diário das Sessões*, nº 130, de 29-1-1945.

eles pertencem, a oportunidade de subir um degrau no comando das futuras empresas — degrau grande ou pequeno, mas sempre degrau.

Tive e tenho por esta ideia, no campo dos princípios, um grande apreço. Mataram-na, julgo que por não a terem entendido; quanto a mim, só agora encontro oportunidade de a explicar.

Penso que muitas pessoas, entre as quais alguns deputados, que defenderam as classes médias de um imaginário ataque da nova política industrial, o teriam feito com mais acerto lutando por esta valorização, procurando para os pequenos industriais melhoria de posição dentro das futuras unidades organizadas nos preceitos da técnica, do que batendo-se, sem lógica e sem base, pela conservação de certas anomalias industriais que para aí existem.

Ao repor este assunto dentro do pensamento inicial, aproveito a ocasião de referir que nesse mesmo pensamento não se continha o propósito de resolver a um tempo todas as dúvidas (ou certezas) da má organização industrial deste País; seria uma revolução e uma imprudência. A geometrias das 15 alíneas da Base XIX, que constitui um sumário honesto de inquérito industrial (e ainda ninguém escreveu outro) pode e deve ter aplicação directa em grande número de indústrias, sobretudo (e são tantas!) nas de pequeno porte e número limitado de estabelecimentos. Mas à medida que sobe a complexidade da indústria, sobe a complexidade do inquérito nos seus aspectos técnico e humano; e a prudência manda que se não abordem problemas em que não haja a certeza de encontrar solução — teórica ou prática. Mas não tem menos mérito neste caso a lei nº 2005; ela deve servir de doutrina às repartições do Estado, que, através do condicionamento industrial convenientemente interpretado, a podem aplicar lentamente por via indirecta (ver nº 49), fomentando agrupamentos, estimulando ampliações ou a criação de novas unidades bem equipadas, no propósito de vincar a insuficiência das unidades obsoletas; e ao fim de alguns anos de actividade doutrinada ter-se-á conseguido que estas desapareçam ou ter-se-á criado o ambiente favorável para lhes aplicar directamente a lei. Faz-se uma reserva: esta aplicação indirecta só é possível nos ramos em que o condicionamento industrial tem movimento sensível, prova de que a indústria tem vitalidade que permita prever um resultado em período humanamente razoável; fora disso é inoperante.

E para não esconder um ponto fraco, ainda esta reserva: É necessário que essas repartições encontrem por cima o apoio necessário para caminharem em linha recta, ainda que tenham que tropeçar, cortando-o, em algum cordelinho de influência.

Apesar do cuidado com que se pensou na posição dos pequenos industriais com o fito de promover a ascensão dos melhores, é inegável que a concentração, ao reduzir o número de unidades, reduz também o número efectivo de patrões, daqueles elementos médios que criam apego à sua obra, mesmo quando defeituosa, que labutam diligente-

mente na defesa e alargamento da sua propriedade, que formam a camada socialmente mais estável do nosso tempo, o bed-rock da nossa sociedade. E esta redução é inegavelmente um mal; apenas se presume que não é muito grave.

Em primeiro lugar, assente que a concentração se aplicará apenas a um número reduzido de ramos industriais, em que a tecnologia o aconselhe, com exclusão das numerosíssimas actividades que são universalmente dispersas, como já se apontou, o valor relativo do número de atingidos será tão pequeno que não deixará dúvidas — pelo menos aos imparciais — sobre o reduzido valor do argumento como ponto fraco da reforma industrial.

Em segundo lugar, muitos desses atingidos, integrados ou não numa nova empresa, se não têm nela ocupação que os absorva ou satisfaça, não ficam impedidos de empregar noutro ramo o seu espírito de iniciativa, de tentar reaver por outra forma a liberdade de acção que lhe foi tirada a bem de um interesse superior. Quase nunca o elemento social será perdido.

É importante notar, para bom julgamento da causa, que a pulverização de pequenas actividades, com a multiplicação do número de patrões, é devida, pelo menos em parte, ao excesso de gente para o volume de trabalho, que cria o estado permanente de sub-emprego em que vivemos; abrir o pequeno estabelecimento na indústria ou no comércio será assim, muitas vezes, menos o fruto de uma vocação decidida do que um recurso para ganhar a vida. Perante uma indústria sólida, com vasto quadro de pessoal, oferecendo entrada fácil e acesso provável em diversos níveis adequados a cada um, quantos teriam desistido da independência?

Repare-se, e ainda pelo que respeita às camadas médias, que a reorganização industrial será um factor de estímulo, porventura notável. Pode diminuir o número de patrões, daqueles homens entregues ao seu próprio arbítrio, que exercem nas suas pequenas casas todas as funções directivas. Mas aumenta-se consideravelmente outra espécie de burguesia, quase inexistente nas instalações anteriores, que forma as classes dirigente e média que a diferenciação de funções numa empresa mais vasta e mais organizada coloca abaixo dos gerentes como seus colaboradores: engenheiros, contabilistas, chefes de serviços, inspectores, encarregados, analistas. Já pensaram nisto os alarmados com o perigo social da concentração da indústria?

Deste alarme fica de pé, como realidade, um único aspecto, mas este apenas sentimental: o desgosto, que em muitos será sincero, noutros o disfarce de interesses, de ver desaparecer uma casa que se criou, um nome comercial que se herdou, um hábito de vida independente a que se estava afeito.

Tenho sinceramente pena de não saber resolver este problema a contento dos interessados. Julgo mesmo que ninguém sabe, porque o problema é insolúvel por natureza; só me parece condenável que esta

ausência de solução de um aspecto particular e restrito seja arvorada como bandeira de reacção.

Creio que é normal e que é de todos os tempos perderem-se vidas, fazendas e afectos, coercivamente, em nome de certos princípios gerais nem sempre revestidos da sua pureza teórica. Morre o soldado na guerra, ou perde-se nela o património de uma família, quando a guerra não passa às vezes de luta de partidos; destroi-se uma casa com suas recordações, para que se construa uma estrada — e a estrada pode ter como principal utilidade ser logradoiro de janotas endinheirados; desaparece um estabelecimento comercial com seus interesses e às vezes sua tradição, porque um plano de urbanização modifica o alinhamento da rua — e esse alinhamento pode ter nascido de um conceito estético muito discutível. Porque se há-de estranhar que a concentração industrial faça desaparecer algumas más unidades em nome de um princípio tão sério como é o do revigoramento da nossa economia?

Depois de falarmos dos patrões, digamos duas palavras sobre o pessoal operário. A indústria concentrada, com sua mecanização e seu mais alto rendimento, necessitará na maioria dos casos de menor número de operários do que as indústrias dispersas correspondentes. Uma ou outra excepção se oferecerá quando a nova empresa, por ter novas condições de vida, alargue a sua actividade além da que tinham as que ela veio sibstituir; fora disso, a necessidade de mão-de-obra é manifestamente menor. Há nisto outro defeito inegável.

Duas hipóteses são de considerar. Nuns casos o excesso de pessoal não chegará a manifestar-se porque uns passarão a pensionistas das caixas de previdência (Base XV) e outros, necessitando mudar de residência porque a fábrica se transferiu, desistirão do emprego por motivos pessoais; noutros casos, o excesso de pessoal útil manifesta-se de facto e haverá que recorrer ao subsídio temporário de desemprego que a lei prevê na base citada acima. Em qualquer dos casos a coisa é má, mas parece ainda pior do que é porque, se há um recuo temporário, há a fundada esperança de mais rápido crescimento. Não é quase sempre assim a marcha regular dos fenómenos económicos?

Antes de prosseguir, quero escrever duas linhas sobre a transferência de fábricas, que obrigará a algumas deslocações de pessoal, consequência de uma necessidade económica que é forçoso sobrepor a interesses ou comodidades pessoais, como reza o Artº 1º do Estatuto do Trabalho Nacional — que presumo ter sido escrito de boa fé para ser aplicado quando preciso. Dessas deslocações se disse porém na Assembleia Nacional que *já não é pouco sob o aspecto técnico-marxista.*[37]

Ao ler isto, fiquei encantado com o carinho com que alguns dirigentes velam pelo povo. Não cuidam de saber se ele tem bom salário e trabalho salubre; o que os apoquenta é que mude de terra. Quando eu era

[37] *Diário das Sessões*, nº 123, de 19.1.1945.

pequeno, mudei várias vezes de residência (Lisboa, Aveiro, Coimbra, novamente Lisboa) porque o serviço de meu Pai, que era ferroviário, assim o exigia. As mudanças, fazia-mo-las, não direi com alegria, porque eram sempre maçadoras, mas com a boa disposição de quem cumpre o dever de acompanhar o chefe da família na tarefa de trabalhar onde o chama a profissão que livremente escolheu, e onde lho determinam os chefes a quem deve obediência. Nunca em nossa casa — ingénuos que nós éramos! — descobrimos que nos perseguia a tirania técnico-marxista.

Não sei como o Governo, de ideias, ao que consta, tão pouco concordantes com as do Sr. Karl Marx, não determina que sejam proibidas as transferência no Exército, na Marinha, nos Correios e Telégrafos, na Magistratura, em todo o funcionalismo. Já é ter em pouca atenção as boas sugestões que às vezes aparecem.

Retomemos o fio das ideias sobre a redução do pessoal. Quando se defende, como atrás ficou feito (nºs 3, 17 e 29), a necessidade de criar actividades para ocupar o acréscimo da população e aqueles que já hoje excedem a capacidade de absorção da agricultura[38], pode parecer contrasenso propor uma reforma que reduza o número de braços já hoje ocupados pela indústria. Não há porém contrassenso; há apenas um mal necessário que se reconhece e se confessa e que, como foi dito, não se reputa grave.

Não basta que todo o trabalhadora receba um salário; é indispensável que esse salário seja a retribuição de trabalho útil, sem o qual a situação se torna insustentável, porque se tira donde não se põe; e sempre que a deficiente organização conduza ao pagamento de salários não suficientemente produtivos, não há outra decisão prudente que não seja suprimi-los, procurando novos métodos com maior eficiência.

Apesar dos salários geralmente baixos, o excesso de mão-de-obra hoje no preço de muitos dos nossos produtos industriais; a diminuição do número de unidades, a modernização do equipamento, a organização científica, constituem os novos processos que permitem reduzir o preço de custo e melhorar o salário, pela redução do pessoal e eleiminação de perdas[39].

[38] Sobre os efeitos do progresso técnico na vida rural, que irá forçando multidões de trabalhadores a abandonar os campos, leia-se a comunicação "Condições morais e sociais da vida rural", apresentada pelo Prof. Eugénio de Castro Caldas ao IV Congresso da União Nacional, Lisboa, 1956.

[39] Já hoje se nota diferença importante na remuneração média do pessoal entre as indústrias portuguesas mais concentradas (e mecanizadas) e as mais pulverizadas (e anacrónicas) — aproximadamente 12 contos por ano no primeiro caso e 6 no segundo — partindo de números da Estatística Industrial de 1954. (Eng. Ferreira do Amaral, *A Viabilidade Industrial*, Lisboa, 1956, pág. 19 e 20).

No que se refere às questões sociais de higiene, de segurança e de assistência (média, cultural, desportiva, etc.) a posição é a mesma; as pessoas que se interessam sinceramente pela melhoria de vida do trabalhador não devem antepor a estas verdades o seu fraco pela oratória demagógica.

A mecanização das indústrias conta porém entre nós com alguns inimigos; uns, interesseiros, que exploram o baixo salário de mulheres e de menores; outros, humanitários, que só vêem na máquina um substituto de mão-de-obra e um criador de desemprego; outros assustadiços, que falam por falar.

Analisado serenamente, o ponto de vista dos segundos apresenta-se demasiadamente estreito para poder adoptar-se como solução nacional. O problema social de combate ao desemprego deve ser resolvido, sempre que possível, sobre uma estrutura económica, porque nem a fórmula de negar a máquina é mais do que assistência deslocada do seu ambiente próprio, nem está demonstrado que no nosso caso a possibilidade económica não exista. Se as máquinas escorraçam o homem de certos trabalhos rudes, o homem só tem um caminho que é de defesa e de vingança: empenhar-se em fabricar novas e melhores máquinas.

O sistema de rejeitar mecanismos reconhecidamente vantajosos só para dar ao trabalho manual maior extensão — e a heresia tem sido defendida até de fonte oficial — é um arranjo artificial, demasiadamente simplista para ser frutuoso; é entreter mão-de-obra em vez de a aproveitar, é criar deficiências de produção mais nocivas do que o mal imediato que se pretende sanar. É mais uma parcela a juntar às soluções *excessivamente fáceis* que atrás referi (nº 17).

Para romper este falso equilíbrio impõe-se uma acção exterior ao sistema, de que o Estado deve tomar a iniciativa; mas dela vai resultar, para a fabricação dos mesmos produtos, um excesso inactivo de mão-de-obra, cuja aplicação racional só pode ser esta: fabricar outros produtos, o que significa arejar as cabeças lusitanas com novas ideias industriais.

O caso é comparável a mil situações da vida corrente, com a diferença de que nestas o bom senso domina sempre e naquele a tolice parece invencível. Se na margem de um rio há 20 pessoas que precisam atravessá-lo, e o barco de travessia só comporta 10, toda a gente conclui que a decisão acertada é a de só entrarem 10 pessoas, porque se entrarem as 20 não atravessa nenhuma. É claro que as pessoas de bom coração acham que é uma lástima que não possam atravessar o rio de uma só vez todas as pessoas que precisam de o fazer; mas põem o raciocínio acima do sentimento e concluem, *nemine discrepante*, que o único recurso que se oferece às pessoas que não tiveram lugar é esperar que o barco faça segunda viagem ou que a entidade responsável pelo serviço arranje outro transporte, isto é, que faça algum progresso nos seus conceitos de transportador.

À semelhança do que ensina este exemplo, dar trabalho a mais pessoal ou dá-lo ao mesmo mas com melhor salário só se consegue, como ficou dito, criando novas actividades, e, portanto, produzindo mais e com melhor rendimento. O caminho, todos o reconhecemos, não é o mais cómodo, porque é preciso saber o que se há-de produzir, arranjar os meios de o alcançar e correr o risco de algum fracasso, sempre possível

nestes cometimentos. Fazer indústrias é como plantar árvores: às vezes secam; mas quando chegam a dar boa sombra são o enlevo do plantador.

É sabido como a Europa se debruça com frequência a apreciar o nível de vida dos Estados Unidos da América e o atribui à *produtividade* do operário americano. É sabido como a perfeição do equipamento e da organização, os cuidados da direcção técnica e de instrução do pessoal, e certos factores psicológicos de confiança e de convicção no valor do esforço próprio, fazem do amaericano, sem distinção de classes, um trabalhador com enorme poder de produção[40].

Entre nós o facto não é desconhecido, e no sub-consciente dos portugueses não está ausente o princípio de quanto ele seria vantajoso se o pudessemos imitar; mas, concretamente, esta matéria está ainda muito verde no nosso meio[41].

Não se esquece que o problema da mecanização se põe em Portugal de forma diferente daquela por que se manifestou nos países de mão-de-obra escassa ou muito cara, em que foi necessário recorrer à automatização extrema. Quando se quer dar trabalho a uma população em excesso, que mesmo em regime de bom salário oferece mão-de-obra que não é cara, o uso da máquina deve ser menos intensivo; mas há infinitos casos em que a salubridade ou os factores de qualidade e preço não permitem dispensá-la. E nesses há que discutir — porque seria rematada tolice[42].

Pensa-se que as indústrias existentes, se têm, como foi dito e é inegável para algumas, pessoal numeroso demais para aquilo que produzem, têm também certa margem em alguns casos, quando devidamente aperfeiçoadas, para combater a importação do seu artigo, que hoje ainda se faz em escala apreciável; e pensa-se que o estabelecimento de

[40] O conceito de produtividade tomou, desde o fim da guerra, um importância de primeiro plano em matéria de organização industrial. As linhas mestras da doutrina podem ler-se rapidamente e com algum proveito no resumo da comunicação intitulada "Application pratique en France des facteurs de productivité américaine", feita pelo engenheiro francês S. Rodrigues à Société des Ingénieurs Civils de France — *Bulletin de la Société des Ingénieurs Civils de France*, nº 3, 1951.

[41] A propósito do congresso da Câmara de Comércio Internacional, realizado em Lisboa em 1951, escreveram-se, por exemplo, estas palavras:

> A economia portuguesa está hoje empenhada vigorosamente num esforço de expansão da produtividade que se revela em multiplas iniciativas nos mais diversos campos de actividades. ("O aumento da produtividade", *Jornal do Comércio*, de 14 de Junho de 1951).

O mau é que, não obstante estas e outras boas palavras, continuamos a não tomar a sério o problema, e parece que vamos esquecer a penosa depressão do comércio externo nos anos a seguir à guerra, distraídos com umas inaugurações festivas e com certos sintomas passageiros de desafogo, resultantes às vezes de causas externas, infelizmente desagradáveis (rumores da guerra).

[42] Faz-se notar que a acentuada alta de salários verificada entre nós nos últimos anos em alguns ramos industriais fez aproximar o seu nível do que se verifica em alguns países da Europa, modificando um pouco (mas acentua-se que é só um pouco), apesar do aumento do custo da vida, o que foi dito no Vol. I (nº 14) relativamente ao ano de 1938.

actividades novas a que se dedica todo o Cap. III (e ainda diz pouco) é susceptível de abrir horizontes mais vastos à vida nacional. Das duas maneiras se ocuparão trabalhadores; daqui a necessidades de acção simultânea nos dois campos.

Esta é a estrutura económica capaz de resolver o problema da mão-de-obra, já que não se pode contar muito com a melhoria da terra pelo regadio, pela adubação ou pela introdução de novas culturas. Só merece reparo o tom imperativo com que a Base XV determina que os trabalhadores sobrantes serão colocados nas indústrias novas, referidas na Parte I da lei, como se pudesse haver sincronismo entre a reorganização e a criação de novas indústrias, dois fenómenos de marcha tão irregular, e como se fosse de esperar a justaposição perfeita quanto a locais de trabalho e aptidões dos trabalhadores. É um preceito da lei que parece ter sido escrito para não ser cumprido; mas não se dá por isso porque nenhum se cumpre.

Com esta última reserva, tem-se a impressão de que o caminho que se traçou é o bom caminho; de que é mesmo o único caminho, custe o que custar.

Que vale perante isto, o sacrifício de alguns transitoriamente desempregados (situação aliás quase permanente) ou o deslocamento de uns centos de pessoas da terra onde vivem? Porque é que este senão da reforma industrial levanta tantos clamores e ninguém se comoveu com cerca de 2 000 mineiros de Aljustrel e Louzal que estiveram sem trabalho e sem auxílio os 5 anos de guerra? E que outra solução se quer dar ao problema demográfico, de que a crise de trabalho rural é o ponto mais agudo, e que não é figura de retórica mas um quadro real de fome e desespero? Pensa-se que é solução séria abrir uns melhoramentos rurais ou dar subsídios às Misericórdias? Tem-se a nossa posição perante a Europa como digna e como estável?

Há quem tenha tocado a tecla de que a reforma industrial afectará a agricultura pelo chamamento de grande volume de mão-de-obra e pela elevação do nível de salário. O argumento é oposto ao anterior, e repete-se a situação de se ser atacado de dois lados opostos.

A vantagem económica do salário alto, aumento no custo da produção, tem sido defendida por alguns autores, embora não seja evidente, e aquele seja até discutível como perigora forma de inflação; mas se a partir de um estado de equilíbrio como é o presente, a indústria é susceptível de melhor apetrechamento e a redução de encargos se aplica, no todo ou em parte, na melhor retribuição dos trabalhadores sem alteração do nível de preços, não pode oferecer dúvidas a ninguém que o movimento comercial deve notá-lo pelo aumento do poder de compra, em época normal, em que se não sinta rarefacção de bens de consumo, o benefício geral é manifesto. A atenção que o caso merece não tem apenas fundo humanitário, embora este bastasse para lhe dar relevo; tem ainda outras razões que não valem menos.

O aumento do salário e da população industriais há-de ter reflexo na remuneração dos restantes trabalhadores; e esse reflexo será salutar porque será lento e legítimo porque será natural. Com o aumento do salário dentro das possibilidades de produção se satisfará a mais legítima aspiração do trabalhador, se dignificarão as artes e ofícios, se chamará para eles a atenção dos novos hoje perdidos na elegante miragem de serem empregados de escritório, e se procurarão corrigir as desigualdades que ainda existem entre nós dentro da mesma actividade — desigualdades que se atribuem às condições de vida nas diferentes províncias do País, mas que não têm sempre justificação cabal.

E é permitido esperar que esta subida, sem arrastar encarecimento de vida, movimente mais dinheiro e mais produtos; e este alargamento de mercado, traduzido em melhoria da produção, fará subir a nossa economia, assinteticamente, para um nível mais alto, imposto pelas novas aptidões da terra e da gente. Não sentir alegria ante esta perspectiva larga e prometedora é ter em si um egoismo de vista curta.

Nem é legítimo o receio de que o programa industrial provoque a fuga do trabalhador agrícola, como no século XVI o fizeram a pimenta da Índia e o ouro da Mina ou de Sofala, e como dois século mais tarde se despovoou o litoral brasileiro, trocada a vida agrária de escravos e colonos pela pesquisa do ouro e diamantes nos cerros de Minas Gerais. Em todo o plano que se esboçou apenas se teve em mira um pouco mais de trabalho e paga condigna para ele; mas tudo que se fizer, por vasto e magnânimo que seja, será forçosamente tão lento que não terá força para gerar o desequilíbrio das fontes de riqueza nacionais. Que pesam num milhão bem contado de trabalhadores agrícolas, cada ano acrescido copiosamente, alguns milhares que anualmente abraçassem a indústria?

Para depreciarem as ideias directrizes da lei nº 2005, usam alguns dizer que são doutrinas estrangeiras e infiltrarem-se perniciosamente nos bons e tradicionais métodos portugueses.

Esta mania de supor que são nacionais e genuinas, nascidas de tradição de boa cepa, todas as velharias que para aí há, não é de agora. Não preciso, por isso, de a rebater; basta-me copiar algumas palavras escritas há muito, e que embora relativas a matéria diferente e a factos passados em 1892, se ajustam admiravelmente ao caso em discussão[45]:

> Tinham alegado os meus críticos que as ideias expostas no referido folheto, conquanto razoáveis em si, eram inaplicáveis entre nós por serem eivadas de estrangeirismo. A organização que eu recomendava em 1892 nada tinha de original, mas era com efeito inspirada pelo que vira aplicado com vantagem em escolas estrangeiras que frequentara como estudante durante oito anos.

[45] Dr. Alfredo Bensaude, *Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1922, pág. 7 e 8.

> O labéu do estrangeirismo foi um dos principais argumentos que levaram a comissão de ensino, de que eu fizera parte, a rejeitar o meu projecto.
>
> Aplicando o mesmo critério às escolas dos países mais adiantados, é claro que nenhuma escaparia a igual sentença pois em toda a parte se tem aproveitado a experiência alheia em assuntos de instrução e edução, sendo por isso uma boa escola, sempre, mais ou menos, um produto internacional.
>
> As particularidades tradicionais das nossas escolas não podem considerar-se genuinamente portuguesas, como pensavam os meus críticos; representam características de organizações escolares persistentes entre nós, mas que já desapareceram ou se modificaram nos países progressivos donde as importámos no passado, e nada provava que o processo útil noutros tempos não fosse igualmente vantajoso em 1892.

Parece estar a repetir-se no problema da indústria a história de 1892, de se rejeitar o bom caminho por apego a ideias feitas, como já em 1933 ou 34 se repetiu na campanha da electricidade, cujos frutos só começaram a tomar corpo em 1945; e a verificação deste último facto não tem só interesse teórico, pois que a esta rejeição cabe a responsabilidade de algumas situações difíceis dos últimos tempos: restrições de consumo e certos embaraços tarifários[44].

E não sei de mais defeitos que apontassem à reforma industrial. O de criar horrorosos monopólios já foi tratado no número anterior.

Nada de realmente sólido me pareceu existir no muito que contra ela se disse. Cada vez mais, à medida que vejo aumentarem as necessidades do País e diminuirem ou estabilizarem as possibilidades de exportação, me convenço da necessidade de produzirmos mais e melhor, de afastarmos para o lado pieguices e receios.

Se, apesar de pequena, a obra é grande dentro da modéstia a que nos habituámos, se os seus resultados mais se pressentem do que se demonstram, nem por issso devemos deixar de a enfrentar com decisão. Em alguma ocasião se há-de começar; e apesar do progresso dos últimos anos, seria indigno da nossa geração e da nossa época continuar a aceitar o fatalismo de uma indústria decadente e incapaz.

Em coisas de indústria não se faz o que se quer mas o que se pode. Não devem ter-se ilusões sobre o valor do que poderemos fazer; mas em relação ao que somos e ao que produzimos não é legítima a dúvida sobre o que poderemos subir.

E não seria bom subir para nos nivelarmos aos outros povos da Europa? Não valerá o esforço de uma tentativa? E esta melhoria, lenta

[44] As dificuldades referem-se aos anos anteriores a 1951, período em que estas linhas foram escritas. A entrada em serviço, naquele ano, das primeiras obras do plano hidroeléctrico pôs fim a essas dificuldades — espera-se que definitivamente (1957).

mas permanente, reflectida no bem estar geral dos trabalhadores, não merecerá o sacrifício transitório de uns tantos? Que defensores do povo são estes que atacam a concentração industrial, porque traz de início umas contrariedades, que correm como crianças atrás de uma aparência vã e deixam fugir vantagens reais só por não serem imediatas? Ignoram que a política de facilidades de ocasião é sempre um entre-acto passageiro, que pode ser brilhante mas é efémero como as estrelas cadentes, e que só acções coactivas, desagradáveis, dão base a uma política de fundo que resiste ao tempo e ao esquecimento? Nunca meditaram na frase *ad augusta per angusta?*[45]

40 — A MODERNIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO

Se exceptuarmos alguns industriais que têm sabido ou podido manter as suas instalações em estado de actualidade, depara-se-nos na indústria nacional um número considerável de máquinas muito velhas e de métodos de trabalho pouco recomendáveis.

Máquinas com 40 ou 50 anos de uso não são raridade; e estas máquinas continuam em serviço apesar de se saber que o equipamento industrial com esta idade só vale o peso de sucata que é susceptível de dar.

Quando se pensa no que representam os últimos 40 anos na diferença de rendimento e de perfeição da maior parte das máquinas industriais — exceptuando o caso de operações simples que não tenham sofrido evolução sensível — tem-se a sensação de que um mundo novo se gerou, de que uma vida nova e estranha se revela no automatismo, na velocidade, na precisão, no engenho quase inconcebíveis das máquinas de hoje; e não custa a perceber que o produto fabricado em instalações velhas seja alto no preço e baixo na qualidade.

Infelizmente, não é novo nem raro em Portugal o critério de comprar máquinas usadas, pela única razão de serem mais baratas — recurso de indústrias sem capital que pagam toda a vida em acréscimo de despesas de exploração e na pior qualidade do produto a vantagem transitória do menor encargo de estabelecimento.

[45] As palavras que antecedem são de 1948 ou 49; a lei nº 2005, que equacionou o problema da reorganização industrial, é de 1945; hoje (1957) passaram sobre esta data 12 anos de esquecimento, de injustiça e, algumas, vezes quase de troça.

Mas o ano corrente viu nascer a Comunidade Económica Europeia (Mercado Comum) e progredir a ideia da Zona Livre; e o Governo pronunciou então a primeira palavra de aplauso à obra que quase engeitara:

> O programa industrial português foi formulado na lei nº 2005, de 14 de Março de 1945, proveniente de notável proposta do Governo cujo relatório continua a ser um dos documentos basilares deste processo. Estão de pé os dois objectivos visados pela lei: é preciso criar novas indústrias e, quanto antes, reorganizar muitas das existentes.
>
> (Discurso do Ministro da presidência na sessão inaugural do II Congresso da Indústria Portuguesa, em 26 de Maio de 1957).

A generalização deste sistema, cujos inconvenientes é desnecessário acentuar, criou entre nós o rendoso comércio de máquinas usadas, que passam de mão em mão, envelhecendo cada vez mais e enganando o comprador na proporção em que envelhecem.

Como sei que isto é assim e que é forçoso que deixe de ser, se escreveu na Base XII da proposta de lei da reorganização industrial que o material não aproveitável das fábricas que venham a ser objecto de concentração deverá ser exportado ou inutilizado. É indispensável partir, em bocados tão pequenos que nenhuma reconstituição seja possível, todo o nosso velho equipamento industrial para haver a certeza de que não tornará a servir.

Mas a palavra *inutilizar* foi posteriormente cortada da proposta e portanto da lei. Suavidades que não resolvem nada e que só servem para enfraquecer os princípios fortes em que a doutrina se deve apoiar. Valem mais duas ideias claras, definidas com agudeza e seguidas com perseverança, do que um tratado de palavras amorfas, de que ninguém apreende o sentido, mesmo que o tenha. Optou-se aqui por este segundo caminho, e resolveu-se deixar omisso o destino das velharias que por aí andam; Deus sabe quantas voltarão, pintadas de novo, a atrair a atenção de muito ingénuo nos armazéns de ferro-velho, e a figurar briosamente no inventário industrial deste país de boas pessoas — e de más indústrias. Quando se não tem verdadeira convicção transige-se facilmente com as fraquezas da época.

Uma das primeiras consequências da concentração industrial será acabar com as instalações em segunda mão — quando não em terceira — porque se espera que as novas unidades tenham do mérito do equipamento noção mais exigente do que as actuais. Da pequenez da riqueza média e do excesso de individualismo, de que todos sofremos mas de que precisamos corrigir-nos, resulta montarem-se dez fábricas medíocres ou piores do que isso, com material decadente, insuficiente ou impróprio, em vez de uma ou duas perfeitas e rendosas; combater esta tendência, concentrando iniciativas, agrupando esforços e capitais, é condição de progresso que parece difícil de negar. Importa, como superior política económica, melhorar a utilização daquilo que ao país reconhecidamente mais falta: pessoas e dinheiro; fugir daqui não é dirigir, é transigir.

Estas pequenas unidades pendem naturalmente para a fabricação de artigos baixos, aqueles que lhes são necessários, e cria-se uma forte concorrência sem que o mercado interno esteja totalmente abastecido; todos trabalham o artigo corrente e poucos ou nenhuns se ocupam dos artigos finos, exigentes de material e de técnica, donde se cai na situação paradoxal de haver excesso dos primeiros e ser preciso importar os segundos — ou passar sem eles.

A cutelaria, os grudes, os parafusos, as ferramentas (exceptuando limas), o papel, as tintas, a borracha, são, entre outras, indústrias em que tal fenómeno se mostra mais ou menos nitidamente e para as quais

se presume que a situação pode desaparecer — ou, ao menos, atenuar-se, porque é impossível fazer tudo. Ocorre-me que durante muito tempo o Estado deixou proliferar, se é que não apadrinhou, umas mesquinhas oficinas que importavam condutores eléctricos quase completos e se limitavam a cobri-los com uma trança de algodão, porque corria a lenda de que era a única operação possível entre nós; e só à roda de 1940 se conseguiram duas unidades fabricando totalmente os condutores isolados a borracha. São passados muitos anos, consolidaram-se a acreditaram-se as marcas nacionais e começa a fabricação de cabos isolados a papel e a plásticos; em dois escalões, com dois lustros de intervalo, passou-se de quase zero, aquele zero muito ridículo mas muito acarinhado pela nossa gente, a uma posição que, se não é de glória é, pelo menos, de franca mediania. Houve neste ramo, graças a Deus, melhoria na produção e melhoria nas ideias.

Relembra-se o que atrás se disse: em indústria não se faz o que se quer mas o que se pode; só falta definir com precisão o que se pode fazer em condições aceitáveis. Para alargar essas condições impõe-se como evidente a compra do mais moderno equipamento, a substituição sistemática de tudo que for antiquado, o anseio constante de caminhar mais longe; mas este resultado só é possível com uma concentração grande ou pequena conforme os casos, dos estabelecimentos actuais.

Libertar a indústria portuguesa do peso morto de máquinas velhas, da rotina de processos arcaicos e da conformidade com o medíocre, espalhar os ideais de rendimento, de perfeição e de engrandecimento, convencer os pequenos capitais de que a união faz a força, parecem objectivos a manter na primeira linha do aperfeiçoamento tecnológico.

Li há tempos uma frase de Vauvenargues que cai aqui como ouro em fundo azul: *Far-se-iam muito mais coisas, se não se julgasse muitas delas impossíveis.* Mas quem se convence de que não é impossível aquilo que se habituou a ter como tal?

São inúmeras as provas de velhice e deficiência do nosso equipamento industrial e não posso furtar-me, mesmo com o risco de ser maçador, a documentá-las com uma lista longa de referências.

a) Das máquinas de fazer papel já se falou no nº 33: de 15 máquinas contínuas, 13 tinham em 1938 mais de 35 anos, e destas, 7 tinham mais de 50. Hoje há que acrescentar 12 anos a estas idades.

Isto pelo que se refere às fábricas chamadas grandes. Quanto às pequenas, um técnico da casa Voigt, que veio a Portugal por 1943, afirmou que as nossas máquinas, construídas por artífices locais, já não tinham par em nenhum outro país da Europa (que honra!); e que se pensávamos reformar a indústria e acabar com aquelas unidades, deveríamos manter uma como antiguidade de museu.

b) No despacho sobre a indústria de algodões atrás citado (nº 38) colhem-se estes números expressivos: dos fusos então existentes, só

47% tinham menos de 30 anos; os 53% restantes (mais de metade) excediam os 30 anos, tendo alguns mais de 60. A posição melhorou de então para cá, como já se disse, sem estar totalmente resolvida. Em princípio de 1951 a antiguidade dos fusos em serviço é como segue:

Construção anterior a 1900	14%
» de 1901 a 1915	18%
» de 1916 a 1935	30%
» posterior a 1935	38%

Há portanto 32% dos fusos a substituir em curto prazo[46].

c) Durante a última guerra ainda tinha certa voga na indústria algodoeira (5%) o tear manual, uma máquina que floresceu em Alexandria no tempo dos faraós; o tear automático, com compensação, era quase desconhecido. Os teares em segunda ou terceira não eram nessa data das máquinas mais transaccionadas em Portugal. Da evolução nos últimos anos resulta a existência em 1950 de 15% de teares automáticos, a renovação de parte dos teares mecânicos e o terem-se limitado as autorizações de montagem de teares manuais ao fabrico de artigos regionais[47].

d) Algumas fábricas de parafusos têm as máquinas de tal forma velhas e gastas que não dão garantia de dimensões. Os parafusos e as porcas saem com medidas pouco mais ou menos, de tal maneira que, dentro da mesma medida, nem sempre as porcas são intermutáveis correctamente, quando não têm folgas superiores às normais[48].

[46] Em apuramento de 1957, os fusos de algodão, cujo número subiu a 1 147 milhares, repartem-se por idades como segue:

Construção anterior a 1900	11%
» de 1901 a 1915	14%
» de 1916 a 1930	12%
» de 1931 a 1945	15%
» posterior a 1945	48%

Apesar da melhoria que representa a existência de 48% de fusos com menos de 12 anos, continuam a existir 25 a 30% de fusos muito antigos.

[47] Em apuramento de 1957, verifica-se que dos 32 000 teares de algodão instalados ou em montagem havia

Manuais	2%
Mecânicos	80%
Automáticos	18%

Verifica-se ligeira melhoria.

[48] Revista a posição em 1957 nota-se que nos últimos 10 anos se instalou número apreciável de máquinas novas; mas a técnica da indústria e a qualidade dos artigos continuam, embora com algum progresso, em baixo nível, a ajuizar pelo que se passa no mercado e pelo relatório de uma comissão oficial recentemente encarregada de estudar esta modalidade industrial.

e) Até há pouco tempo o tubo de vidro era feito manualmente, por processos primitivos, donde lhe resultava um diâmetro irregular que o excluia de certos usos. Só durante a última guerra se pensou montar a primeira máquina, que não sei se já trabalha[49].

Ainda sobre vidros, o inquérito que se fez quando da suspensão pela América, durante a última guerra, da importação das nossas aguardentes, com o fundamento de que continham esquírolas de vidro e sujidades, revelou que o fabrico das garrafas era em geral deficiente desde a composição da massa à forma de recosimento; e quanto ao sistema de lavagem nos armazéns dos exportadores, só se encontrou em todo o país uma máquina de lavar com escova mecânica e água sob pressão. Na generalidade das restantes instalações usava-se o processo muito moderno de chocalhar as garrafas na água suja de uma selha.

f) A indústria das lousas de Valongo conseguia antes da guerra esta situação: em lápis de lousa e lousas escolares quem alimentava a Europa era a Alemanha; Portugal exportava principalmente para África, Ásia e Oceânia, e um pouco para a Bélgica talvez em trânsito para o Congo. Quem tiver visitado as instalações de Valongo e tiver comparado o artigo alemão com o português, perceberá, sem ser preciso que lho expliquem, porque é que a nossa indústria tinha como principais fregueses hindús, pretos e malaios. Depois da guerra a exportação aumentou, mantiveram-se os antigos mercados e apareceram vendas de certo vulto para a Europa e América. Indício de melhoria?[50]

g) Na indústria do alcool industrial, além de métodos de fermentação de rendimento discutível, não se encontrava há poucos anos uma só unidade equipada para fazer alcool absoluto.

h) Se formos a uma indústria mais banal, a tipografia, encontraremos que talvez 80% do tipo de imprensa usado em Portugal é velho e defeituoso. As máquinas de impressão são-no também na generalidade, dando trabalhos gráficos frequentemente muito maus. Uma pedra de toque está nos cartões de visita da maioria dos portugueses.

O nível das nossas artes gráficas está longe de satisfatório. Os bons trabalhos ainda constituem excepção, porque a generalidade dos nossos livros e revistas é feita com material que já não devia existir.

Em 1939, quis mandar a um colega estrangeiro, que contava visitar Portugal no ano seguinte, uma colecção de bilhetes postais com fotografias de Lisboa, para lhe dar uma ideia da nossa capital. Depois de correr todas as papelarias da cidade, verifiquei que os melhores postais tinham no verso esta leganda infamante: *Made in Germany*.[51]

[49] Em 1957 estão montadas e em laboração algumas máquinas de fazer tubo de vidro, distribuidas por 4 fábricas. Há neste pormenor franca melhoria.

[50] Regista-se que esta situação favorável se tem mantido (1957).

[51] A situação é hoje melhor mas ainda não é consoladora (1957).

i) A indústria da latoaria mecânica (em grande parte ligada à indústria das conservas de peixe) produz cada lata em várias operações morosas, cada uma das quais ocupa uma pequena máquina e um homem. Modernamente, nos grandes centros estrangeiros, as latas fazem-se em grandes máquinas automáticas a uma velocidade estonteante.

Deste estado de coisas resultam factos como estes dois que vou contar e que são instrutivos para quem pensar neles atentamente.

Antes da última guerra, um delegado oficial português foi à América do Norte estudar o mercado de conservas de peixe. Notando que nas casas comerciais da especialidade não havia em exposição conservas portuguesas, perguntou numa delas o motivo; responderam-lhe que as conservas portuguesas não tinham apresentação para atrair o freguês.

O outro facto é mais recente: ao findar a guerra, uma casa industrial francesa mandou estudar a possibilidade de instalar a sua indústria no nosso país. Como o artigo necessitava de embalagem de folha de Flandres, concluiu-se pela impossibilidade do estabelecimento: em Portugal, uma lata vazia custava quase o preço a que se vendia em França a lata cheia.

j) Toda a gente sabe que a cortiça é um dos nossos grandes valores de exportação; parece, portanto, que deviamos trabalhá-la com um esmero inexcedível e dedicar a maior atenção a todos os pormenores que pudessem valorizá-la junto dos compradores. Mas verifica-se que os fardos em que se acondicionam as aparas são, algumas vezes, pequenos e mal prensados, desfazendo-se frequentemente com as operações de carga e descarga, isto é, mostrando má apresentação relativamente aos de outras origens[52]; e quanto a rolhas, um importador americano queixou-se de que elas tinham originado dificuldades no engarrafamento automático pela irregularidade das suas dimensões[53].

Estes, e outros que se presumem, são os resultados de termos mais de 600 unidades industriais dedicadas à cortiça, a maioria pobres e mal equipadas, onde se trabalha à mão ou com máquinas cansadas, e onde a prensa hidráulica para enfardar ainda não conseguiu eliminar a prensa manual, única a que chegam os recursos e a cultura da nossa pulverizada indústria.[54]

[52] Dr Manuel Belo, «A indústria norte-americana», *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, nº 118, Agosto de 1948.

[53] *Idem*.

[54] Mais recentemente ainda, lê-se na mesma revista:

> Em ambos os casos são exigidas duas características — perfeição e máxima homogeneidade de qualidades e calibres. Filia-se nestes dois factos a razão por que muitos industriais portugueses têm perdido o seu negócio. Perfeição e homogeneidade são difíceis de conseguir na indústria rolheira; são necessárias boas máquinas e eficiente *controle* da produção, elementos de trabalho que escasseiam nas fábricas de rolhas, principalmente na maioria da pequena indústria.

k) Na indústria dos resinosos, cerca de 80% das fábricas usam pequenas caldeiras de fogo directo, sem decantação prévia da gema, sistema primitivo cuja laboração dá produtos baixos e cujo aspecto tem o sabor de uma actividade indígena do ultramar português.

Desta indústria disse há alguns anos um estrangeiro, comprador dos nossos produtos, as palavras que reproduzo, certo de que terão mais peso do que as minhas[55]:

> Num passado ainda recente a Grã-Bretanha obtinha dos Estados Unidos uma grande parte dos produtos resinosos de que necessitava e é natural que continue a fazê-lo.
>
> No entanto, durante os últimos 25 anos, aumentaram consideravelmente as importações de Portugal. Sem dúvida que esta circunstância é em parte devida ao aumento da produção, que tornou disponíveis maiores quantidades de produtos resinosos, mas, antes de mais, deve-se ao facto de termelhorado grandemente em qualidade durante este espaço de tempo a colofónia e a terebentina portuguesas. Não sei mesmo se tão grande aumento na produção se poderia verificar se não tivessem sido empregados os métodos aperfeiçoados para a destilação.
>
> A meu ver, este melhoramento deve ter-se conseguido em virtude de se terem instalado algumas novas fábricas de destilação, modernas e bem apetrechadas, que hoje contribuem em elevada percentagem para a produção do país. Por isso esta indústria no seu conjunto ficou devendo imenso àquelas entidades que tiveram a visão e a coragem de pôr a funcionar tais instalações de onde saiem, como é natural, produtos mais limpos e uniformes, permitindo também a fabricação de colofónias de todos os graus, e muito em especial das qualidade superiores empregadas em tão larga escala na indústria da saboaria e da resina sintética. A sua aplicação estende-se, deste modo, a um campo consumidor muito mais vasto dando em resultado que hoje em dia a colofónia portuguesa encontra sempre compradores, não só em todos os países consumidores da Europa como em muitos outros.
>
> (...)
>
> Quer dizer, a observação do nosso primeiro mercado corticeiro conduz a uma conclusão que deveria de resto ser objectivo número um da nossa actividade exportadora — tornarmo-nos produtores de qualidade. Uma observação de outros produtos da nossa exportação não deixa dúvidas sobre a necessidade de ser generalizada a muitos deles a mesma linha de conduta. Foi esta uma das lições da recente Feira de Chicago.
>
> (C. M. Alves Martins, «A propósito do mercado norte-americano», *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, nº 147, Janeiro de 1951).

[55] A. Probart Jones, «Um depoimento insuspeito sobre a eficiência da Organização Corporativa Portuguesa», *Pinhal e Resina*, nº 3, 1948.

Leia-se o que desta indústria e do decreto que a regulamentou se disse atrás (nº 38); compare-se com o que escreveu este inglês, drirector da firma Bowring, Jones & Tidy, Ltd., a maior importadora de resinosos portugueses, que julgo não estar a soldo dos proprietários das fábricas que ele considera criadoras da nossa boa reputação de exportadores; saiba-se que quando estive no Terreiro do Paço e mandei, em 1941, estudar a modernização da parte velha desta indústria (que ficou em relatório), ouvi entidades oficiais fazer o elogio das fabriquinhas sertanejas com o fundamento de que o pês preto e vulgar também têm muita procura; e pense-se se há algum exagero em afirmar que é necessária a decisão forte de acabar com boa porção de umas instalações que por aí abundam e não nos dão proveito nem glória.

Julgo não valer a pena continuar, para deixar perceber que um dos elementos essenciais do fomento industrial tem que ser uma onda de renovação que abranja impiedosamente (com as compensações previstas na lei) as velharias sem conto de que o País está cheio e de cujo mau rendimento somos todos vítimas. O que há de bom perde-se na imensidade de material decadente que dó o tom dominante — um peso morto que é preciso sacudir, para joeirar e pôr a limpo o que tiver real utilidade.

Será alguém capaz, depois de conhecer este sudário tão amargo, de vir de estatística em punho demonstrar que a média do equipamento industrial português está dentro de limites de idade reputados aceitáveis, e que os processos de fabrico e o grau de mecanização estão na justa medida entre as necessidades da produção e da mão-de-obra?

Aceito, porém, que a muitos, menos afeitos e menos afoitos, a descrição pareça exagerada e a utilidade de aumentar o recurso à máquina ou de substituir máquinas velhas por novas não apareça evidente. Para esses mais incrédulos vou citar um exemplo externo muito conhecido.

Toda a gente que acompanha o andar dos fenómenos económicos sabe como durante a guerra e depois dela a Inglaterra reconheceu o atraso do seu equipamento industrial em relação aos Estados Unidos e à Alemanha e como este sentimento provocou uma reacção sistemática de modernização, apontada como única forma de conseguir viver. É conhecida a necessidade de exportação da Inglaterra para pagar os alimentos que não produz e compensar a falta de rendimentos externos resultante da alienação de valores durante a guerra. O aumento de exportação que se procura atingir em valor, relativamente a 1938, foi inicialmente fixado em 50% e elevado mais tarde a 100% para ter em conta a desvalorização da moeda.

Postos em frente desta necessidade, os ingleses não hesitaram em reconhecer que o seu feitio conservador os fizera atrasar, e que a modernização da indústria se impunha como única forma de salvação.

Algumas citações. O rei Jorge VI, ao abrir o Parlamento, em Novembro de 1944, afirmou[56]:

> Once, however, the war in Europe is over, the transition from war to peace will begin; and My Ministers are actively preparing plans to ensure that, without in any way prejuducung the active prosecution of the war against Japan, an increasing part of our recources is made available for civilian production. They will try to create conditions favourable to the expansion of our export trade and the re-equipment of our industry and to maintain a high level of food production at home.

Pouco antes, a conhecida revista *The Economist* escrevera[57]:

> Or in other words, the productive equipment of the country is both too small and too old. In recent years, we have been consistently slower than our chief competitors in exploiting technical progress.
>
> This is a sweeping statement, and being a qualitative judgement it cannot be proved by any statistics. There are doubtless exceptions. But the general impression left on anyone who has first-hand knowledge, however slight, of British, American and German industry and their products, is that British industry, on the broad average, is rather old-fashioned.

No mesmo número do *The Economist* reproduzia-se pelas seguintes palavras o pensamento do ministro do *Board of Trade*, Hugh Dalton, sobre a indústria algodoeira[58]:

> He asked the industry to press ahead with a programme of reforms designed to raise its productivity and to restores its prosperity.
>
> The industry should group itself into larger units, and instal the best equipment that can be had.

Pouco depois, Sir Walter Citrine, que é hoje o presidente da British Electricity Authority, com o título de Lord Citrine, escrevia[59]:

> What, then, is the reason? It lies in the greater readiness to instal and use machinery. Many jobs that are laboriously performed by hand in this country are done by machines in the U.S.A. Moreover, much of the capital equipment in Britain is obsolete.

[56] *The Times*, de 30.11.1944.
[57] «Technical Progress», *The Economist*, nº 5275, de 30.9.1944.
[58] «Industrial Price-fixing», *The Economist*, nº 5275, de 30.9.1944.
[59] «We need better machines», *News Chronicle*, de 3.1.1945.

> We need new and improved machinery. The readiness to scrap old machines and replace them by new ones is very much more marked in the United States than in Britain.

Isto, repetido dezenas de vezes, foi dito na Inglaterra ao findarem as hostilidades. Seguidamente, constituiram-se as duas companhias de crédito atrás indicadas (nº 36); seis meses mais tarde (Julho de 1945) foi aprovado um plano de modernização da indústria do ferro no valor de 120 milhões de libras; e toda a indústria inglesa tem vivido na preocupação de se actualizar. O equipamento das minas de carvão tem sido particularmente estudado.

Perante esta atmosfera de reforma, que o inglês aceita sereno como remissão de uma falta, perante esta confissão de atraso da colossal indústria inglesa, a primeira que nasceu no Mundo e, apesar de tudo, ainda hoje expressão pujantíssima de capacidade, que poderemos nós dizer da pobre indústria portuguesa, diferente do que se disse? E como poderá contestar-se a necessidade de a reformar revolucionariamente, se só na quantidade e não na qualidade podemos aceitar diferença dos britânicos — se queremos fazer de brancos e não de pretos?

Resta prevenir a hipótese de se supor que a campanha de modernização da indústria portuguesa não é convicção mas imitação do movimento inglês. Lembro que este movimento começou a exteriorizar-se por 1943 ou 1944, que a primeira redacção do que é hoje a lei nº 2005 data de 1940, e que o primeiro trecho em que me referi à nossa insuficiência industrial é de 1939[60].

A mágoa pelo nosso atraso, o sentir de que é preciso sacudir com força a nossa produção industrial, são coisas velhas. Estão explicadas no prefácio do volume I. Não foi preciso ler o alarme dos ingleses para me convencer de que somos vítimas do mesmo mal em grau bem mais avançado.

E a propósito, confesso até um pequeno desgosto. Quando, em 1940, apresentei a primeira redacção da proposta de fomento industrial, o reconhecimento oficial da vantagem de desenvolver e aperfeiçoar a indústria não tinha ainda soado no Mundo. Só com o avançar da guerra ele se foi manifestando sucessivamente em diversos países: Inglaterra, Espanha, Brasil, Argentina, China, Turquia, Egipto, etc.

À medida que chegava a notícia dos programas aprovados nestes países, penalisava-me ver parado o nosso, que poderia talvez ter sido o primeiro da série. A glória não seria grande, mas outras primazias menores se terão festejado.

Que pena que os portugueses precisassem de ouvir a doutrina badalada nos quatro cantos da Terra para começarem a aceitar a custo a vanatagem de melhorar o nível industrial! Que pena que a nossa lei

[60] Vol. I — Prefácio, nº 3.

precisasse de tanto anos para vir a lume, e que não esteja a ser aplicada ao fim de cinco anos de vigência[61], quando tantos outros países progridem velozmente!

41 — A BASE CIENTÍFICA DA INDÚSTRIA

Indústria não é a fabricação de curiosidades nascida da aptidão mais ou menos espontânea do povo; estas actividades regionais, se são interessantes como elementos etnográficos, pesam muito pouco, quase sempre, na economia; indústria é ciência aplicada; precisamos integrar a indústria portuguesa nos seus fundamento científicos, e precisamos, se queremos atingir esse alvo, criar força de ânimo para não nos deixarmos vencer pela simpatia irradiante das iniciativas industriais da gente simples — tão simples que não dá conta, as mais das vezes, da ambição descompassada das suas pretensões, pelo que há de distância, que não alcança, entre o que pode e o que quer.

Ainda faz lei entre nós a opinião errada de que a ciência e a técnica são devaneios sem proveito em matéria de indústria e que só o saber empírico do prático habilidoso é garantia de êxito seguro. Há na base deste conceito uma deficiência de informação. As duas formas de saber não se excluem mas complementam-se; assim como a técnica não dispensa executores hábeis, a simples habilidade, por engenhosa que seja, não pode dispensar-se de mentor, salvo nas coisas simples, que cada vez são mais raras. O contrário é excepção.

Num livro recente[62] encontro estas ideias vincadas com tanta insistência a propósito do surto industrial inglês no século XVIII, que não resisto a longa transcrição de alguns passos mais característicos:

> Algumas descrições da revolução técnica começam com a história do rapaz sonhador observando o vapor de água a levantar a tampa da cafeteira no fogão caseiro ou com o pobre tecelão observando, espantado, a roda de tecer de sua mulher, deitada no chão, mas movendo-se ainda. Ficções românticas, escusado será dizê-lo. Outras descrições ainda fazem supor que as invenções foram obra de obscuros construtores carpinteiros ou relojoeiros desprovidos de conhecimentos teóricos e que, por acaso, imaginaram um qualquer invento que viria a fazer a fortuna de alguns deixando-os a eles próprios na penúria.
>
> (...)
>
> Mas descrições como essas a que fazemos referência prejudicam, porque esbatem o facto de que a maior parte dos inven-

[61] Presentemente 12 anos (1957).

[62] T. S. Ashton, *A Revolução Industrial*, Ed. portuguesa de Publicações Europa-América, Lisboa, pág. 23 a 26.

> tos industriais pertence ao pensamento sistemático; fazem ao mesmo tempo supor que as recompensas e castigos no sistema económico eram completamente irracionais e, acima de tudo, exageram o papel do acaso no progresso técnico.
>
> (...)
>
> Além disso, a invenção tem mais condições para surgir numa sociedade que se interessa por problemas do espírito do que numa que só se preocupa com problemas materiais. A corrente do pensamento científico inglês, que vem desde Francis Bacon e que se alargou com génios como Boyle e Newton, foi um dos mais importantes factores da revolução industrial. Na verdade, Newton era um filósofo e um investigador demasiado profundo para se preocupar em saber se as ideias que apresentava ao mundo eram imediatamente úteis ou não; mas através de Newton divulgou-se por todo o século XVIII a crença na possibilidade de realizar progressos industriais por meio do método de observação e experiência.
>
> (...)
>
> Físicos e químicos como Franklin, Black, Priestley, Dalton e Davy estavam em íntimo contacto com as figuras mais destacadas da indústria britânica: havia muitas idas e vindas entre o laboratório e a oficina e homens como James Watt, Josiah Wedgwood, William Reynolds e James Keir tinham o mesmo à vontade — tanto num como noutros desses lugares. Os nomes de mecânicos, mestres de ferraria, químicos industriais e fabricantes de instrumentos na lista dos amigos da Royal Society mostram até que ponto eram estreitas, nesse tempo, as relações entre a ciência e a prática.

Na base de todas as grandes organizações industriais há uma orientação científica à qual se devem exclusivamente os grandes progressos e os grandes triunfos. Nos países industriais, todo o estabelecimento fabril que não faz dentro de si próprio o estudo do seu aperfeiçoamento é uma indústria de segunda ordem; e o trabalhar sobre patentes ou licenças estrangeiras, embora frequente, não é situação lisonjeira em absoluto.

Contam-se por centenas os laboratórios de investigação científica de empresas industriais por todo o Mundo, sem contar os simples laboratórios de ensaio e verificação dos processos industriais, imensamente mais numerosos; e de entre todos eles, talvez o mais conhecido, o da *General Electric* de Schenectady, a que o povo deu o nome de *House of Magic*, ocupava antes da guerra trezentas pessoas e gastava anualmente 1 milhão de dólares[63].

[63] Hoje (1957) esta verba é imensamente maior. Na média dos últimos dois anos, a despesa da General Electric com os seus laboratórios de investigação foi de 250 milhões de dólares.

Não é por vaidade nem filantropia que as empresas mantêm órgãos tão dispendiosos; é pelo que eles produzem, de patentes que se vendem, de economias que se fazem nos fabricos ou de produtos novos que se lançam na concorrência mundial. De tudo isto beneficia o empresário e beneficia também o comprador em grau que a seguir se documenta.

Mesmo os grandes institutos de investigação, que não são órgãos de determinada empresa mas abraçam campo mais vasto — o *Rockfeller*, o *Carnegie*, a *Kaiser Wilhelm Gesellschaft*, etc. — são, no todo ou em parte, mantidos pela indústria. É fenómeno conhecido que o nível da investigação se amortece nos países de indústrias dispersas e atrasadas; falta o dinheiro, que é o grande nervo, falta a necessidade de lutar e vencer, que é o grande estímulo — aquela necessidade que desperta o engenho até nos irracionais, como todos nós traduzimos nas fábulas de Fedro, agarrados ao lexicon de Pedro Brou; e ficam na brecha algumas escolas e um ou outro estabelecimento do Estado, com pouco dinheiro mas, principalmente, sem nenhum incentivo além da curiosidade natural do investigador. Não aparecem problemas concretos a exigir soluções imediatas; não chega a formar-se o órgão por inexistência de função; e a própria palavra investigação se amesquinha, porque toma aos olhos de muitos o ar de elegante imitação — espécie de jogo de prendas que está na moda.

É sem dúvida meritório o estímulo dado à investigação científica entre nós pela Junta de Educação Nacional e pelo seu sucessor Instituto para a Alta Cultura — nome um nadinha embirrento de petulante. Mas a sua missão nunca poderá substituir o papel que têm na investigação os laboratórios das grandes indústrias — aquelas indústrias que os portugueses semi-cultos só conhecem os defeitos.

A onda de desenvolvimento fabril que a última guerra provocou em muitos países, como acabou de referir-se no número anterior, tem sido sempre acompanhada da criação ou desenvolvimento de centros de investigação especialmente orientados para a pesquisa industrial. Pensam alguns entre nós que a investigação é universal e que basta que os países grandes investiguem para que todos lhe colham o proveito por maior ou menor preço, mas o problema não se apresenta exactamente assim; há em todos os países, a par da necessidade de defender o nível cultural e a vida de uma indústria que quer ser próspera sem artifícios, uma infinidade de problemas específicos relacionados com a natureza das matérias -primas, dos combustíveis, do clima, de mil factores sempre variáveis, que impõem outras tantas modalidades aos processos industriais e que importa estudar atentamente. Entre nós, o método geral de solução destes e semelhantes problemas tem sido a sua entrega ao empirismo; neste campo, a criação recente da Inspecção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, com a sua missão de fiscalizar e defender a qualidade dos produtos portugueses, é uma espe-

rança, é uma necessidade, mas não é, evidentemente, uma solução; repartições podem fiscalizar mas, só por si, não podem criar. Mais prometedor pelo que já fez e pelo que se espera venha a fazer, é o Laboratório Nacional de Engenharia Civil; o campo limitado embora vasto, da sua actividade é porém muito restrito para cobrir as necessidades de um país. Aconselha-se que sem demora este exemplo se multiplique, criando-se laboratórios que abranjam outros domínios da indústria; e que se sacuda o Laboratório Central Electrotécnico que, por falta de idealismo, não está dando o rendimento que se poderia exigir. Mas quantos anos vamos esperar?

A Academia das Ciências de Lisboa ocupou-se há tempo deste assunto, pelo menos por duas vezes (Julho de 1946 e Fevereiro de 1947), fazendo ressaltar o papel da investigação como base indispensável de uma indústria próspera.

Não sei se toda a gente compreenderá quanto deve à investigação científica industrial, mesmo em aspectos insignificantes da sua vida privada. Como desconfio que não, vou reproduzir uma passagem do depoimento que o Dr. William D. Coolidge, director do laboratório de investigação da *General Electric*, acima referido, fez perante o *Temporary National Economic Committee*, criado para fazer *inteiro e completo estudo e investigação a respeito da influência da concentração do poder económico e do comando financeiro na produção e distribuição de mercadorias e serviços*, segundo os termos do diploma que o criou.

O trecho que vou transcrever mostra que, se as lâmpadas eléctricas tivessem em 1938 o preço e o rendimento que tinham em 1900, e se a energia eléctrica custasse naquela data o que custava nesta, o público americano, para ter a mesma iluminação, teria gasto a mais nesse ano para cima de 10 000 milhões de dólares, equivalendo na nossa moeda a cerca de 2 contos por pessoa. Isto quer dizer que se nas primeiras décadas deste século a investigação não tivesse melhorado, no grau extraordinário em que o fez, o preço e o rendimento das lâmpadas e de todos os componentes de uma instalação de produção e distribuição de energia, seria impossível aos americanos, e portanto a todos os povos, iluminarem-se como presentemente o podem fazer.

Se generalizarmos o raciocínio, compreenderemos o que a vida de hoje deve, sem dar por isso, aos investigadores de todo o Mundo, cujas descobertas, lentamente acumuladas, nos dão as comodidades que já nem apreciamos por banais. Os cépticos, os mal esclarecidos, os que vêem a indústria como forma de um ferreiro achavascado, talvez não percam o tempo se lerem — e meditarem — o bocadinho que segue[64]:

[64] Investigation of Concentration of Economic Power, *Statement of Dr. William D. Coolidge*, Government Printing Office, Washington, 1940, pág. 6 e 7.

Dr. Coolidge. I have a story here which I would like to read on that subject. The United States public paid about $90,000,000 for the lamps it bought in 1938. If it had to buy the carbon lamps of 1900 to produce the same amount of light, its lamp bill would have been increased by about $600,000,000 for that one year, $2,000,000 per working day.

The Chairman. Well, that of course means that reduction in price is the means by which the inventions of science become available to the masses of the people.

Dr. Coolidge. That is right.

Mr. Dienner. A further point, Senator, that in doing that there is an enormous saving in the cost of current require to produce the light we do get. Not only do we buy more lamps, but we save our natural resources.

Dr. Coolidge. That is a small part of the story. The lamps of 1938 through research were so much more efficient than those of 1900 that to produce with the latter lamps the amount of light used in 1938 would hare raised the public's electric light bill for the same year by about $3,000,000,000 or $10,000,000 per working day.

The *Chairman.* It would have been perfectly impossible for the public to have paid any such bill?

(Dr. Coolidge nodded his head.)

The Chairman. Let the records show that the Doctor nodded his head affirmatively.

Dr. *Coolidge.* Thus research on lamps has given the public an annual saving of about $3,500,000,000, more than the cost of all the private automobiles sold in 1938 in the United States. But even this is only part of the story. The foregoing was calculated on the basis of average power rates for electric lighting in 1938. The average cost of power today is less than one-third of what it was in 1900, and in this reduction research has played its part. If the light used in 1938 had been produced by the lamps of 1900 with the electric power rates of 1900, the cost would have exceeded that of 1938 by over $10,000,000,000 — $30,000,000 per day. Of course, the public would get along with less light for they coald not have afforded such a lighting bill.

What that would have meant in reduced safety and efficiency in industry, in reduced safety on streets and highways, and reduced comfort and convenience in the home cannot be evaluated in dollars.

Vivendo num meio restrito, em que as organizações muito grandes são dificilmente viáveis, é já frase feita entre nós o considerar falta de senso mostrar alguém admiração pelo que de bom e de perfeito se faz

em outros países. Essa falta de senso é promovida a loucura quando se fala de grandes instalações ou de indústrias cientificamente dirigidas; mas ocorre perguntar se não será igualmente insensato ou louco continuar com indústrias em que se ensaia a resistência de materiais com a marreta, em que se medem temperaturas avaliando à vista a intensidade do rubro ou em que se fazem produtos complexos misturando drogas pela receita de um formulário.

Acusam-se muitos produtos portugueses de serem maus e, sobretudo, de não serem homogéneos; mas nem pode ser de outra maneira enquanto a maioria desses produtos tiver como ensaios de fabrico a vista e o tacto, mais ou menos experimentados, do operário que os acaba.

Depois de criar a indústria, a ciência não pode deixar de lhe assistir, melhorando constantemente os métodos de fabrico, mas não pode, principalmente, abandonar o produto fabricado senão quando este é metido na embalagem que o há-de levar de casa do produtor.

Aceitemos que não pode razoavelmente impor-se aos laboratórios industriais de pequenas empresas a investigação científica; mas nenhum critério se nos depara que permita dispensar a indústria de fiscalizar com métodos rigorosos as suas matérias-primas, os seus processos de fabrico, os seus produtos acabados. Esta fiscalização é um encargo que a Nação tem de exigir aos industriais em defesa do nome comum; mas este encargo não pode ser imposto a indústrias que estão dispersas, que não têm técnicos e que não têm parelhagem capaz de dar artigos que resistam a um ensaio medianamente exigente.

O panorama actual da indústria portuguesa no que se refere à fiscalização laboratorial condiz com o que se apontou respeitante à qualidade do equipamento. Quase se contam pelos dedos as unidades em que aquela fiscalização constitui actividade sistemática. Mesmo naquele ramo em que o ensaio científico é mais do domínio público — a indústria metalo-mecânica — não sei se chegará a haver duas dúzias de instalações em que se façam têmperas de aços com a justeza que o melindre da operação exige para não sair um fruto do acaso, ou em que os calibres substituam o velho compasso de pontas curvas nas medidas de precisão; não sei se haverá uma dúzia em que as provas de resistência disponham de laborratório escapatoriamente dotado; e no referente a fundição, arrisco-me a aceitar que não chegue a meia dúzia o número de locais onde ela se faz com adequado ferramental de ensaio.

Depois são os insucessos repetidos. Faz-se um carreto para uma máquina e sai quebradiço como vidro ou macio como manteiga; faz-se uma peça de precisão e não está dentro das tolerâncias permitidas; funde-se uma peça de ferro ou aço e sai dura, ou sai branda ou tem chochos. Uma casa à qual, há pouco anos, se encomendou a fundição de uma peça com 400 graus Brinell, pediu ao freguês lhe explicasse o que queria aquilo dizer.

Habituados a isto, quedamo-nos extasiados perante um aço vazado que veio da Bélgica ou da América, tão uniforme e compacto que parece milagre; e vai-se criando a mística de que há ali um segredo impenetrável que nunca saberemos desvendar, e que sempre ficaremos tributários mesmo em coisas acessórias, de fornecedores estrangeiros.

Nas restantes indústrias o nível científico médio não se afasta deste. Não tenho elementos para garantir quantas fábricas de papel, de tintas, de borracha, de curtumes, de lanifícios, de vidro, de cerâmica, de sabão, de chapéus ... (falta o fôlego para dizer mais), têm organizada a fiscalização dos seus artigos e matérias primas em bases precisas; mas atrevo-me a afirmar que não há 5% em que tal suceda nem há 10% em que se faça, por norma, qualquer ensaio mesmo sumário; e não fazer ensaios equivale a não poder dar uma garantia de qualidade ou de homogeneidade. O que vale é que a indústria exporta pouco e o comprador nacional não é exigente.

A situação é natural, dada a pequenez das unidades e a impossibilidade de uma assistência técnica ou, muitas vezes, de uma cultura que lhe compreenda a necessidade. A um grupo de industriais ouvi uma vez no Terreiro do Paço condenar a construção de um laboratório em projecto (e eram dos maiores industriais do ramo), com o fundamento de que laboratórios eram as mãos dos seus operários.

Esta falta de interesse pelo estudo e pelo ensaio sistemático dos produtos, se é má em si, tem uma consequência mais grave ainda: não estimula o progresso; a rotina é a regra e a decadência o resultado provável.

Olhemos a nossa indústria corticeira, a mais característica das nossas grandes indústrias de exportação, infelizmente tão pouco numerosas. Tem conseguido, sem dúvida, embora com a ajuda da situação internacional, melhorar lentamente a percentagem de exportação de artigos trabalhados, que não passava de 10% em peso antes da guerra e anda nos últimos anos à roda de 20%, mas nunca se ocupou, ao que parece, de estudar novas aplicações, novos artigos, novos processos de trabalho. Creio que o primeiro laboratório — e bem modesto — que entre nós se ocupou do estudo industrial da cortiça foi o da Junta Nacional da Cortiça, à volta de 1942. Compare-se este desinteresse com o que se conta das actividades da Armstrong Cork Company, nos Estados Unidos[65] onde todas as possíveis aplicações da cortiça ou produtos seus concorrentes são estudadas e industrializadas, onde se faz investigação em colaboração com as universidades, e se originou assim uma vasta integração vertical de fabricos, escassamente tentada entre nós.

Além de que aqui é Portugal e lá América, uma diferença fundamental se aponta: enquanto em Portugal há cerca de 600 unidades cor-

[65] Dr. Manuel Belo, art. cit., *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, nº 117, Julho de 1948.

ticeiras, a Armstrong, na América, é uma grande unidade que consome, só à sua parte, 1/4 de toda a exportação de cortiça portuguesa e muitas outras matérias primas em volume ainda maior do que a cortiça.

Não vejo que outra via se ofereça ao progresso da nossa indústria que não seja o de se concentrar um pouco e o de começar a estudar um bocadinho; e, em muitos casos, o de abandonar o caminho lento de tentar redescobrir o que está descoberto, procurando antes apoiar-se na colaboração de uma unidade estrangeira de técnica indiscutível, sem pruridos de originalidade ou independência, por ora aonda afastados das nossas ambições legítimas. Para se chegar longe, basta ambicionar o que está perto. De outra maneira, tendo por única luz o acaso do empirismo, algumas tentativas que se fazem acabam no insucesso ou numa obra sem vitalidade. Vou dar alguns exemplos.

a) Em 1939, o decreto nº 29 782 aprovou as normas de segurança das instalações eléctricas de baixa tensão, exigiu determinadas condições às caixas de coluna (caixas de derivação a montar nas escadas dos prédios) e sujeitou-as a prévio ensaio laboratorial num departamento do Estado. Foram numerosos os modelos que se apresentaram, mas a exibição não foi honrosa. Só dois ou três modelos, feitos por casas idóneas, se mostraram totalmente satisfatórios; todos os outros (e foram algumas dezenas) ou não satisfaziam aos ensaios ou, embora satisfazendo, tinham um ar tão infantil, tão primário, tão característico de serem construidos por gente sem cultura e sem recursos de fabrico, que não mereciam propriamente figurar numa exposição industrial como primores da nossa técnica. Eu que promovi a publicação do decreto e vi os modelos no laboratório, tive uma dura decepção.

b) Ainda no campo da electricidade, o desenvolvimento que teve nos últimos anos o consumo electrodoméstico, incitou lagumas casas sem prepraração a fabricarem material. Daquele que vi, alguns fogões tinham o aspecto primário que apontei às caixas de coluna; outros não conseguiam atingir isolamento suficiente; e de uma estufa eléctrica montada num armazém, sei que acabou seus dias no incêndio que ela própria ateou e em que ardeu parte do edifício[66].

c) Têm uma tradição honrosa os antigos azulejos portugueses; mas já alguém notou que os nossos azulejos actuais, mesmo quando se chamam de primeira qualidade, são, de muito longe, da pioria que se fabrica na Europa?

d) Algumas das oficinas metalomecânicas que se lançam a construir certos artigos miudos também não honram a indústria nacional: em fechaduras, dobradiças, puxadores, pequenas ferramentas, encontra-se muito artigo mal feito e de má qualidade, sendo regra quase geral que

[66] É de justiça dizer que algum do material electrodoméstico importado a seguir à guerra não era muito melhor que o nacional; este, aliás, tem apresentado ultimamente alguns modelos aceitáveis (1957).

o melhor produto é de fabrico estrangeiro; alguns dos candeeiros eléctricos, exteriormente aparatosos, que se encontram à venda no comércio, têm como principal matéria-prima a folha de Flandres já usada, o que me faz saudades dos candeeiros alemães que havia antes da guerra e que pareciam peças de mecânica de precisão; algumas máquinas ferramentas de fabricação nacional são de tipo que estaria em moda aí por 1910, porque são feitas em pequenas oficinas que há muitos anos copiam o mesmo modelo, por não terem capacidade ou organização para fazer outra coisa. Uma casa que fabrica balanças de pesar vagões (e que não são maravilhosas) não consegue mandar aos clientes um desenho que se entenda e por onde se possam projectar as fundações, porque não tem quem o saiba fazer; as fundações delineiam-se aproximadamente — e quando não ficam certas emendam-se. Para que inventariam os homens a despesa e a complicação dos desenhos se as coisas podem ser feitas a olho e corrigidas quando não acertam.

Já atrás se fez referência ao facto de haver artigos portugueses mal apresentados por falta de equipamento adequado ao seu acabamento; mas há ainda o caso de má apresentação por insuficiência cultural do produtor — outro aspecto da ausência do espírito científico.

A coisa é típica na escolha e embalagem de produtos agrícolas, apesar da campanha que há alguns anos se vem fazendo nesse campo. Não conheço país que tenha tanta basófia de ter boa fruta — e tem-na de facto — onde se venda tanta fruta péssima ou pessimamente apresentada — bichosa, amolgada ou raquítica. A exportação ressente-se desse mal; vou dar alguns exemplos.

Há cerca de dois anos, lia-se a propósito da exportação de frutas para o Brasil[67]:

> Esse mercado perdeu-se por culpa dos exportadores, que descuravam, completamente, as embalagens e a apresentação, que é tudo ou quase tudo.
>
> Na rua 1º de Março vimos nós tirar com um fole, serrim de madeira das uvas, que iam em caixas de pinho toscamente acabadas. As uvas mais descuidadas ainda, sem escolha e de péssima aparência.

Pouco depois, no relatório do presidente do Grémio do Comércio de Exportação de Frutas relativo às transacções com o Brasil lê-se a propósito da exportação de alhos[68]:

> Foi-nos dado ver a boa apresentação, a calibragem perfeita e a selecção por tamanhos de alhos do Chile e da Argentina,

[67] *A Voz*, de 18.8.1947.
[68] *Jornal do Comércio*, de 2.11.1948.

> tornada mais frisante, ainda, pela comparação com uma remessa de alhos portugueses, chegada pela mesma altura ao Rio de Janeiro, em que a irregularidade de tamanho, a deficiente limpeza e apresentação eram manifestas.

Não têm conto as citações deste género que se poderiam fazer. Pela minha parte, posso referir que tendo ido a Elvas, há uns anos e tendo lá comprado uma lata de azeitonas de conserva de produção local, verifiquei, ao chegar a casa, que eram em parte bichosas.

A soberania do cidadão e a liberdade da sua iniciativa devem ser instituições admiráveis para quem saiba ser soberano e livre. Caso contrário, só uma apertada tutela consegue defender a colectividade do descrédito em que a lançam estes indesejáveis de letras gordas que, na sua boçalidade, são bem mais daminhos do que os criticados monopólios das grandes organizações.

Penso há muitos anos nesta manifestação de atraso, que reputo uma sólida razão a justificar a intervenção do Estado, não com o propósito de socializar mas no de educar e seleccionar os mais idóneos. São de 1937 estas palavras[69]:

> Estamos na disposição de tomar a ofensiva contra este género de actividade pelo que ofende directamente a técnica e pelo que ofende indirectamente o nosso nome de civilizados. Achamos mesmo que deveria romper-se uma ofensiva geral contra a pecha nacional de fazer mal feito, não porque não saiba ou não possa fazer-se bem, mas porque o desleixo ou a falta de educação o não deixam muitas vezes fazer.
>
> A tendência para o torto e para o imperfeito é manifesta, mesmo nas mais simples tarefas; tem-se a impressão de que há falta de Geometria na educação do povo, que não tem vocação natural para a linha recta nem sente a superioridade das coisas uniformes ou contínuas.

Já depois de escritas as páginas precedentes passaram-se comigo dois casos típicos:

1º Uma colecção de chaves de porcas de fabricação nacional foi devolvida ao vendedor porque as chaves se partiram devido a terem o cabo soldado à cabeça em vez de constituirem uma peça única; comprou-se em substituição uma colecção de chaves estrangeiras;

2º Num jogo de cadernais de fabricação nacional partiu-se uma peça logo ao primeiro serviço; como foi necessário aumentar o número de jogos comrou-se material americano.

[69] *Estatísticas das Instalações Eléctricas*, Ano de 1936, pág. IX.

O comprador não está em geral disposto a fazer experiências, que muitas vezes envolvem risco, nem tem, outras vezes, tempo para as fazer. Quando compra, quer comprar bom e definitivamente; e por isso estes desastres, quando são escandalosos como os citados, consituem a mais eficaz propaganda do artigo estrangeiro.

O cidadão português que se esquece de qualquer pequena formalidade legal (por vezes dispensável) ou que infringe por distracção uma regra de trânsito, é multado e incomodado — o que me parece bem; mas o malfeitor que solda o rabo das chaves ou pratica façanhas semelhantes e com isso burla o próximo e prejudica a Nação, porque aumenta o descrédito da sua indústria, continua a viver risonhamente — o que me parece mal. Julgo haver nisto uma anomalia do Direito.

O espírito da lei reflete o espírito dos homens que a fazem. Esta anomalia da lei deve portanto resultar de uma anomalia, porventura de uma falha que se há-de preencher na educação dos homens, habituados a dar mais peso às manifestações puramente formais de disciplina do que a certos aspectos essenciais da vida económica. A infracção às primeiras chama-se indisciplina e castiga-se; a infracção aos segundos chama-se liberdade e glorifica-se.

Para findar esta documentação do nível científico da média da indústria nacional, vou referir um episódio que tem seu pitoresco.

Em 1941, quando se acentuou a falta de carvão e foi preciso intensificar a lavra das minas nacionais, a empresa do Pejão teve necessidade de pôr ao serviço uma velha locomotiva que precisava de caldeira nova, para assim aumentar o número de circulações no seu caminho de ferro mineiro.

Consultada uma casa portuguesa construtora de caldeiras, esta respondeu aceitar o encargo e fez o seu preço. Mas o director da mina não sabendo, muito legitimamente, especificar as condições do fornecimento dirigiu-se à C.P., obteve dela uma cópia do seu caderno de encargos de caldeiras e remeteu-o ao fabricante, com a indicação de que desejaria que aquelas regras de construção e ensaio fosse seguidas.

Passados dias recebo no terreiro do Paço a visita do director da mina com uma carta do construtor; este, tendo tomado o caderno de encargos como um documento ofensivo com que pretendiam ensinar-lhe regras e processos de construção que ele, velho e conceituado fabricante, conhecia muito bem, recusava-se indignado a construir a caldeira.

Como é melindrosa a ignorância! O caderno de encargos que é aceite pela Henschel ou pela Winterthur, ofende um construtor português!

Perante esta situação inesperada e embaraçosa, chamei o então capitão Silva Pais e combinei com ele mandar-se o polícia mais façanhudo da esquadra de Santa Marta pôr ao construtor este dilema singelo: ou faz a caldeira ou vai preso.

O homem decidiu-se inteligentemente pelo primeiro caminho; a caldeira fez-se, a locomotiva circulou e mais alguns milhares de tonela-

das de carvão vieram alimentar o consumo nacional. Fiquei sempre a duvidar da constitucionalidade da missão confiada ao polícia, e ainda hoje não tenho isso bem averiguado; mas a pressão do momento não admitia diligência mais diplomática.

O caso em si é desanimador; mas é mais desanimador ainda se eu disser que tendo andado pouco antes em negociações com uma importante fábrica de caldeiras, mundialmente conhecida, para vir instalar uma filial entre nós, obtive de um organismo oficial informação desfavorável, com o fundamento de que as caldeiras e seus acessórios já se fabricam em Portugal. O leitor avaliará a distância que vai do caldeireiro analfabeto, que copia caldeiras simples, ao verdadeiro construtor de uma complexa caldeira moderna? Pois o organismo a que me refiro não distinguiu.

O que fica dito é assim mesmo, sem tirar nem pôr. Tristemente o digo. E isto é incompatível com um país que quer progredir ou diz que progride. Esta actividade é, decididamente, diferente do que se chama indústria no vocabulário dos povos civilizados. É certo que nem tudo o que existe é exactamente assim; mas é em grande parte assim. E é a média — não me canso de o acentuar — que dá a nota geral.

A insistência com que repiso aspectos desagradáveis há-de parecer acinte aos que não souberem que insisto dominado pelo medo — medo de não conseguir convencer a massa dos incrédulos de que a indústria portuguesa precisa de que a olhem de frente e de que se fale dela sem o gaguejar tradicional que o uso converteu em lei. Gaguejam os industriais que não dizem a verdade e gaguejam os políticos que a ignoram e parece não desejarem sabê-la.

A empresa é ambiciosa porque poucos de entre nós medem com rigor a situação, pela falta de interesse a que é votada a vida das artes mecânicas — mundo àparte daquele mundo que o português médio habita. Muitos poucos terão ouvido um grande industrial americano mostrar seu desapreço pela indústria francesa, ou um industrial francês criticar a indústria espanhola; muito poucos terão tido ocasião de notar que o desnível entre estes três patamares do desenvolvimento industrial (sobretudo entre os dois primeiros) resulta menos de diferenças essenciais nas fabricações correntes do que de certos primores em fabricações especializadas — uns milésimos a mais de exactidão, uns centésimos a mais de rendimento, umas horas a mais de serviço contínuo que são os triunfos marcantes na escala de categorias, que conferem a uma empresa ou a um país a flâmula azul do avanço industrial; muito poucos terão tido ocasião de sentir como se aplica à vida industrial de hoje a frase do velho mestre italiano (creio que Miguel Ângelo) de que a perfeição é feita de bagatelas mas não é uma bagatela; muito poucos terão tido assim ensejo de perceber como estamos abaixo, imensamente abaixo, destas diferenças subtis em cujo âmbito se situa o escalonamento da verdadeira indústria; e muito poucos, em suma, terão motivo para se sentirem tristes. Na verdade, pare-

cem felizes e orgulhosos de si os que deviam pensar nesta temerosa inferioridade.

O desembaraço com que se faz indústria, sem perder tempo com ninharias de estudar equipamentos ou organizar a exploração em base científica, levou a certo envelhecimento da palavra *fábrica*; dá-se este nome, por toda a parte, a qualquer barracão onde meia dúzia de infelizes, com umas gerigonças de ocasião, dispendendo um engenho sem futuro, tentam ganhar a vida — e mal — a fazer qualquer coisa que se venda. Uma fábrica de terras corantes é um sistema constituído por um homem, um burro e um moinho de galgas; algumas fábricas de tintas são (eram, pelo menos, há alguns anos) pouco mais do que uma pipa em que se agita com um pau uma mistura de drogas, cujas propriedades só Deus conhece — porque os homens não chegam a tanto.

Parece que não é nova esta nossa tendência para o exagero de palavras, desproporcionadas à realidade a que se aplicam. Já o bom Clenardo, o humanista flamengo que ensinou Latim e Grego em Évora e Braga clamava, no século XVI, cheio de fome e de sono ante uma estalagem sem recursos ali para os lados de Tancos, quando ia de jornada para Braga[70]:

> Ó lusitanos, porque é que empregais palavras mentirosas? Eis aqui está o que chamais uma estalagem, onde não há que comer, nem se pode dormir!

Bem poderemos hoje admirar-nos como Clenardo ante numerosas instalações a que os donos chamam fábricas e os registos do Estado consignam como tal. A pureza da língua não exige, evidentemente, que uma fábrica seja instalação de deixar as pessoas admiradas pela grandeza; mas talvez o decoro aconselhe que as não faça pasmar de mesquinhez.

Outro exemplo da desclassificação de alguns vocábulos, na estreiteza dos nossos horizontes, encontra-se na palavra *siderotecnia*, que é praticamente sinónimo de *siderurgia*, mas a que alguns dicionários portugueses atribuem a significação de *arte do ferrador*.

Pode bem ser que eu faça juizo temerário ao pensar que o nível industrial tem culpa deste desvio semântico, porque talvez a asserção tenha sua raiz histórica nalguma lei de almotaçaria dos nossos primeiros reis ou em documento parecido. O que é verdade, é que há cerca de 30 anos, havia para os lados de Santa Apolónia uma casa de ferrador, onde me lembro de ver um letreiro que já nessa data me parecia deslocado: *oficina de siderotecnia*.

Como hei-de explicar o que me parece hoje?

[70] Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Humanismo em Portugal: Clenardo*, Ed. Coimbra Editora, 1926, pág. 392.

42 — A ESPECIALIZAÇÃO

Nesta resenha de aspectos industriais da nossa terra, em que se procura tocar nas teclas capitais do seu progresso, convém não esquecer uma referência à especialização dos estabelecimentos fabris, princípio de organização, que é, em alguns casos, fundamental, e que a concentração de algumas indústrias muito dispersas nos permitirá aproveitar utilmente.

É sabido que nos meios muito pequenos as actividades económicas encontram uma das suas defesas na variedade dos artigos a que se dedicam; toda a gente conhece a característica loja das pequenas povoações, em que se vendem simultaneamente mercearias, drogas, ferragens e fazendas.

No campo industrial, num País de pequeno consumo como o nosso, a existência de grande número de unidades, embora pequenas, cria o mesmo ambiente de rarefação dos compradores, e leva à mesma defesa instintiva de abarcar maior número de fabricações. Esta é, contudo, mais uma das soluções *excessivamente fáceis*, a que se tem feito referência; a sua aparente simplicidade nem sempre corresponde a uma real eficácia. O encargo que ela acarreta em diversidade de equipamento e de matérias-primas, e em tempo perdido na preparação das máquinas e na adaptação do pessoal, é sabido de quantos conhecem o assunto.

No entanto, o sistema tem entre nós algumas raizes; não sendo maioria as unidades industriais suficientemente organizadas para conhecerem com exactidão o preço de custo de cada artigo que fabricam, e calcularem com aproximação suficiente o que poderiam ganhar se substituissem a diversidade pelo aumento de produção em ramos mais limitados, não há base segura para conhecer em cada caso qual dos dois caminhos é o lucrativo e qual o ruinoso; e a tendência da solução mais fácil é perfeitamente natural.

Digo que a solução é mais fácil, porque depende só do próprio industrial alargar em superficie a gama do seu fabrico, enquanto que o alargar em profundidade a produção de uma número mais restrito de artigos já tem suas ligações com o mercado comprador e com a organização geral da indústria do País; quer dizer, o segundo caminho é bem mais difícil porque pressupõe uma coordenação em que precisam colaborar os outros industriais do ramo e o próprio Estado — que costuma dourar a sua inércia em tal matéria com as lantejoulas de certas doutrinas, às vezes mal aplicadas, de não intervencionismo.

O problema presta-se a divagações, porque não consente solução uniforme; a natureza do artigo e o tamanho das instalações produtoras condicionam fortemente o grau de especialização aconselhável.

Respondo desde já a um reparo provável. A especialização que se recomenda não briga com o campo variadíssimo de actividades que caracteriza muitas das grandes empresas industriais que há pelo Mundo

fora (e de que a *Allis Chalmers* é exemplo apurado), porque em tais casos a diversidade de fabricos não aparece como remédio contra a debilidade da empresa mas é, pelo contrário, fruto da sua vitalidade. Não se deve confundir a sobreposição de fabricos numa instalação ou numa máquina, que tem geralmente resultados maus, com a justaposição de instalações ou máquinas capazes de produzir artigos diferentes.

Dois exemplos portugueses farão ressaltar a diferença. A Companhia União Fabril tem larga diversidade de produções, desde o superfosfato ao azeite de Alferrarede, coisas sem grande afinidade, mas que não se excluem nem se prejudicam, antes contribuem para manter uma organização forte. É o caso da *Allis Chalmers*, citada acima, que faz máquinas para todas as indústrias, desde disjuntores de alta tensão até fornos para cimento ou peneiros para moagens. O outro exemplo, que ilustra o aspecto oposto, contou-mo uma missão de engenheiros que em 1942 mandei à Suíça estudar a organização da indústria do papel; quando os nossos contaram aos suíços que cada uma das fábricas portugueses produzia à roda de meio cento de tipos de papel, a hilaridade foi geral.

A concentração prevista na lei nº 2005 pode permitir-nos, sem grande alargamento de meios, estender o campo da nossa produção, especializando algumas das unidades futuras em domínios de trabalho restritos, onde se tornem mais perfeitas, mais sabedoras, e ganhem melhor rendimento; mas até sem concentração, especializar os fabricos é processos a ensaiar em alguns casos.

A este propósito, vou demorar-me um pouco na indústria metalomecânica que, por ser chave de todas as indústrias e estar entre nós manifestamente pouco desenvolvida, merece referência especial.

É intuitivo que não podem concentrar-se ou especializar-se as muitas centenas de oficinas de serralheiro ou ferreiro espalhadas pelo País, que vivem esssencialmente de reparações e de pequenas obras locais; é igualmente intuitivo que não existe separação nítida entre esta actividade, orientada no sentido de fazer a conservação, e a daquelas unidades que, tendo um pouco mais de fôlego ou de audácia, se lançam na construção. O facto tem como consequência uma das mais fortes dispersões por grande número de pequenas unidades, que é possível encontrar; mas observa-se, cumulativamente, que cada uma delas, das menores às mais volumosas, ataca simultaneamente todo o género de construção, numa variedade de fazer vertignes: das pontes aos móveis de ferro, das caldeiras às máquinas ferramentas, dos descasques de arroz às pastorizações de leite.

A situação nasce de uma defesa instintiva, como já se apontou, e acentua-se ante a desorientação dos compradores que, não conhecendo casas especializadas, fazem consultas a toda a gente à cata do melhor preço. É certo que a pequenez do mercado aconselha prudente adaptação às possibilidades, para assegurar ritmo contínuo de trabalho; mas poucas casas têm procurado especializar-se ou têm criado secções

especializadas em número restrito de ramos que conheçam a fundo, onde adquiram possibilidade de vencer a concorrência.

Esta situação traz como consequência não possuirmos, por exemplo, uma casa especializada em artigos de manutenção industrial (pontes rolantes, guindastes, guinchos, transportadore, etc.), dondę resulta que grande parte destes artigos agrava sem necessidade o *deficit* do nosso comércio externo. Não há dúvida de que algumas casas portuguesas são capazes de construir estes artigos e constroem alguns esporadicamente, embora muitas vezes em colaboração com casas estrangeiras que fornecem o essencial, deixando aos nossos a montagem e a construção das estruturas mais grosseiras; é frequente chamar-se português a este material, embora a participação portuguesa não exceda algumas vezes 30% do valor total.

Quando os nossos industriais trabalham sózinhos, como não estão organizados dentro deste ramos têm todo o equipamento adequado, nem dispõem de séries de tipos devidamente estudados e ensaiados que, tal qual ou com pequenas modificações, se adaptem com rapidez às necessidades da clientela, qualquer consulta recebida obriga a fazer cálculos em que se hesita porque se não é perito, obriga a improvisar desenhos que ficam incompletos ou desageitados porque se não tem prática, obriga a perder tempo e a levar caro, e conduz o cliente, em última análise, a comprar no estrangeiro, onde uma casa especialista lhe envia imediatamente um ou dois desenhos completos, lhe faz uma oferta mais barata e lhe dá a garantia, mesmo que seja só subjectiva, de que lhe oferece material já experimentado, em que a surpresa da improvisação não é de recear.

Julgo dever fazer parte da nossa política económica corrigir estas situações, porque não são difíceis de remediar; registo porém com desgosto que o Estado, nas suas encomendas, nem sempre se tem preocupado em aproveitar a oportunidade de lançar esta especialização dentro do país, nem tentado evitar que neste campo da manutenção industrial, a que a reforma da indústria tanto deverá recorrer, se tenham de continuar as compras no estrangeiro. No entanto, ouve-se às vezes dizer que se está fomentando a produção industrial.

Há tempo dizia-me em Bilbao o director da Babcock Espanhola que ia abandonar a fabricação de guindastes porque a sua construção se banalizara em Espanha. Portugal, que é fidalgo e faz figura de rico, continua a importar.

O que se diz de material de manutenção aplica-se inteiramente às máquinas-ferramentas. Com ressalva de algumas prometedoras esperanças, há por aí umas indústrias dispersas, isoladamente sem valor, que fazem em reduzidíssima escala, quase sempre sem proficiência, tornos limadores, engenhos de furar e umas quantas outras máquinas-ferramentas. O consumo destas máquinas é grande; em algumas ruas de Lisboa e Porto há, porta sim porta não, um importador do ramo. Porque

não se há-de orientar o rumo das coisas no sentido de seleccionar e desenvolver em Portugal dois ou três fabricantes idóneos, com o necessário equipamento de precisão e a necessária base técnica, dando-lhes durante alguns anos uma preferência que permitisse trabalhar em séries convenientes, lançar duas ou três boas marcas e conquistar para o trabalho nacional uma parte desta actividade? Isto não seria fazer socialismo; seria mostrar que a economia industrial portuguesa tem governo.

A construção das máquinas-ferramentas usuais é hoje corrente em muitos países, mesmo nos menos industrializados, e como o seu consumo aumenta, a técnica banaliza-se e as possibilidades de êxito melhoram, oferecendo um caminho a explorar. O equilíbrio da produção e do comércio externo impõem o aproveitamento destas possibilidades, sempre que se apresentem, para nos darem folga de importar as inúmeras máquinas especiais que não podemos prescindir, cujo número e valor sobe de ano para ano e cujo fabrico é, por agora, inacessível à nossa produção.

E será para pôr de parte, sem prévio estudo, a ideia de fazer o mesmo para a fabricação de material circulante ferroviário, pensando no reequipamento que se impõe na metrópole e nas avultadas compras feitas pelo ultramar? E será deslocado pensar em solução análoga para a ferramenta miuda que, com excepção das limas, não nos oferece uma marca portuguesa conhecida e respeitada?

Faz-se ainda entre nós uma importação considerável de bombas centrífugas, paesar de a sua construção ser simples e haver algumas casas portuguesas que as fabricam; mas a fabricação nacional está, na totalidade ou quase, divorciada de qualquer base teórica.

Para a maioria dos compradores portugueses, a especificação de uma bomba resume-se ao diâmetro do tubo; diz-se uma bomba de duas polegadas — e é tudo; caudal, altura, potência, rendimento, são esquisitices perfeitamente dispensáveis. Os fabricantes seguem na mesma toada, e constroem empiricamente bombas que não ensaiam e cujas características desconhcecem ou conhecem mal; de forma que sempre que há necessidade de uma montagem satisfazendo a valores exactos pree-fixados (e estamos em época em que se instalam ou ampliam numerosos abastecimentos de água), o caminho usual é comprar material estrangeiro.

Outra modalidade da indústria metalomecânica me ocorre ainda. Temos importado sempre, e passaremos a importar cada vez mais, peças de ferro fundido maleável, sobt para acessórios de linhas de alta tensão e para isoladores de cadeia que, parece, vão começar a fazer-se convenientemente em Portugal. O ferro maleável é vendido entre nós a preços altos e nem sempre se diz que é bom; porque não havemos de tentar dar vida a uma ou duas unidades especializadas e que estudem uns modelos deste material, de modo a nacionalizarmos uma parcela do muito que nos exigirá a electrificação?

Temos há anos uma casa especializada em construções metálicas para obras hidráulicas à qual dei, quando estive em condições de o fazer, todo o incentivo e todas as facilidades que me pediu e me foram possíveis; hoje regozijo-me com o seu desenvolvimento e com a ajuda que traz às obras hidroeléctricas e hidroagrícolas em curso. Também durante a guerra tentei desenvolver em Portugal a construção de máquinas eléctricas e material de alta tensão. As dificuldades da época fizeram com que a ideia só recentemente se tornasse realidade.

Ainda por essa época, permiti-me um dia a liberdade de inquirir de uma autoridade militar se não lhe parecia dever tentar-se o alargamento do nosso fabrico de material de guerra, com a evidente excepção das coisas muito pesadas; a resposta, redondamente negativa, impediu-me de insistir mas não de reflectir em como são profusas as opiniões que estrangulam, cheias de bons propósitos, a economia deste País.

A especialização tem seus riscos mas é uma necessidade num país que queira subir; o industrial que se limita a trabalhar dentro de certos fabricos, em que adquire ciência e saber, possui uma categoria mais alta do que aquele que tem a porta aberta a todas as encomendas e não chega a ser perito em coisa nenhuma. O primeiro é um construtor verdadeiro, que trabalha sob a responsabilidade dos seus projectos; o segundo controi ou concerta por cópia obra de concepção alheia, cuja essência nunca dominará.

Continuo a pensar obstinadamente que os aspectos que citei e outros que se poderão descobrir seriam lindos temas de reflexão para as autoridades deste País.

A matéira é delicada, envolve problemas técnicos, económicos e psicológicos, e não pode ser levada à ponta da espada. É obra de tempo, de persistência, de aproveitamento de oportunidades. Mas a posição que o Estado sempre tomou nesta matéria, fatalista e abúlico, descrente e desinteressado, nunca permitiu avançar neste campo; esperar o contrário seria o mesmo que esperar a sorte grande sem ter jogado na lotaria.

O falar de indústria metalomecânica faz-me recordar e incluir aqui uma situação que me parece anormal e deixo neste lugar à consideração de quem ler e tiver interesse.

Tem-se feito nos últimos anos a renovação da marinha mercante com um espírito de decisão a que não estamos habituados. No campo do ressurgimento económico, no domínio daqueles trabalhos que são Fomento puro e não uma solução diluída de Fomento em Estética, poucas obras se lhe equiparam. Apesar disso, o Arsenal do Alfeite que, pelas suas dimensões, parece ter sido feito para trabalhar em grande e só assim poderá ter defesa, vê as suas cinco carreiras de construção quase permanentemente vazias, e passa o tempo a pôr remendos em pequenos navios de guerra. Entretanto chegam barcos comprados na Inglaterra, na América, na Bélgica, na Holanda, aos

quais só falta, para atingirem a perfeição, serem construidos em Portugal com ferro português.

Quem lê os relatórios anuais do Arsenal do Alfeite nota um som de queixume. Como tive perseverança para escrever 9 anos, também a queixar-me, os relatórios da Estatística das Instalações Eléctricas, sem que lhes prestasse atenção quem o devia fazer, do que resultou estar a cumprir-se agora um programa de electrificação com 12 anos de atraso sobre a boa oportunidade, impressiona-me ver que o estaleiro do Estado, o maior dos estaleiros portugueses, se queixa mas não faz navios. *Quid ita?*

Afim da especialização e em contacto íntimo com ela, está o problema de levar mais longe, mais próximo do produto final, a actividade de algumas das nossas indústrias, ainda hoje cofinadas na preparação de artigos em bruto ou semi-acabados, deixando a estrangeiros, mais estudiosos ou mais hábeis, o trabalho de completarem, na parte delicada e nobre, as operações que nós iniciámos e em que não passámos dos preparos grosseiros. Exportamos ainda certo número de matérias-primas que outros trabalham e nos revendem sob novas formas: minérios, resinosos, sarro de vinho, cortiça, etc. O objectivo nem sempre será fácil de atingir porque a pequenez do consumo interno de muitos dos artigos não permite base segura de exploração, base que a exportação, mesmo quando possível, não garante com igual sossego, e porque em alguns casos deixámos criar em países estrangeiros unidades industriais que vivem da nossa matéria-prima e que nos forçarão a vender-lha. Lembro porém dois artigos de cujas matérias-primas somos velhos exportadores e que há alguns anos começámos a fabricar regularmente: estanho e ácido tartárico[71].

É preciso não perder de vista esta faceta, que nos coloca um pouco na situação a que se referia Duarte Ribeiro de Macedo, há quase 300 anos[72]:

> Carlos V costumava dizer que os espanhois pareciam sisudos e eram doidos, e os franceses pareciam doidos e eram sisudos. A razão desta diferença é clara: os espanhóis têm todos os materiais e desprezam as artes; e os franceses não têm os materiais e estimam as artes. Os espanhóis têm lá que lhes compram os franceses, e depois compram as obras de lá aos franceses, com mais de dez partes de excesso do valor do que a matéria que venderam. Quem não dirá que esta nação é bárbara, e aquela civil? Esta louca, e aquela sisuda?

[71] A fabricação do ácido tartárico, que julgo tecnicamente perfeita, está suspensa por não competir em preço com o artigo importado. Custo de matérias-primas, *dumping* ou erro de organização? Mais um tema de meditação para as autoridades.

[72] Duarte Ribeiro de Macedo, «Sobre a introdução das artes» in *Antologia dos Economistas Portugueses (séc. XVII)*, selecção e notas de António Sérgio, Ed. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1924, pág. 275.

Que pensarão de si os portugueses: seremos loucos ou sisudos? — Loucos! gritam os da oposição. — Sisudíssimos! bramam em coro os que votam com o Governo. E na cegueira do ódio ou da idolatria política, neste dualismo irredutível, impenetrável à reflexão, está um dos pontos fracos da nossa gente — e, porventura, de toda a gente[73].

43 — A NORMALIZAÇÃO

Há um fecundo conceito de organização industrial que se chama normalização e que se encontra assim definido numa publicação relativamente recente[74]:

> ... el trabajo de unificación hecho de una manera sistemática y organizada considerando las necesidades de todos los interesados y con el fin de evitar la variedad, técnica y económicamente arbitraria, de dimensiones y propiedades en toda clase de productos industriales.

É frequente ouvir entre nós referência a normas americanas, inglesas, alemãs ou suecas, com o respeito de quem fala de alguma coisa que é fruto de uma cultura superior; mas parece que esse respeito é tão profundo que não deixa despertar propósitos de imitação.

São poucas e desligadas as tentativas de normalização, aliás muito restritas, tentadas no nosso País; não se tem evidenciado a consciência colectiva da sua vantagem, e poucos terão medido o alcance da sujeição a regras uniformes de qualidade e dimensões dos produtos industriais, como hoje é corrente nos países mais desenvolvidos.

A normalização é uma restrição à independência de cada um fabricar o que quiser e como quiser, porque impõe classes de qualidade, regras de ensaio, normas de dimensões; daí o tornar-se evidente que só mediante vantagens bem marcadas os fabricantes dos países industriais teriam aceitado aquela sujeição, estimulada por eles próprios mais do que pelas administrações públicas.

[73] Ao reler este capítulo em 1957, cerca de oito anos depois de o ter escrito, quero registar alegremente para que não seja tudo tristeza, que muito sensível melhoria se registou quanto aos exemplos apontados. Os equipamentos de manutenção industrial, o material ferroviário, o ferro maleável e os isoladores de porcelana, não constituindo ainda indústrias em perfeita maturação, acusam marcado progresso, nalgumas mesmo um passo decisivo no caminho da solução conveniente; no material de guerra mudaram sensivelmente as ideias; na construção naval, os queixumes do Alfeite começaram a atenuar-se em 1952 mas o funcionamento desta unidade fabril continua longe de satisfatória; a siderurgia parece que vai despontar depois de 15 anos de germinação.

[74] W. Zimmermann e E. Böddrich, *Introducción en la Normalización*, Trad. espanhola de M. Balzola e J. J. Santos, Editorial Balzola, Bilbao, 2ª ed., 1947, pag. 7. São tirados deste livro alguns dos números citados adiante e a referência ao desenvolvimento da normalização na América do Sul.

São muitas essas vantagens, todas elas traduzidas no embaratecimento dos produtos normalizados: menos encargo de desenhos e moldes, menor variedade de máquinas e ferramentas, menores existências em armazém, maiores séries de fabricação, maior simplificação do expediente — e ainda maior garantia de obter um produto adequado ao uso com a mínima despesa, porque a publicação de uma norma pressupõe um estudo prévio de todos os pormenores por pessoas competentes.

Um organismo de normalização é, sem dúvida, dispendioso e custa anualmente em alguns países o correspondente a uns poucos de milhares de contos; mas apontam-se-lhe como virtude, em compensação, algumas economias quase inacreditáveis.

Calcula-se que o estabelecimento na Alemanha das conhecidas normas DIN (*Das ist Norm*) trouxe reduções anuais de despesa de que se indicam a seguir as mais salientes:

Normalização de porcas com altura igual a 8 décimos do diâmetro do parafuso: 1,5 milhões de R.M.

Normalização de formatos de papel (só no Estado Alemão): 2 milhões de R.M.

Normalização de torneiras e outros acessórios de tubos: 50%.

Normalização de portas e janelas: 30%.

Um dos mais impressionantes esforços de normalização foi feito em França entre 1930 e a última guerra: nos ferros laminados L, T, U e I, o número de perfis foi reduzido de 1452 a 134; o número de tipos de carril passou de 125 a 17.Compreende-se como deve ser sensível a economia de fabrico. Ainda em França, na *Société Nationale des Chemins de Fer*, o trabalho de normalização conseguiu reduzir, entre muitos outros artigos que não se citam por menos característicos, o número de tipos em armazém dos artigos seguintes:

Cepos de freios: de 139 a 25 tipos
Tubos de aço: de 359 a 94 tipos
Tubos de cobre: de 392 a 64 tipos
Tubos de latão: de 104 a 7 tipos

Estes exemplos poderiam repetir-se quase sem limite.

A normalização ocupa na vida de hoje um importante papel de que muitos nem suspeitam, certas padronizações são já tão banais que passam despercebidas. Se alguém disser que uma régua tem 60 centímetros de comprimento, define uma medida que todo o Mundo entende sem ambiguidade porque o sistema métrico decimal foi uma grande obra de normalização; só falta (e tem-se tentado em alguns congressos) convencer os ingleses a abandonar a casmurrice das polegadas e das onças. Se alguém precisa de uma lâmpada ou de uma tomada de cor-

rente para um candeeiro eléctrico, não leva o candeeiro à loja para tirar medidas, porque os casquilhos das lâmpadas e as tomadas de corrente obedecem a certa nromalização. Se uma senhora quer comprar linhas para coser, não vai ao retroseiro com a amostra para apreciar a olho se a linha que lhe oferecem tem a grossura da que pretende; pede um carrinho nº 40 e tem com segurança o que precisa, porque existem medidas normalizadas. Se alguém quer organizar uma sessão de música de discos, trata de comprar os discos ou de os pedir emprestados às pessoas conhecidas, sem outro cuidado além do de saber o nome do trecho gravado; e isto é singelamente assim porque a generalidade dos discos e dos gramofones tem a velocidade normalizada de 78 rotações por minuto[75].

Os casos apontados deixam perceber o que seria a confusão da vida se não tivesse havido o bom senso de criar certas normalizações fundamentais — de que beneficiam inconscientemente as pessoas que ainda hoje entendem que normalizar é uma peste.

A necessidade nuns casos e a vantagem de produzir melhor, em muitos outros, estimularam o alargamento do uso de normas ou padrões como grande princípio de produtividade, de simplificação, de aperfeiçoamento e de embaretecimento. Em grande número de países a normalização atingiu por isso uma expansão considerável, contando-se as normas por milhares. Segundo um apuramento recente, estão publicadas 7 563 normas DIN; o catálogo de normas inglesas referente a 31 de Dezembro de 1945 (*British Standards Yearbook — 1946*) contém cerca de 1 300 especificações, devendo notar-se que uma especificação inglesa tem geralmente âmbito mais vasto do que uma norma alemã; o catálogo das normas francesaa da *Association Française de Normalisation* regista 3 070 normas na edição de 1949; a edição de 1946 das normas americanas da *American Society for Testing Material* (*1946 Book of A.S.T.M. Standards*) contém 1 330 especificações em 4 grossos volumes.

Existia antes da última guerra, desde 1926, uma associação internacional de normalização (*International Federation of the National Standardising Associations — ISA*) que reunia as comissões de normalização de 17 países europeus mais os Estados Unidos e o Japão. Inútil dizer que Portugal não figurava. O papel desta associação era o de estabelecer normas que, sem serem obrigatórias, constituiam recomendações aos diversos países no sentido de as tomarem para modelo das normas nacionais. Igual papel cabia e cabe ainda à Comissão Electrotécnica Internacional (CEI) no domínio da Electrotecnia.

A ISA cessou a actividade em 1939, após o começo das hostilidades na Europa, e foi substituída pela UNSCC (*United Nations Standards Coordinating Committee*), formada durante a guerra pelos países em

[75] Está-se generalizando ultimamente, por motivos técnicos, discos para $33^1/_3$ rotações.

luta contra a Alemanha; esta foi, por sua vez, substituída pelo ISO (*International Organisation for Standardization*), criada em 1946 sob os auspícios da ONU, e abrangendo actualmente 29 países, nos quais se inclui Portugal.

Além dos países fortemente industrializados, outros se têm preocupado com o problema das normas e criaram expontaneamente os organismos respectivos antes de serem empurrados para isso pelas recentes organizações internacional. A Espanha tem desde 1925 a *Comisión Permanente de Ensayo de Materiales y Tipificación Industrial*, fundou em 1935 a *Asociación Española de Normalización* e em 1946 o *Instituto Nacional de Racionalización*. Neste país tem-se feito um trabalho importante de vulgarização nesta matéria com a publicação de numerosas normas DIN traduzidas.

A Argentina tem também o *Instituto Argentino de Racionalización de Materiales* com uma série já vasta de normas publicadas; posteriormente, o Brasil, o Uruguai e o México criaram idênticas organizações.

Em 1941, criou-se a Associação Sul-Americana de Racionalização (ASAR). A respeito da América do Sul escreve o livro citado acima[76]:

> Siendo base de normalización la colaboración, es evidente que la formación del «USAI» (en 1935) o Union Sudamericana da Asociaciones de Ingenieros, será un gran paso en la Normalización Hispanoamericana.
>
> Es de esperar que España y Portugal enlacen entre si, próximamente, sus actividades en el campo de la normalización y las coordinem con la USAI para conseguir mayor actividad y el mejor intercambio de ideas y productos.

Parece estarmos nós, Portugueses, em muito boa altura de começar a trabalhar neste campo onde, até agora, pouco fizemos. Existem os métodos oficiais de análises bromatológicas da Comissão dos Métodos Químico-Analíticos e algumas raras e incompletas especificações de material eléctrico e materiais de construção; fez-se um esboço de normalização de embalagens de tintas e vernizes através da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos, com o que se reduziu de cerca de 40 para 15 o número de formatos de latas; fez-se a mesma normalização no Instituto Português de Conservas de Peixe, de que resultou comprimir-se mais de uma centena para 39 o número de formatos das latas de conservas que presentemente se procura reduzir a 19; publicou-se um despacho fixando à pressa certas normas de fabrico de recipientes de vidro, como consequência do escândalo que se levantou à roda da qualidade das garrafas em que, durante a guerra, se exportou águardente para a América do Norte; fixou-se a composição dos alvaia-

[76] Pag. 225.

des para combater a fraude de se vender barita por alvaiade de zinco; e pouco mais haverá. A desvalorizar o que existe, registe-se a declaração feita na Academia das Ciências pelo Prof. Pereira Forjaz, com o aplauso dos Profs. Egas Moniz e Herculano de Carvalho, de que os métodos oficiais de análise estão profundamente antiquados, do que resulta perigo para a saúde pública[77].

Tudo resumido não passa muito de zero. Importa rever o que existe, dar-lhe homogeneidade, dar-lhe catalogação coerente e dar-lhe publicidade, para que não seja segredo de iniciados; mas importa principalmente alargar quanto possível o campo de aplicação de novas normas e prescrições. Ganha com isso a economia industrial, ganha a qualidade dos produtos, comabte-se a anarquia da nossa produção que só é grande na sua confusa variedade, e ganha a nossa categoria de civilizados que não se conquista só com a Oratória e a Poesia.

Antes da última guerra (e talvez ainda hoje), alguns países industriais fabricavam produtos de exportação, de baixa qualidade, especialmente destinados àqueles mercados onde não havia prescrições nem ensaios de recepção e onde o essencial era vender barato. O doce Jardim da Europa era destes, o leitor não se sente um bocadinho envergonhado?

Nos anos pouco úteis em que andei pelo Executivo, tentei a criação de um organismo de normalização, nascido da reforma de serviços em que procurei acabar com os permanentes atritos de jurisdição entre a Direcção Geral da Indústria e a Inspecção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas. Por insuficiência minha não consegui que aqueles objectivos fosse entendidos, apesar de me esforçar a explicá-los; foi-me reprovada a proposta como contrária ao interesse da grei. E era-o; o interesse imediato da grei é a confusão.

Desses negros intentos deixei registo num despacho que o *Diário do Governo* deu à estampa[78]; deles e o órgão normalista ficou pelo lado oriental do Terreiro do Paço uma perdida semente que veio a germinar nos decretos-leis nºs 36 933 e 36 935, de 24 de Junho de 1943. Nasceram assim o Conselho de Normalização e a Inspecção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais com a sua Repartição de Normalização. Deus os ilumine para que não sejam mais uns tantos organismos rotineiros e bafientos. A publicação dos primeiros números da *Gazeta de Normalização* é bom augúrio, a colaboração portuguesa na ISO vai-se firmando; fica-nos a esperança de que a normalização portuguesa esteja lançada.

Evidentemente, a normalização é anti-democrática, porque limita a liberdade do cidadão; e é antipática aos olhos dos que não têm cultura para lhe compreenderem a beleza e o mérito. Ainda há algum tempo, como primeiro ensaio da nova política, a portaria nº 12 574[79] fixou cer-

[77] *Diário de Notícias*, de 22.2.1946.
[78] I Série, de 8.1.1943.
[79] *Diário do Governo*, I Série, de 1.10.1948.

tas normas de fabrico de papel com as quais se contava economizar à respectiva indústria alguns milhares de contos por ano; mas houve tão grande alarido de livreiros habituados a certo tipo, de comerciantes habituados a certa cor, de armazenistas habituados à fraude nas dimensões que, ao que me consta, a pobre da portaria esteve em riscos de ser suspensa.

É mister persistir, porque é de lei (alínea 1 da Base XIX da lei nº 2005), porque é do interesse geral, e porque a pouco e pouco alguma coisa se ganhará na educação dos hábitos do consumidor. No futuro desta tarefa apresenta-se, porém, uma interrogação: vale a pena normalizar, se a grande massa da indústria não tiver altura para compreender, preparar e respeitar a normalização?

44 — OS EDIFÍCIOS INDUSTRIAIS

Julgo que não ficará mal incluir neste relato uma referência a dois aspectos da organização industrial frequentemente esquecidos: a arquitectura e a limpeza dos estabelecimentos fabris.

Gastam verbas importantes as administrações públicas em trabalhos de urbanismo e arranjos arquitectónicos, para dar bom aspecto às povoações e arrastar o povo à contemplação do belo; activa-se uma política de espírito, para estimular a arte e educar o sentido do bom gosto; mas parece ter-se convencionado que estas coisas só educam ao domingo, quando o povo passeia, e não têm acção nos locais de trabalho onde centos de milhares de pessoas passam trezentos dias do ano.

Muitas instalações industriais, mesmo em regiões urbanas, estão abaixo do mínimo que se julga aceitável exigir; são janelas que não têm vidros, portas que não têm esquadria, paredes sujas, que não são planas nem planificáveis; são barracões decadentes, de pavimento enlameado, em que a sucata e o entulho se associam um pouco por toda a parte, criando um conjunto desagradável a quem tenha o sentimento normal da ordem e do asseio. Deve ser bem inútil tentar educar populações industriais que em gerações sucessivas habituam os olhos a estes espectáculos.

Vou reproduzir dois depoimentos que até mim chegaram e que focam este aspecto do desalinho e sujidade de algumas instalações industriais.

Por volta de 1943, o Dr. Castro Fernandes, que foi depois Ministro da Economia e era então delegado do Governo junto do Grémio dos Armazenistas de Mercearia, dizia-me pouco mais ou menos estas palavras:

> Você tem razão. Há indústrias que são uma porcaria. Acabo de visitar algumas refinações de açúcar, que são uns compartimentos imundos, com uns caldeiros muito negros; e por cima de tudo aquilo há uma nuvem de moscas.

A imaginação do leitor comporá o quadro; eu só acrescento que, depois daquela pseudo-refinação, o açúcar continua a não ser refinado; continua uma mistela cheia de impurezas. O outro depoimento fez-mo pessoa amiga que há alguns anos, em visita de estudo, foi de jornada até Guimarães. Na companhia de alguns vimarenses, começou a volta à cidade: Castelo, S. Miguel, Colegiada, a Penha com o seu Pio IX, tudo correu sem novidade no domínio da Arte; mas quando a visita, convencida por certa propanganda falaz de que havia na terra uma importante indústria de cutelaria, manifestou desejo de visitar uma fábrica, os naturais alarmaram-se e hesitaram. Sim, havia a indústria, mas era só nos arredores, em trabalho caseiro ou pequenas oficinas, que não valia a pena ver; na cidade, propriamente, havia muito pouco...

A visita insistiu: ia para ver Guimarães e queria ver tudo. Não houve mais remédio do que mostrar-lhe uma das tais oficinas.

A decepção foi total; a descrição do estabelecimento foi-me feita, mais ou menos, por estas palavras, que dizem tudo: um barracão semi-arruinado, em que a água da chuva penetrara pelo tecto esburacado e empoçara no pavimento térreo, onde o pessoal chapinhava.

Depois disto, se se fizer a proporção do edifício para o recheio, é para admirar que qualquer pessoa de posses média use em casa um faqueiro alemão?

Toda a instalação industrial precisa ter um mínimo de decoro, de limpeza, de dignidade arquitectónica. Não se entende por dignididade arquitectónica uma falsa fachada manuelina, como a que existiu longos anos no Aterro a tapar as instalações da Companhia do Gás, nem o ornato descabido de uma central eléctrica de Buenos Aires, que andou fotografada há anos na capa de uma revista técnica a exibir suas torres e colunas[80] nem os arrebiques de uma fábrica de cerveja que há em Rheinfelden a imitar temeroso e incrível castelo retalhado de ameias; se o ridículo fizesse cair, estas construções desabavam por si. Dignidade tem-na a construção sóbria mas correcta, a construção higiénica e confortável dentro do seu tipo utilitário e fabril, a construção ordenada e limpa, onde se não confunde a sujidade do trabalho com a sujidade do desleixo.

Um pouco menos de abandono nas instalações industriais parece providência salutar — mesmo que se não acredite nas virtudes espirituais da perfeição e da limpeza. É que um pouco de cuidado na construção está quase sempre ligado à sua melhor metodização; e o tempo que se poupa quando a sequência das operações é estudada e não ocasional, é factor de maior importância do que geralmente se julga.

O taylorismo não é doutrina vã.

Os últimos anos trouxeram, entre nós como por toda a parte, um pouco mais de atenção ao aspecto dos edifícios industriais, às vezes até

[80] *Revue Brown Boveri*, Outubro, 1935.

com uma ponta de exagero. Alguns edifícios fabris de construção recente mostram-nos pormenores tão rebuscados, frivolidades de estilo tão piegas, que pareceriam mais próprios de uma casa de chá ou de mundanidades parecidas, do que de uma instalação industrial; e as nossas autoridades estão a abusar das cortinas de arvoredo, como querendo esconder dos olhos da multidão tudo o que signifique trabalho e progresso criador. Só se deixam ver as coisas catitinhas.

Penso deste critério que é francamente mau. Esconda-se, ou melhor, quando possível, elimine-se o que é fio, o que é sujo, o que é torto, porque é contrário à Natureza. Mas não se esconda o que é funcional, só porque o é, pois que a técnica tem as suas belezas e a educação estética do povo não está só em lhe mostrar estátuas, palácios ou outras coisas chiques, e dar-lhe a noção deformada de que só vale o que entra na bitola da beleza clásica; a educação implica também o conhecimento do que é característico da nossa época e que não tem menos mérito, nem mobiliza menos talento nem excita menos a admiração do que as grandes criações das idades passadas. Veja-se o nº 7-8 da revista *Art Présent*, subordinado ao tema *Beautés de la technique*[81], e leia-se o prefácio, da autoria de Luis de Broglie, de que reproduzo as primeiras e as últimas linhas:

> Chaque époque a sa manière de concevoir la beauté et de ressentir l'émotion esthétique.
>
> (...)
>
> Le présent album a pour but de montrer qu'en vérité une telle esthétique se dégage bien de diverses réalisations de la technique moderne. En regardant les documents habilement choisis et rassemblés qu'il contient, l'on ne pourra manquer de ressentir des émotions artistiques nouvelles et imprévues et, comme une lumineuse aparition surgissant au milieu d'un froid décor, l'on verra se dresser devant soi, inattendue et radieuse, la Beauté de la Téchnique.

Tapar com cortinas de arvoredo uma sub-estação eléctrica ou outro grande equipamento industrial, onde se concentra o génio de uma época, se acumulam o labor e o engenho de milhares de cérebros, onde aflora a riqueza e se adivinha o domínio da inteligência sobre as forças naturais, onde palpitam formas de expressão inédita mas tão puras de linhas como a arquitectura clássica dos melhores mestres, parece-me tão extremista ou tão ofensivo da cultura como demolir, por não ter aplicação utilitária, um velho monumento românico.

Nunca será demais recomendar prudência aos zeladores da estética; nunca será demais lembrar-lhes que devem mandar pôr árvores e flores

[81] Paris, Dezembro, 1948.

nas instalações industriais, não para que elas as escondam mas que lhes deem a frescura e a suavidade que dão às pedras mortas de um velho castelo ou às largas perspectivas de uma grande cidade monumental.

45 — A INDÚSTRIA CASEIRA

Ao esclarecer o espírito da concentração industrial defendida na lei nº 2005 (nº 38), deixei vincado o cuidado que houve, ao redigir o diploma, de excluir qualquer referência às actividades dispersas, que se julga encontravam a mais conveniente organização sob a forma de pequenas indústrias ou de oficinas artesanais. O próprio relatório da proposta de lei faz expressa ressalva destas unidades no começo do seu nº 4.

Assente que em nada são ofendidos os direitos do artesanato — ou artificiado, como em tempos foi proposto — sabidas as razões por que ele subsiste e os ramos em que subsiste a par da média e grande indústria, reconhecido que há todo o interesse, no social como no económico, como contrabalanço da crescente proletarização, em que ele se mantenha e consolide nos limites naturais da sua acção, julgo podermos todos dormir tranquilos sem receio de que alguém atente contra a simpática e útil instituição.

Ao lado do artesanato, a indústria caseira constitui outra modalidade da organização do trabalho que, ou se confunde com ele se o artífice, trabalhando independentemente por sua conta e risco, exerce a profissão no domicílio, ou se afasta dele se o trabalho é por conta de um empresário que o encomenda e paga.

Sob qualquer das formas, o trabalho caseiro é dos temas de mais descabido lirismo da literatura moderna portuguesa e tem inspirado boas tiradas ao gosto da poesia pastoril do século XVI. Não há virtudes que a não exornem; não há sombras que lhe desfeiem a pureza.

Mas a experiência mostra que não é assim; certas actividades caseiras, que alastram em alguns concelhos, mantêm legiões de trabalhadores em ambientes insalubres, em condições de vida abaixo do razoável. A Nação tem o dever de extinguir tais formas de trabalho e de procurar a esta gente ocupação mais digna e mais rendosa.

Não há nisto novidade. Entre nós, como por toda a parte, o trabalho caseiro tem virtudes que ninguém nega mas também tem defeitos muito sérios que não devem passar-se em claro. Se se trata do trabalho artesanal, autónomo, as condições de salubridade são geralmente más e os cuidados de previdência nulos; se se trata de trabalho pago por jornal ou tarefa, as prescrições oficiais de horário, salário, idade e previdência são correntemente desrespeitadas, apesar de toda a legislação em contrário; e o nome de *sweating system*, dado por alguns economistas a esta actividade, traduz bem quanto há nela de desumano, se não sempre, pelo menos muitas vezes.

O trabalho caseiro é, frequentemente, mais do que a tendência natural do trabalhador, o fruto da habilidade de uns sujeitos que, como forma cómoda de ganhar a vida, montam uma indústria sem capital, fugindo à obrigação de construir edifícios e de cumprir a legislação social e fiscal; alistam uns quantos miseráveis e põem-nos a trabalhar em casa, entregues sem defesa à sua cupidez de negreiros; e esta espécie de escravatura tem aos olhos de alguns senhores bem instalados na vida o ar risonho e primaveril da Margarida que vai à fonte.

Do livro de T. S. Ashton anteriormente referido recorto estas saborosas linhas que se referem ao trabalho caseiro em Inglaterra no começo da era industrial[82]:

> Alguns patrões usavam pesos falsos ao distribuir o fio ou ferro aos trabalhadores e exigiam-lhes mais tecido ou pregos do que aqueles que o material fornecido permitia. Outros entregavam matéria-prima falsificada ou eram irregulares nos pagamentos.
>
> (...)
>
> Por sua vez, os fiandeiros, tecelões, meeiros, fabricantes de pregos, etc., eram poucos pontuais na entrega do trabalho; os trabalhadores têxteis punham manteiga e outras gorduras no fio para aumentar o peso e os fabricantes de prego substituíam por ferro interior as barras que recebiam do fornecedor.
>
> (...)
>
> Havia a tendência entre patrões para distribuir pouco trabalho a um grande número de operários, em parte para não terem falta de braços em ocasião de necessidades.
>
> (...)
>
> Tal como sucede hoje com as indústrias que utilizam trabalho de ocasião, havia mais pessoas nestas actividades do que naquelas que podiam ter trabalho regular garantido. O meio-emprego, mais do que o desemprego periódico, era o cancro do trabalhador caseiro.

Mas há outro aspecto a encarar. Sem dúvida, a indústria caseira de rendas, de malhas, de vestuário, de brinquedos, de doçaria, de variados produtos de arte regionais, é uma actividade de que vive muita gente, que tudo aconselha a conservar e até a proteger. Algumas indústrias de feição artística (cerâmica, ourivesaria, marcenaria, etc.) podem e devem também manter-se com a sua feição de pequenas oficinas ou até de indústrias caseiras, possivelmente corrigidas aqui e além. Mas a nossa desorganização industrial, a falta de directriz que por longos anos se

[82] Pág. 61 a 63.

fez sentir (e ainda faz), conduziu à anomalia de se terem transformado em trabalhos caseiros certas operações nitidamente fabris; contudo não haveria motivo de censurar esta inversão, não seria mesmo legítimo chamar-lhe anomalia, se dela resultasse uma distribuição larga de situações felizes ou, pelo menos, humanamente aceitáveis, ainda que com alguma ofensa das regras de bem produzir.

Também aqui a realidade é diferente. Toda a legislação do condicionamento industrial tem escrupulosamente excluído o trabalho caseiro de qualquer restrição, mas o escrúpulo tem ido ao exagero — e do exagero da lei resulta a deformação do sistema. O decreto nº 19 409[83], um dos primeiros diplomas sobre condicionamento, exceptuou de quaisquer limitações as indústrias caseiras e os estabelecimentos industriais não empregando mais de 5 operários nem utilizando força motriz superior a 5 CV. Mas pouco depois, o decreto nº 21 515[84], reconhecendo que esta disposição estimulava a criação inconveniente de muitas pequeníssimas unidades pertencentes por vezes ao mesmo proprietário, limitou a isenção do condicionamento às indústrias caseiras sem, no entanto, definir o alcance desta expressão; parece ter sido o decreto nº 23 630[85] que tentou a primeira definição legal desta actividade, mas fê-lo por forma insuficiente: a indústria que é exercida no domicílio por pessoas da mesma família.

Mais tarde, a lei nº 1 956[86] reafirmou a isenção do trabalho caseiro das obrigações do condicionamento nos seguintes termos (Base IV) onde se nota algum progresso sobre os textos anteriores:

> Nas regras de aplicação do condicionamento ter-se-á em vista, sempre que seja caso disso, a defesa e a liberdade do trabalho caseiro e familiar, autónomo, estabelecendo-se os justos limites em que este deve ser protegido.

Julgo que as palavras *sempre que seja caso disso* traduzem o propósito de limitar o trabalho caseiro às actividades compatíveis com a sua natureza; a própria substituição da designação de *indústria caseira*, usada nos diplomas anteriores, por *trabalho caseiro e familiar autónomo*, parece revelar a mesma invenção; a Câmara Corporativa, no parecer acerca daquela lei, referiu-se à necessidade de atender, nos limites desse trabalho caseiro, à natureza dos produtos e aos meios materiais utilizados[87]; mas o texto da lei ficou demasiadamente discreto para saltar à vista, pelo que só raras vezes, e em casos extremos, foi

[83] *Diário do Governo*, I Série, de 4.3.1931.
[84] *Diário do Governo*, I Série, de 26.7.1932.
[85] *Diário do Governo*, I Série, de 5.3.1934.
[86] *Diário do Governo*, I Série, de 17.5.1937.
[87] *Diário das Sessões*, 3º Suplemento ao nº 118, de 18.2.1937, pág. 468-M.

tomado na consideração que merecia. Por outro lado, já naquela data abundava o trabalho caseiro inaceitável como tal, pelo que a lei da inércia mostrou mais uma vez a sua força; vieram a seguir as preocupações da guerra, vieram os quase 5 anos da longa gestação da lei nº 2005, e o assunto foi deixado em plano secundário à espera de dias mais propícios, até que o decreto nº 36 279[88] veio dar nova definição ao trabalho caseiro, resumidamente por estas palavras: trabalho feito no domicílio ou dependência anexa, por pessoas da mesma família, com potência instalada não superior a 10 CV. A obrigação de se tratar de trabalho consentâneo com a índole caseira não ficou expressa, impondo-se apenas a sujeição platónica às disposições de segurança e higiene industrial; houve aqui um retrocesso.

Mais recentemente, a lei nº 2052[89] isentou de condicionamento os estabelecimentos de trabalho caseiro e familiar autónomo *nas indústrias consentâneas com o trabalho no domicílio* (base VI), redacção que melhora e concretiza o texto da lei nº 1956. O decreto nº 38783 (Junho de 1952), que regulamentou esta matéria, adianta pouco: prescreve que este trabalho é o que se realiza na residência por parentes vivendo em comunhão de mesa e habitação por conta do chefe da família. Quanto à indicação das indústrias consideradas consentâneas, ao número de máquinas permitidas e ao limite de potência, o decreto remete-se ao que disserem os decretos regulamentares do condicionamento e estabelece que, enquanto estes não forem publicados, o trabalho caseiro poderá exercer-se nas indústrias que a legislação vigente autorizar. Foi além disso esclarecido que enquanto se não publicarem os anunciados regulamentos, se considera aplicável o decreto de 1947.

A situação, que era confusa, não melhorou com estes textos. A definição de trabalho caseiro de 1947, que procurava ser limitativa, parece ter estimulado o engenho na invenção de coisas incríveis; à sombra da potência de 10 CV, aparecem oficinas caseiras de papel, de materiais abrasivos, de motores eléctricos, de condutores eléctricos, de fiação, de moagem, e dizem-me que até de cerveja — situações impossíveis de aceitar pelo que há de insalubre no trabalho ou pelo que há de sério e de inacessível a tais oficinas nas exigências de qualidade de semelhantes artigos. E há, simultaneamente, a fraude que se oculta na montagem, como indústria caseira, de equipamentos dispendiosos, os artifícios com que se ilude o limite de potência consentido; e há ainda a posição desairosa do Estado que legisla, que deixa complacentemente iludir o que legislou, e cria nos funcionários desnorteados um clima de desmoralização. Para tornar mais aguda a situação, a experiência mostra, por outro lado, que a prescrição legal de que o trabalho

[88] *Diário do Governo*, I Série, de 15.5.1947.
[89] *Diário do Governo*, I Série, de 11.3.1952.

caseiro só pode ser efectuado por pessoas da mesma família, não é eficaz como limitação pela dificuldade de a fiscalizar[90].

Mas a anomalia, se agora recrudesceu, já vem de longe. A realidade anda muito afastada daquele trabalho ideal, limpo, correcto e nobre que alguns fantasiam e defendem; para o verificar, lancemos os olhos sobre dois exemplos nossos (mas poderiam citar-se outros) respigados de publicações oficiais.

O primeiro refere-se ao trabalho caseiro da fabricação de lápis de lousa em Valongo. Os períodos que seguem resumem a situação em 1937, data do inquérito àquela indústria[91]:

> A serração das chapas de lousa, bem como a passagem dos prismas de lousa nas máquinas de fazer lápis, são efectuadas em pequenos compartimentos, paredes meias com as dependências destinadas a habitação, com pouca luz e má ventilação, em algumas casas, ou mesmo nas próprias cozinhas, do que resulta as poeiras depositarem-se nos objectos de utilização caseira, tornando as condições higiénicas dessas habitações francamente más.
>
> (...)
>
> Tanto no fabrico de lousas escolares como no de lápis de lousa os operários trabalham à tarefa, garantindo até há pouco tempo a Companhia de Lousa Portuguesa o salário mínimo de Esc. 4$00 em oito horas.
>
> (...)
>
> A média dos salários não ultrapassa 2$50 a 3$00 por dia. (...) As menores que efectuam a operação de *abicar* conseguem o salário de 2$00.
>
> (...)
>
> Apesar de a lousa de Valongo ser considerada uma das melhores do Mundo, as lousas escolares e os lápis de lousa

[90] O decreto nº 39634, de 5 de Maio de 1954, veio, posteriormente, definir *as indústrias consentâneas com o trabalho no domicílio*, em regulamentação da lei nº 2052, restringindo-as a um número limitado de actividades efectivamente consentâneas (fabrico de conservas de vegetais, pão, tecidos regionais, instrumentos científicos e lapidagem de pedras preciosas). Mas um relatório oficial elaborado em 1953 revela a existência, em regime de indústria caseira, de fabricos como estes: limas, pregos, motores eléctricos, condutores eléctricos, fundição de ferro, trefilaria, curtumes, papel, chapéus, tintas, borracha, massas alimentícias, cerveja, etc. Algumas destas instalações dispõem de equipamento valendo cerca de 500 ou 600 contos; quase todas utilizam assalariados que não pertencem à família do proprietário; e em algumas existe um jogo de portas que permite ao pessoal fugir para o campo quando aparece algum senhor com cara de fiscal.

A fraude é evidente e existe talvez em centenas de casos; mantém-se com a complacência das autoridades e algumas vezes — o que é pior — sob protecção de sentenças do tribunal, que anula despachos do Executivo quando este se dispõe a intervir.

[91] Eng. António Bernardo Ferreira e Eng. Augusto Fernandes, «Relatório do inquérito às oficinas de lousas escolares e lápis de lousa», *Boletim de Minas*, 1937.

exportados são considerados dos piores, em virtude da falta de selecção do seu fabrico, mau acabamento e má qualidade de madeiras empregadas no caixilho.

O segundo exemplo refere-se à fabricação manual de pregaria (tachas e brochas para calçado, cravos de ferrador e tanoeiro, etc.) feita em vários pontos do norte do País, mas principalmente no distrito de Braga, por operários (*tachinhas*) trabalhando no domicílio com a ajuda da família, em regime de artesanato, ou por conta de alguns comerciantes (*mercadores*). Do inquérito a esta indústria, feito em 1934, apura-se que só no distrito de Braga havia naquela data cerca de 600 *tachinhas* cuja situação se avalia pelas linhas seguintes[92]:

> Enfiados, escaveirados e maltrapidos, os ferreiros daquelas duas freguesias arrastam uma existência miserável, vivendo com as suas famílias na maior promiscuidade, em pardieiros arruinados, de pavimentos viscosos e divididos em três cubículos — raras vezes quatro — sem quaisquer condições de salubridade. Um destes cubículos serve simultaneamente de oficina, de cozinha e, num grande número de vezes, de alcova.
>
> (...)
>
> Postos à forja muito tempo antes que o seu desenvolvimento físico seja completo — normalmente aos 10 ou 11 anos, e algumas vezes aos 7 ou 8 anos — e manejando instrumentos de trabalho que não estão proporcionados à sua força e à sua estatura, ...
>
> (...)
>
> São nulas as condições de higiene, de salubridade e de segurança, existentes nas oficinas dos ferreiros. Já de si acanhadas, têm uma ventilação deficiente e, esta mesma, prejudicial por dar lugar a correntes de ar. O ambiente encontra-se, pois, viciado pelos fumos e poeiras em permanente suspensão, além de aquecido pelo fogo das forjas.
>
> (...)
>
> (...) a constituição física dos *tachinhas*, por mais robusta que seja, depressa cede, determinando o aparecimento de certas enfermidades e deformidades que julgo interessante notar.
>
> (...)
>
> Sendo de cinco dias o lapso de tempo necessário à transformação dum feixe de ferro nos tantos mil tachões de qualquer número, embora para isso, como já se disse noutro lugar, haja que trabalhar-se durante 10, 12 e mais horas por dia; e acres-

[92] Evélio Soares Lima, «Estudo sobre a indústria manual e mecânica de pregaria (tachão) no distrito de Braga e na cidade do Porto», *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, 2ª série, Outubro de 1940 a Outubro de 1941.

centando a estes dias os dois de descanso já referidos, vê-se que o ferreiro recebe em média como salário a quantia de Esc. 40$00 por semana.

Deduzindo agora, as despesas obtem-se a importância líquida, chame-se assim, de Esc. 33$00 para cada 7 dias ou de Esc. 4$70 por dia.

Para alimentar e vestir 5 a 6 pessoas em média — já não falo em instrução — há-de convir-se que é pouco, muito pouco mesmo.

E isto é de Inverno. Porque de Verão, com a diminuição de consumo, os *mercadores* apenas fornecem meio feixe e, às vezes, um quarto de feixe por semana, ...

(...)

Mas serão felizes os *tachinhas* que trabalham por conta própria?

(...)

(...) chega-se à conclusão de que para estes ferreiros, vendendo a 70$00 o referido tachão, cuja produção regula por 17,5 milheiros semanais, o ganho é de Esc. 8$00 por dia; e que para os outros, que fazem o preço da venda de 55$00, o ganho é de Esc. 3$35 por dia.

Verifica-se assim que, tanto para os *tachinhas* trabalhando por conta própria, como para os assalariados, a situação não é desafogada, pelo contrário, está muito longe disso. E mal iria a muitos deles se não pudessem por si ou por pessoas de família, lançar mão de outros meios de ganhar a vida, incluindo o de pedir esmola.

Isto era assim antes da última guerra; e provavelmente continua a ser; mesmo tida em conta a época a que dizem respeito, os salários citados nestes dois relatórios são quase inacreditáveis. Se nos deixarmos convencer pela dourada fantasia de certos lugares comuns e não tivermos alma para sentir o problema humano nem predisposição para entender o problema económico, o que era assim há 10 ou 15 anos continuará a sê-lo eternamente[93].

Estes e outros mesteres de semelhante estrutura são actividades impróprias da nossa época e da nossa moral social, dramas de miséria que amesquinham e embrutecem o homem, bem mais do que o trabalhar numa oficina salubre, onde são mecanizadas as operações que o devem ser, onde há uma organização e uma técnica que convertem o melhor rendimento do trabalho em menor esforço e maior salário.

[93] No relatório de 1953, citado numa das notas anteriores, regista-se o caso de mulheres a ganhar 5$00 e o caso de um fabricante de cadeiras que faz duas por dia, a 10$00 cada uma, sendo a madeira de sua conta (1957).

Do livro citado algumas páginas atrás reproduzo ainda as linhas que seguem, imagem do panorama económico inglês há 250 anos, que alguns querem promover entre nós a problema de actualidade[94]:

> A tentantiva dos tecelões manuais de competir com a máquina a vapor e com a organização superior da fábrica constitui a matéria de um dos capítulos mais lamentáveis da história económica deste período.
>
> (...)
>
> Tal como os acontecimentos se deram, um grande nûemro de trabalhadores manuais continuou, durante muito mais de uma geração, a lutar numa batalha perdida contra a energia do vapor.

O respeito pela técnica só pode praticar-se com prejuízo de um pouco de independência do trabalhador? Sem dúvida. Mas então, a virtude do trabalho, só por se exercer sob uma regra de disciplina, é assim tão próxima da escravatura que se lhe devam preferir a miséria e a doença?

Dir-se-á que essa disciplina se obtem à custa de maior proletarização. Mas não se mostra claro que estes trabalhadores domésticos não são menos proletários por não trabalharem sob a vista de um dirigente, e não ficou já entendido (nº 38) que não é preciso recorrer a estas profissões anormais para encontrar milhares de pequenos patrões ou artífices independentes a formarem em bases regualres e humanas 80 ou 90% de todas as actividades industriais? Não há um sentir deformado no elogio sem reserva das deformações que os exemplos revelam? Não se adivinha que nestes ofícios caseiros de produção em série, com poeiras e fumos, em que não têm lugar a variedade e o gosto criador, não há mais do que uma sobrevivência anacrónica do trabalho manual, um sintoma de decadência espiritual que nos mostra o homem envilecido, a morrer de cansaço em luta contra a máquina, que trabalha mais barato do que ele e cuja utilidade ele parece não ter compreendido — não se vislumbra nestas mesquinhas actividades o orgulhoso *Homo Sapiens* a tomar a posição rasteira do irracional que salta uma sebe para vir correr na estrada ao lado do automóvel?

Ó poetas da nossa Economia! Respondei-me, por favor!

46 — A MÃO-DE-OBRA

Entre nós, Portugueses, fora da roda dos políticos furiosos e de alguns casos de rivalidade profissional (com os filólogos em destaque), onde se peleja bravamente e onde as pessoas dirigem umas às outras palavras desagradáveis, fora disso, tudo é, ou parecer ser, um Mundo

[94] Pág. 81 a 125.

de suavidade. Os aspectos mais ásperos mal se descortinam na macieza do ambiente, e o jogo das palavras tem a doçura e a leveza dos passos de um minuete em salão do século XVIII.

Esta toada geral de concordância e elogio, já tantas vezes revelada, própria de pessoas a quem tudo se mostra cor-de-rosa, aparece mais uma vez a propósito da mão-de-obra industrial. Não sei de publicação portuguesa que tenha analisado com alguma objectividade as qualidades dessa mão-de-obra; encontram-se aqui e além, umas frases optimistas, elogiosas, o reconhecimento de uma adaptabilidade excepcional, e pouco mais.

Acrescentemos nós algumas palavras.

Paul Descamps, que foi professor em Coimbra e se refere a nós em termos de manifesta imparcialidade, escreveu da nossa mão-de-obra[95]:

> Les infériorités les plus courantes en comparaison des ouvriers des pays du Nord sont: une force physique moyenne plus faible et une absence générale de formation professionnelle, et, il faut bien le dire aussi, une ignorance trop répandue.
>
> (...)
>
> Si l'ouvrier portugais est facilement un bon manoeuvre, ils'élève difficilement dans la hiérarquie, faute d'une formation professionnelle suffisante.
>
> Comment, dans ces conditions, la main-d'oeuvre ne serait-elle pas routinière et mal adaptée aux changements de méthode? Heureusemente une amélioration peut-être notée d'année en année et on peut espérer que le jour approche où l'ouvrier portugais ne le cédera à aucun autre, car il est éminamment éducable.

É certo que este mesmo autor reconhece, com justiça, que o operário português é dócil, delicado, cheio de boa vontade, e, frequentemente, vivo e hábil; mas é levado a confessar, nas linhas que se transcrevem, que a estas virtudes se contrapõem dois defeitos muito sérios: pequena capacidade de trabalho e reduzida formação profissional.

Por mim, reputo esta apreciação perfeitamente justa, porque vejo nela, apontados com verdade, defeitos e virtudes que na minha vida profissional tenho verificado corresponderem ao valor da grande maioria; essa justeza permite-me dar como abonador da minha opinião, de que muitos discordariam por hábito se viesse desacompanhada de fiador, um estrangeiro imparcial que veio até nós, e que, ao contrário do que acontece a muito estrangeiro que nos visita, titrou as suas conclusões, como diz o Dr. Serras e Silva no prefácio da obra, não de impres-

[95] Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Ed. Firmin-Didot & Cie, Paris, 1935, pag. 373 a 375.

sões turísticas sobre o pitoresco e a beleza das nossas paisagens e dos nossos edifícios, mas de observações minuciosas e repetidas, verificadas tanto quanto possível e comentadas com a preocupação de encontrar explicações fundamentadas.

Embora se deva reconhecer, como se fez notar no nº 39, que os actuais salários portugueses já não oferecem, em relação aos estrangeiros, o grande desnível que se verificou antes da guerra e ficou resgistado no volume I (nº 14), é inegável que se situam ainda muito abaixo da média da Europa; mas alguns industriais queixam-se de que o maior volume de pessoal necessário para determinada tarefa é, frequentes vezes, uma contrapartida que torna ilusória a influência do baixo salário no preço de custo dos produtos.

São conhecidos alguns casos típicos: as tripulações da marinha mercante portuguesa são geralmente superiores às das marinhas dos países mais setentrionais; um inquérito feito há alguns anos mostrou que havia em Portugal 14 operários por cada milhar de fusos na fiação de algodão, enquanto em muitos outros países as estatísticas não acusam mais do que números dígitos, chegando ao limite inferior de 4 a 5; na tecelagem, um operário português conduz normalmente um só tear não automático, tendo-se levantado protestos quando em 1937 se tentou elevar esse número para dois, apesar de ser normal noutros países o trabalho simultâneo com mais de dois teares.

Não sei se está definitivamente apurada a causa desta quebra de rendimento; se ela é exterior ao operário, consequência atávica do regime de subemprego que incita a colocar o maior número com a menor jorna, ou se, pelo contrário, é inerente ao próprio trabalhador e se pode atribuir a hábitos de vida calma, a menos civismo na compreensão do dever de retribuir o salário, ou a menor robustez física; e ainda, neste caso, se o facto é permanente, fruto da raça e do clima, ou acidental, consequência em parte, como opina Descamps, de insuficiência de alimentação e de higiene.

A falta de preparação profissional é o segundo grande defeito da mão-de-obra portuguesa. Ler um desenho, fazer umas contas, ter umas luzes da tecnologia do ofício, não são prendas que constituam a regra. O operário, mesmo quando é habilidoso, é um auto-didata, dominado pelo empirismo; começa, como aprendiz, a fazer recados e a varrer a oficina, e, à força de ver fazer, vai aprendendo, sem método e sem mestre, o ofício com que ganhará o pão.

Dará ideia da situação um exemplo que já mencionei no parecer da Câmara Corporativa acerca da proposta de lei sobre a reforma do ensino técnico profissional (Agosto de 1946). Quando, pelo álvara de 5 de Julho de 1939, se aprovaram os estatutos do Sindicato Nacional dos Electricistas, teve-se uma visão optimista demais sobre a rapidez com que se divulgaria o ensino técnico oficial naquele ramo. Tendo-se justamente ponderado que se tratava de uma das profissões em que a pre-

paração teórica é mais importante, dada a necessidade de conhecer e compreender os regualamentos oficiais de segurança, e em que existia já um grupo numeroso de profissionais competentes, assentou-se em que, depois de feita a inscrição inicial, generosamente consentida, a entrada de novos sindicados só fosse permitida a indivíduos habilitados com o curso das escolas industriais (artº 8º do alvará), mas com a ressalva de um período transitório nos primeiros seis anos e meio, em que se poderia entrar mediante exame de admissão, independentemente de diplomas oficiais (§ 1º). Este exame veio a ser regulado pelo artº 6º do decreto-lei nº 29 944, de 27 de Setembro de 1939.

Dos quatro ciclos de exame, realizados de 1940 até ao fim de 1944, apurou-se o seguinte resumo, onde se englobam, para simplificar o quadro, os números relativos a oficiais, ajudantes e aprendizes:

	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	4º ciclo
Inscrições	5	118	210	476
Comparências	5	—	135	266
Aprovações	4	15	86	78

Num período de cinco anos, em 809 concorrentes houve apenas 183 aprovações, o que dá para desistências e reprovações o número desanimador de 77,5%. E o júri dos exames, de que faziam parte representantes de organismo oficiais e um operário sindicado, confessou ter sido necessária muita benevolência para não se acabar em resultado mais desastroso.

No fim de 1945 (data em que terminou o período transitório) havia no Sindicato cerca de 1 200 inscrições para exame, onde deviam figurar grande parte dos reprovados e desistentes dos exames anteriores e todos aqueles que acorreram de novo durante ao ano de 1945. Mas ao mesmo tempo que esta massa de gente de quase 1 400 pessoas (183 admitidas e 1 200 a aguardar admissão) pretendia atingir a carta profissional de electricista pela via de emergência do autodidactismo, o número de novos inscritos entrados pelo caminho normal da preparação escolar, limitava-se naquela data, a 195 profissionais, assim habilitados:

Pelas escolas industriais	105
Pela Escola de Mecânicos da Armada	
(2º grau de torpedeiro-electricista)	82
Pela Casa Pia	8
Total	195

Os 1200 pretendentes à inscrição no Sindicato em 1945 subiam, passado algum tempo, até 2293; e ante esta multidão, que saberia pouco do ofício mas clamava que a organização corporativa a impedia de ganhar a vida, as autoridades, contemplando a perspectiva de novo

exame que seria trabalho infindável rematado por fracasso certo, resolveram, e julgo que não tinham outro caminho, permitir a entrada, tendo apenas em conta o tempo de serviço na profissão. De como será insuficiente a média de preparação desta gente, ajuizará cada um como entender.

Há, contudo, uma observação que importa salientar. Durante os sete anos (1939-1945) em que o Sindicato Nacional dos Electricistas inscreveu 105 diplomados pelas quatro escolas industriais onde se ensinava esta matéria, o número total de electricistas saídos destas escolas foi o seguinte:

Escola Afonso Domingues (Lisboa)	92
Escola Marquês de Pombal (Lisboa)	126
Escola Brotero (Coimbra)	25
Escola Infante D. Henrique (Porto)	184
Total	427

Quer dizer que só 25% dos diplomados se inscreveram no seu órgão corporativo para gozarem os direitos que concede aos sindicatos o decreto-lei nº 29 944; os restantes, ou exercem a profissão em actividades privadas onde não sentem a vantagem da sindicalização, ou orientaram a vida noutro sentido. A anolamia tem continuado a registar-se; os alunos das escolas técnicas elementares tornam-se desenhadores, traçadores, caixeiros, escriturários, ingressam nos Institutos Industriais, mas não abraçam a verdadeira profissão no volume desejável. A reacção compreende-se; o operário saído da escola sente-se deslocado e depreciado entre colegas desprovidos de qualquer formação.

O que se passa com os electricistas passa-se com outros ramos; muitos diplomados desertam, perdendo-se para o ofício, com a ilusão do seu muito saber literário, buscando mester que julguem ter mais dignidade ou em que sujem menos as mãos; outros tomam por incompatíveis o trabalho manual e as luzes da Aritmética; e o grande volume do pessoal especializado continua a recrutar-se entre os que não possuem formação escolar.

A melhoria da vida portuguesa não depende só da boa formação e boa selecção das *élites*; depende essencialmente da boa formação e boa selecção de todas as camadas. Ouvi há tempos dizer, com justeza, que num baralho de cartas os duques também são precisos.

Fenómeno muito lento — a elevação do nível cultural da classe operária — temos que o aceitar com a sua lentidão, perseverando em sua defesa sem desanimar com o rendimento do esforço, mesmo que pareça fraco. Importa insistir no sentido de evitar as deserções apontadas e de trazer às artes mecânicas cada vez maior número de profissionais devidamente formados; precisamos de alargar o ensino técnico

e de conseguir pelo salário, pela preponderância e pela consideração social, que os seus diplomados se sintam atraídos pela profissão.

Nenhuma política industrial será frutuosa sem esta campanha; nenhuma indústria dispensa mãos hábeis, e poucas mãos serão totalmente hábeis se não tiverem a guiá-los uma formação profissional adequada às exigências do trabalho moderno.

Todos os que lidam com a indústria conhecem o panorama, por vezes doloroso, da admissão de pessoal: escasseia, e com dificuldade se encontra, o operário especializado, mas oferecem-se em multidões os trabalhadores sem profissão ou tendo de alguma profissão conhecimentos de superfície — o que é quase o mesmo. Acelerar a formação de mão-de-obra idónea pela expansão do ensino profissional é bem uma necessidade do desenvolvimento industrial.

A lei nº 2 025, de 19 de Junho de 1947, que reformou o ensino técnico elementar e médio (sobretudo o primeiro) é a esperança de maior difusão e melhor apetrechamento do ensino; a doutrina da sua Base III, cuja introdução propus como relator, prevendo a possível organização de escolas técnicas oficializadas em alguns estabelecimentos industriais ou grupos de indústrias afins, abre caminho a um princípio fecundo que tem tido entre nós, até agora, limitado número de aplicações.

As escolas de aprendizes são , nas grandes organizações industriais de todo o mundo, um cuidado que não esquece; e esta parece ser a forma de criar bom pessoal, dedicado, competente e consciente, tão necessário à boa marcha de todas as fabricações. É muito diferente de ramo para ramo o tempo de aprendizagem do operário, o volume de matérias que deve conhecer, e a forma de lhe ministrar esse conhecimento; mas não importa fixar aqui mais do que o princípio de que as organizações industriais devem ter sistematicamente orientado o ensino profissional e cívico dos seus trabalhadores, isto é, que se espera da lei nº 2 025 tudo o que nela há de promessa quanto ao desenvolver do ensino oficial e que se espera que a sua Base III não vá aumentar o contingente, já pesado, das disposições de lei que não se cumprem.

Se Deus quiser que assim seja, melhorada pela lei 2005 a categoria dos patrões e pela lei 2 025 a dos operários, tidas em conta as virtudes naturais destes, penso que não será por incapacidade da mão-de-obra que deixaremos de ver em Portugal um renascer da indústria.

O aprendiz, considerado desta maneira, é um encargo; é um capital posto a render; e às organizações pequenas, como são quase todas as nossas, só interessam aprendizes que produzam trabalho útil, que paguem com lucro a magra féria que recebem, ficando para as horas vagas e ao cuidado da diligência de cada um a aprendizagem de qualquer mester.

Só uma política de industrialização e de moderada concentração industrial pode levar ao caminho que convém; e então talvez os *ardi-*

nas que alguns emolduram de simpatia mas que, apesar da sua honestidade, não representam positivamente uma glória social, pudessem ser lentamente transformados em bons artífices, deixando aos restantes portugueses o trabalho, aliás leve, de irem à tabacaria comprar o jornal. A vantagem de orientar metodicamente para um ofício tantos menores que o não têm, embora menos urgente, não é talvez inferior à de dar salário e categoria aos trabalhadores de maior idade.

Quando se procura dar emprego a uma mão-de-obra em excesso, nem todas as formas de trabalho são igualmente úteis porque nem todas obrigam ao mesmo grau de cultura nem todas permitem o mesmo valor do salário. Nestes aspectos a indústria impõe-se. Independentemente disso, a mão-de-obra qualificada é uma necessidade de todos os países, uma reserva para todas as ocasiões, um viveiro de inteligências e de vocações.

Oferecer às massas trabalhadoras serviços de carga e de descarga ou outros em que igualmente se embruteçam é perder toda a possibilidade de selecção e aperfeiçoamento; ocupá-los por sistema em obras públicas de ocasião, a abrir trincheiras ou fazer aterros, é afastá-los da família e aumentar a legião dos sem ofício, para os quais a picareta é a ferramenta mais delicada que sabem manejar.

Este recurso às obras públicas como atenuante do desemprego, de que Portugal lança mão, como, aliás, outros países, não é uma solução primorosa.

Mesmo nos quadros superiores, a indústria é a verdadeira escola dos técnicos. Só a vida profissional é susceptível de aperfeiçoar a obra das universidades, criando valores que pesem no potencial económico; pretender que as escolas ofereçam às indústrias técnicos especializados capazes de dirigirem sózinhos e sem hesitações o primeiro trabalho que se lhes ofereça, sem terem passado pela fase se servirem, como principiantes, sob as ordens directas de outro técnico mais experiente, é uma fantasia como há muitas. Mas para que o exercício da profissão forme o engenheiro, é preciso que se trate da vida profissional activa, que se não limite ao papel, tão grato à nossa gente, de olhar muito de cima a ver trabalhar os estrangeiros; é preciso que haja a preocupação científica do mais e do melhor, e não a vida passiva, sem aspirações — a vida uniforme, rotineira, estéril.

A formação técnica do operário e a observação do ambiente de revolta que se espalha no Mundo sugerem, porém, uma pergunta a que não me atrevo a responder: a melhor preparação técnica, o mais largo horizonte transmitido pela escola, reduzirão as qualidades de dedicação e docilidade que hoje se reconhecem ao trabalhador português? Ou a dedicação será uma virtude condenada a diminuir por uma lei natural inexorável, com aquela que faz aumentar a entropia do Universo?

47 — A PROTECÇÃO À INDÚSTRIA NACIONAL

A Associação Industrial Portuguesa tem feito ultimamente uma campanha a incitar os portugueses a preferir produtos nacionais.

A ideia afigura-se-me excelente e o princípio indiscutível. Em vários países se tem feito o mesmo, e tudo aconselha que entre nós se ensine ao desprevenido comprador que para ele reverte indirectamente, pelo maior desafogo geral, parte do benefício que der aos industriais portugueses pela preferência de produtos nacionais. A vantegm não será sensível numa compra mas é-o num milhão de compras.

Parece-me porém indiscutível que o efeito das palavras, em toda a fala ou escrito, não depende tanto delas próprias como da autoridade com que são ditas; e daí o afigurar-se útil verificar até que ponto essa autoridade existe no caso vertente, ou que limitações se recomendam para que exista.

Há evidentemente muito de snobismo na preferência do produto estrangeiro, incitado pelo comerciante que aconselha o artigo que lhe dá maior margem de lucro ou por aquele género de caixeiro pedante que trata a freguesa por *madame* e chama *brique* ao vermelho tijolo. Seria porém ingenuidade supor que o menor apreço do público pelo produto nacional (que é geral e evidente, ao ponto de se disfarçarem com arcas estrangeiras muitos artigos portugueses) é apenas consequência da comissão de revenda ou da ofensiva de marçanos bem falantes. Bom seria se fosse só isso; infelizmente a causa é mais funda.

Creio ter sido o Prof. Lima Basto quem, há já muitos anos, propôs que a fórmula PPP (preferir produtos portugueses) fosse substituida pela fórmula BBB (bom, bonito e barato), o que, traduzido em miúdos, significa que bem mais do que a propaganda das palavras vale a qualidade dos artigos.

A advertência do falecido professor não pode ser esquecida, porque é a voz do bom senso; e não a esquecer implica rever o sentido da campanha para verificar se é o correcto. Um certo número de pontos fixos, isto é, de factos assentes, deverá orientar-nos nessa revisão; apoiemo-nos neles, deduzamos com alguma lógica e reconheçamos que se chega a algumas descriminações embaraçosas.

O artigo nacional é, na generalidade, de categoria inferior ao artigo importado, pelos motivos que nas páginas precedentes ficaram indicados, afirmação para apoio da qual não preciso do testemunho da grande massa dos consumidores, porque me basta o de alguns industriais que utilizam matérias-primas, ferramentas ou produtos semi-acabados portugueses; a preferência do comprador pelo artigo estrangeiro está profundamente enraizada, mesmo nos casos em que não é razoável, porque o publico generaliza, legitimamente, os defeitos que encontra com impressionante frequência, no artigo nacional, defeitos que o comércio exagera sempre que lhe convém; a necessidade de reagir contra esta pendente

apresenta-se como um imperativo de política económica, como uma das formas de estimular a produção portuguesa — essa pobre produção que é invocada em tantos discursos mas para a qual ninguém olha de frente; a vantagem de uma propaganda que esclareça o comprador revela-se intuitiva, sob reserva de ser irrepreensível de verdade para que seja frutífera; e de tudo isto resulta que essa propaganda só poderá ser parcelar, limitada às classes de artigos em que se trabalhe bem, porque é contra natura fazer a propaganda do mau. E nasce assim a necessidade de uma primeira e embaraçosa discriminação.

Sucede, porém, que na mesma classe de artigo se encontram graus de qualidade, não o melhor ou pior dentro do aceitável, como há em toda a parte e é preciso que continue a haver, mas o bom ou o péssimo, numa escala que atinge o inaceitável dentro da bitola da nossa civilização; e aparece com isso a necessidade de uma segunda discriminação mais embaraçosa do que a primeira.

Finalmente, a propaganda não é, na essência, a arte de convencer a comprar o medíocre em detrimento do bom; é antes a arte de tornar conhecido o bom para que seja vendável. Ninguém compra o que desconhece. A propaganda pela palavra ou por outra forma de reclame é, pois, acessória, e só a qualidade é essencial, porque todo o comprador que não seja muito rude tem consciência, com maior ou menor nitidez e ao fim de mais ou menos tempo, da qualidade do que compra, independentemente do que lhe conte o vendedor.

Quando se lê nos jornais, em artigos que presumo pagos, que determinada fábrica faz produtos iguais aos melhores do mundo (nada menos!) e trabalha segundo a técnica mais apurada, é quase certo que não é verdade, e atrevo-me até a avançar que se está perto do pólo oposto da verdade. Ocorrem-me alguns exemplos, mas abstenho-me de os citar, porque o meu propósito não é agravar pessoas nem desacreditar artigos mas instilar na cabeça dos portugueses esta verdade tão transparente que todos se habituam a não dar por ela como problema político: temos uma indústria insuficiente e podemos melhorá-la.

Parece poder então afirmar-se que uma via efectiva de aumentar as vendas é melhorar o nível dos produtos, o que quer dizer ser cada vez mais exigente na qualidade e trazer cada dia novos artigos à categoria de perfeitos e ao merecimento de serem apregoados como tais. Tem muito mais desculpa que os artigos portugueses não sejam baratos do que não sejam bons.

Cai-se assim na conclusão de que é preciso melhorar a indústria, o que implica, pelo que ficou dito, refundir ou eliminar muitas unidades fabris no equipamento e no espírito; mas como a Associação Industrial Portugal encerra em si o bom e o mau, e o mau dificilmente reconhece que o é, como o provam os protestos que tem levantado a ideia da reorganização, os elementos bons daquele organismo, a não ser que disponham de uma coragem sobrehumana, e talvez nem assim porque são

minoria, não podem assinalar com uma cruz os que não chegam à craveira de verdadeiros industriais e impor-lhes que mudem de sistema — ou de vida. Seria uma terceira e ainda mais embaraçosa discriminação.

Se me é permitida uma analogia com a Mecânica, direi que nesta se demonstra que as forças interiores de um sistema material não modificam o movimento do seu centro de gravidade; só as forças exteriores têm esse poder. Essas forças exteriores são aqui o Estado, através de uma política industrial efectiva.

É por isso que não creio no êxito da campanha da Associação Industrial, porque ela não consegue uma mudança de trajectória do nosso sistema de produção, pois se apoia em palavras; que para serem de propaganda precisam de ser boas, mas que se forem boas não são sempre verdadeiras. E se não forem verdadeiras não conduzem longe.

Quer isto dizer que afirmar ao comprador que a escolha do artigo nacional vale duplamente, como boa compra e como bom civismo, só é operante se houver bons artigos — ergo, se for palpável a melhoria do nível industrial; isoladamente, são palavras ao vento. No entanto, e apesar dos escolhos apontados, a Associação Industrial Portuguesa, que não ignora a verdade e algumas vezes a reconhece[96], não tem deixado de contribuir para a melhoria daquele nível, e essa contribuição não a contesto nem a deprecio; agradeço-a como português, só lamentando que, por ser uma força interna, não possa chegar onde é preciso sem a acção do Estado.

Não se argumente, para contraditar o que fica dito, que a indústria tem progredido; ter progredido e estar mal são situações compatíveis, porque nada tem que ver o valor de uma função com o da sua derivada.

Há contudo quem explora a natural confusão entre posição e tendência e leve os menos prevenidos, infelizmente numerosos, a formar juizo errado; o facto regista-se com mais frequência do que se poderia crer e menos boa fé do que seria de desejar. Por isso se aponta. Joga-se com percentagens de crescimento para iludir a pequenez ou atiram-se números absolutos para disfarçar um valor relativo desfavorável. E consegue-se, sem mentir, desvirtuar a verdade.

Remato com uma pequena história. É possível que muitos se não recordem de um caso curioso, ocorrido há talvez uns 20 anos, e que, sem ligação directa com o nosso assunto, documenta como se ilude a verdade com a própria verdade. Houvera eleições em Lisboa e o representante de um jornal estrangeiro, tomando partido talvez indevidamente, anunciou à sua folha que as eleições se efectuaram num ambiente perturbado *com os navios de guerra em frente do Terreiro do Paço.*

[96] Como exemplo, o presidente da Associação, num relatório lido em sessão daquele organismo afirmou, não há muito, a insuficiência da produção portuguesa no seu duplo aspecto industrial e agrícola (Jornais de 17.11.1948).

Os leitores do periódico, desconhecendo as coisas da nossa capital, devem ter imaginado os navios em posição de combate, com os marujos de dedo no gatilho, prontos a metralhar a cidade se a voz da urna lhes desagradasse; mas o lisboeta teria percebido a maldade da notícia, por verificar que os navios estavem nesse dia, pacatamente, onde costumam estar todos os dias.

Não façamos malabarismos com a indústria como o jornalista fez com os navios de guerra e as eleições. Entre outros motivos, porque o assunto é mais sério.

A protecção oficial aos produtos nacionais, começada com o decreto nº 22 037, de 27 de Dezembro de 1932, sempre me pareceu, e continua a parecer, pouco eficaz — ou, com mais justeza, insuficiente. Julgo que não tem mais peso que o de ser uma bandeira agitada ao vento — útil mas de limitado alcance — a prescrição que obriga os serviços do Estado e municípios e respectivos concessionários a preferir produtos nacionais, *sempre que o preço destes seja igual ou inferior ao dos produtos estrangeiros similares ou que preencham o mesmo fim* (artº 2º).

O facto de a administração pública e os seus concessionários não constituirem a grande massa da Nação, a dificuldade de concretizar em muitos casos, dada a diversidade de qualidades ou características, o que são produtos similares ou que preencham o mesmo fim, o desinteresse ou a impossibilidade de verificar as infracções, pois que das multas previstas no cap. 3º daquele decreto (e já lá vão 15 anos) ainda até hoje não se aplicou nenhuma (com ressalva de raros casos referentes a marcas, o que não interessa ao nosso assunto) — tudo isto me faz pensar há muito tempo que não é por esta via que se consegue resultado útil. Mais do que o decreto, valeria a boa vontade do Estado, mas este — sabem-no bem os interessados — nem sempre tem dado o exemplo que lhe cabia na compra de material para os seus serviços[97].

Mais tarde, o decreto nº 36 030, de 12 de Dezembro de 1946, que regulamentou a isenção de direitos de importação para material eléctrico e industrial concedida pelas leis nºs 2 002 e 2005, estabelece a obrigatoriedade da publicação de avisos no *Diário do Governo* convidando os industriais interessados a *alegar e provar que se encontram em condições de produzir em Portugal os materiais para que se pretende a isenção de direitos*.

Com significativa frequência respondem aos avisos produtores desconhecidos. Seria impertinência não reconhecer que mal ficaria ao Estado não tomar qualquer posição visível de que não abandona a produção nacional ao ataque de mercadorias importadas sem direitos; mas é preciso confessar que mal vai a coisa quando um fabricante só através do diário oficial consegue dar a conhecer aos interessados a sua existência ou a sua capacidade de produzir o artigo que procuram. Ter

[97] A posição do Estado vai, nos últimos anos, em franca melhoria (1957).

um nome conhecido como produtor idóneo de qualquer artigo é condição fundamental de existência de uma indústria; dos anónimos não reza a história nem se alimenta o comércio. A compra de mercadorias através da publicidade do *Diário do Governo*, fazendo surgir por encanto um ignorado fabricante, tem marcada semelhança com um casamento por anúncio. Dizem que nem sempre é mau.

A publicação destes avisos — e tenho certa experiência disso — oferece um de dois resultados, o primeiro dos quais surpreende por inesperado: em vez de se apresentarem fabricantes nacionais, apresentam-se agentes de casas estrangeiras a perseguir impiedosamente o provável comprador. Um órgão de informação dos exportadores estrangeiros não trabalharia com maior diligência do que a nossa folha oficial.

O segundo resultado dos avisos, como vou mostrar, é uma nova afirmação de que os industriais portugueses não têm a noção das responsabilidades técnicas que o nome e a categoria lhes impõem.

Qualquer pessoa de mediana cultura compreende com clareza que quando, em qualquer país, uma empresa se propõe construir uma fábrica, uma central ou uma linha eléctrica, executa o projecto da sua obra, isto é, estudo o seu conjunto, define o seu tipo e condições de marcha, especifica o número e as características das suas máquinas e material acessório, mas não projecta, salvo em casos de excepção, nem as máquinas nem os acessórios. Estas e estes são projectados pelos industriais construtores da respectiva especialidade; os industriais utilizadores dirigem àqueles as suas especificações sempre que se trate de material a construir expressamente, ou escolhem pelos catálogos o que constitui produção de série. Mais do que isso, é normal que o utilizador de determinado material se aconselhe junto do fabricante, dada a competência deste naquele particular, sobre os tipos e características mais conveninetes para determinado fim.

Toda a gente compreende ainda quanto seria louco seguir outro caminho; quanto de insensato mostraria o industrial que necessitando de um órgão para a sua instalação (uma turbina, um motor, um compressor, uma fresa, um disjuntor, uma simples ferramente — perco-me na infinidade dos exemplos) tivesse a estultícia de o o projectar, se ele estivesse fora da sua actividade corrente. Levaria tempo sem fim a acabar a obra e teria o insucesso como resultado mais provável.

Isto, que é a voz do bom senso, não é o pensamento de alguns industriais portugueses. Aos avisos do *Diário do Governo* há quem responda a pedir os desenhos do que se pretende, declarando-se capaz da construção.

O leitor está a sentir certamente, como eu, a inferioridade deste industrial que não sabe que construir inclui projectar e que projectar inclui clacular e ensaiar; que se julga construtor quando não passa de um copista que reproduz, com maior ou menor fidelidade, um desenho ou uma peça que se lhe mande.

Muitos, muitíssimos, a grande massa dos construtores mecânicos portugueses, são assim; não suspeitam de que lhes cabe a responsabilidade de projectar o que fabricam; cuidam, na sua fantasia de ingénuos ou de acomodados, que o comprador é omnisciente e lhes há-de fornecer o pormenor do que eles hão-de executar. Intitulam-se industriais mas não passam de artífices na posição de tarefeiros do cliente.

Não me refiro ao fabrico de peças soltas ou de produtos semi-acabados, como acontece tantas vezes em oficinas de forja ou fundição, feito por encomenda de outro industrial, para integrar em artigo mais complexo ou de mais apurado acabamento; é evidente que, em tal caso, a este último, que entrega ao mercado o seu artigo, compete fornecer, aos que para ele trabalham, desenhos, moldes ou especificações de qualidade. Aparte este caso ou o de encomenda de algum artigo especial, uma empresa metalomecânica só tem categoria de construtora quando projecta, ensaia, aperfeiçoa e garante segundo normas bem definidas os artigos da sua indústria. Fora disso, pouco mais há que ferreiros de aldeia.

O mal é que eu não sei de certeza se toda a gente raciocinará com suficiente selectividade para distinguir a diferença; receio até que a confusão das duas posições possa levar ao extremo de se exigir, a quem queira importar uma máquina de escrever, que faça primeiro um projecto para averiguar se algum habilidoso se propõe executá-la pelo desenho.

Recentemente, o decreto nº 38 504, de 12 de Novembro de 1951, veio acrescentar nova imposição às prescrições do decreto nº 22 037, obrigando à consulta da Comissão de Coordenação Económica antes de se efectuarem compras no estrangeiro.

Sob a reserva de se distinguirem os industriais capazes dos que o não são, de se não impor uma oficina sertaneja como fornecedor idóneo, de se não esquecer o objectivo real que é o de aperfeiçoar e especializar as nossas indústrias, julgo que a defesa da produção nacional deve ser serena mas firmemente mantida. Impor ao produto português a obrigação de bater em preço todas as propostas estrangeiras, algumas delas, por vezes, artificialmente favorecidas, não é de todo razoável[98].

A experiência tem mesmo mostrado que o aparecimento de novo produto nacional é a forma mais eficaz de fazer baixar os preços dos produtos similares estrangeiros; a concorrência comercial dos países que detêm a hegemonia fabril é de tal maneira elástica e cruel, subtil e violenta, que a indústria indígena (mesmo depois de reformada e limpa dos defeitos mais graves) passará dura vida para se manter e mais dura

[98] Sobre este assunto devem ler-se os dois artigos seguintes: Prof. João Carlos Adrião de Sequeira, «O engenheiro perante o problema económico industrial português», *Técnica*, nº 232, Maio, 1953; Eng. António Augusto da Costa Reis, *Posição da Indústria Nacional em relação à concorrência estrangeira*, Secção de Estudos Económicos da Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 1955.

ainda para se desenvolver sem uma linha de defesa — embora muito moderada, porque outra não acharia justificação. E tenho notado que se hesita em tomar com firmeza uma de duas atitudes: ou aceitar que o *dumping* descarado do produtor estrangeiro é fórmula magnífica para o País comprar barato, mesmo com os protestos da indústria nacional, ou que tal prática é concorrência desleal que conduz ou se destina a impedir o nosso progresso e, como tal, deve ser combatida, combatendo paralelamente a tentação de lhe aproveitar o benefício.

Mas não nos iludamos; no estado actual da indústria portuguesa, perante a verdadeira obra de protecção à produção nacional que é a lei nº 2 005, com seus propósitos de fomento e reforma, oferecidos com crueza mas com verdade, é bem insuficiente tudo o que se tem feito com aquele nome, exemplificado nos decretos citados.

Não há só diferença de escala; há diferença de altura. De um lado está uma política de largo fôlego e a longo prazo, porventura ousada como tudo o que tem algum mérito; do outro estão umas restrições policiais que, necessárias entre nós como nos grandes países, não passam de ser, quando isoladas, mais algumas das soluções infecundas que atrás se chamaram *excessivamente fáceis* e que parece continuarem a encandear os olhos dos portugueses, entontecidos com elas como as borboletas com a luz. E vamo-nos arrastando tristemente, sem um arranco que mereça chamar-se tentativa de reacção.

Realizou-se há pouco a primeira Feira das Indústrias em Belém. Foi, sem reservas, uma demonstração agradável por si e pelo entusiasmo que despertou; só falta averiguar se o amor do público foi pela indústria ou pelos prémios.

Infelizmente, como acontece quase sempre, exagera-se de tal modo a apreciação do que fazemos de aceitável, que se perde, no apregoar de maravilhas sem nome, a possível utilidade de uma lição; e toda a gente se senta a descansar da fadiga e a gozar o triunfo. Tão mau serviço prestam os que louvam sem medida como os que censuram sem razão.

Entre os comentários despropositados que se produziram na ocasião, ocorre-me o de um jornal de Lisboa que, ao fazer a reportagem da inauguração da Feira, abriu a notícia com estas palavras inacreditáveis[99]:

> De uma rápida visista à Feira das Indústrias Portuguesas ontem de tarde inaugurada pelo Chefe do Estado, permanece como ideia dominante esta interrogação: afinal, que nos falta produzir? Não se trata de estultícia ou exagero. Não. É que perante conjunto tão completo quão valioso, do que necessitamos na vida caseira e do que julgamos ser indispensável à actividade fabril do País, parece nada faltar.

[99] *Diário de Notícias*, de 27.11.1949.

Reflectindo melhor, penso que só é de estranhar a minha extranheza; o que é regra não deve surpreender e estamos dentro da regra. Esta tirada apenas repete o que se dizia no famoso cartaz da exposição de Paris, de que reproduzi alguns passos no nº 23.

Só deveria permitir-se que escrevesse sobre a nossa capacidade industrial, para o fazer com justeza, quem já tivesse visto (mas visto bem) uma feira de amostras no Olympia de Londres ou no Parque das Exposições de Paris. De outra maneira, corre-se o risco de meter a ridículo uma manifestação que só deve merecer simpatia e incitamento, porque não é fácil saber onde acaba o elogio descompasado para começar a troça.

Gostei da Feira de Belém. Já em 1945, no volume I (nº 23) advoguei a realização periódica de exposições industriais, primeiro motivo para me alegrar com esta; nela tive ainda a satisfação de ver apresentados alguns artigos novos para cuja criação contribui no pouco que pude. Tive porém a tristeza de não ver outros que lá poderiam estar.

A Feira foi uma bela demonstração mas não foi uma grandiosa demonstração; ela reflete um desenvolvimento normal da indústria mas não um desenvolvimento extraordinário. Nem admira; se excluirmos o milagre o que poderia provocá-lo?

A par disso, outras meditações se oferecem. A natureza nacional de alguns artigos expostos (aliás em pequeno número) aconselharia uma explicação aos visitantes, sem a qual certa reserva da parte destes é compreensível; o grau de acabamento de alguns produtos parece ter sido mais cuidado do que a demonstração das suas qualidades; a exuberância numérica de alguns artigos (penso principalmente na loiça de alumínio) fazia lembrar mais uma loja que quisesse impressionar pela quantidade do que uma exposição em que se exibisse sobriamente a qualidade.

Outra reflexão muito importante é ainda pertinente. Para a apresentar, vou começar por me servir como exemplo, de dois produtos, que parece virem a despropósito, mas que quadram muito bem ao meu intento por serem conhecidos de toda a gente: o queijo e o chocolate.

Diz-se correntemente que em Portugal se faz queijo de tipo flamengo tão bom (quando é bom!) como o holandês e chocolates tão finos (quando são finos!) como os suíços. Se a comparação se limitar à apresentação e ao gosto, estou de acordo; mas se pensar-mos que o quijo holandês e o chocolate suíço se encontram espalhados pelo Mundo enquanto os correspondentes artigos portugueses raro ultrapassam a fronteira, somos forçados a concluir que não há completa identidade dos produtos. Qualidade? Fama? Preço? Propaganda? Organização? Pautas? Não sei nem é meu propósito averiguá-lo; o certo é que os queijos, embora o pareçam, não são iguais quando vistos a esta luz, e os chocolates também não: os portugueses são inferiores.

Aplicado o raciocínio à maioria dos produtos expostos na Feira, chegamos à mesma conclusão, o que não tira valor ao conjunto, porque um país não pode pretender produzir todos os artigos em condições de concorrência internacional. Mas o que já afecta esse valor é pensar que alguns dos artigos nem mesmo no mercado nacional conseguiram ainda alcançar, em face dos artigos importados, posição de domínio ou, sequer, de relevo.

Se a isto acrescentar que na lista dos objectos expostos faltavam muitos que não fazemos mas poderíamos fazer sem ofensa de princípios — ao contrário do que pensam os optimistas, para os quais a nossa terra miraculosa fabrica tudo, e ao contrário dos derrotistas que julgam pisar terra amaldiçoada onde não pode medrar mais modesta indústria — se acrescentar esta reflexão, repito, terei situado a Feira no nível de verdade em que é mister colocá-la para que não desanimem os que têm a consciência do seu atraso nem adormeçam os que têm a ilusão do seu progresso.

E presto as minhas homenagens à Associação Industrial Portuguesa por ter promovido a Feira. Pena ser tão acanhada no espaço e tão curta no tempo[100].

48 — OS PREÇOS

Com a agitação da guerra e consequente alteração do valor das moedas, o problema dos preços tornou-se agudo, entre nós como em toda a parte, porque o atingir de novo equilíbrio não se faz sem oscilações, que envolvem benefícios indevidos ou injustiças dolorosas.

Como sempre, o sector mais falado é o dos preços que afectam directamente o grande público, os preços daquilo que se come, daquilo que se veste e pouco mais. Os preços dos mil produtos intermediários, que também pesam no nível geral mas não têm a popularidade de serem discutidos em lojas e mercados, não devem, porém, merecer menos do que os outros um momento de reflexão, porque afectam desfavoravelmente muitas indústrias que desses produtos fazem ponto de partida ou os utilizam em escala sensível nos seus esquemas de fabricação. Tintas, papéis, alcóol, materiais de construção, produtos químicos, manufacturas de ferro, como peças de fundição, rebites, parafusos, etc., etc. andam quase sempre, entre nós, em nível muito alto em relação ao preço internacional, com diferenças que chegam à casa dos 50% e até mais; e ao chamar a atenção para o caso não o faço convencido de que valha a pena meter polícias a farejar especulação, mas só para lembrar às autoridades que da comparação desses preços com os dos artigos importados, se tiram frutuosas lições quanto à capacidade e categoria das nossas pequenas indústrias.

[100] A feira de 1957, pelo novo edifício e, seu recheio, revelou nítido progresso.

Não seria tempo perdido analisar a fundo estas diferenças e dar a conhecer o resultado; talvez por essa via se arranjassem mais alguns aderentes à ideia de que a indústria, tal como existe, merece cuidada revisão.

Em contraposição, o sector dos preços dos serviços de interesse geral, sujeiros a tarifa imposta pelo Estado, vive uma hora difícil.

Nas crises periódicas da meoda, nas suas inevitáveis depreciações, os Estados cumprem o seu dever travando os preços na pendente da alta, e fazem-no, como bem se compreende, tanto mais fortemente quanto maio facilidade lhes oferece a operação. Como essa facilidade é máxima nas empresas ou departamentos de serviço público, em que existe uma tarifa oficial que é difícil ou impossível de violar, uma crise monetária reflecte-se no embaretecimento do serviço público, porque o multiplicador autorizado no preço é geralmente menor do que o divisor do valor da moeda, e a autorização é sempre concedida com atraso sensível.

Lembremo-nos, por exemplo, de que entre 1914 e 1934, o período de 20 anos em que a nossa meda sofreu tão profunda variação de valor, com aumento do índice do custo da vida de 100 para 1968[101], o preço da tarifa geral por passageiro-quilómetro na rede da C.P. em 3ª classe (cerca de 90% dos bilhetes vendidos) passou de 1,1025 centavos para 17,38, com aumento de apenas 15,8 vezes; um selo de carta passou de 2,5 para 40 centavos, com aumento de 16 vezes; o bilhete de uma zona da Carris de Lisboa passou de 3 para 50 centavos, com aumento de 16,7 vezes. As tarifas destes três serviços sofreram assim, em relação à média dos artigos de consumo, abaixamentos reais entre 15 e 20%.

Várias razões explicam a possibilidade destas baixas. A lentidão com que se manifesta o fenómeno, o aumento de volume do serviço, as melhorias técnicas nele introduzidas, a incompleta actualização do valor dos inventários — tudo isto, ao actuar durante alguns anos, justifica que o novo nível de preços se estabeleça sem violência.

Mas os Estados, que têm na mão esse preçário dócil, precisam de o manejar com equilíbrio e não abusar dessa docilidade, porque, ou o apertam para agradar às massas, e fazem demagogia, ou o alargam para calar a finança, e escorregam para a posição desagradável de parecerem instrumentos de plutocratas. Ambas coisas más.

Não se desconhece que a política de comprimir as tarifas dos serviços públicos ao ponto de afectar a sua vitalidade, quando não seja um acto de técnica eleitoral, destinado a atenuar o descontentamento da população em período de alta de preços, pode ser uma tentativa bem intencionada de ordem financeira, porque serve de exemplo, ajuda a estabilizar os salários, e elimina um pretexto; é sabida a tendência para

[101] Índice do Instituto Nacional de Estatística referido ao continente. Os índices relativos a Lisboa ou Porto, ou o índice do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência são ainda maiores (respectivamente 1994, 2031 e 2065). O número-índice dos salários passou de 100 a 1954.

aumentar 1 escudo no preço de qualquer artigo sob pretexto de que o transporte subiu 10 centavos. Mas nem por isso deixa de ser um contratempo desfavorável na vida dos organismos abrangidos; as leis da economia não se conformam com o princípio de vender produtos abaixo do preço justo, por mais ponderosas ou humanas que sejam as razões.

A desvalorização do escudo trazida pela última guerra[102] oferecenos alguns exemplos de empresas e serviços abafados por uma política tarifária excessivamente rígida.

Os Correios e Telégrafos, organismo que, apesar de muito criticado, vem cumprindo com certo brilho o programa de elevar a nível condigno as nossas telecomunicações, vêem-se exaustos de recursos, com o plano de obras quase suspenso e com 15 000 pedidos de novos telefones que não podem satisfazer, porque só depois de três anos de saldos negativos (1945-47-48) e depois de perdido o período de grande tráfego, que se estendeu até meados de 48, conseguiram o aumento das suas taxas (fim de 48) como última salvação para poderem ajustar os vencimentos dos funcionários. A situação só lentamente tem melhorado de então para cá. Mantem-se?

A Companhia das Águas de Lisboa e o Fundo da Cidade, este destinado às obras de abastecimento e alimentado pelos saldos daquela, passaram a viver em regime deficitário e, portanto, com suspensão das obras, por força do aumento de encargos que a situação criada pela guerra trouxe à Companhia. Di-lo a nota do Ministério das Obras Públicas inserta nos jornais de 22 de Dezembro de 1949. Só depois de se chegar a uma situação de esgotamento, que havia vários anos se desenhava, se autorizou o aumento do preço da água que se mantinha no valor fixado em 1932.

Os Serviços Municipalizados de Electricidade da Câmara Municipal do Porto, que conseguiram vencer a rude prova de satisfazer o aumento de consumo quase incrível dos últimos 12 anos, mercê de actividade sem desfalecimento, sentem fugir-lhes o alento para prosseguir. Sujeitos a um regime tarifário fixado em 1938, tendo beneficiado apenas de um aumento de 10% autorizado em 1942 para compensar a subida do preço de compra da energia, aqueles Serviços vivem num equilíbrio financeiro de tangência e tiveram até um prejuízo de exploração de 340 contos em 1949 — embora para ele tivesse contribuido a grande estiagem. Para quem tem um activo que, devidamente actualizado, excede os 200 000 contos e necessita de largo aumento para satisfazer o consumo crescente da cidade, este fecho de contas, que não permite um autofinancimaneto satisfatório, é o prelúdio, se não da ruina, pelo menos da incapacidade de bem servir.

[102] Os números-índices dos preços de retalho relativos ao continente (Instituto Nacional de Estatística) subiram, entre 1938 e 1948, de 2037 a 3881, com aumento de 91%; a partir deste último ano os índices passaram a variar muito lentamente.

Não se afirma a certeza de ser errada a severidade ultra-espartana destes exemplos ou de outros que se poderiam buscar; julga-se legítimo pôr a dúvida sobre se uma actualização parcelada e lenta não reuniria maior número de vantagens. Nota-se que se tem dado maior valor ao papel favorável desta limitação no plano financeiro, e porventura político, do que à sua acção desfavorável no plano industrial, parecendo ter-se esquecido que esta produz uma quebra de ritmo que piora o serviço público, retrai o volume de compras, reduz o emprego de mão-de-obra e empobrece o património nacional; e sou levado a perguntar a mim próprio se existirá alguma ligação longínqua entre este critério e a corrente de opinião que olha a palavra riqueza com desamor que não merece.

Esbocei atrás uma defesa dos ricos (nº 15) e não posso furtar-me a dizer agora duas palavras a defender a riqueza como sinónimo de desafogo económico, o que me parece cometimento mais fácil. Continuo a supor que o leitor não é socialista.

A riqueza é olhada por muitos dos nossos intelectuais como uma senhora de porte distinto mas de costumes fáceis. São capazes de lhe beijar a mão quando o protocolo o exige mas são ainda mais capazes de lhe agravar a culpa, acusando-a de tropeções que não deu.

À riqueza tomam-na como sinónimo de prazer e ostentação, esquecendo que também significa menos desemprego, menos miséria, menos dureza no ganhar da vida. É medalha com anverso e reverso. A riqueza caiu em desgraça, porque se tornou quase elegante dizer mal dela; e arrastou nessa desgaraça algumas das suas criações nobres. Entre elas, o florescer das actividades económicas.

A limitação de despesas, que em alguns aspectos roçou pela penúria, imposta em 1948 pela força das circunstâncias, aos serviços do Estado como à maioria dos sectores da vida privada, foi enaltecida repetidas vezes como barreira moral de uma euforia de gastos que perturbara a habitual morigeração dos portugueses.

Parece-me ser esta euforia menos uma verdade do que um tema literário grato às massas. Quem conhece a vida dos serviços públicos, quem sabe que se têm feito muitas obras mas que falta fazer muito mais, quem acompanha as aspirações de uma burocracia que parece querer regenerar-se do muito que nada fez, não pressente que possa existir nas suas aspirações um desmando a exigir repressão.

Tem-se falado das estradas, por exemplo, como do ramo das obras públicas mais copiosamente dotado depois do 28 de Maio. E parece que assim tem sido. Euforia de gastos? Longe disso, a meu ver — e, no entanto, eu tenho acusado o Orçamento de se dedicar às Obras Públicas como se fossem filhas e à Economia e às Comunicações como enteadas[103].

[103] A bem da verdade, quero esclarecer que o tempo tem aproximado as coisas do seu justo equilíbrio.

Verifico que, em absoluto, as dotações são modestas e que tudo se faz com parcimónia. As larguras das estradas, os traçados, os pavimentos, as pontes, tudo ou quase tudo é modesto ou, quando muito normal, aos olhos de quem saiba ver. Quando se refaz o pavimento de uma estrada, se em alguma coisa se melhora o traçado, pouco se consegue para reforço de pontões ou aquedutos, que continuam a ser os mesmos do século passado, com fundações abaladas, longe de satisfazerem aos regulamentos actuais, incapazes de garantirem uma circulação pesada. É com estas limitações que efectivamente vive um serviço bem dotado, com ressalva de umas ou outras obras discutíveis, que não fazem regra. E essas, se o serviço as executa, é porque lhas aprovam ou lhas mandam fazer.

Se olharmos para as escolas onde, segundo é uso dizer-se, não é de bom governo comprimir os gastos, a perspectiva não difere. A par da obra feita, há um infinito por fazer; escolas sem edifícios adequados são ainda numerosas e, naquelas que os têm, nem sempre o recheio dos laboratórios ou museus e as verbas de manutenção correspondem ao devido. Sem dúvida, as dotações cresceram, mas cresceram as necessidades da técnica, cresceu a população escolar e não mudou quanto devia a pequenez de meios; a vida nas escolas tem sido sempre uma escola de dificuldades de vida.

Euforia de gastos na compra de automóveis caros por pessoas a quem Deus atribuiu mais dinheiro que miolo? Inegável. Mas penso que mais sensato do que generalizar a crítica seria restringir o acto, proibindo os automóveis ou interdizendo as pessoas.

Se o nível financeiro dos serviços públicos nunca foi de desafogo, donde virá esta toada a impor severidade?

Ocorre-me que possa resultar de um facto que observo com agrado. Foi corrente entre nós, há 15 ou 20 anos, afirmar que os serviços públicos não tinham capacidade para gastar utilmente aquilo que o Estado era capaz de amealhar; era frequente notar no Orçamento verbas que se repetiam sem se consumirem. A coisa, tida por virtude dos órgãos que cobram as receitas e por incapacidade dos que as gastam, era apenas natural insuficiência dos quadros técnicos que, desabituados de gastar, afastados do treino de projectar ou de construir, desfalcados no número de elementos activos, não podiam recompor-se instantaneamente quando a administração pública pôde dar-lhes, com generosidade que nunca haviam conhecido, os meios de trabalhar.

A evolução levou seu tempo. Cresceram os quadros, cresceu a capacidade de cada um dos seus elementos, cresceu o número de ramos em que se impõe, por irremovível progressão, a ingerência do Estado; e esta onda, em que palpita o despertar de uma Nação que dormitava, submerge os réditos do Estado e põe o saldo em perigo. Euforia de gastos ou previsão ultrapassada? Enfraquecimento moral a pedir repressão ou reabilitação admirável a justificar elogio?

Inclino-me pela segunda hipótese; a primeira parece-me envolver um deslocado apreço pelas privações da vida. Eu compreendo o elogio da pobreza na boca de S. Francisco de Assis, mas compreendo igualmente que Adão Smith se tivesse interessado pela riqueza no seu livro famoso *Pesquisas sobre a natureza e causas da riqueza das nações*.

Francisco Bernardone, o místico, pregou a pobreza dos homens no começo do século XIII, apontando-a como forma de subir à perfeição espiritual; pelo seu apostolado, pelo seu exemplo, pela sua piedade, entrou no Agiológio. Adam Smith, o economista, se tivesse advogado, na segunda metade do século XVIII, a pobreza das nações, não teria entrado na História.

No fundo, ambos disseram a mesma palavra, ambos falaram da mesma medalha: um defendeu o anverso, outro recusou o reverso. Se não pode afirmar-se que as duas entidades se justapõem, porque se situam em domínios diferentes, menos pode dizer-se que se contrariam. O que causaria estranheza seria imaginar o santo na defesa do sistema mercantil ou o economista a clamar que o esgotamento de recursos é uma situação ideal porque liberta o homens de todas as tentações.

Tudo isto veio a propósito de preços e do aperto de tarifas de alguns serviços públicos, aperto condenável quando visto nos seus reflexos de natureza industrial, que parece não terem defensor oficial ou oficioso, porque mal colocado estaria ele se existisse. Espero que as afirmações de que a actualização de certas tarifas é exageradamente contrariada ou de que os serviços públicos não vivem folgados não sejam classificados pelos puritanos como defesa de políticas ruins nem como menos apreço pelo que se fez e o merece. Mesmo que o comentário se faça, continuo a pensar que nada de justo se opõe a que se comente uma decisão oficial que parece eivada de preocupações unilaterais em demasia; seria exagero elevar um simples critério político à altura de uma artigo de fé. Mantenho, portanto, a convicção de que se exagera quando se chama depravação à riqueza, riqueza à mediania, eufórico ao normal e normal ao insuficiente; quando se mantêm sem alteração adequada tarifas de serviços públicos, com a moeda a valer metade, em nome de princípios financeiros respeitáveis mas não únicos, parecendo não se fazer suficiente distinção entre o refreamento de lucros excessivos e a manutenção da vida normal, mormente em serviços cuja contabilidade não oferece segredos que justifiquem alguma suspeita. Isto não significa, bem entendido, aceitar como bons todos os aumentos de preços que por aí se formulam.

O relatório de 1949 dos Serviços Municipalizados de Electricidade da Câmara Municipal do Porto vinca bem o dilema que se põe ao utilizador de um serviço público: ou paga a tarifa justa ou tem mau serviço. Como as exigências desse utilizador são cada dia legitimamente mais apertadas, porque o impõem as condições da sua vida, cada vez mais dependentes do regular funcionamento dos organismos que o servem,

é discutível que se defenda o público fazendo-o pagar abaixo do que deve um serviço abaixo do que pretende. Que o digam alguns utilizadores — ou perpétuos aspirantes a isso — de telefones, de transportes ou de energia eléctrica.

Se dentro de alguns anos — porque o efeito não é imediato — os habitantes do Porto notarem que a luz em sua casa é muito fraca porque não há mais de 150 volts onde devia haver 220 (e não seria a primeira vez), as autoridades e os jornais perguntarão, como de costume, quem é o responsável, pergunta que nunca tem resposta, porque não interessa dá-la. O responsável não é nenhuma das pessoas ligadas à exploração; o responsável é um indivíduo que passou, que uns anos atrás teve poderes mas não teve a coragem ou a clarividência de cumprir o seu dever.

A boa actividade dos grandes serviços públicos de natureza industrial também é, por mais de uma via, factor do fomento da produção; e quando se está na posição em que estamos e se tem um objectivo, como se diz que temos, importa não desperdiçar os impulso favoráveis e não menosprezar os que sejam pequenos. Deus fez a massa do Universo com partículas (protões e neutrões) que, segundo audaciosas hipóteses baseadas na mecânica ondulatória, seriam em número de 10^{79}; nós não podemos criar um ambiente industrial com um acto ou com um gesto porque esse nunca será suficientemente grande; teremos que aproveitar obstinadamente muitos e muitos factores, grandes e pequenos, sem distinção de tamanho e de origem, contanto que sejam de boa cepa. Não fazer assim é não ter política industrial — o que é contrário ao que se afirma oficialmente com o objecto, ao que julgo, de se dizer uma verdade ou coisa que se aceite como tal.

49 — O CONDICIONAMENTO INDUSTRIAL

A primeira base legal do condicionamento das indústrias[104] nasceu da necessidade de proteger a nossa economia industrial no período de crise que alastrou no Mundo a partir de 1929. Solicitada pelos industriais, essa protecção consistiu na restrição, por via de um licenciamento, da montagem de novas fábricas e de novas máquinas, quando reputada em excesso a capacidade das instaladas, ou da alienação de instalações a favor de cidadãos estrangeiros, quando considerada inconveniente. Se com este instrumento não se encontrou remédio para todos os males, criou-se ao menos uma fórmula para corrigir alguns desvios, com a vantagem de não custar dinheiro ao Estado — além do volumoso expediente a que deu origem.

A ideia do condicionamento tem certo mérito; julgo que nunca se prestou ao decreto nº 19 354 a homenagem que merece como iniciador de uma doutrina que hoje como então se reputa justa, se olharmos às

[104] Decreto nº 19 354, de 3.1.1931, publicado no *Diário do Governo*, de 14.2.1931.

características e tendências da nossa produção; o condicionamento apresenta-se como mais um elo natural da cadeia de limitações que o liberalismo económico vem sofrendo há um século, pela necessidade de coibir os defeitos que a sua prática mostrou e os seus teóricos não haviam previsto.

A leitura do relatório que antecedeu aquele diploma tem seu interesse; nele se encontra, entre as justificações do condicionamento, referência ao exagero de concorrência, à má distribuição geográfica das indústrias, aos insucessos por falta de bases técnicas ou garantias financeiras, às contingências a que se expõe a classe obreira quando liga a sua existência à vida precária de oficinas levianamente instaladas — o longo sudário de fraquezas de que se ocupa o presente volume. É-me grato registar mais uma vez que há muito outros vinham notando os vícios de organização da nossa indústria; mas mais uma vez se verifica que os remédios propostos foram excessivamente fracos para a profundidade do mal. E por isso o mal persiste.

Ainda não tinha passado um mês sobre a publicação daquele decreto quando um novo diploma o veio regulamentar[105] restringindo a 11 indústrias a sua aplicação: cortiça, lanifícios, algodões, chocolate, vidro, papel, fundição de ferro e aço, alpargatas e solas de borracha, serração de madeiras, curtumes e fermentos; mas alguns meses depois, o decreto nº 20 521[106] estendeu o regime a todas as indústrias licenciadas ou fiscalizadas pela Direcção Geral da Indústria. A generalização foi exagerada, tanto quanto fora acanhada a primeira lista.

A doutrina do decreto nº 19 354 foi porém considerada de carácter transitório enquanto os resultados do inquérito industrial, decretado simultaneamente com ele, não permitissem orientar a produção nacional; mas o inquérito nunca se fez, como vimos atrás (nº 27), e a situação provisória tomou foros de definitiva.

Durou este provisório até Maio de 1937, data da publicação da lei nº 1956, que se propunha — já medidas as vantagens do sistema — manter o condicionamento independente da crise, embora modificando o regime existente, pois que a Base II fixava as condições em que uma indústria se considerava condicionável e a Base IV impunha a publicação de um decreto regulamentar para cada ramo industrial que viesse a ser condicionado — suponho que na aspiração, ainda mal definida, de subordinar a protecção à condição prévia de fixar, tão exactamente quanto possível, o alvo a atingir em cada caso. Mas essa Base IV, no laconismo das suas curtas linhas e na imprecisão do seu objectivo, não marcou imperativamente um caminho e as formas de o atingir; e como a lei não o fez e ninguém supriu a falta, a doutrina não se cumpriu nem chegou, sequer, a ser meditada nos seus pormenores. Vieram a

[105] Decreto nº 19 409, de 4.3.1931.
[106] *Diário do Governo*, de 17.11.1931.

publicar-se no prazo de pouco mais de um ano três regulamentos (lanifícios, vidraça e resinosos), os quais marcaram um passo na marcha das ideias mas que hoje, vistos de longe, se mostram insuficientes na sua acção reformadora da técnia industrial, como atrás se disse (nº 38) — antes apagando essa faceta com as numerosas prescrições de índole comercial de que se ocuparam. Aspira-se neles o odor das regulamentações corporativas; parece, efectivamente, que eles se inspiraram mais no período final da Base III, que se refere ao condicionamento inerente ao regime corporativo, do que à regulamentação prevista na Base IV que se afigura ter alcance mais apontado à tecnologia.

Depois destes três regulamentos, passaram a suceder-se os decretos destinados a tornar mais fácil a vida das repartições com o saltar por cima da Base IV, que tivera o mérito de levantar um problema espinhoso (o da regulamentação prévia) mas se perdera com o não ter apontado (se é que existe) uma via de solução; entrou-se — primeiro com a desculpa, aliás fundada, de não haver tempo para regulamentar a lei e mais tarde sem nenhum rebuço — na senda cómoda de excluir do condicionamento certo número de pequenas indústrias e considerar abrangidas todas as restantes. A deformarem assim a ideia inicial apareceram sucessivamente sete decretos, de que o primeiro é o nº 27 758, de 15 de Junho de 1937, e o último o nº 34 539, de 26 de Abril de 1945.

Destes sete decretos, feitos para tornear o escolho da Base IV, três são do meu tempo no Terreiro do Paço; forçado a fazê-los seguir as vias competentes, pelas condições difíceis do tempo de guerra, quis deixar marcado no primeiro deles (nº 31 403) que a comodidade da solução me não seduzia; e daí o poderem ler-se no seu relatório estas palavras, que lá escrevi para salvaguarda de uma política em que nessa data ainda acreditava e a que dediquei o melhor da minha atenção durante o tempo em que esperei a promulgação da lei: *enquanto se não tomam providências mais largas de organização industrial.*

A verdade é que as curtas palavras da Base IV da lei nº 1956, cheias de boa e séria intenção, não são isentas de escolhos quando vistas de perto. Por um lado, aceitando que, pelo menos, algumas dezenas de modalidades industriais devem ser condicionadas, haveria que escrever e publicar outras tantas dezenas de decretos, o que justificaria longo período transitório; por outro lado, a definição das regras de condicionamento de tão variadas actividades ofereceria sua dificuldade, e julgo mesmo que só seria viável quando feita bastante à superfície.

Mas o mais grave comentário a que se presta a citada Base IV ao pretender regulamentar por decreto as normas do condicionamento de cada indústria é o de fazer cristalizar, em formas rígidas e quase impermeáveis, critérios que a rápida mutação da vida económica exige se adaptem sem demora às condições de cada momento. Mais do que isso, são tão imprevisíveis as razões sérias que podem mostrar-se a

favor ou contra o pedido de estabelecimento de uma indústria, que não considero possível, como parece que às vezes se busca, um regulamento-formulário que aponte a solução de todos os casos prováveis — espécie de cábula *ad usum Delphini*. Julgo que o diploma que fixar regras de condicionamento não deve ir acima do despacho normativo — e mesmo esse com alguma prudência.

Estas reflexões sobre a famosa Base IV — que conduzem a considerar difícil a sua aplicação e inatingível o seu objectivo aparente — acrescidas de outras reflexões sobre a insuficiência do conceito de condicionamento como factor de fomento da indústria, levaram-me a avançar um passo nos meandros da política económica e a formular o princípio da reorganização industrial, expresso na lei nº 2005; dos decretos de condicionamento, que envelhecem na sua lenta e por vezes muito precária aplicação ao longo dos anos, passar-se-ia aos decretos de reorganização estudados para uma época e aplicados nela; como nada é eterno, a evolução natural ditaria mais tarde o caminho futuro.

À luz da reorganização industrial, doutrina que se considera irrevogável, o condicionamento, como mero limitador de novas montagens, tal como foi encarado em 1931 e ainda o encarou a lei nº 1956 — ao qual poderemos chamar *condicionamento de protecção* — tornou-se insuficiente e em alguns casos até indesejável; para se adaptar àquela nova doutrina e ser seu colaborador, o condicionamento, sem perder o carácter protector, deve ser simultaneamente instigador do aperfeiçoamento técnico, isto é, deve ser um *condicionamento de imposição* que obrigue a normas mínimas de equipamento, de dimensão e de qualidade, a consentir de futuro ou a procurar atingir lentamente pela aplicação conscienciosa da lei. As regras de condicionamento têm pois que se dividir por estas duas formas de acção, contrapartida uma da outra, num regime que se queira equilibrado e progressivo; esta nova tendência tem, felizmente, criado fundas raízes e não levantou ainda problemas de legalidade, porque quem tem competência para dar ou negar também a tem para dar com condições.

Este grau de parentesco entre a lei nº 2 005 e a Base IV da lei nº 1 956 — interpretada esta com o duplo objectivo que acaba de se apontar — permite, como já foi apontado (nº 39), modelar a evolução de uma indústria em dois graus diferentes de intervenção. A lei nº 2 005 regerá a modelação profunda, a aplicar nos casos mais agudos e nas indústrias com muitas unidades, em que a aplicação directa daquele diploma ofereça maiores embaraços e a simples limitação de novas montagens se mostre inoperante, é possível, em acção indirecta, mais lenta mas mais suave, caminhar por aproximações sucessivas para o mesmo objectivo, por meio de um condicionamento técnico de imposição, através da regulamentação prevista na Base IV da lei do condicionamento — mas sem decreto — aplicada por quem saiba onde quer

chegar e esteja disposto a não dar despachos de favor nem consentir que outros os dêem. Mas não se diga isto muito alto; com a tendência que há para as soluções cinzentas (nem brancas nem pretas), é de recear que muitos se agarrem a este recurso como forma de evitarem atitudes claras; não sei mesmo se com o simples enunciar desta via moderada (aliás só aplicável em casos restritos) não estarei a dar a última machadada na pobre lei nº 2 005, já quase sem vida.

Depois da guerra, em 1947, no sentido de fixar doutrina mais de acordo com a Base II da lei nº 1956, publicou-se uma lista de indústrias condicionadas[107], donde ficaram excluídas todas aquelas às quais não se reputaram aplicáveis os princípios de reorganização da lei nº 2005; mas a Base IV continuou por aplicar.

Por último, a lei nº 2052[108], a que é costume chamar a nova lei do condicionamento, mas que é a irmã gémea da antiga porque a reproduz em todos os conceitos essenciais, voltou a repetir, quase pelas mesmas palavras, a obrigatoriedade de regulamentar por decreto o condicionamento de cada modalidade industrial; o número da base é que passou de IV para V.

Caiu-se no mesmo erro de tornar rígido o que deve ser elástico, de impor espartilho ao que deve deixar-se com as formas naturais; arrependo-me de não ter feito força na Câmara Corporativa para corrigir o texto. A vida e a morte das actividades económicas não podem enquadrar-se na rotina de um regulamento burocrático, que enferruja como portão de quinta abandonada; o condicionamento, para ser aceitável, não pode esquecer inteiramente certas regras de ataque e de defesa próprias da economia liberal, essência da selecção natural que não podemos abafar de todo, porque o dirigismo da nossa política não é de inspiração colectivista.

Fechada esta digressão no campo legal do condicionamento, passemos em revista algumas observações que o contacto que tive com o assunto me permitiu fazer.

Ao pensar na primeira redacção da proposta de lei do fomento industrial cheguei a aceitar, como reacção contra o comodismo reinante, que no futuro, passado certo período transitório, o condicionamento (como protecção) só seria aplicado às indústrias que viessem a ser reorganizadas nos termos daquela lei ou às quais se reconhecesse estarem já suficientemente próximas da organização adequada. São passados muitos anos sobre a data em que tal pensei e continuo convencido de que a ideia tem sua defesa; mas o que aprendi desde então sobre a falta de independência das pessoas para aplicarem a lei nº 2005, mesmo em casos simples, e a natural reserva em a aplicar nos casos difíceis (a prova é que ninguém a aplicou apesar de ser lei)

[107] Decreto nº 36 443, de 30.7.1947.
[108] *Diário do Governo*, I Série, de 11.3.1952.

levam-me a rever o pensamento anterior e a aceitar que o condicionamento se deva estender ainda, com vantagem, às indústrias que, estando mal equipadas, mereçam ser refundidas e possam sê-lo por esta via, como acima se diz, isto é, às indústrias em que ele sirva de protecção para poder ser de imposição.

Julgo porém que o aproximarmo-nos daquela primeira ideia, mais exigente ou, melhor, mais realista que a Base IV da lei nº 1956 (ou Base V da lei nº 2052), é a única evolução que pode ter o condicionamento industrial para se tornar factor de progresso e não de atraso, se ele continuar a ser a asa protectora de indústrias desactualizadas; proteger o que é mau não parece política de aconselhar.

Verifica-se entre esta doutrina e o texto do decreto nº 36 443 uma notável identidade: não são de condicionar para efeito de protecção as indústrias habitual e naturalmente dispersas, as actividades de carácter local ou aquelas que por serem tecnologicamente simples não justifiquem preocupações do Estado. Ao espírito de quem tiver que aplicar o condicionamento deverá estar sempre presente que proteger actividades pequenas, que não tenham sido ou não devam ser objecto de reorganização, tem mais geito de favor que de defesa do interesse nacional, e que o favor não está nas intenções da lei; nem o condicionamento é instituição seguradora de capitais nem ao Estado convém que se adquira o hábito de tomá-lo como tal.

O exagero condicionalista do decreto nº 20 521 criou hábitos de confiante protecção e descuidado sossego a milhares de minúsculas instalações em que o condicionamento é difícil de justificar e que, a Base II da lei nº 1956 manifestamente não abrange; invocando esta lei mas sem grande fundamento, os decretos nºs 31 445 e 34 634, respectivamente de Agosto de 41 e Maio de 45, condicionaram os lagares de azeite e o fabrico de vinagre; a instalação de novas moagens de cereais vem sendo proibida desde o decreto nº 12 051, de Julho de 26; quando recentemente, pelo decreto-lei nº 38 143, de Dezembro de 50, se procurou regressar aos princípios, tornando livres muitas dessas actividades (lagares de azeite, moagens de ramas, vinagre, aguardente, etc.) criou-se um ambiente de inquietação que se poderia ter evitado se não fora o exagero inicial de estender a protecção a coisas fora do seu alcance. Ressalvo o caso de pequenas indústrias de exportação em fase de desenvolvimento (óleos essenciais, agar-agar, etc.) em que a defesa intransigente da qualidade, como única forma de assegurar mercados, não dispensa a selecção através do condicionamento.

Aos olhos dos interessados o condicionamento industrial de protecção (o único com tradições porque o outro é ainda infante) tem duas faces: uma considerada salvadora da economia, por onde o vêem os industriais estabelecidos, que o apoiam quando estão dentro dele e o desejam quando estão fora; outra, a que é vista pelos que pretendem instalar-se, e na qual, ao que dizem, ressumam a dificuldade e a injus-

tiça. Olhadas serenamente, nenhuma das apreciações é verdadeira; mas se é compreensível que o não seja a segunda, nascida do natural desagrado de quem não logra deferimento do que pede, parece pouco razoável que o não seja a primeira, que alguns dizem constituir a finalidade do sistema. Na verdade, porém, o condicionamento só pode ser chamado salvador — e mesmo assim com algum exagero — por aqueles que o olham plenos de gratidão pela defesa que lhes traz; repito que ele não passa de útil adjuvante de uma obra de fomento sem valor para ser, só por si, a base de uma política. E menos o será ainda aplicado, como tem sido, sem espírito bem esclarecido, com uma tolerância para com o que é baixo ou inconveniente acima de todo o limite[109].

Por outro lado, o condicionamento tem sido sempre aplicado, como foi dito, sem a premissa basilar do seu êxito e até da sua equidade: a reorganização da indústria — como imposição do próprio condicionamento ou da lei nº 2005. Num ramo industrial desorganizado na administração e atrasado na tecnologia, o condicionamento, se não for interpretado construtivamente, pode actuar como factor de rotina, como prémio que se confere aos maus; e podem assim a rectidão lesar e o estímulo deprimir.

De tudo isto resulta certa desorientação em alguns meios; o caso das pequenas indústrias complementares da exploração agrícola é dos exemplos mais típicos de antagonismo de opiniões. Levantou tal clamor, como se disse acima, o descondicionamento feito pelo decreto nº 38 143, que a Administração deu mostras de se ter convencido de que dera um passo em falso que convinha corrigir; mas, por outro lado, não falta quem, no mesmo sector, se bata denodadamente, como se defendesse uma bandeira de independência, pela conservação, fora do condicionamento, das pequenas indústrias agrícolas. Tem-se a impressão de que as ideias andam no ar como poeria que ainda não teve tempo de assentar.

A proteccção do condicionamento não pode deixar de ter como alicerce a defesa do interesse geral, quando haja que acautelar grandes volumes de capital, grandes massas de trabalhadores ou a qualidade dos produtos, sempre que estes tenham peso na economia ou subtilezas técnicas no fabrico. Parece difícil, no campo da doutrina, ir mais além — e insiste-se em que mesmo nisto o condicionamento não deve

[109] Passados alguns anos sobre a data em que isto se escreveu parece que a pecha continua. A propósito da onde de liberalismo que está em moda, escreveu-se recentemente:

> Assinalou-se um recuo, uma hesitação, em manter com firmeza critérios de orientação; propendeu-se para autorizar pedidos, não por se reconhecer necessária a instalação de determinadas unidades ou máquinas, mas por homenagem ao princípio da livre concorrência. (Dr. Fernando Cruz, *Política Industrial*, II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957).

passar de mero instrumento de uma política mais larga, que maneje outros meios de acção; é também difícil que essa protecção vá mais longe no campo da prática, porque o aplicá-la a indústrias extremamente dispersas cria dificuldades de apreciação que o estudo das estações oficiais não consegue esclarecer. Qualquer mudança insignificante no equipamento nacional é, para as pequenas unidades, fonte de protesto e nervosismo; a simples transferência de algumas máquinas de uma oficina para outra atinge foros, na boca dos reclamantes, de calamidade nacional; o despacho das pretensões é feito sem critério de objectividade, que escapa ao espírito mais atento; domina o barulho e o pesso das reclamações; a autoridade envilece-se porque passa insensivelmente de discrecionária para arbitrária. É então preferível não condicionar; é mais sério aceitar os possíveis males da economia liberal, onde não tenham grande reflexo, do que fingir um dirigismo sem base sólida de apreciação; a situação tornar-se-á tanto mais difícil quanto mais se queira atender a justa pretensão de que o andamento dos processos seja rápido.

A aplicação do condicionamento industrial é muito delicada. Antes de mais, é preciso ter noção exacta dos problemas fabris e comerciais da actividade respectiva e ter um sexto sentido que permite adivinhar quais, das novas iniciativas que se apresentam, têm condições para virem a ser valores de excepção; para essas todo o condicionamento deve desaparecer. Posição semelhante se deve tomar na ampliação de unidades fabris de indiscutível idoneidade em fase de expansão; restringir o menos possível a liberdade dos bons é uma sábia regra de conduta; tudo está em saber definir com justeza os limites do bom.

Um dos mais fecundos princípios da lei nº 1956 é o regime de exclusivo estabelecido na Base VI (Base VII da lei nº 2052). O período máximo de 10 anos passa sem se sentir; deduzido o tempo de instalação da fábrica, reduz-se a 7 ou 8. A vantagem de estimular a criação de indústrias e de as deixar crescer sem concorrência nos primeiros anos, sempre difíceis, não tem proporção com o inconveniente — bem improvável — de impedir durante tão curto prazo o aparecimento de uma unidade melhor, nem com o de dar aso a que se badalem mais umas palavras apaixonadas contra os monopólios. Penso mesmo que se tem dado a esta Base e ao seu princípio menor aplicação do que merecem.

Julgo que o Estado deve tomar em relação às empresas industriais a posição que tomam os criadores de bovinos em relação a estes. Enquanto são novos rodeiam-nos de cuidados; quando estão doentes tratam-nos esmeradamente; quando são crescidos e se tornam bravos, prendem-nos curtos e embolam-nos se for preciso. Esta é, aliás, a técnica com que as autoridades americanas tratam a sua vigorosa indústria; mas em Portugal conheço pessoas assustadiças, com tanto medo de que as indústrias se tornem poderosas, que só pensam em mandá-

las embolar, mesmo quando são semelhantes a inofensivos vitelos aos quais ainda não tivesse nascido o lugar onde.

Uma das dificuldades mais características do condicionamento é a de saber ou poder resistir às ondas de pedidos para estabelecimento de dada modalidade industrial que por motivo de circunstâncias de duração limitada vê os seus artigos anormalmente procurados. Se se enfrenta a onda, explicando que não interessa arriscar capitais nem criar um equipamento hipertrófico com suas consequentes perturbações, na busca de um interesse passageiro, que é mais de especualção que de trabalho criador que é aventura e não indústria, ergue-se o clamor dos protestos contra a violência de não deixar trabalhar onde há trabalho e contra o erro de impedir uma exportação (bem aleatória) fonte inexgotável, ao que dizem, de ouro e de divisas. Pouco depois, não é preciso ter-se sido muito generoso no conceder de tais liberdades para que, passada a monção, reconhecido quanto é insustentável o que se montou, se critique o erro de tal liberalidade, que afecta agora duramente os aventureiros causadores e todos os que estavam estabelecidos com propósito de continuidade. Por certo, muitos se lembram ainda o que foi a febre das serrações de madeira a seguir ao ciclone de 1941 e o que foi, durante a última guerra, a loucura das fábricas de garrafas, das destilações de madeira ou dos fornos de estanho. Apesar de não se ter concedido tudo que se pediu (e as pressões foram fortes), tenho ouvido alguns dos interessados lamentar o capital que se queimou.

A reorganização industrial, pelas estritas relações que já vimos ter com o condicionamento, traz a este dobrada actualidade e obriga a meditar sobre um outro ponto melindroso: num ramo industrial que tenha sido eficientemente remodelado e em que, como acima foi dito, a continuação do regime de condicionamento parece indiscutível, deve este vedar inteiramente a criação de novas unidades (e tem fortes raízes a pecha do proibicionismo), ou ser apenas um elemento de selecção no torvelinho de pretensões que se abate sobre o Terreiro do Paço, no uso larguíssimo do direito de requerer que o artigo 8º da Constituição nos dá a todos?

Penso que a primeira hipótese é de regeitar embora deva constituir a tendência mais provável. Critério mais acertado parece ser o segundo, porque a renovação é a lei fatal que seria perigoso esquecer mas recomenda-se usá-lo com parcimónia para não abalar a obra reformadora com excesso de concorrência. É muitas vezes de pequenas iniciativas que nascem as grandes empresas e é necessário não recusar a oportunidade a quem se apresente com arcaboiço para triunfar. Perniciosa e imoral é porém a solução cómoda, mas não rara, de deferir tudo o que aparece, às vezes aos molhos — porque então é mais razoável acabar com o condicionamento; não cito exemplos para não molestar.

Não pode formular-se uma regra; a peneira do condicionamento será excepcionalmente apertada nos primeiros anos que sigam a reorganização; manter-se-á assim nas indústrias em que se não revele, por razões atendíveis, expansão do mercado comprador; mas poderá e deverá alargar-se nos restantes casos na proporção em que o ditarem as circunstâncias e o bom senso de quem decide. É natural que 20 anos depois se aconselhe rever a posição e fomentar porventura outra reforma; nesse correr de tempo terão germinado, talvez, outra lei, outros princípios, outras necessidades; e dessas novas premissas se hão-de inferir então novas conclusões. Outros princípios é possível que haja; outras necessidades é provável; outra lei é seguro.

O regime do condicionamento repugna, por princípio, a muita gente impregnada, pouco que seja, de alguma tintura liberal. Reconheço que não se trata de uma instituição simpática (basta-lhe a natureza de freio), mas não penso que só por isso devamos julgá-la boa ou má. Se déssemos ao povo a liberdade de eliminar todas as funções do Estado que não lhe são simpáticas, não sei se ficaria de pé alguma coisa além dos subsídios da Assistência.

Mas se abandonarmos o campo dourado dos princípios e tomarmos algum contacto com a realidade, reconhecemos sem esforço que o condicionamento industrial aplicado sem exagero, modelado dentro das linhas prudentes que ficam esboçadas, sem a deformação de deferir ou proibir como norma, tem plena justificação como factor da nossa política. A observação, mesmo sumária, da marcha do nosso meio fabril mostra como caracteres dominantes a desconfiança atávica do português pelos empreendimentos industriais, que o leva a retrair-se notoriamente e justifica certa protecção que lhe dê animo, a tendência para a imitação, que o leva a copiar o vizinho cuja indústria está ou parece próspera, o que obriga a travar uma corrente que tende a degenerar em cascata, e ainda, por vezes, a leviandade com que se lançam novas unidades sem a menor atenção aos meios de produzir e de vender o artigo.

O condicionamento, com a nova feição de proteger mas impor, não deve ser olhado como forma de evitar a concorrência nas como forma de elevar o nível em que ela se faz; concorrência de pigmeus não é movimento criador mas agitação estéril. Se para chegar àquele resultado há que restringir alguma liberdade, pensemos em que se trata, como tantas vezes sucede, de necessidade temporária para curar excessos que a tempo não se evitaram.

A urgência de aperfeiçoar a nossa indústria vê-se e adivinha-se; o binário reorganização e condicionamento parece inevitável. Nem existe, para atacar o condicionamento, o exemplo de progresso em indústrias não condicionadas; estas degeneram em poeira quase molecular — o último degrau na escala da organização fabril.

Apesar do que fica dito, persistirão alguns em afirmar não estarem esclarecidos sobre a justeza de manter no caso português a variante

dirigista de condicionar as indústrias. A esses responderei que o caso português justifica regimes que não são universais, como a censura à imprensa, os vistos nos passaportes, um Parlamento que não destitui o Governo; mas se algum me replicar que acha que tudo isto é mau e que seria preferível ter a indústria livre e um Governo por trimestre, dar-me-ei por vencido. Ao menos este tem lógica.

50 — UMA INDÚSTRIA CONCENTRADA: A VIDRAÇA

A 1ª série do *Diário do Governo*, de 19 de Agosto de 1936, oferece, no relatório do decreto-lei nº 26 900, o seguinte passo:

> Com efeito, o País não cessa de importar todos os anos grandes quantidades de vidraça estrangeira, sinal de que a nossa indústria carece de produzir melhor para poder satisfazer às necessidades do mercado.
>
> Estudada a situação, verifica-se que há só um caminho a seguir para defender o consumidor e facilitar à própria indústria a regularização das suas condições de vida: forçá-la a modernizar-se, introduzindo o fabrico mecânico da vidraça. Uma vez porém instalada uma nova fábrica desta natureza, afigura-se que as existentes não poderão subsistir senão como unidades de reserva. (...)
>
> Uma instalação desta natureza é, como se compreende, bastante cara. Além disso, as suas condições de produção levam a admitir que uma só unidade chegará durante algum tempo para abastecer o mercado interno e provavelmente para prover a certas possibilidades de exportação que se antevêem.

Estas palavras, que têm dobrado interesse porque não foram escritas nem inspiradas pelo autor destas linhas, e que podem aplicar-se, *mutatis mutandis*, a grande número das nossas indústrias, foram apresentadas como justificação da reforma do fabrico da vidraça.

A situação desta indústria chegara a um ponto crítico. Produzindo artigos de má qualidade, obrigando o pessoal a um trabalho desumano, abalada pela sobreprodução, fruto da proliferação de fabriquetes de trabalho manual pouco exigentes em capital de primeiro estabelecimento (7 fábricas com capacidade quádrupla da quantidade produzida — em números redondos 8 000 toneladas contra 1 800), asfixiada pela crise de preços resultante da rotura do acordo entre os industriais, que mantivera a cotação do vidro em nível que lhes permitia viver — a indústria da vidraça, com tão combalida organização, estava condenada a transformar-se ou a morrer.

Apareceram então os primeiros pedidos de licença para o estabelecimento do fabrico mecânico, como sempre em revoada: nada menos de 4 pedidos aproximadamente simultâneos.

O decreto-lei nº 26 900 veio dar preferência sobre os pedidos pendentes ao que fosse formulado pelo conjunto dos industriais manuais, reunidos para o efeito em sociedade por cotas, com o justo fundamento, que se lê acima, de que uma só unidade mecânica seria suficiente e implicaria o desaparecimento das oficinas manuais existentes.

Passado cerca de um ano, o despacho de 26 de Junho de 1937[110] veio dar corpo à doutrina do decreto; mas, não sei por que bulas, em vez de uma licença dada a uma sociedade de industriais como estatuía o decreto, foram dadas duas licenças a duas sociedades. A falta de continuidade na política industrial deste País ressuma nos mais pequenos pormenores; mas se toma uma providência acertada, é sabido que o demo se aposta em contrariá-la.

Felizmente, desta vez o bom senso conseguiu sair vencedor. Como uma das sociedades (a COVINA) tivesse levado por diante a construção da sua fábrica, a outra, talvez convencida do erro de montar duas fábricas, pelo menos de início, desistiu de o fazer e veio posteriormente pedir a sua incorporação naquela. Assim se associaram os fabricantes possuidores dos 7 alvarás então existentes. Um pouco mais tarde, já por sugestão minha, e para sanear uma situação irregular, a COVINA adquiriu o alvará de um habilidoso que possuía licença para fabricar vidraça de cor, imprudentemente dada sem condições, e que produzia vidraça normal com o fundamento de que todo o vidro é verde ou azul, quando visto de topo.

Disse acima que o bom senso saiu vencedor desta vez. Não tem acontecido sempre assim mesmo no ramo da vidraça. Em 1946, embora sabendo-se que a capacidade da COVINA, apesar de não ser uma grande fábrica, era quase dupla do consumo do País, deu-se licença para outra fábrica, licença que, felizmente, por novo retorno do bom senso, julgo que se vai fazer caducar[111]. Pôr duas fábricas a arruinarem-se ou a entenderem-se continua a não me parecer a fórmula mais inteligente para defender o consumidor e a economia nacional.

Feita a história sumária da criação da COVINA, procuremos saber se a sua existência trouxe vantagens ao País ou se foi um elemento pernicioso na economia ou dissolvente na vida social.

A ajuizar pelo que se disse na Assembleia Nacional durante a discussão da proposta que se converteu na lei nº 2005[112], a criação da COVINA foi perniciosa; as velhas estenderias manuais é que eram um brinquinho como não tive responsabilidade (que, aliás, tomaria muito gostosamente) na concentração do fabrica da vidraça, encontro-me à vontade para fazer o balanço da obra com alguns números e alguns

[110] *Diário do Governo*, II Série, de 5.7.1937.

[111] A licença caducou efectivamente, por despacho de 15.2.1957 que indeferiu uma prorrogação de prazo de montagem (1957).

[112] *Diário das Sessões*, nº 120, de 15.1.1945, pág. 140 e 141, e nº 123, de 19.1.1945, pág. 175 e 176.

factos. Faço-o sabendo que me arrisco a que se repita o comentário, produzido na Câmara dos Senhores Deputados numa das sessões citadas acima, de que na Rússia é que os números dominam as pessoas. No resto do Mundo não sei como é, porque não foi explicado, mas presume-se que fazer contas será subversivo; aquela Rússia, se não fosse um coio tenebroso de agitadores, merecia ser glorificada como a providência de discursadores de pouca imaginação.

Comecemos por um aspecto que ao primeiro contacto — já lá vão 10 anos — me pareceu desfavorável à COVINA: a constituição do seu capital. Por escritura de 15 de Janeiro de 1940[113], o capital da COVINA foi fixado em 8 800 contos, dos quais 4 400 representavam a valorização dos alvarás das antigas fábricas manuais. Por muito que se explique que tal valor não cobria os bens e direitos que por essa escritura se transferiam para a nova sociedade, o certo é que ele representava um peso morto a onerar o custo de produção, uma forma de fazer valer como bom um património fictício, que talvez tivesse sido moderno mas que estava desactualizado, sem préstimo, e, como tal, se deveria considerar amortizado.

Apesar disso e por motivos que expus atrás (nº 39) considero legítimo valorizar os alvarás (valor de rendimento) de fábricas que desaparecem, para dar lugar a uma unidade moderna, até ao limite de 20% do capital dos novos estabelecimentos, como o consigna a lei nº 2005 (nº 2 da Base X), limite que foi neste caso largamente excedido[114]. A constituição do capital da COVINA impressionou-me pois desfavoravelmente; mas como a coisa não foi secreta e o Governo, que tomou a iniciativa da operação e sabia daquela valorização porque ela era do conhecimento das repartições não se opôs, não sei até que ponto o facto se deva considerar irregular.

Mas a situação melhorou. Por escritura de 29 de Abril do mesmo ano o capital foi elevado para 15 000 contos, cabendo 5 000 (por incorporação de mais uma fábrica) ao valor dos alvarás; em 28 de Outubro do mesmo ano o capital subiu para 20 000 contos, e mais recentemente para 20 000, sem que, ao que consta, o valor atribuído aos alvarás se tenha modificado. Sendo assim, a minha impressão desagradável não tem base para subsistir[115].

Prossigamos e entremos a analisar a situação do pessoal. Nas 7 fábricas manuais preexistentes contavam-se 324 operários especializados; dos não especializados não me foi possível obter o número, porque constituindo a fabricação da vidraça, na maior parte dos casos, simples secções de fábricas com produção de outros artigos de vidro, não havia individualização do pessoal auxiliar.

[113] *Diário do Governo*, III Série, de 24.1.1940.
[114] Note-se que a escritura em causa é 5 anos anterior à promulgação da lei nº 2005.
[115] O capital está hoje em 45 000 contos (1957).

Em Junho de 1949 a COVINA tinha ao seu serviço:

Pessoal superior, pessoal de escritório e encarregados	55	pessoas
Pessoal operário	424	»
Total[116]	479	»

Esta concentração não trouxe, portanto, aquele temeroso desemprego que por vezes se receia; pelo contrário, como já atrás se fez notar (nº 39), o aumento da produção corrente e a criação de novos artigos resultante do aperfeiçoamento técnico (chapa grossa, vidro polido, vidro inestilhaçável), trouxe um aumento do pessoal necessário; e a mais perfeita organização movimenta maior quantidade de pessoal superior (só na parte técnica há 4 engenheiros e 2 analistas contra zero na organização anterior[117]), o que é, certamente, uma vantagem social.

Além disso, e independentemente da participação legal para a Caixa de Previdência do pessoal (500 a 600 contos anuais), a COVINA tem a seu cargo o pagamento de subsídios de desemprego, invalidez e reforma a antigos operários manuais, bem como pensões a viúvas. Ao todo são 257 beneficiados que recebem à roda de 1 600 contos. Se não se tratasse de uma empresa que, sem ser grande, já tem certo volume, nem de longe se poderia pensar em que ela pagasse pensões de reforma aos operários já idosos das antigas fábricas e subsídios de desemprego a todos os que não tiveram lugar na nova organização. Concordemos em que as unidades adequadamente concentradas têm algumas pequeninas virtudes[118].

Da mudança nas condições de salubridade do trabalho julgo não valer a pena falar. Muitos conhecem o que era a violência do fabrico manual da vidraça — um anacronismo que já não existe em nenhum país da Europa (salvo para minúsculas quantidades de vidro de cor) mas cuja morte entre nós S. Bento chorou doridamente; aos que não conheçam tal violência ofereço estas palavras, com que a autoridade do

[116] Em 1957, a distribuição do pessoal é a seguinte:

Pessoal superior, pessoal de escritório e encarregados	100	pessoas
Pessoal operário	776	»
Total	877	»

[117] Em 1957 há 4 engenheiros e 8 agentes técnicos, dois dos quais analistas.

[118] Em 1956 estes valores fixaram-se como segue:

Contribuição para a Caixa de Previdência	1 381	contos
Valor dos subsídios de reforma e invalidez e pensões a viúvas	1 343	»
Número de beneficiários	277	»

Dr. Júlio Alves Vieira, Subdelegado de Saúde na Marinha Grande, traça a miséria orgânica dos antigos vidraceiros manuais:

> (...) pudemos observar que as vítimas eram principalmente o coração e o fígado.
>
> O coração ou se hipertrofiava ou se dilatava ou se hipertrofiava e dilatava posteriormente devido à estase congestiva provocada pelo esforço do sopro. Fisiologicamente a expiração é um acto passivo, é repouso; mas no sopro é activo, é esforço. O sopro é antifisiológico, e se é violento e repetido não pode deixar de provocar desordens.
>
> Grande parte dos vidraceiros morria de lesões cardíacas.
>
> As afecções hepáticas, principalmente as cirroses, eram também frequentes nestes trabalhadores do vidro, já pela estase circulatória acima apontada, já pela abundante ingestão de líquidos a que os obrigava a desidratação provocada pelo elevado grau de calor que suportavam, e consequente sudação.
>
> (...)

Os anti-concentracionistas não sentirão, em frente deste quadro, corda que vibre nos seus corações bondosos, que os leve a humanizar um pouco os conceitos de economia industrial que professam?

Da mudança de qualidade creio que ninguém duvida; da antiga chapa irregular e tosca, semi-bárbara, cheia de bolhas e defeitos, passou-se para uma vidraça que não será, nem precisa ser, a melhor do Mundo, mas que é perfeita, apresentável, civilizada — o que não impede que seja alvo de críticas, algumas porventura fundamentadas. O que noto é que não há nada como os artigos muito ordinários, dos quais se diz que estão abaixo de toda a crítica, para que o povo tome a frase à letra e os aceite com silenciosa resignação, com fatalismo mais que muçulmano. Mas para ganhar este sossego é preciso não deixar de produzir muito mal; se o industrial muda de técnica e consegue um salto para melhor, tem que preparar os ouvidos e a paciência, porque, ou sai artigo capaz de arrancar medalha de ouro ou há que arrancar os cabelos de arrependimento.

A melhoria do fabrico reflectiu-se imediatamente na quantidade fabricada e na gama de artigos. Enquanto nas últimas campanhas manuais (1938-39 e 1939-40) se produziram apenas 1 800 toneladas de vidro em cada uma, quase exclusivamente de 2 milímetros de espessura, a fábrica mecânica, inaugurada na campanha de 1940-41, produziu até 1946 a média anual de 3 900 toneladas de todas as espessuras até 7 milímetros; esta produção tem aumentado todos os anos e atingiu 4 700 toneladas na média de 1947-50.

É evidente que o enorme aumento de produção de quase 3 vezes em 10 anos não pode resultar apenas da maior capacidade do mercado

consumidor nacional de vidro de 2 milímetros, que andou nos últimos anos por 2 500 toneladas; resulta também de se ter larga reserva em armazém (cerca de 5 000 toneladas no fim de 1950), de se fabricarem outros artigos (chapa grossas, vidro polido, vidro fosco, vidro inestilhaçável) de que se vende no mercado interno cerca de 1 500 toneladas por ano, e de se fazer alguma exportação, impossível com a antiga vidraça que ninguém comprava por nenhum preço, de tão má que era. Essa exportação atingiu, na média dos últimos 10 anos (desde que a fábrica trabalha) cerca de 1 000 toneladas e 5 000 contos anualmente segundo os números da empresa, porque os da estatística oficial ainda são maiores. Por outro lado, a importação de chapa de vidro até 3 milímetros de espessura caiu da média de 250 toneladas anuais no triénio 1937-39 para 50 no triénio 1946-48; a chapa grossa acima de 3 milímetros, pelo contrário, mostra pequeno decréscimo na importação, com 1030 e 995 toneladas respectivamente[119].

A COVINA começou recentemente com outras fabricações de artigos de vidro tais como tubo, fibras, mosaicos, lâmpadas fluorescentes, etc.

Nos mesmos dois anos, a posição do comércio externo da chapa de vidro foi a seguinte:

Exportação para o Ultramar.....	1480	toneladas	— 6179	contos
Exportação para o estrangeiro.....	945	»	— 3992	»
Total	2425	»	— 10171	»
Importação (todas as espessuras).	1296	»	— 9576	»

A exportação de chapa de vidro antes da laboração da COVINA era muito pequena ou nula, não tendo especificação na estatística do comércio externo; a importação actual é praticamente igual à que havia então, apesar do aumento do consumo.

O balanço final é francamente favorável, sem se querer dizer que não possa melhorar; ganhou-se na qualidade, na quantidade produzida, nos fabricos especiais, na exportação e em alguns aspectos sociais.

[119] Nos últimos dois anos (1955-56) as médias anuais da actividade da COVINA situam-se como segue:

Produção de chapa lisa (incluindo vidros especiais).....	7 200	toneladas
Produção de vidro impresso	1 390	»
Produção de vidros especiais obtidos por transformação da chapa lisa:		
Fosco	38 716	metros quadrados
Polido	4 375	» »
Inestilhaçável.....	2 888	» »
Temperado	5 893	» »
Givrado	115	» »
Isolux	56	» »

Repete-se o que já tem sido dito: fazer fomento industrial é multiplicar isto por 100 — o que, manifestamente, se não tem querido fazer; o resto são cantigas para embalar.

Olhando com atenção os números que se citaram, é-se forçado a concluir que a mecanização do fabrico da vidraça, com a inerente concentração, mesmo descontados alguns precalços iniciais, representou um progresso industrial sensível, e que estes resultados merecem tomar-se como guias da nossa política. Porque é assim, aumentando a nossa produção (e este aumento está aqui irrefutavelmente expresso em toneladas), melhorando a qualidade, criando artigos capazes de alguma exportação, reduzindo ou não deixando crescer importações desnecessárias pelo jogo do nosso progresso e não apenas por limitações de ordem administrativa, para que se importe livre e descuidadamente aquilo que não podemos produzir — é assim, multiplicando esta operação umas centenas de vezes, com gosto ou desgosto dos industriais e comerciantes interessados, que chegaremos, pela via da reorganização industrial, a melhorar o nível da nossa débil economia.

Definir sabiamente como doutrina que é preciso aumentar a nossa produção, pôr ponto final no texto e passar a outro assunto — e seria fácil reunir uma centena de citações neste género — não resolve inteiramente nada porque isso é hoje uma corriqueira banalidade que está dita, redita e acreditada — enquanto a insistência na teoria a não desacreditar. O que é preciso é entrar em acção, ter ânimo bastante forte para aceitar qualquer pequeno insucesso sempre de esperar, saber resistir aos clamores, aos empenhos, às pressões políticas, ao verbo corrosivo dos românticos — o que não quer dizer remodelar à toa ou contrariar por sistema as reacções que se levantem, algumas das quais serão certamente de atender. Mas isto, quem o tem feito, dos que têm estado em posição de o fazer?

Voltemos à COVINA para observar a variação dos preços do vidro, a nota que os anti-concentracionistas dão com trémulos na voz.

Começo por uma declaração importante: Ainda que a COVINA pretendesse vender o vidro a preço superior àquele que efectivamente pratica (e que representa, como vamos ver, um embaratecimento efectivo de 15% sobre a vidraça manual de antes da guerra, admitindo que a moeda vale metade), mesmo que isso acontecesse, eu não modificaria a minha opinião sobre as virtudes da sua existência. E isto por dois motivos: primeiro, porque as vantagens sociais e económicas apontadas acima existem por si próprias, sem dependência de outras variáveis, e o aumento do preço de venda, se resultasse legitimamente da elevação do preço de custo, poderia contrabalançar essas virtudes, eliminando a sua vantagem mas não as eliminando a elas; segundo, porque se o aumento de preço fosse injustificado, tal facto constituiria elemento de apreciação desfavorável à COVINA, que exigiria decerto intervenção, mas que não nos inibiria de continuarmos a manifestar-lhe o nosso

apreço naquilo em que o merece, assente que se não estava fora da regra do que se passa todos os dias com actividades económicas não concentradas — não monopolistas, como se diz com acinte. E ao consumidor custa igualmente pagar caro a um monopólio ou a um não monopólio.

Na realidade, o Ministério da Economia publica com impressionante frequência portarias moralizadoras que limitam o preço dos cachuchos ou das bananas — com utilidade, com popularidade, mas sem grande glória, diga-se com franqueza, quando há tantos e tão grandes problemas a equacionar — e não consta que haja uma concentração de peixeiras ou um cartel de vendedores de bananas. Há apenas o espírito do negócio, que é distinto do espírito das pessoas. Reflectindo nisto, um observador imparcial tem que reconhecer que se aumentasse abusivamente o preço do vidro, a coisa não era fruto de haver concentração ou diluição mas de haver um negócio em que um vende e outro compra. Se se levanta irado o grito *delenda est COVINA* (a COVINA é aqui um símbolo) também tem que se pedir a destruição das peixeiras e dos homens da fruta — com prejuízo evidente do folclore — e, portanto, com um pouco de lógica, a destruição da humanidade inteira, porque pouca gente haverá que nunca tenha tido ocasião de vender qualquer coisa e de procurar o melhor preço. Como a pretensão é difícil de satisfazer, o melhor é irmos aceitando os vendedores a puxar para cima e o Terreiro do Paço a legislar para baixo no tradicional equilíbrio que vem da fundação da nacionalidade; e como é infinitamente mais fácil ao Terreiro do Paço fazer-se obedecer pela COVINA do que pelas peixeiras, eu não percebo bem porque treme a voz às pessoas que não gostam das concentrações e esquecem as vantagens económicas que lhes são próprias, para só verem um defeito que é de todos e contra o qual há a barreira, embora nem sempre eficaz, de um Estado que se afirma adverso ao liberalismo integral.

Explicada a minha declaração inicial, voltemos à evolução dos preços da chapa de vidro. Antes de 1937, isto é, antes da criação da COVINA, a guerra dos fabricantes em crise de sobreprodução arrastara os preços da vidraça para valores à roda de 2$50 por quilo, correspondente, para a chapa de 2 milímetros, ao preço de 13$00 a 15$00 por metro quadrado[120]. A posição difícil que daí resultou para a indústria foi um dos elementos que contribuiu para a intervenção do Governo com a publicação do decreto-lei nº 26 900, porque um Governo equilibrado combate igualmente os preços de especulação e os preços de miséria. Entre 1937 e 1940, período de construção da fábrica mecânica, a COVINA tomou conta das antigas fábricas manuais que iam desapare-

[120] A chapa mecânica bem calibrada com 2 milímetros de espessura pesa cerca de 5 quilos por metro quadrado; a chapa manual, mais irregular, pesa entre 5 e 6 quilos.

cer e explorou-as por sua conta; os preços foram então subindo até atingirem 4$00 por quilo (20$00 a 24$00 por metro quadrado) em 1940. Este foi, efectivamente, o preço citado na Assembleia Nacional como o que vigorava antes da última guerra.

Presentemente, o preço é de 36$60 por metro quadrado, correspondendo a 6$70 por quilo, o que significa 70% de aumento sobre o valor de antes da guerra, isto é, 15% de redução, referidos os preços à moeda em 1940. Embora o preço que vigorava em 1945 fosse quase igual a este (6$90 por quilo), na discussão da Assembleia falou-se em 10$00 e no aumento de 150%, o que está assaz longe da realidade. Há um princípio da teoria dos erros segundo o qual os erros positivos e negativos são igualmente prováveis; transportado do domínio da Metrologia para a vida corrente, tal princípio deixa de ser válido: quando uma pessoa se engana fá-lo com mais probabilidade no sentido que lhe é favorável[121].

Todos os preços que ficam indicados se referem à venda na fábrica, sem embalagem, aos armazenistas, o que os coloca em pé de igualdade

[121] Para dar ideia do peso de alguns argumentos com que se discute o problema industrial, quero fazer notar que as mesmas vozes que na Assembleia Nacional acusaram acremente a COVINA monopolista de aumentar 150% o preço da vidraça, quando o aumento real fora de 70%, se referiram à cortadoria de pêlo, também monopolista, por estas palavras (*Diário das Sessões*, nº 120, de 15.1.1945):

> Essa cortadoria do pêlo começou por diminuir o preço das peles que comprava ao desgraçado produtor — sempre a eterna vítima ...

Este *desgraçado produtor* não é monopolista; é o conjunto, livre e impoluto, de vários indivíduos conhecidos por *juntadores de peles*, que reunem nos seus armazens as peles de coelho e as revendem às fábricas. Pois o preço das peles de coelho teve esta evolução (por quilo):

Preço médio do triénio 1938-39-40	8$00
Preço máximo atingido (1942)	36$00
Preço na data da criação da Cortadoria (fim de 1943)	20$00
Preço pago pela Cortadoria	18$00

As peles de coelho, negociadas em regime não monopolista, subiram cerca de 300% durante o ano de 1941 e mantiveram-se neste nível até à Primavera de 43, com o máximo de 350% no Verão de 42; das diligências da Comissão Reorganizadora da Indústria da Chapelaria (aliás difíceis porque os juntadores se escapavam a toda a fiscalização), dos rumores da criação pelos industriais chapeleiros de um armazém regulador de preços, e pelas notícias de que se faria em breve a concentração das cortadorias, resultou uma quebra gradual do preço das peles entre Abril e Setembro de 43, época em que o aumento se estabilizou em 150% até Março de 1944, data de entrada em acção da nova Cortadoria Nacional e correspondente tabelamento (18$00 ou 125% de aumento). Depois desta indecorosa especulação (aumentos da ordem dos 300%), que se fez acompanhar de açambarcamento e do não cumprimento de preços legalmente estabelecidos, depois da inegável generosidade do tabelamento de Março de 44, o *juntador* é glorificado na tribuna de S. Bento como sendo *o desgraçado produtor, a eterna vítima.*

Cito este facto porque o conheço bem; passou-me muitas vezes pelas mãos no Terreiro do Paço.

para efeitos de comparação; essa venda é feita através de duas organizações de grossistas que beneficiam de descontos em função da quantidade comprada. Como essas organizações abrangem, um 33 firmas e outra 40 (armazenistas, lojistas, empreiteiros, etc.), parece poder afirmar-se que a distribuição dos descontos é suficientemente liberal para não ter aspecto de conchavo ilícito. Se tiver, acho muito bem que se prove e se combata. Por outro lado, a venda ao público do vidro nacional está presentemente tabelada em 42$00 por metro quadrado para chapa de 2 milímetros[122].

Não tenho procuração da COVINA para a defender, nem sou, como se costuma dizer nas coisas forenses, amigo nem inimigo dos seus dirigentes. Escolhi-a para esta análise por ser a mais antiga indústria (ia quase a dizer única) reorganizada nos últimos tempos dentro de moldes drásticos mas sérios; tem já 10 anos de laboração e permite, por isso, contrastar os primeiros resultados que não parecem maus.

Não me propus defender que a COVINA é a melhor fábrica de vidraça do Mundo mas apenas que é melhor do que as 8 misérias que veio substituir, e que foi meritório o esforço da sua constituição.

Se se quisesse ser construtivo e trabalhar sem preconceitos no aperfeiçoamento da produção portuguesa de vidraça, não se deveria começar por fazer crer, como aconteceu na Assembleia Nacional, que a empresa, porque é uma concentração, é o feudo de uma mariolagem que se tolera contra vontade, e que a sua criação foi uma tolice quadrada. Analisar-se-iam os números que apontei — estes ou outros que pareçam melhores — e pôr-se-iam ao Governo, que é o responsável, algumas perguntas como estas: a COVINA está convenientemente equipada? Os seus produtos satisfazem a boas normas técnicas de qualidade? Que novos artigos poderá ela produzir dentro do seu ramo para melhor utilização do equipamento? Que posição têm os seus preços de venda em relação aos preços do mercado internacional? Se são mais altos qual é a causa? Lucro demasiado? Má organização? Equipamento inadequado? Mercado insuficiente? Preços elevados das matérias primas? Dificuldades de venda no ultramar devido a taxas elevadas de frete e de seguro? A COVINA cumpre bem os seus deveres sociais pagando bons salários e interessando-se pela saúde e bem estar do pessoal?

Feito um inquérito sério (e o Estado serve para isso e não para maçar o próximo), apurados os defeitos, estudada com a empresa a maneira de os remediar, posta essa maneira em execução, auscultados os resultados para ir actuando por aproximações sucessivas, ter-se-ia bem merecido porque se teria feito alguma coisa de útil. Este é o nível em que deve discutir-se o problema, se alguém o quiser discutir; voltar

[122] Este valor ainda vigora hoje (1957).

à toada ronceira de que a concentração é muito má porque o bom era a fábricazinha manual em que o operário soprava até rebentar para fazer um artigo péssimo — e isto num país que deita o peito para fora quando diz ao Mundo que aqui também é Europa — é de uma inferioridade de entristecer.

51 — UMA INDÚSTRIA MELHORADA: OS LACTICÍNIOS

Se excluirmos algumas remotas tentativas isoladas e de curta vida, podemos localizar em 1930 a data em que o leite de vaca, como matéria-prima industrial, começou a produzir entre nós alguma coisa mais do que manteiga. Esta era fabricada até então em pequenas unidades de estilo caseiro, com produções médias que poucas vezes excediam dois quilogramas diários; nesse ano e nos antecedentes mais próximos, a cotação da indústria dos lacticínios, que era quase de zero industrial, reflectia-se neste panorama do comércio externo, em números redondos: importação de produtos lácteos 11 000 contos; exportação (quase exclusivamente para o Ultramar português) 2 000 contos.

A situação manteve-se, sem alteração sensível mas com lento decréscimo das importações, até 1935, ano em que o número de fábricas andava já para cima das 250; da qualidade dessas instalações se pode dizer resumidamente:

— tinham dimensões muito pequenas, pouca higiene e equipamento deficiente, que não permitia, com raras excepções, a pastorização do leite ou das natas;

— não faziam a industrialização do leite desnatado, cujo único aproveitamento era a alimentação de animais;

— não dispunham de instalações frigoríficas;

— não possuíam capacidade financeira nem organização comercial;

— tinham um regime confuso de abastecimento de leite, que agravava o encargo de transportes e favorecia as fraudes.

A partir de 1936, depois da reforma do Ministério da Agricultura, a Direcção Geral dos Serviços Pecuários começou pouco a pouco a intervir nesta actividade, que até aí vivera sem lei, proibindo a montagem de novas unidades, criando uma comissão de vistorias encarregada de estudar projectos de melhoramento das fábricas intensificando a assistência técnica com o apoio do Laboratório de Patologia Veterinária do Porto.

Desta acção resultou, no período 1936 a 1939, que o número de fábricas baixou 41 unidades, por encerramento ou associação, ficando em 225, e o número de postos de desnatação desceu 53, ficando em 418. Ao mesmo tempo, para higienizar a recolha do leite, promoveu-se

a abertura, na região de Aveiro, de cerca de uma centena de postos de recepção.

Deste primeiro arranco resultou logo pequena melhoria na qualidade e quantidade dos produtos fabricados; em 1939, essa quantidade traduziu-se nos números seguintes:

Manteiga	2721	toneladas
Queijo	421	»
Leite em pó	41	»
Farinhas lácteas	46	»
Caseína	41	»

Nesse mesmo ano, o comércio externo dos lacticínios, que vinha melhorando lentamente pela redução das importações, atingiu o equilíbrio, com 1 578 contos na importação e 1 759 na exportação. Mas o progresso da indústria estava ainda longe de satisfatório, porque a acção reformadora não era bastante profunda para a intensidade do mal e continuavam a verificar-se deficiências graves:

> — o leite era pago à lavoura a preços muito baixos e tinha, devido às fraudes, fraco poder butiroso;
>
> — a quantidade de matéria-prima disponível por fábrica era muito baixa, pois só 12 fábricas (cerca de 5% das existentes) dispunham de quantidade superior a 2 000 litros diários — volume considerado mínimo para laboração económica;
>
> — o equipamento continuava a ser deficiente na grande maioria dos casos, pois só 10 fábricas faziam o integral aproveitamento do leite, produzindo outros artigos além da manteiga (queijo, caseína, leite em pó, etc.), isto é, cerca de 96% das fábricas existentes limitavam-se a produzir manteiga e a alimentar porcos com o leite desnatado;
>
> — a crise comercial era patente, dada a concorrência da manteiga insular e a impossibilidade de exportar a manteiga continental (por falta de qualidade) ou a de a armazenar (por falta de frigoríficos).

Providencialmente (como aconteceu com a vidraça), e contra a regra geral da indiferença, houve quem visse esta degradação industrial e lhe quisesse acudir; com fundamento na queda de preços do gado, na baixa cotação das lãs nacionais e no atraso da indústria dos lacticínios, publicou-se então o decreto-lei nº 29 749, de 13 de Julho de 1939 que criou a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, em cujo relatório se lê, em relação ao último daqueles três aspectos:

> As causas do encarecimento estão principalmente no excessivo número de fábricas e postos de desnatação, no seu defici-

ente apetrechamento e, não obstante o progresso dos últimos anos, na falta de técnica ou na sua imperfeição.

(...)

Do excessivo número de fábricas e da sua falta de apetrechamento deriva o laborarem com mau rendimento.

(...)

Nota-se na parte da indústria o desejo de melhorar as suas instalações e a técnica do fabrico. Em muitas fábricas há progressos a assinalar sob este duplo aspecto, mas para se ver que estamos longe do ideal a atingir basta dizer que só nalgumas se faz a pastorização das natas.

O número excessivo de fábricas e a ânsia de maior laboração deu lugar a este desregramento: de um certo número de casos se abastecerem de postos mais distantes delas e mais próximos de outras.

(...)

Acontece, ainda, que a produção não se desenvolve segundo as necessidades do consumo ou as possibilidades de exportação. As quantidades sobrantes de uma época devem ser conservadas em depósitos refrigerados...

Lentamente, o novo organismo, de colaboração com os serviços oficiais, foi definindo zonas de influência (posteriomente abolidas), intensificando a fiscalização e a assistência técnica e promovendo a fusão de unidades industriais, como se mostra no quadro seguinte:

Nº de unidades existentes	Em 1939	Em 1957
Fábricas	225	74
Postos de desnatação	418	122

Simultaneamente, o número de postos de recepção de leite subiu para 173.

A existência de uma política persistentemente orientada a substituir a anarquia deu, naturalmente, os seus frutos. Criou-se confiança, estimularam-se os capitais e os empresários idóneos, nasceram fábricas com o mais perfeito equipamento, dispondo de maior volume de matéria-prima e trabalhando-a mais completamente, criou-se uma técnica superior especializada, passou a ter-se pela higiene um respeito até aí desconhecido — e disto resultou, em 1956, a produção seguinte, que convém pôr em confronto com a de 1939, que já revelava alguma melhoria:

Manteiga	2 396	toneladas
Queijo	2 349	»
Leite em pó	1 372	»

Leite condensado	372	»
Produtos dietéticos	386	»
Farinhas lácteas	258	»
Caseína	290	»
Lactose	2	»
Ácido láctico	1	»

É muito possível que o volume e diversidade desta produção, que estimulou grandemente entre nós o uso das farinhas e leites concentrados, tenha contribuído para a redução da mortalidade infantil registada nos últimos anos; é certo que esta reforma, pela valorização que permitiu ao leite industrial, trouxe vantagens económicas à lavoura e deu impulso à criação de bovinos especializados na produção leiteira e é também certo que a indústria dos lacticínios, que foi, até 1939, uma parcela negativa na balança comercial, vem sendo depois da guerra — a excepção do triénio 1946-48, em que se fizeram importações maciças de manteiga — uma fonte de saldos positivos, que atingiram 33 000 contos na média dos últimos 6 anos. Merece ainda referir-se, porque dá uma nota da melhoria da qualidade, que enquanto os lacticínios exportados antes da guerra (apenas 1 a 2 milhares de contos) eram quase exclusivamente absorvidos pelo Ultramar, as exportações actuais, que andam na casa dos 40 000 contos, embora tenham ainda no Ultramar mais de metade da sua colocação, encontram já mercado sensível em alguns países estrangeiros.

Apesar deste balanço francamente favorável, a reforma dos lacticínios não tem sido unanimemente apoiada; ouvem-se frequentes críticas — e algumas acaloradas. Concluo daí que há defeitos a corrigir ou que alguns terão sido prejudicados nos seus interesses materiais, no seu amor a fórmulas anárquicas de liberdade ou no seu apego à pastorícia visigótica; mas não vejo que formulem doutrina que negue os resultados que se apontaram ou permita prever outros melhores.

Acompanho com o meu pesar todos os que sofreram mossa na bolsa ou no espírito — inconveniente inevitável, até na mais modesta reforma de uma repartição pública, por muito que se seja respeitador e benevolente; mas não posso deixar de exprimir apoio e total solidariedade aos que delinearam o plano e aos que o executaram.

A estes, quero fazer apenas, como melhor espírito construtivo, as três perguntas seguintes:

Consideram a obra concluída, por se ter atingido a perfeição?

Não acham que 20 anos foi um período excessivamente longo?

Pensam que Portugal pode esperar pela reforma das suas indústrias, 20 anos para cada uma e uma de cada vez?

52 — REALIDADE E ROMANTISMO

Julgo que a necessidade de rever o nível industrial do País não precisa de mais justificação do que a que se contém nas páginas precedentes; penso até que a última meia dúzia de anos só veio reforçar quanto se escreveu no volume I desta obra.

Os primeiros anos que se seguiram à ultima guerra (1946-49) oferecem-nos quatro *deficits* aflitivos na balança comercial, com a média de 4 609 milhares de contos e o máximo de 6 035 em 1948. É certo que nos dois anos seguintes (1950-51) a situação melhorou consideravelmente, descendo o *deficit* médio anual para 2 219 milhares de contos, mas a melhoria verificada não resultou de natural progresso: derivou em parte de limitações de importação e em parte de aumento de exportação, fruto dos rumores de guerra que se seguiram ao conflito da Coreia no meado de 1950, pois só no segundo semestre desse ano o desequilíbrio do nosso comércio externo perdeu a feição aguda dos anos precedentes[123].

Os números citados — escoamento de recursos a vincar a instabilidade da nossa vida económica — se traduzem, por um lado, a reposição de reservas esgotadas durante a guerra, confirmam, por outro, que um pouco de desafogo de vida desencadeia uma série larga de necessidades e de aspirações, que a produção nacional não pode satisfazer directamente, mas precisa de pagar com o seu esforço, criando valores de troca, sob pena de falência ou de miséria e, em ambos os casos, de pouco prestígio. Se a isto juntarmos que a importação copiosa de material de equipamento eléctrico e industrial é, como já começa a reconhecer-se, parcela crescente e inevitável das nossas compras externas — parcela que também é preciso pagar com o trabalho português — supomos se terá mostrado que não tem base o receio que alguns, mais renitentes, persistem em afirmar, de que o crescimento da nossa produção industrial nos levará a não importar o bastante para cobrirmos tudo que desejamos e precisamos exportar[124].

Acresce que os progressos da Ciência tornam cada vez mais dilatado o volume de artigos considerados necessários à vida do homem civilizado e que aumentam em cada ano as importações dos países

[123] O desequilíbrio da balança comercial voltou a acentuar-se nos último anos, andando na média de 3,1 milhões de contos no período 1952-55 e atingindo 4,1 milhões em 1956 (números da Estatística do Comércio Externo; os ajustamentos feitos pelo Banco de Portugal no cálculo da balança de pagamentos conduzem a valores um pouco diferentes).

[124] Algumas pessoas encarregadas de vender artigos hoje difíceis de colocar porque o tempo não vai para luxos (exemplo, vinho do Porto), ainda bramam contra o desenvolvimento da indústria. Ouvem certos estrangeiros, como quem negoceiam, mostrar desagrado pelo nosso modestíssimo progresso; e, em vez de perceberem que, visto o desequilíbrio do nosso comércio e o aumento constante e vertiginoso do equipamento industrial desses países, tais reparos são de uma hipocrisia revoltante — em vez de o perceberem e de o afirmarem, fazem coro com os comentadores. O facto só tem uma de duas explicações: ou é habilidade comercial ou falta de discernimento.

pouco industrializados: automóveis, aviões, material de guerra, máquinas industriais, material eléctrico, electrodoméstico, radioeléctrico e de electromedicina, televisão, medicamentos, matérias plásticas, etc., etc. Tentar um começo de industrialização pela fabricação nacional de novos artigos, dentro dos mais simples e mais necessários não é, como às vezes se diz, quebrar a linha tradicional das nossas aptidões e capacidades; é fazer alguma coisa que contrabalance o crescimento fatal das importações, mormente num país que, como já foi acentuado, tem um comércio de exportação particularmente frágil pela pouca variedade dos artigos e por não serem todos de primeira necessidade — alguns até só vendáveis à custa de transigências na negociação dos acordos comerciais. Ressalva-se o caso de se reputar solução permanente e única o contingentar importações em grau suficientemente apertado para que com ele se atinja uma posição aceitável. Mas parece serem tão grandes os perigos e dificuldades do sistema que não será arrojado reputá-lo impossível; é, pelo menos, anti-natural, o que já não é pouco.

E é oportuno apontar aqui, para mais perfeito entendimento, um erro frequente. Supõem muitas pessoas, e assim o dizem em público, que o encargo no estrangeiro para compra de material eléctrico e fabril para apetrechamento industrial é uma verba transitória que acabará ou se reduzirá fortemente dentro de alguns anos; parece imaginar-se que esta coisa de equipar um país em matéria de indústria ou de distribuição eléctrica é susceptível de ficar pronta um dia.

Tal ideia é falsa e é perigosa. Se queremos aumentar a nossa actividade industrial e, sobretudo, se queremos manter-nos com uma indústria actualizada, temos de contar com verbas permanentes de renovação bem superiores ao que tem sido uso, porque o uso seguido até hoje conduziu-nos ao atraso que parece estar patente; e se pretendemos uma rede eléctrica capaz de satisfazer as exigências do consumo, para que se não repita a situação de falta de energia em que andámos há alguns anos — e de que a estiagem não foi a única culpada — nunca mais deixaremos de ter em construção novas centrais, novas linhas e novas sub-estações. Esta actividade, mais do que qualquer outra, tem sempre, por muito que se faça, o carácter de *indústria incompleta*, tão célere é o ritmo com que cresce a procura; pensar o contrário é dar prova de que se está fora do assunto e é alimentar uma ilusão que acabará mal. Pergunte-se aos países da Europa ou da América do Norte, que há dezenas de anos labutam na montagem de centrais cada vez maiores e de linhas de tensão cada vez mais alta, se consideram completo o seu trabalho ou esperam completá-lo algum dia.

Como é inevitável consumir mais em todo o género de artigos (o que em muitos aspectos é um bem) e como só se pode amealhar, ou ao menos viver honradamente, quando se produz mais do que se consome, é imperioso enveredar por novos caminhos de produção que, parece estar demonstrado, devem situar-se principalmente (registe-se

que não digo exclusivamente) no campo da indústria. Embora o princípio comece a ter alguma aceitação, muitos dos que se atrevem a apontá-lo rodeiam-no de meias palavras cujo sentido não consegui ainda tirar a limpo; apontam-se abstractamente a industrialização exagerada, o perigo da proletarização, o domínio da máquina, a ruína do espírito, o desastre de uma inadaptação ao nosso meio, a necessidade de estudar com tino, o imperativo de agir com prudência — dizem-se estas e outras coisas parecidas, de sentido reticente, que deixam quem lê ou ouve na dúvida do seu significado, sem perceber se elas contêm uma ideia precisa ou mostram apenas a falta de decisão que leva ao ecletismo de afirmar que Deus é bom mas que o Diabo também não é mau. Porque não virão estas reflexões acompanhadas de uns números ou de uns exemplos que concretizem e ponham a claro o pensamento dos autores? Só assim se dará a tais afirmações sentido construtivo. Que o exagero é erro, em indústria como em tudo, resulta da própria palavra e é pleonástico afirmá-lo; o que interessa é fixar o limite do razoável e não formular reservas imprecisas que só criam confusão.

Percebe-se mal o interesse desta doutrina vaga, amortecedora de entusiasmos e anseios, retardadora à força de ser ponderada, anestesiante à força de ser profunda. Porque não havemos de convencionar, de comum acordo, que a prudência é a mais sublime das virtudes, darmos essa matéria por discutida e passarmos a referir-nos apenas a problemas industriais concretos[125]?

Num País como o nosso, de modesta indústria e modestíssimo equipamento, em que o progresso industrial, mesmo que lhe déssemos todo o esforço do nosso saber e da nossa convicção, seria naturalmente limitado pela escala de recursos que podemos mobilizar, em que o programa das indústrias-base (nº 29), se fosse executado nos oito anos previstos (estamos bem longe de o fazer) não teria nada de extraordinário — num País como este, repito, vir pregar doutrinas transcendentes, levantar o alarme de uma industrialização exagerada ou contrariar a tentativa de refrescar um ferramental antiquado com preocupações filosóficas, aliás doutas, de que a máquina embotará o espírito, parecem-me atitudes que, por muito deslocadas, oferecem sua faceta de ridículo.

No estado em que nos encontramos, sabendo o que já sabemos, tendo visto o que já vimos do viver dos outros povos, não precisamos de ingerir mais teoria nestes anos chegados, nem de folhear tratados, nem de fincar os cotovelos sobre a estatística, nem de fazer discursos de doutrinação, nem de fabricar mais leis. Podemos repousar de tantas e tão árduas canseiras; basta-nos, por agora, construir o que está delineado.

[125] Esta redacção é de 1952 e traduz, sem qualquer exagero, a hesitação de muitos espíritos nos anos a seguir à guerra; algumas das expressões aqui empregadas são copiadas de textos dessa época. Hoje (1957) usam-se menos as reticências; em matéria industrial — e dou graças a Deus por me ter ajudado — começa a estar em moda Geraldo Sem Pavor.

A impressão com que se fica é a de que há entre nós muitas pessoas lidas porque levantam problemas que vêm nos livros; mas o fundo da questão está deslocado porque ler livros não é viver os assuntos. Eu sei como essa posição se defende com o afirmar-se que é no domínio luminoso dos princípios gerais que se planeiam as doutrinas norteadoras dos povos, e não na análise do pormenor que cabe, em segundo plano, ao técnico executor. Sem dúvida, o pensador paira mais alto que o técnico; acresce que é mais fácil fingir de pensador que de técnico; talvez daqui o haver tanta gente a cultivar o campo das ideias gerais.

Esta separação entre os princípios abstractos e as realidades da execução traz-me ao pensamento a separação que reinou no século passado entre as Ciências Naturais e a Filosofia da Natureza. Esta, desprezando o Mundo real, converteu-se numa especulação pura tanto para além de todo o limite inteligível e embrenhou-se em jogos de palavras tão subtis, que se tornou difícil distinguir a profundeza de um pensamento genial da pobreza de um disparate sem nexo. Os homens de Ciência, os que buscavam aproximar-se da verdade através da vida penosa do laboratório, olhavam de soslaio tais filósofos, que reputavam loucos, de loquacidade tão fácil como inútil, e abonavam estas opiniões com a divulgação de textos filosóficos indecifráveis, sendo ou parecendo vazios de sentido, como a famosa definição do calor dada por Hegel[126]:

> O calor é a reconstituição da matéria na sua informidade, a sua fluidez, o triunfo da sua homogeneidade abstracta sobre as determinações específicas; a sua continuidade abstracta, que existe só em si, sendo negação de negação, é aqui posta como actividade.

Outro exemplo do mesmo autor — e podem arranjar-se centenas — é esta explicação da queda dos corpos, que deve ser de incalculáveis consequências para quem a entenda[127]:

> A queda é o pôr-se de um centro de modo somente abstracto, em cuja unidade a diferença das massas e corpos particulares se coloca como negada; massa e peso não têm portanto nenhuma importância na grandeza deste movimento. Mas o simples ser por si do centro, como relação negativa consigo mesmo, é essencialmente repulsão de si mesma; — repulsão formal nos vários centros em repouso (as estrelas); — repulsão

[126] G. W. F. Hegel, *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, Vol. II, *Filosofia da Natureza*, § 303. O texto português é o da edição brasileira da Athena Editora, tradução de Lívio Xavier.

[127] *Idem*, § 268.

> viva, como determinação segundo os momentos do conceito, e relação essencial destes centros entre si, os quais são postos como diferentes. Esta relação é a contradição do seu ser por si independente, e do seu ser encerrado conjuntamente no conceito; o aparecimento desta contradição entre a sua realidade e a sua identidade é o movimento; isto é, o movimento absolutamente livre.

Longe de mim a ideia de que os nossos doutrinadores abstractos da Economia contribuem tão pouco para o progresso dessa Economia como a definição de Hegel para o estudo do calor, ou a explicação da queda dos corpos para o avanço da Mecânica. Aceito que contribuam muito mais, embora a doutrina seja às vezes o refervido chá de Tolentino. Mas quando os leio a discorrer sobre o aumento da produção, sem descerem a ilustrar com um exemplo o seu pensamento, imagino-os na posição dos velhos alquimistas que buscavam a transmutação dos elementos pela pedra filosofal não percebendo que o seu objectivo, sem ser impossível, só não era atingido porque o tentavam no plano molecular, dado que lhes era inacessível o domínio infra-atómico[128].

Esta lição, que durou séculos, ensina-nos que mais do que à altura dos planos do pensamento se deve olhar ao grau em que os meios são adequados aos fins. Esta enumeração concreta, que venho a fazer, de pontos de ataque a usar na revolução da nossa economia industrial, é seguramente mais adequada do que reeditar a história das doutrinas económicas ou apregoar os méritos e deméritos das sucessivas escolas; e é, também, mais original.

Para tornar o problema confuso já bastam os paladinos do conservantismo económico, obreiros negativos do nosso progresso, enfeitados com os louréis de alvissareiros da tradição, que sentenceiam que Portugal não é suficientemente rico para ter indústrias; melhor fora que explicassem se é suficientemente rico para as não ter, para cobrir no estrangeiros *deficits* comerciais de cinco milhões de contos. Portugal não é bastante rico para equipar quedas de água mas tem dinheiro para comprar todos os anos 120 000 contos de combustíveis estrangeiros (com tendência para rápido aumento), que até 1950 se queimaram nas centrais eléctricas; é luxo fazerem-se fábricas de adubos azotados mas parece ser de bom governo mandarmos cada ano para o estrangeiro 190 000 contos para os comprar; arrastou-se longo tempo o problema da fabricação de celulose mas importam-se por ano 115 000 contos de pasta e papel de jornal; é loucura gastar dinheiro numa fábrica de folha

[128] Seria injustiça não registar que nos últimos anos se revela entre nós uma geração que se dedica, com notável elevação, aos estudos da Economia — geração desacorrentada de velhos erros que o tempo imortalizou em dogmas e ainda não tentada pelo conservadorismo de glorificar, como definitivo, o que fez a geração anterior.

de Flandres mas não o é importar 100 000 contos deste artigo; não somos bastantes poderosos para montar a indústria do ferro mas já o somos para pagar 520 000 contos anuais de lingotes, chapas e perfis — com a agravante de estarmos a ser explorados, como cordeiros indefesos, pelos países exportadores, que abusam da nossa carência e nos vendem mais caro do que nos mercados internos[129].

Seria imensamente apreciado que os opinantes de que Portugal não é bastante rico para cavalarias que julgam tão altas explicassem como se há-de chegar de outra maneira, já não digo ao equilíbrio do comércio externo, mas a uma situação razoável.

Suponha-se, como pior hipótese, que todo o equipamento destas e de outras indústrias é feito à custa de dinheiro estrangeiro, calcule-se a anuidade dos juros e amortizações que pagaríamos aos credores, compare-se com o valor dos produtos fabricados, veja-se quantas vezes este é superior àquele, medite-se em que este é permanente e aquela pode ser temporária — e venham depois os pensadores, que fizeram a grande descoberta de que a indústria não convém aos pobres, defender com números a sua teoria. A indústria não é, que me conste, uma obra de luxo ou de prazer como os casino da Riviera; é, ao contrário, um instrumento de trabalho com que os homens, uns estudando e outros suando, lutam ardorosamente pela vida. Evidentemente, tocar bandolim é menos penoso e menos arriscado.

É certo que o desequilíbrio da nossa balança de pagamentos é mais favorável que o da balança de comércio, o que não impediu que ele somasse no triénio 1947-49 a cifra impressionante de 7 900 milhares de contos, a que se devem juntar 800 milhares do primeiro semestre de 1950, pois só a partir do começo da luta na Coreia, como foi dito, a situação se inverteu; é certo, como também foi dito, que uma parte das importações dos primeiros anos que se seguiram à segunda guerra mundial representa reposição de reservas esgotadas durante o conflito; é certo que a análise minuciosa da estatística do comércio externo tem inspirado demonstrações, mais ou menos plausíveis, do carácter transitório de algumas importações; é certo que alguma desarticulação no comércio da metrópole com o ultramar é susceptível de correcção que melhorará a perspectiva; mas tudo isso não elimina estas duas verdades em que é preciso pensar a sério: a primeira, de que as nossas exportações, expressas em peso, mantiveram-se ou desceram após a guerra (1 500 milhares de toneladas na média anterior a 1940 e 1270 na média do quinquénio 1946-50), só em 1951 se excedendo o número anterior à guerra, Deus queira que com firmeza; a segunda, de que as nossas importações permanentes hão-de subir irresistivelmente. Oxalá que a melhoria da balança comercial, começada há dois anos e derivada de causas externas, não venha dar a muita

[129] Os números indicados são as médias do quinquénio 1947-51.

gente a falsa noção de que o pesadelo passou e de que podemos tranquilamente retomar o sono[130].

Os anos que se seguiram à guerra, ainda antes de conhecido o doloroso desnível do comércio externo que começou em 1947, deixavam prever, a quem olhasse em volta com alguma atenção, uma loucura de importações. A fúria de negociar artigos importados que se apoderou se milhares de pessoas deste País logo que as hostilidades acabaram, chocava o mais desprevenido. Procurar representações de casas estrangeiras foi um acesso de febre que começou em 1945; o que se comprou e anunciou, de coisas úteis e inúteis, a propaganda que se fez de fabricantes que raramente ou nunca haviam negociado em Portugal, excederam em muito o que seria regular. O número de sociedades constituídas em cada ano, que antes da guerra pouco excedia o milhar, passou no triénio 1945-47 para três milhares, dedicando-se mais de metade a actividades exclusivamente comerciais; aquele número tem-se normalizado lentamente, fixando-se à roda de 1 800 nos últimos anos[131].

Acresce que depois da guerra a natureza parece ter caprichado em mostrar o que somos no aspecto da contigência da produção agrícola: ou não há pasto para os gados, ou falha a produção de milho, ou enche-se de alforra o trigo. Com tudo isto, sucessivo ou simultâneo, continuamos a gastar somas fabulosas na importação de substâncias alimentícias, apesar de termos uma densidade de população que não excede a média europeia; antes da guerra, a média desta classe de importações (excluídas as pescarias que não são produto agrícola) atingia a casa das 200 000 toneladas com valores da ordem de 200 000 contos; na mesma data e na mesma classe de produtos, exportavam-se (também com exclusão das pescarias) à roda de 180 000 toneladas, valendo cerca de 400 000 contos, principalmente devidos a vinhos, frutas e azeite.

No quinquénio 1947-51 a situação alterou-se para pior quanto a valores e quantidades, dando-nos a média de 590 milhares de toneladas e 1 700 milhares de contos na importação, contra apenas 193 milhares de toneladas e 1 070 milhares de contos na exportação; pode dizer-se abreviadamente, que exportamos o mesmo mas importamos o triplo. O balanço não era e continua a não ser satisfatório, porque em período normal a exportação dos artigos considerados mal atingia em peso a importação, embora a excedesse em valor e nos anos decorridos

[130] Dos *Relatórios do Banco de Portugal*. De 1950 a 1956 a balança de pagamentos tem mantido saldo positivo, com a média anual de 1 milhão de contos; mas não se pode esquecer que este resultado se deve ao saldo comercial do Ultramar, que se firmou nos últimos anos à roda de 1,5 milhões de contos. O segundo semestre de 1957 traz, porém, a notícia desagradável do saldo negativo naquela balança.

[131] Este número de 1 800 sociedades tem-se mantido estável até ao último ano conhecido (1956).

depois da guerra situa-se largamente abaixo em quantidade e em preço. Tem-se a impressão de que um país, para merecer que lhe chamem *essencialmente agrícola* deverá situar-se em posição bem diferente: alimentar toda a sua população e dar larga matéria de troca para pagar necessidades diferentes da alimentação a satisfazer no estrangeiro[132].

Tudo resulta afinal de uma clara insuficiência da produção agrícola, que não será culpa inteira dos homens, mas nem por isso deixa de ser uma realidade indiscutível. Num trabalho recente[133], calculou-se em 4 627 milhares de contos a produção média anual de géneros agrícolas, florestais e pecuários no quinquénio 1935-39, valor um pouco abaixo da estimativa que fizera em 1934 o Prof. Lima Basto e que se mencionou atrás (nº 17); se tomarmos como superfície produtiva o número de 7 331 milhares de hectares indicados no mesmo trabalho[134], chegaremos à produção média de 630$00 por hectare, cifra que é a chave de muitas das nossas desventuras.

Embora tenham passado 30 anos de lento progresso desde que Anselmo de Andrade previu a possibilidade alimentar com a nossa produção metropolitana 15 milhões de habitantes[135], embora a média da produção agrícola tenha aumentado 84% entre os quinquénios 1920-24 e 1945-49, chegando aos valores notáveis de 270% no arroz e 400% na batata, parece muito difícil que aquela previsão se verifique, quando já não conseguimos alimentar totalmente os 8 milhões que hoje somos. Só em trigo, a média de importação depois da guerra foi de 700 000 contos anuais. Nem admira; já um estrangeiro comentou com argúcia que nós temos bom tempo mas mau clima.

Todos estes aspectos de uma economia desmandada e sem tradições — gente a pender para o comércio, a labutar sem esperança na agricultura e a desinteressar-se da indústria — merecem mais atenção do que a que lhes tem sido dispensada. Não vale a penas repetir o que se disse no volume I (nº 17) em defesa da verdade de que Portugal é

[132] No último triénio (1954-56) estes números situam-se como segue:

Na importação
321 000 toneladas e 1 172 milhares de contos
Na exportação
283 000 toneladas e 1 404 milhares de contos

Estes valores mostram nítida melhoria em relação ao período 1947-51 mas estão ainda longe da proporção de antes da guerra; o valor da exportação é apenas 20% superior ao da importação.

[133] Profs. Mário de Azevedo Gomes, Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas, "Traços principais da evolução da agricultura portuguesa", *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 1, Lisboa, 1945, pág. 129.

[134] Pág. 93.

[135] *Portugal Económico*, ed. cit., pág. 84.

principalmente agrícola sem ser *essencialmente agrícola*, mas vale a pena acentuar que se disse e regista-se que ainda não há muito que autorizadamente se escreveu em referência aos nossos problemas económicos[136]:

> (...) um país que até aqui (e só por manifesta impossibilidade de outra coisa ser) se tem dito essencialmente agrícola (...)

Esta é a realidade nos anos que acabamos de viver; ao apontá-la não se insinua que a agricultura, como criadora de alimentos, não seja a mais nobre e vital das actividades económicas, que não deva ser ajudada e engrandecida, que o apego dos lavradores à terra tantas vezes ingrata não chegue a ser de um heroísmo quase comovedor; quer-se apenas dizer que a experiência de séculos mostra que as condições mesológicas nos não permitem aceitar o exclusivismo agrário como norma política, antes nos aconselham a dosear os esforços para melhorar ao mesmo tempo a terra e a fábrica.

Apesar da evidência da tese, continuam uns senhores muito bem intencionados a lamuriar que nas fábricas não há passarinhos chilreantes nem camponesas a cantar ao desafio; é pena que esses senhores não expliquem como há-de um povo viver do trilo de rouxinóis e de ceifeiras — que é um hino de alegria e de paz, que enche o coração mas não conforta o estômago. Se até os poetas comem, apesar do feio prosaísmo do acto!

Continua sem remissão esta pecha da gente lusa que o velho relógio inglês tão bem assimilou:

> Cantemos! Que nos importa
> Saber as horas que são?

Conclui-se que foi perdido o tempo que muitos gastaram pelos bancos do liceu a ler em português e em francês a fábula da cigarra e da formiga; quando chegam à idade de tomar decisões, optam pela cigarra, esquecidos da moral do conto. Os pedagogos precisam mudar de fábula.

É certo que o fabulista escolheu uns bichos em que a virtude está na razão inversa da simpatia que despertam no homem; pôs o mérito num que o aborrece, porque lhe vai ao açúcar e à marmelada, e pôs a imprevidência noutro, que morre de fome como qualquer desprezível vadio, mas que tem a recomendá-lo a amizade de Anacreonte e se mostra serviçal na música com que alegra o campo nos dias calmos de Verão. Fosse ele tão numeroso e voraz como o seu parente gafanhoto e veria se a cantilena ou as musas da Grécia o livravam de ser queimado vivo. Hipocrisias do homem!

[136] Prof. Amorim Girão, *art. cit.*

Além de tudo, não há motivo para chorar rouxinóis nem ceifeiras, porque continuarão a existir, graças a Deus, mesmo que faça algum avanço aquela negra industrialização que enche de pânico as veredas do Parnaso. Por mim, incapaz de matar um pardal, como ousaria afrontar os descendentes do *roissinol* de Bernardim? E a manter gerações de ceifeiras haverá sempre a seara que dá o pão, de que a fábrica não sabe penetrar o segredo da síntese; e se nem todas as componesas serão flores de mimo, bastará que os românticos o não creiam e os outros o não lembrem, para mantermos todos a ilusão de que não hão-de faltar no Mundo temas para nosso encanto.

E volto à minha. Nada de extremismos. Dosear as tendências é ter a sabedoria de tornar a vida suportável. O Romantismo, se tivesse dominado a literatura por mais umas dezenas de anos, ter-nos-ia evitado uma boa dúzia de obras obscenas a pretexto de que são realistas, influência que mereceria a nossa gratidão; mas, desprezado pelas Letras, parece ter-se enquistado na Política e tornou-se réu de algumas malfeitorias.

O caso é aqui mais sério porque as mudanças em Literatura são moda e em Política necessidade; neste novo terreno, o romantismo deve ser tomado às gotas como certos remédios venenosos.

Garrett, que foi peralta e romântico, escreveu as palavras que seguem[137], de um trágico tão faccioso, que faz lembrar aquela história que se contava há bons 40 anos, no tempo da propaganda republicana, dos jesuítas que roubavam crianças para fazer óleo:

> Andai, ganha-pães, andai; reduzi tudo a cifras, todas as considerações deste Mundo a equações de interesse corporal, comprai, vendei, agiotai. No fim de tudo isto, o que lucrou a espécie humana? Que há mais umas poucas dúzias de homens ricos. E eu pergunto aos economistas-políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?

Certa roda de políticos de hoje comete a imprudência de pôr o conta-gotas de lado e bebe romantismo às colheres de sopa; ainda lê pela cartilha literária do meado do século XIX, e engole barbaridades como esta de mistura com os amores da Joaninha dos olhos verdes. São românticos convictos. Acreditam nas virtudes mágicas da indústria caseira, crêem que o desenvolvimento da média ou grande indústria tem como única consequência criar meia dúzia de ricaços nédios e imoralões, têm como ponto de doutrina que quanto mais técnica mais miséria e menos tradição. Sobretudo menos tradição!

[137] *Viagens na Minha Terra*, Cap. III.

Julgo que um ponto de reflexão permitirá até pôr o problema ao invés do que o punha Garrett: se já se pensou quantos mais homens ricos e activos devia haver em Portugal para com os seus capitais (continuo a excluir o socialismo) criarem elementos de trabalho capazes de ocupar os portugueses desocupados — e penso neste momento nos milhares de alentejanos que excedem a capacidade normal de absorção da agricultura extensiva da sua província e que vivem em crise quase permanente, a criar revolta nuns e indolência noutros, alimentados por esmola ou alistados como rebanhos em obras públicas inevitavelmente tardias e insuficientes.

Mas o nosso burguês não sente simpatia por que haja muitos homens ricos nem parece convencido da vantagem de se trabalhar muito; e se é dado a saborear versos, o que não faz mal a ninguém em teoria, topa de quando em quando com palavra que lhe firma as opiniões, como esta rima de João Lúcio, de tão suave cadência:

> Ó meu Algarve impressionista e mole,
> Meu lindo preguiçoso adormecido ao sol...

E traduzindo à letra o que se lê, sem dar o devido desconto à liberdade da lírica e à exigência da métrica, o pobre burguês romântico até duvida do catecismo, que lhe aponta a preguiça como pecado capital, ao ler o elogio de um preguiçoso em verso alexandrino; e se eu fizer a picuinha de dizer que por estas e por outras semelhantes é que o Algarve tem o consumo específico de energia eléctrica incrivelmente baixo de 15kWh por ano e por habitante (e tristezas concomitantes), toda a gente dirá que sou herege como um albigense e bárbaro como um huno — indigno de pousar os olhos nos arroubos do delicado poeta olhanense. Mas não será verdade.

Ó Musa! Ó Erato! Porque fazes esta raça tão inconsequente?

Nesta pendente romântica, que cobre com os tons mais doces os assuntos mais agrestes, quero apontar um caso-tipo: o do leite de Lisboa.

Não sei se há em Lisboa, nos últimos 20 anos, problema mais debatido que o do leite. Às revoadas o assunto agita-se, fazem-se revelações aterradoras sobre o número de milhões de bactérias por centímetro cúbico, o número de toneladas de estrume que em cada ano ele traz em suspensão para a capital, a percentagem de amostras, superior a 50%, que acusam falsificação. Anda-se nisto não sei desde quando.

Há cerca de uma dúzia de anos, pretendeu-se introduzir em Lisboa o sistema da venda, em vasilhas fechadas, de leite higiénico, rigorosamente tratado e fiscalizado; mas, a tentativa malogrou-se porque as entidades oficiais, aliando-se ao sentir geral contra os horrores do monopólio, a deixaram morrer.

Levantou-se a legião de leiteiros e leitarias que já por esta cidade, a quem a fraude se tornava impossível; tocou-se a ária do capitalismo a

estrangular o povo trabalhador; evocou-se, de lágrima no olho, a vida pastoril, esmagada pelas artes diabólicas da mecânica; e pode bem ser até que algum mais sentimental tivesse ido confortar-se a reler os versos de Júlio Dinis:

> Já teu nome, Paulina,
> Repetirá minha voz.

E a leiteirinha de Entre-Arroios é muito capaz de ter sido, inocentemente, a capa de umas centenas de mariolas, seus colegas de ofício, que andam por essa cidade a deitar água numa droga a que chamam leite, quando não usam para o efeito líquido mais denso e menos inofensivo.

Nas páginas da *Revista de Medicina Veterinária*, do *Boletim Pecuário* e de alguns jornais há dezenas de artigos a agitar o problema. Os técnicos têm mostrado ser fieis ao dever; duvido de que os políticos tenham sabido cumprir o seu. Tarde e a más horas, o decreto nº 28 974 (Agosto de 1938) tentou corrigir a situação, sem o conseguir; dez anos se passaram sobre este diploma, dez anos de silêncio, dez anos de vitória de um bucolismo que seria adorável se conseguisse dar-nos leite digno de uma capital europeia. Como bucolismo e bom leite parecem incompatíveis, tendo que escolher prefiro o segundo.

Só recentemente se voltou ao assunto nos decretos nºs 36 973 e 36 974 (Julho de 1948); e, em face deles, só agora foram criadas à Câmara Municipal de Lisboa condições que lhe permitam encaminhar-se para uma solução civilizada. Ao que me dizem os entendidos, o funcionamento da projectada central leiteira não conseguirá eliminar totalmente os inconvenientes dos estábulos imundos e dos processos condenáveis de recolha do leite; e não é difícil antever as dificuldades que hão-de levantar-se para progredir nesse domínio[138].

A tragédia da higienização do leite de Lisboa é bem o modelo da sobrevivência do romantismo na nossa política industrial.

A tarefa de um reformador não pode ser violenta; deverá ser tenaz mas não deverá ser brusca, porque a natureza é avessa à descontinuidade, no físico como psíquico. É forçoso ser humano, compreender a reacção do hábito, sentir as dificuldades dos humildes, transigir a prazo com a incompreensão dos menos cultos.

Tudo isto nos impõe actuar mansamente. Mas não actuar por doutrina, por apego ao que está, por convicção de que se atingiu o óptimo é demonstração de insuficiência; é um estado de espírito, pertinazmente endémico, como o qual não parece fácil dominar a realidade do nosso atraso.

E esse estado de espírito que nos amarra esmagadoramente ao passado e nos faz medrosos do futuro, que nos traz saudosos do dia de

[138] Esta central leiteira está agora (1957) em condições de começar a laborar.

ontem e desinteressados do dia de amanhã, fidalgos até ao heroísmo e sonhadores até à pieguice — esse estado de espírito, que nos granjeia a simpatia e até a admiração de tanta gente, também leva muitos outros, mais positivos do que aqueles, a avaliar num relance os pobres diabos que nós somos. Num livro recente americano em que se descreve a Europa aos que desejam visitá-la, e onde não se nos negam algumas referências agradáveis, lê-se a propósito do nosso País[139]:

> It is a land with a glorious past, a thriving present and the most whopping national inferiority complex on the globe.

Este povo que sofre do maior complexo nacional de inferioridade do Globo, que se debate na dúvida de fazer uma pequenina revolução industrial na esteira de tantos outros, é o mesmo que tomou a dianteira no caminho da Índia e do Brasil?

53 — POLÍTICA INDUSTRIAL[140]

Voltemos porém ao nosso tema. Haverá realmente entre nós o pensamento superior de política industrial que a Natureza aconselha e a conjuntura económica exige? Penso que não, pelos motivos que a seguir aponto.

O comunicado da Presidência do Conselho, publicado nos jornais de 3 de Setembro de 1940, justificou a criação do Ministério da Economia — fusão dos Ministérios da Agricultura e do Comércio e Indústria — pela necessidade de melhor coordenação dos organismos económicos; mas a doutrina, que à data se afigurou de defender, não se mostrou, pouco tempo passado, tão justa quanto parecera, porque dois factos novos vieram alterar o condicionalismo em que se baseara: o aparecimento de uma tentativa de política industrial e o agravamento, para além do que então poderia prever-se, das dificuldades de abastecimento do País, nascidas do bloqueio durante a guerra e continuadas depois dela pela confusão do Mundo que Deus sabe quando e como acabará.

Daqui resultou que todos os ministros da Economia, qualquer que seja a sua formação — e tem-nos havido de várias tendências — não podem deixar de se tornar de facto, pela pressão das necessidades, ministros dos Abastecimentos; e a Indústria (a Agricultura que fale de si) é, quando é, ocupação passageira das poucas horas sobrantes. Isto

[139] *Fielding's New Travel Guide to Europe*, Nova York, 1949, pág. 412.

[140] Este número foi escrito em 1951, antes de ser conhecido o Plano de Fomento de 1953-58, antes mesmo de se ter anunciado a sua elaboração. Ele reflecte os pensamentos de quem observou, nos seis anos que se seguiram à publicação das leis nºs 2002 e 2005, a cortina de silêncio que rodeou o fomento industrial e a electrificação — com ressalva das construções hidroeléctricas. No número seguinte se fará referência àquele Plano.

não parece política industrial. Uma política é um pensamento contínuo; pensar aos bocadinhos é jogar a cabra-cega.

Não têm faltado sugestões no sentido de dar aos problemas industriais uma cabeça que se lhes dedique inteiramente, com tempo para pensar e capacidade para decidir. Logo em 1944, ao discutir-se na Câmara Corporativa a proposta de lei da reorganização industrial, se falou na criação de um ministério novo, sugestão que não sei se ficou escrita; mais tarde, na 1ª conferência da União Nacional, em 1946, o mesmo alvitre se formulou, mas parece não se ter dado à produção industrial suficiente valor para justificar tal honra. Os que acompanham de perto este sector da Economia sabem a indiferença que o rodeia; quando se ouve dizer que os problemas industriais estão em curso, sente-se vontade de perguntar se estar uns anos na gaveta faz parte do curso normal das coisas.

O discurso do Snr. Presidente do Conselho, de 20 de Outubro de 1949, traz a luz de uma solução e a notícia, tardia para a ansiedade dos que há mais de 10 anos a aguardam com esperança (que o tempo se encarrega de desgastar), de que os problemas industriais terão em futuro próximo quem pense neles. Então poderemos, ao menos, admitir que pensa; até hoje, nem esse refúgio se oferece à razão.

Não se duvida que a solução anunciada, de ministros de duas classes, com ou sem assento no Gabinete, facilite a tarefa da coordenação, repartindo-a por dois planos sobrepostos. Mas tem-se a impressão de que, aparte a altura em que se fixam os planos, a técnica não é diferente da que levou à criação dos subsecretariados; e tem-se a certeza de que os problemas não ganharão muito se entre quem propõe e quem decide continuar a existir um intermediário, que pode ser um transmissor fiel da palavra não o é, da convicção. E se o não for das duas coisas, pior ainda.

Uma ideia pode ser, no plano nacional mais alta ou mais modesta, no plano económico mais certeira ou mais falsa, no plano político mais macia ou mais áspera; em qualquer dos casos, para vingar dentro de um tempo humanamente razoável (supondo que tem valor para o merecer), a ideia não pode contar com a sua simples presença, tem que se defender da reacção natural do meio, tem que se fazer valer pela vibração do apostolado. O intermediário só excepcionalmente se converterá em apóstolo ou, pelo menos, em repetidor bem informado; e por isso eu duvido da justeza da solução. Julgo que foi Pio XII quem afirmou que a verdade precisa de uma voz.

Não sei se será hoje fácil de explicar por que motivo os assuntos eléctricos e industriais esperaram 15 ou 16 anos antes de se lhes dar começo de consideração, depois de perdido um tempo que em vão se procura recuperar, depois de sofrida uma desvalorização da moeda que não contribui para os favorecer, e sem que qualquer achega de relevo viesse entretanto valorizar a doutrina inicial. Veio apenas a necessidade inadiável da última hora fazer pressão sobre os hesitantes, os desinte-

ressados, os mal esclarecidos; e só então os problemas sentiram a aceleração do arranque. Não tenho a certeza de que isto resulte da falta de convicção de intermediários, mas não me espantará que seja assim.

O certo, porém, é que o esboço de solução apontado em 1949, com suas virtudes e defeitos, não foi ainda posto em prática mais de um ano passado sobre aquela data. Sente-se que a política industrial não é uma preocupação.

Prossigamos a desfiar alguns factos que fundamentam o receio de que essa política não seja realmente tão efectiva e sincera como poderá parecer e desejar-se. Depois de algumas canseiras (e não foram poucas), as leis nºs 2002 e 2005 (electrificação e fomento industrial) vieram a lume no *Diário do Governo*; mas a lentidão com que avançaram provocou da Câmara Corporativa o justo reparo de que os dados estatísticos em que se baseava a proposta da reorganização industrial careciam de *cuidada revisão e actualização*[141], resultado de terem sido compilados em 1940 e só terem chegado a S. Bento no meado de 44. Publicadas as leis, é notória a lentidão com que se aplicam e são regulamentadas, porque ao cabo de 6 anos pode dizer-se que estão por aplicar mais de metade da lei 2002 e a quase totalidade da lei 2005; do plano das indústrias-base, que se previra poder realizar-se em oito anos, não se cumpriu nem metade. Não pode atribuir-se o facto apenas a descuido das repartições; de cima não deve ter-se pressa, o que exclui a presença de uma política industrial.

No fundo, nada de novo. Embora com sensível melhoria, persiste o atraso com que a Acção tem seguido a Ideia na política industrial portuguesa dos últimos 30 anos, tema que já em tempos tratei e reproduzo no fim deste volume [b].

Chega a ser tão pesado este tributo que as coisas eléctricas ou industriais pagam à lentidão, que a Ideia às vezes se deforma e a Acção se desvaloriza, porque aquilo que começou por ser fomento acaba por se ultimar à pressa sob o aperto da necessidade; e não é preciso folhear o Morais ou o Cândido de Figueiredo para perceber que a persistência do nome de fomento comportará então algum desvio da verdade ou da semântica.

A contrariar a tendência de nos encostarmos preguiçosamente à agricultura ou à vida cómoda de vender o que os outros fazem, não se descortina nenhuma linha de conduta oficial, persistente e intransigente, no sentido de levar os portugueses a fabricar o que puderem e a negociar, se possível, aquilo que produzirem.

Já atrás (nºs 25 e 34) deixei perceber que enquanto fiz parte do Executivo pus meus olhos cubiçosos nos avultados fundos reunidos em

[141] *Diário das Sessões*, nº 85, de 2.11.1944, pág. 491.

---

[b] Texto reproduzido no Tomo III. *Outros Escritos Económicos*, pp. 130-142.

alguns organismos, com a intenção de fazer deles, acabada a guerra, o ponto de partida do fomento industrial. A ideia saiu-me furada, porque o ministério mudou antes que eu tivesse tempo de praticar algum desacato em tão preciosos cabedais; e agora, passados 6 anos, verifico com certa mágoa que esses dinheiros se gastaram em outros fins, e que só 150 000 contos se reservaram para fundo de fomento industrial[142] de que se utilizaram uns escassos 25 000 contos.

Registo a intenção que criou o fundo mas reconheço que o seu volume é insignificante, porque não chegará para custear uma só fábrica de tamanho médio, das muitas de que precisamos; quem tiver o propósito de ensaiar uma pontinha de verdadeira política industrial, verá depressa quanto é mesquinha a dotação, ponderando, sobretudo, que a sua principal aplicação é de investimentos a longo prazo.

A política de limitação de preços dos últimos anos absorveu parte daqueles fundos. Reconheço que foi oportuna; aceito que fosse necessária; não sei medir em verdadeira grandeza o seu justo alcance, porque não estive dentro dos pormenores, mas iria jurar que talvez se não tivesse ido tão longe se houvesse a dominar os espíritos a aspiração industrial que eu tenho.

Posteriormente, o decreto-lei nº 37 354, de 26 de Março de 1949 criou um fundo de fomento nacional, sem fazer referência ao fundo anterior que continuou na mesma incapacidade de se movimentar porque, ao que consta, só existe no papel; o facto deixa depreender certa falta de coordenação dos dois diplomas, publicados para o mesmo fim por dois ministérios diferentes.

Uma política industrial, se existisse, não precisaria de ser muito forte para não consentir estas diversões. Nada como a falta de unidade para revelar a fraqueza da doutrina.

Durante a guerra, no propósito de estimular a produção do estanho, fixou-se-lhe oficialmente um preço muito elevado. Todas as minas e todas as instalações de tratamento e refinação viviam com folga, sem qualquer espécie de selecção entre boas e más.

Quando a exportação deste metal começou a decair, advoguei que se reduzisse lentamente o preço, para ir fazendo a selecção natural das melhores unidades produtoras, a fim de mantermos, desta actividade que a guerra estimulara desordenadamente, uma parcela permanente que nos permitisse, normalizados os mercados, passar da posição de importadores que sempre fôramos para a de exportadores a que não seria insensato aspirar.

Não se adoptou este caminho, por motivos que não cheguei a perceber; e quando a Comissão Reguladora do Comércio de Metais estava afogada em estanho caríssimo, que já ninguém comprava, deu-se na indústria uma dolorosa machadada, proibindo subitamente a laboração

[142] Decreto-lei nº 36 501, de 9.9.1947.

de todos os fornos de estanho. Não garanto que pudessem ter-se feito maravilhas se tivesse havido alguma preocupação de política industrial; mas é possível que se tivesse chegado a solução menos inconveniente.

No *Diário do Governo*, III Série, de 12 de Dezembro de 1943, publicou-se o alvará nº 4, aprovado em Conselho de Ministros, concedendo à firma A. J. Oliveira, Filhos e Cª Ldª, de S. João da Madeira, licença para a construção de uma fábrica de máquinas de costura. Na condição 12ª desse alvará lê-se:

> O Governo não consentirá importação exagerada de máquinas de costura durante o prazo concedido para a montagem da instalação.

Trata-se de uma protecção que não constitui favor, mas defesa contra um possível abuso.

A importação média de máquinas de costura antes da guerra era de cerca de 9 000 por ano. Apesar de estar anunciada a inauguração da fábrica para 1948, consentiu-se que se importassem em 1947 cerca de 18 500 unidades e autorizaram-se em 1948 mais 15 000 das quais se importaram 11 500, apesar da reclamação da sociedade interessada. É de prever a dificuldade de lançar um artigo nacional, num ramo que entre nós é excepção, com o mercado interno de tal maneira saturado. Não creio que assim se espere defender a produção nacional nem que, desrespeitando desta maneira a letra dos alvarás, se espere incitar os industriais idóneos — porque ainda há alguns — a alargarem as suas iniciativas ou a acolherem as sugestões que se lhes façam. É possível que tenha guiado estas decisões um critério de política comercial; de política industrial parece que não foi. Poderá responder-se que o facto não é grave porque foi passageiro e acabará por se diluir com o tempo; grave ou não grave, provocou injustamente um sobressalto e um descontentamento, prova de que a Administração não está suficientemente doutrinada a esse respeito. Parece que não está nem o julga preciso.

O decreto-lei nº 28 971, de 29 de Agosto de 1938, criou a Comissão Reorganizadora da Indústria da Chapelaria, a pedido dos próprios industriais, abalados por uma crise que não sabiam vencer, depois de desfeito o acordo cartelista com que pretenderam salvar-se. Estava-se em situação semelhante à que se apontou atrás para a vidraça (nº 50); a indústria extremamente pulverizada (29 fábricas de chapéus!), com instalações pobres e antiquadas mas com capacidade excessiva para o consumo (mais de duas vezes), sem organização técnica nem capacidade financeira, com salários baixos (10 escudos aos homens e 7 às mulheres), com trabalho insalubres em que mulheres e menores manejavam produtos tóxicos (mercúrio) contra as prescrições legais e humanitárias.

Quando subi as escadas do Terreiro do Paço, orientei a Comissão dentro dos princípios que hoje estão em letra de forma na lei nº 2005; estudou-se nesses moldes a primeira base da indústria (preparação do pêlo), publicou-se o decreto-lei nº 33 049, de 15 de Setembro de 1943, criando a Cortadoria Nacional de Pêlo, e começou-se desde logo o esboço de organização da segunda fase (fabricação dos chapéus).

Um ano depois da publicação deste decreto, quando o novo estado de coisas mal começava a tomar forma, desci as escadas do Terreiro do Paço. O que foi a obra demolidora dos que tinham obrigação de dar continuidade a uma experiência construtiva, não vale a pena dizê-lo, porque não pretendo magoar pessoas; o que foi a crítica mal intencionada de alguns industriais a quem uma exportação efémera alimentada pelo estado de guerra tornava a reorganização desnecessária e porventura indesejável, lê-se em numerosos artigos de jornal; o que passou a ser a vida da Comissão Reorganizadora, desajudada e desconsiderada pelos poderes públicos, provam-nos dois factos: o de ter esperado debalde, durante alguns anos, que superiormente se estudasse e discutisse a sua proposta de reorganização da segunda fase da indústria, e o de ter sido extinta, sem ter sido sequer ouvida ou avisada, em Setembro de 1950.

Tudo ruiu. Ostensivamente se recusou fazer (melhor direi concluir), numa indústria de pequeno porte, francamente mal equipada, uma experiência moderada e honesta de aplicação da lei nº 2005; e este ruir arrastou o comentário da crítica fácil: a cortadoria foi um fracasso.

Isto não parece política industrial.

Ficaram escritas no nº 42 algumas linhas destinadas a mostrar, em estimo ameno de vulgarização, o que é, para que serve e que volume tem o conceito de normalização. Procurei vincar o pouco que ainda fizemos para acompanhar este movimento e o que tem de esperançosa, para os que dão a esta tarefa algum valor, a criação recente de órgãos oficiais incumbidos de a exercer. É provável que quanto se disse, por ter sido necessariamente curto, não mostre o extraordinário vigor com que o princípio da normalização se estende dia-a-dia a novos domínios, onde mal se suspeitava pudesse adaptar-se, e imprime neles, sempre renovado, o valor da sua presença. Mas cedo o sentirá quem folhear alguns números da *Gazeta de Normalização* ou, melhor ainda, do órgão francês *Courrier de la Normalisation*, de mais opulenta colaboração; infelizmente, as luzes deste saber não entram na roda da cultura tradicional e são antes olhadas como entretenimento de técnicos sem craveira.

Sucede porém uma coisa estranha. Criado e posto em marcha em Portugal o órgão normalizador, assistimos à situação desconcertante de haver cerca de 30 projectos de normas (todos os que se estuda-

ram) que desde há dois anos aguardam homologação no Terreiro do Paço[143].

Não podendo ser antagonismo de princípio, porque este foi definido nos diplomas que criaram os órgãos e lhes especificaram as funções — e parece que um mínimo de continuidade de ideias será bastante para que não surja em tão curto prazo divergência de doutrinas; não sendo crível que se levantem divergências de pormenor na redacção das normas, em que a autoridade homologadora não deve imiscuir-se — chega-se a concluir que ou a política olha sem interesse a normalização ou há receio de reacção hostil por parte da indústria, que coarcta a independência para se encetar a obra normalizadora. No primeiro caso haverá que lamentar o desvio; no segundo haverá que reflectir com desgosto que, se não tivesse havido o desembaraço de publicar há um século o decreto de 13 de Dezembro de 1852, que mandou adoptar como legal o sistema métrico decimal — a mais revolucionária das normalizações — não seria neste meado do século XX que haveria coragem de o impor a milhões de portugueses, habituados por longo uso a outras unidades. Continuaríamos hoje, como nos séculos precedentes, a negociar pano aos côvados e vinho às canadas. E que mal fazia? — perguntarão as pessoas que não suspeitam do que é, no mundo físico, o drama das unidades.

O desinteresse pela normalização não é política industrial.

Os relatórios das contas públicas dos anos posteriores à guerra repisam, com razão, a referência ao valor crescente dos encargos de fomento. Tenho visto com satisfação essa subida e o seu alargamento cada ano a novos domínios; embora supondo lenta a ascensão, não deixo de reconhecer e louvar o esforço de adaptação a um género de despesas um pouco à margem da tradição orçamental portuguesa. Tive, porém, uma hora desagradável; no relatório de 1947[144], no capítulo das despesas extraordinárias, lêem-se estas palavras, primeiro anúncio, em tal documento, da depressão financeira que estamos ainda a sentir:

> Não se poderá nos anos mais próximos contar com contribuição avultada do mercado de capitais para a continuação das obras de fomento, nem alargar além dos empreendimentos já iniciados a acção supletiva do Estado no financiamento de realizações que normalmente cabem à iniciativa particular.

Busquei, a seguir a esta passagem, uma palavra de desgosto que adoçasse a secura da declaração — palavra que mostrasse que aquele

[143] Estas normas foram posteriormente homologadas, após a publicação do decreto nº 38 801, de 25 de Junho de 1952.

[144] *Diário do Governo*, suplemento ao nº 204, II Série, de 1.9.1948.

período se escrevera com contrariedade, palavra que revelasse existir um propósito de renovação económica, para seguimento da qual se prometesse qualquer coisa — um esforço do Orçamento, o recurso ao crédito ou uma simples frase de esperança.

Não a encontrei, e entristeci-me com essa indiferença, só aceitável se o desenvolver uma política industrial fosse despesa suntuária que se cortasse sem preocupações, quando não tivesse cabimento no equilíbrio das cifras. Leio sempre com geral agrado os relatórios das contas públicas, aqui ou além me acontece, como é natural que aconteça a muita gente de bem, topar uma passagem que me não convence mas que não deixa lembrança; porém, esta prova de desinteresse por um dos aspectos básicos do problema económico criou-me um sentimento de discordância difícil de esquecer — principalmente pelo que ela contém de desatenção pelas leis 2002 e 2005, em que se tomaram compromissos cujo não cumprimento se afigura ser tido como natural e secundário.

Da leitura daquele relatório, da ausência de uma palavra de saudável optimismo, fica o travo de uma dúvida; a suspeita de que as contas públicas tenham o alvo do equilíbrio sem terem o da ascensão do seu baixo nível, Os dois são compatíveis mas não estão obrigatoriamente ligados; defender o segundo não implica atacar o primeiro, como defender o primeiro não implica apoiar o segundo; quem defender os dois tem que o dizer expressamente.

Em vez de incitamentos (e a exortação é instrumento de toda a política), ouvem-se às vezes, de fonte oficial, palavras que desanimam; ouve-se aconselhar que se modere o ritmo do que se está fazendo, que se reduza o que já está projectado, como se outras soluções nos estivessem irremediavelmente vedadas — novo motivo de tristeza e desacordo para quem conhece aquele ritmo, que está longe de ser estonteante, e para quem sabe quanto nos falta para sermos alguém e para satisfazermos mesmo sem folga as nossas mais instantes necessidades.

O erário tem feito muito pelo fomento da indústria, porventura quanto pode, e seguramente do que deixava prever a desanimadora declaração de 1948, mas quem acompanha as intermitências da acção e os desencontros da doutrina julga perceber uma política arrastada pelas rodas de uma engrenagem, das quais faz esforços para se libertar. Política industrial é, por definição, um órgão motor, parece só termos, por enquanto, um órgão movido — e nem sempre facilmente. Se alguns, menos maleáveis às ideias e necessidades da sua época, insistirem em chamar socialismo à existência do órgão motor, ver-me-ei forçado a aceitar que o socialismo é a única forma política capaz de conduzir Portugal ao nível de prosperidade que merece e de que precisa.

Não vale a pena citar mais casos em defesa da opinião de que o fomento da indústria continua a não ter o favor e o interesse da política actual como os não teve de nenhuma outra — pelo menos o favor e o interesse largos e calorosos que alguns esperaram. Chego a crer que

não prestei grande serviço ao País e à situação (e confesso que estive convencido do contrário) quando em 1940 optei pelo caminho de tomar uma iniciativa em vez de me dedicar mansamente a despachar os papeis de cada dia; e o Presidente da Assembleia Nacional parece ter-se enganado redondo quando, ao encerrar a 3ª sessão legislativa da III Legislatura, afirmou, referindo-se às leis da electrificação e do fomento e reorganização industrial[145]:

> Estas duas leis, se forem executadas com amor, devoção e solicitude, hão-de transformar profundamente a face económica do País. Certos estamos de que o Governo há-de pôr, na execução e aplicação delas, o mesmo favor e empenho que pôs na sua preparação.

A alguns poderá parecer que os factos que aponto nasceram de circunstâncias fortuitas, sem traduzirem uma linha de conduta. Puro engano. Repare-se na política financeira, na sua continuidade, na sua persistência, na sua intransigência; ao ver-se este conjunto monolítico, onde não se descobre uma fenda, nota-se distintamente que há um caminho que se quer seguir e uma mão que não larga o volante.

No caminhar desengonçado das coisas industriais não se chega a perceber se falta a mão; o que não há é volante. Há, de positivo, discursos com directrizes, tantas vezes repetidas, que os que lhes prestam atenção à espera de coisas novas, já se cansam de as ouvir.

Aos que não tenham esquecido de todo o que aprenderam em Geometria, parecerá claro que mais nos valeria, em vez de directrizes que já nos sobram, uma geratriz que ainda não vimos. Ou então, para que sossegue a ansiedade dos contemporâneos e a História não diga aos vindouros que a nossa era conheceu, a par de alguns clarões de franco progresso e de real brilho, uma faceta política hesitante, afirme-se por uma vez que o fomento da produção industrial não se contém como basilar no programa da nossa geração.

No comunicado de 3 de Setembro de 1940, a que me refiro algumas páginas atrás, encontra-se este passo:

> Essencial é não perder de vista que ao mesmo tempo que se procura assegurar na crise da guerra o abastecimento público de artigos indispensáveis, se há-de tratar do aumento da produção em condições económicas aceitáveis, multiplicar as fontes de trabalho e de rendimento.

Como sempre, a doutrinação é perfeita, a Ideia brilha. Infelizmente, mais uma vez a Acção se apaga; e eu continuo na senda cartesiana da

[145] *Diário das Sessões*, nº 146, de 23.2.1945.

dúvida sistemática. Façamos uma excepção para as centrais hidroeléctricas e para a rede de interligação das quais já hoje se pode dizer que são obra de muitos; excluamos as indústrias lançadas no período 1940-44, porque aquilo que se discute não é o que uma pessoa tentou fazer, porque uma pessoa não conta, mas sim a política, exterior a ela, que a colectividade segue e desenvolve. Posta assim a realidade, se olharmos à volta em todos os azimutes, perscrutando todos os horizontes, verificamos que, em coisas de algum vulto, pouco mais se fez de novo e, principalmente, nada veio a lume para reformar o existente, nota de que não se presta atenção à parte mais fecunda da lei 2005; e continuamos agrilhoados pela dúvida — dúvida de que se tenham multiplicado no campo industrial as fontes de trabalho e de rendimento, em termos de darem lustre a uma política ou, ao menos, testemunharem a sua existência com a dignidade a que estamos habituados. Nota-se apenas a evolução natural, produto de iniciativas particulares em que a acção do Estado é passiva, evolução aliás valorizada por alguns casos interessantes de renovação de velho equipamento, sobretudo no sector dos têxteis.

Pode argumentar-se com um exemplo em contrário: a renovação da marinha mercante. Mas o argumento não é de grande força. Antes de mais nada, não se trata de produção industrial — e esse é um ponto fraco da obra, como referi ao de leve no nº 42; em segundo lugar, o homem da rua, como eu, tem a impressão de que ela não integra o pensamento de uma época, de um grupo, ou de um governo; é o pensamento de uma pessoa que se chama Américo de Deus Rodrigues Tomás, que conseguiu fazê-la vingar à força de lutar com persistência e de sofrer algumas arrelias, e que teve como aliado o espectáculo ainda recente (sem o qual o seu triunfo seria duvidoso) de uma marinha mercante lenta e esfalfada que apesar de esforços sem conto só escassamente satisfez as necessidades do País nos anos da última guerra. O mesmo homem da rua tem a sensação de que não é improvável, pelo que se tem visto, que esta obra venha a ter um continuador que sinta o prazer de demoli-la ou pelo menos de apoucá-la.

A continuidade governativa ainda não se generalizou a todos os sectores da administração. Desde que tive a ideia (de que me penitencio) de perturbar a acalmia da vida industrial portuguesa, que vejo não se cumprir o que laboriosamente se aprovou e oiço prometerem-se novas ideias planificadoras; e fico a pensar na ironia das coisas em que a Natureza faz despontar o germe da própria destruição. Um plano — penso nas duas leis citadas — não estimula o desejo de o executar; estimula o desejo de fazer novos planos, cada vez mais novos e mais planos; nas esferas dirigentes fervilham os conceitos directores incessantemente renovados.

Como é próprio da natureza humana, os dirigidos vogam na mesma corrente; é mais elegante provocar ruidosa ondulação do que fazer silencioso trabalho de grupo.

Vão andando as coisas eléctricas aparentemente ordenadas, mas não se vai com a mesma segurança no programa das indústrias. Pouco se vê de achegas criadoras; vêem-se muitos apontar defeitos, bater naquilo que um fez, sempre às voltas no mesmo ponto como as galgas de um moinho. Se contasse aqui a vida de algumas dessas indústrias, ver-se-ia como tem sido atribulada, como há perguntas que guardam resposta e problemas que aguardam despacho num desperdiçar de anos que se não recuperam, como o rumo das coisas baloiça sem sequência ao sabor do critério pessoal dos dirigentes, que se sucedem como sobre a viabilidade de alguns empreendimentos se fazem afirmações definitivas com a mais leviana simplicidade, como o favor e o patrocínio do Estado tem ficado aquém do prometido.

E neste moer de tempo acumulam-se juros e despesas sem conto; como na água estagnada se criam mosquitos e nas terras em pousio as ervas ruins, assim nesta indecisão germinam entretanto novas ideias, sinceras mas extemporâneas, ansiosas de voltar ao princípio, de estudar tudo, de estudar muito, de estudar de novo, num fluxo e refluxo onde só se avança lentamente. Foi assim que recentemente veio à luz um novo conceito para tornar irremediável a confusão: as indústrias-base devem ter por objectivo, único que as pode justificar, embaratecerem o preço dos artigos. Já tem havido nos manicómios ideias piores.

No fundo, no plano das coisas práticas, continuamos com a bússola mal regulada.

Remato com um esclarecimento importante. O descontentamento que causa esta divergência entre o que se diz e o que se faz, entre a necessidade de construir e a volúpia de gerar planos ou persistir na vida contemplativa, não é uma acusação ao Estado por não ter tanto dinheiro quanto desejaríamos. A esse respeito, aceita-se e exige-se que se revejam posições para as adaptar mais de perto aos recursos disponíveis (do orçamento ou do crédito), sobre os quais parece ter havido um razoável equívoco. Quando se julga (e parece que alguns julgam) que só oferece reparo a parcimónia ou recusa das ajudas do erário (como defesa, razoável ou não do equilíbrio das contas públicas) julga-se mal, porque nem o dinheiro é tudo, nem todas as iniciativas precisam dos dinheiros públicos; o queixume nasce também das promessas que não se cumprem, da falta de carinha, da falta de vibração, da falta de estudo de problemas pendentes, da falta de continuidade nas ideias, da falta de mil pequenas facilidades e até de boas palavras. Tudo isto, ao que parece, resultado desta realidade que é muito pior que a falta de fundos: falta de convicção e falta de batuta. A economia industrial portuguesa é uma orquestra desafinada que não tem regente.

E como o acontecimento, da existência de umas indústrias que o Estado apadrinhou mas que se arrastam anos sem glória, é discutido e ampliado ao sabor da formação ou da profissão de cada um, o comentário popular acaba por não distinguir entre a ideia inicial que fez nascer a

indústria e a ideia (ou falta dela) que faz recusar posteriormente facilidades e apoios previstos, quando não prometidos; o caso reduz-se, na boca do vulgo, à forma simplista de um projecto que falhou, e cria uma onda de descrédito que mais abala a já fraca convicção da maioria[146].

Sinceramente, isto não é política industrial.

A fechar estas notas sobre a falta de ambiente que tem na nossa terra o fomento da indústria, vou contar um pequeno episódio passado nas horas indecisas da última guerra.

Quando, em Setembro de 1940, dei a conhecer os meus propósitos de reforma industrial, a ideia foi recebida de cenho carregado por alguns organismos do ministério, habituados à doce calma de aceitar que é óptimo tudo o que existe. Fiz de conta que não percebi, única atitude sensata de quem tem razão mas não tem força.

Um dia — 8 de Novembro de 1942 — caiu de surpresa a notícia do desembarque americano no Norte de África — notícia inquietadora pelo que nos trazia de vizinhança e pelo que envolvia de mistério nas intenções dos contendores.

Boatos por mar e boatos por terra, como diz o ditado que acontece em tempo de guerra, trouxeram a Lisboa este alarme algum tempo depois: os americanos estavam a construir em Marrocos umas formidáveis fábricas de conservas de peixe para alimentação do seu exército — fábricas que, voltada a paz, ficariam aqui, nas barbas dos portugueses, a guerreá-los de morte.

O presidente da direcção do Instituto Português de Conservas de Peixe foi ao meu gabinete dar-me conta da terrível nova e perguntar-me se eu achava bem que o Instituto estudasse urgentemente a reorganização da indústria das conservas, para que ela pudesse triunfar do novo inimigo, visto que, dizia-me, poucas fábricas actuais resistiriam à nova técnica americana.

Respondi que sim, como faria qualquer outra pessoa no meu lugar. Mas como pouco depois os boatos se esclareceram e se soube que as tais construções dos americanos não eram, afinal, para enlatar sardinha, a solicitude pela reforma desapareceu e nunca mais me falaram em tal, porque deixou de estar à vista o concorrente temido.

Esta maneira de encarar a reforma industrial não faz lembrar a conduta daqueles alunos cábulas, que só estudam o bastante para chegarem aos 10 valores, e mudam de escola, sempre que os deixam, à procura de mestre menos exigente?

[146] Ao reler, em 1957, estas palavras, que são talvez de 1947 ou 48, quero esclarecer que, ao escrevê-las estava pensando no abandono em que por aquela época andavam as indústrias dos azotados, da celulose e da siderurgia, pouco antes lançadas. Hoje, quando as primeiras são brilhantes realidades e a última é uma obra em marcha, poucos se lembrarão dos anos que então se perderam e dos receios que chegaram a ter os raros entusiastas sobre se não andariam lutando por umas quantas iniciativas condenadas, por falta de ambiente, a morrer à nascença.

54 — O PLANO DE FOMENTO[147]

No volume I desta *Linha de Rumo* escreveram-se, poucos meses depois da publicação da lei nº 2005, as palavras que seguem[148]:

> Mas ao olhar o quadro das indústrias-base não posso furtar-me a um descontentamento, porque me parece não haver o sentimento colectivo de o realizar. A maioria olha-o como sonho de grandeza; raros, vendo mais fundo acharão que ainda vale pouco. Julgo que estes últimos andam mais perto da verdade; e por isso me parece que não basta cumpri-lo — para o que noto pouco entusiasmo — mas se impõe acrescentá-lo — para o que não noto nenhum.
>
> É certo que o publicar-se um programa oficial de novas indústrias, quando o Estado se não abalança a tomar abertamente a iniciativa de as constituir e orientar é obra de arrojo que talvez não seja prudente repetir, mas o que importa é que haja nas esferas oficiais o propósito de actuar como se tal compromisso tivesse sido tomado.

A míngua de entusiasmo que se adivinhava e a falta de um compromisso do Estado de que cumpriria o programa das indústrias-base deram o resultado que se receava: seis anos de sombra e de hesitação no fomento industrial de que se acaba de dar uma ideia no nº 52 e que a depressão financeira do após guerra não justifica totalmente.

O Plano de Fomento de 1953-58 veio, por fim, quebrar este pesado silêncio; na multiplicidade dos ramos que abraça (indústria, electricidade, comunicações, agricultura, ultramar) e no volume de capital que movimenta, ele é uma pedra branca da política actual. Deles escreveu a Câmara Corporativa[149]:

> Merece, pois, o Plano todo o louvor. Além de conter um principio de solução destes nossos endémicos problemas, ou, pelo menos, de lhe apontar o caminho, ele dá à Nação nova consciência dos seus recursos, é uma rajada de optimismo neste país de cépticos, em que todas as iniciativas rasgadas de fomentar o trabalho nacional se arrastam pelas ruas da amargura. E tem ainda a virtude de afirmar que a intervenção efectiva do Estado em muitos sectores da actividade económica é uma via

[147] Este número foi redigido em 1953.
[148] Nº 29, pág. 307 e 308.
[149] *Diário das Sessões*, nº 168, de 21.11.1952, pág. 1091.

> que se não receia, porque nos é imposta pela salvação pública, porque é a fórmula que se nos oferece sem alternativa para os grandes empreendimentos de que se sustenta a economia moderna.

Mas se olharmos apenas à parcela da vasta obra que mais directamente aqui nos toca, reconheceremos que ela é mais o seguimento inevitável do que já vinha de trás do que uma iniciativa autónoma livremente tomada; o que se projecta em electricidade é apenas a continuação do programa de produção estimulado pela lei nº 2002 (continuação que já estava em marcha antes da publicação do plano) e o plano industrial é, simplesmente, com 8 anos de atraso, o compromisso a que se refere o texto de 1945 citado no começo deste número. Reforça esta identidade o facto de se limitar o Plano a contemplar as indústrias-base de 1945 inacabadas ou não começadas (siderurgia, azotados e celulose), às quais acrescentou apenas a ampliação da SACOR, aliás há muito projectada. Sem dúvida, a conclusão do que está começado deve ter preferência numa ordenação bem arrumada; o que pode notar-se como pouco animador é que se tenha excluído toda a novidade. No merecido aplauso que tem rodeado o Plano, nem sempre se memora este seu aspecto de ser continuação de uma obra já começada; mas isso são coisas da política, que nunca teve, e continua a não ter, a virtude de fazer justiça — pequenas coisas que não se podem levar a mal.

No campo industrial, o Plano precisa porém ser olhado, tal como é, um programa de conclusão do quadro das indústrias-base que aparece no relatório da proposta donde nasceu a lei nº 2005; deixa de fora a tarefa de grande fôlego da reorganização industrial de que se vem ocupando o presente volume. A Câmara Corporativa chamou demoradamente atenção para esse ponto; dessa apreciação destacamos as palavras que seguem[150]:

> Seguindo a tendência da época, o documento em apreciação é mais precisamente um palmo de obras de fomento do que um plano de fomento, porque este, na maior generalidade do seu nome, deve incluir também aqueles caminhos que, implicando aumento de produção ou de produtividade, não arrastem obrigatoriamente a execução de obras novas. Não se incluiu no Plano em estudo nem a assistência à agricultura, nem a reorganização das indústrias, nem a investigação científica.
>
> (...)
>
> Se não se começa e não se experimenta (a reorganização), nunca mais se obtém a confiança que parece ter faltado a tanta gente e nunca mais abrimos um caminho rasgado por onde se

[150] Pág. 1095.

> saia desta apagada tristeza em que todos andamos a carpir a incapacidade da indústria nacional.

Como última referência ao Plano, registemos com agrado que ele franqueia os recursos para que se assegure ao País o regular abastecimento de energia eléctrica pela construção de novas centrais e linhas de transporte, mas acentuemos que ele mantém a regra de não intervir no problema candente da organização da indústria eléctrica, isto é, na regulamentação da lei nº 2002. Por isso a Câmara Corporativa, depois de se referir à necessidade de refundir em novos moldes a actual ineficiente distribuição, de focar a falta de unidade tarifária, de lembrar a vantagem de fixar doutrina quanto às condições de exploração do apoio térmico, conclui com este período que fala bem claro a quem o queira ler nas linhas e entrelinhas[151]:

> Estes assuntos de orgânica, que esperam quem se debruce sobre eles, não estão em causa, porque apenas se discute um programa de obras; por isso a Câmara Corporativa não entra no pormenor de tão interessantes problemas, mas não quer deixar de os aflorar, para com a expressão do seu voto atrair sobre eles a superior atenção do Governo.

Não se oferece fazer ao Plano outro comentário além do que ficou expresso nos pareceres da Câmara Corporativa. Mas importa aproveitar a ocasião para analisar algumas opiniões subsequentes. A *Exposição do Ministro da Economia perante as comissões de Economia e de Obras Públicas da Assembleia Nacional*[152] justifica certos esclarecimentos complementares. A *catedrática volúpia de corrigir* que nela se atribui ao parecer da Câmara Corporativa, imporia ao catedrático relator, que é o autor destas linhas, explicar mais completamente os motivos por que marcou erro em alguns passos do Plano de Fomento — não fosse a falta de explicação deixar a cátedra mal colocada — se não sucedesse serem alguns dos pontos ali desfiados de tão pouco interesse para o País, que se duvida valha a pena trazê-los aqui à colação. Por isso se esclarece apenas um ponto daquela *Exposição* que interpreta menos exactamente o que se escreveu no parecer.

Segundo a *Exposição* (nº 6), o comentário da Câmara Corporativa à previsão de consumos de energia eléctrica permitiria apenas concluir que a estimativa do Plano para o ano de 1958 deveria cifrar-se em 2 030 milhões de kWh permanentes, em vez dos 1 960 milhões a que efectivamente chegou.

[151] Pág. [O autor não indica o n.º de página].

[152] *Plano de Fomento*, vol. II, Ed. dos Ministérios da Economia e do Ultramar, 1953, pág. 729.

Se fosse assim, poderia a *Exposição* afirmar legitimamente:

> Não vale, porém, a pena perder tempo a demonstrar o indemonstrável — que é a exactidão de previsões em matéria que depende de múltiplos factores e é de natureza imprevisível.
>
> Talvez, como na peça de Pirandelo, a cada tese corresponda a sua verdade.
>
> Corrido o pano sobre esta querela de cifras — que tem a desconcertante fluidez da dança das Horas...

Mas na realidade não foi assim. O relator da Câmara Corporativa deveria ter em muito pouca conta o que aprendeu da Teoria dos Erros para vir ocupar algumas páginas do *Diário das Sessões* — arriscando-se a abusar da paciência dos que o deviam ler — a demonstrar o indemonstrável, isto é, a descobrir que há a grave diferença de 3,5% numa estimativa contingente como é a do consumo de energia que se há-de verificar em 1958. Há equívoco em supor que o parecer se perdeu em tão inconsistente preciosismo.

O que se pretendeu demonstrar foi que o *deficits* de produção hidráulica superiores a 400 milhões de kWh previstos para o biénio 1953-54, estão grosseiramente errados, não devendo computar-se em média acima de 150 milhões[153]. O parecer di-lo claramente logo nas primeiras linhas do nº 3 (Previsão das necessidades de energia)[154]:

> (...) mas esta secção (Electricidade e Combustíveis) certa de que tais números (420 e 460 milhões de kWh) se afastam largamente da realidade (...) vai analisar em pormenor as premissas de que resultou aquela conclusão.

Ao analisar essas premissas, o parecer demonstra o erro e aponta as suas causas. Mas tendo partido, para fazer esta demonstração, de princípios diferentes dos do Plano e mais exactos do que estes, o parecer chegou, natural mas acessoriamente, a previsão diferente para 1958; simplesmente, não fez a essa diferença nenhum comentário, porque ela não teve significação, limitando-se a verificar que o novo número é um pouco superior ao previsto no Plano.

Só a leitura muito rápida do parecer poderia ter levado ao convencimento de que a determinação desta diferença foi o objectivo das longas reflexões produzidas; a demonstração que se fez e não foi

[153] No ano corrente (1953) o *deficit* será superior a este por se tratar de ano muito seco, o que não afecta a conclusão a que se chegou; os números do Plano e do parecer referem-se a anos hidrologicamente médios, como expressamente se afirma neste último.

[154] Pág. 1121.

contestada (passou-se de 420 a 460 milhões para 100 e 180 milhões respectivamente) não tem a fluidez que a *Exposição* aponta. Tem, pelo contrário, solidez perfeita e importância que não é despicienda; se aquelas previsões fossem de aceitar, motivo de alarme teria o País[155].

Replicar à *Exposição* quanto a outras divergências entre o parecer e o Plano (inclusão das centrais da Bouçã, de Paradela e do Douro) ou fazer alguns comentários à magra proposta de electrificação ferroviária não parece interessante, como acima se diz. Tudo se arrumou pelo melhor — e é isso que conta.

Repete-se que o Plano de Fomento é uma pedra branca na política económica portuguesa não só pelo que ele próprio vale — que é algo sem ser muito — mas, principalmente, pelo que prenuncia de continuidade no caminho concreto da expansão industrial e da melhoria do labor agrícola — caminho que a Nação talvez venha a penitenciar-se de não ter tomado mais cedo, perdida a imaginar dúvidas onde a vida só mostra certezas, tolhida pelos fantasmas de uma ortodoxia política há muito defunta.

Um segundo ponto em que o parecer emendou o Plano respeita à inclusão das centrais de Bouçã e Paradela na lista das seleccionadas para o sexénio 1953-58.

Ao que se lê na *Exposição*, toda a gente estava de acordo com esta sugestão da Câmara, e o Plano foi até alterado em conformidade. Mas alguns perguntam com evidente lógica: se esta era a opinião geral, porque não figuravam essas centrais no texto do Plano quando veio a público? Porque é que o relator, tendo tido conhecimento prévio desse texto, não sugeriu a emenda antes da publicação?

Não sei responder à primeira pergunta; quanto à segunda, fiz oportunamente as possíveis diligências mas, como no caso dos *deficits* de produção atrás apontados, não consegui grande resultado. Muito antes da publicação do Plano (talvez pelo fim de 1951) foi-me mostrado num alto círculo oficial um primeiro programa das centrais a construir; verifiquei que, dos sistemas do Zêzere e do Cávado, apenas se consideravam Cabril e Salamonde, excluindo-se Bouça, Caniçada e Paradela. Manifestei desacordo e apontei aquelas razões que hoje são evidentes para muita gente. Graduei porém a minha divergência em dois níveis: o primeiro, mais grave, referia-se a Caniçada, cuja omissão classifiquei de

[155] Vistas as coisas em 1957, verifica-se que os *deficits* de produção hidráulica em 1953, 1954 e 1955, calculados da maneira mais desfavorável (considerados iguais à produção térmica total) foram respectivamente 326, 121 e 164 Gwh, números a comparar com as previsões do Plano que montam a 420, 460 e 380 Gwh e com as previsões da Câmara Corporativa, respectivamente 100, 180 e 140 Gwh. A concordância entre estes últimos números e a realidade é manifesta para 1954 e 55; a divergência relativa a 1853 resulta de este ter sido um ano muito seco, como já se observa numa das notas anteriores.

erro de palmatória (hábitos de catedrático...), porque sendo esta central um escalão de aproveitamento da albufeira de Venda Nova e tendo sido cara a construção desta, as regras mais elementares aconselhariam a aproveitar o máximo de queda para a melhoria económica do conjunto; o segundo, menos grave, referia-se a Bouçã e Paradela, com os argumentos conhecidos.

Dias depois, avisei a Hidro Eléctrica do Cávado do que se passava para que ela movesse as possíveis influências no sentido de evitar, ao menos, o erro de Caniçada, porque eu não ficara seguro das consequências do meu comentário.

Passados dois ou três meses, de novo me foi mostrada a lista das obras a prever; verifiquei com satisfação que se tinha incluído a central de Caniçada mas continuei a registar a omissão das outras duas. Como bem se presume, voltei à carga com as mesmas razões; mas não cheguei a levar o discurso ao fim porque fui interrompido com esta frase categórica: É inútil insistir; já está decidido definitivamente que não se incluem Bouça e Paradela.

Nunca mais falei no assunto a não ser como procurador à Câmara Corporativa, no parecer respectivo. Verifica-se, afinal, que a tal decisão não fora definitiva; só ocorre perguntar se não teria sido melhor ter prestado mais atenção ao conselho (aliás solicitado) e ter poupado ao Governo a alteração posterior do Plano.

Refere a *Exposição* que o Plano não abrangia o Douro nacional, ao contrário do que presumiu a Câmara (para sentir a volúpia de corrigir), como não abrangia o Côa e o Távora, contra o que no parecer *se supõe e aplaude.*

Bastam duas palavras de esclarecimento. O parecer da Câmara, ao referir-se à rubrica do Plano *bacia hidrográfica do Douro*, diz que *a produção que lhe é atribuída parece resultar da soma das produções de Carrapatelo (Douro nacional), Vilar e Tabuaço (Távora) e Vale de Madeira (Côa)*[156]. A conclusão é legítima porque a soma das três parcelas dá a quantidade inscrita no Plano; e a hipótese de que estas três centrais tenham inspirado os redactores do Plano é confirmada pela leitura dos documentos anexos que foram facultados à Câmara (relatório da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos) e ainda pelo facto de que a verba atribuída a linhas de transporte se harmoniza bem com este programa de centrais, como o parecer refere mais adiante[157].

Mas ao admitir que esta fosse a intenção do Plano quanto à bacia do Douro, o parecer procurou orientar-se e não corrigir; é até curioso citar que este é dos poucos pontos referentes à energia eléctrica que o parecer não corrigiu.

[156] Pág. 1124.
[157] Pág. 1132.

De facto, ao comparar os troços nacional e internacional do Douro, a Câmara limitou-se a afirmar que[158]

> (...) por falta de elementos seguros e sem tempo para os obter e meditar, não toma posição quanto à prioridade das centrais do Douro; só afirma, por ser verdade, que o Douro internacional é impressionante de força e de beleza.

O que se passa é que o relator conhece o Douro internacional há bons 12 anos mas, como engenheiro que se presa, não afirma a sua preferência por um aproveitamento sem conhecer, de fonte segura, os elementos hidrológicos, topográficos e geológicos que o definem; basta que o façam as pessoas sem responsabilidades. Por isso a Câmara Corporativa deixou ao Governo, que tem outros elementos de informação, o cuidado de fixar essa prioridade.

Quanto às centrais do Côa e do Távora, confirmo que o parecer as aplaude e só é pena que o Plano, tendo-as considerado (embora só em espírito), as tenha posteriormente enjeitado. Continua pois a não haver divergência entre o parecer e o Plano, pelo que continua a não fazer sentido que o parecer formulasse uma hipótese quanto à bacia do Douro com o propósito de corrigir.

É realmente pena que o Governo não seguisse a sugestão da Câmara Corporativa de incluir também o Côa e o Távora, se ainda lá não estavam, ou de os manter se já os considerara. O parecer faz a sua defesa e o relator mantém hoje essa posição; os argumentos são os habituais e figuram no parecer[159]: melhoria do caudal do Douro, preço de energia normal, aumento da capacidade de albufeiras — condição essencial para o mais completo aproveitamento do fio de água. É certo que, dada a grande flutuação dos regime hidrológicos, não se pode demonstrar, por a+b se estas albufeiras são ou não indispensáveis para construção imediata; o que se pode afirmar é que a sua existência melhoraria o abastecimento nos anos próximos futuros.

Uma única razão atendível se pode apontar para a exclusão destas fontes: a limitação dos recursos financeiros. Receio porém que essa exclusão tenha sido resultado do relatório americano sobre o Douro que, na ordem de prioridade das centrais desta bacia, *coloca* mal os rios afluentes *colocando-os* à cauda do cortejo com preços de produção para o Távora e para o Côa de 25,7 e 31,7 por kWh respectivamente, o que, à primeira vista, é de desmoralizar o mais animoso. Mas, para quem saiba ler o relatório, a conclusão é outra: o tipo de aproveitamento que os americanos propõem para os nossos rios não é o mais

[158] Pág. 1124.
[159] Pág. 1124.

conveniente para a economia eléctrica portuguesa; não nos interessa calcular as centrais hidráulicas para a produção possível nos anos muito secos; convém-nos antes construí-las para os anos médios, cobrindo com as térmicas de apoio a quebra de produção dos anos abaixo da média.

Penso mesmo que não vale a pena comparar os dois caminhos sob o ponto de vista do preço da energia, porque há um interesse que sobreleva esse: o de tirar dos nossos rios o que eles puderem dar, porque não temos carvão nem os recursos hidráulicos são ilimitados. É dentro desse critério que, ao que consta, se vai montar na central de Picote — e bem — o dobro da potência que os americanos sugeriram.

Por estas razões, quando a *Exposição*, enumera, no seu nº 7, a ordem de prioridades definida pelos americanos quanto à bacia do Douro e conclui que *estes são os factos que não precisam de adjectivos*, sente-se vontade de corrigir mais uma vez. Aquela ordem de realizações não é tão indiscutível como os profanos pensam; e a ideia, que parece aflorar na sua citação, de fazer executar seguidamente as 7 centrais do Douro sem entremear a construção com novas albufeiras (nada, pelo menos, se diz em contrário), é mais uma prova do amadorismo que anda infiltrado na resolução destes problemas.

O próprio relatório americano admite que algumas centrais de outras bacias devam ser interpoladas na série das centrais do Douro[160]; mas enquanto que para os americanos a possível causa de preferência é o preço da energia, para os portugueses deve ser também a possibilidade de conjugação.

Só me foi dado conhecimento do texto do Plano referente a electrificação ferroviária umas duas semanas antes da publicação. Não sei descrever se foi de irritação ou de cansaço o desânimo que se apossou de mim, por mais uma vez me parecer que o texto oficial se afastava daquele recto saber e prudente equilíbrio a que devia andar chegado. O que sei é que o meu comentário, já sem esperança, se exteriorizou por estas palavras que reproduzo tão fielmente quanto a memória mo permite. É ridículo que num plano desta envergadura a electrificação ferroviária seja representada por uma pequena linha suburbana; é igualmente ridículo que se justifique esta decisão com o fundamento de que não há energia para ir mais longe.

Mais uma vez se pediu uma opinião e se não escutou a resposta — porventura tida como ímpia. Foi preciso que o assunto viesse a público, que se escrevesse um parecer que não é positivamente um elogio para tornar o Plano aceitável em matéria de electrificação de comboios.

[160] *Memorandum Report*, pág. 28.

Há uma correcção feita pelo parecer ao Plano em matéria de electricidade que não tinha sido objecto de comentário particular. Lê-se no parecer geral[161]:

> É mesmo uma falta grave que se aponta ao Plano o ter previsto a satisfação do consumo até 1958 e não ter considerado que é necessário muito antes disso começar a construção de nova fonte para cobrir o aumento de procura a partir de 1959 a não se fazer assim, teríamos, a seguir a este ano e por um período de quatro ou cinco anos (tempo de construção de uma unidade grande), a impossibilidade de servir esse aumento. Seria uma perturbação enorme e um descrédito para a obra de electrificação e para o planeamento do seu programa.

E mais adiante, no parecer subsidiário da secção de Electricidade e Combustíveis[162]:

> Não parece de aceitar esta posição do problema; ao mesmo tempo que se constroem as centrais que hão-de alimentar o consumo dentro do próximo sexénio há que contar com aquela ou aquelas que, para além do seu termo, dêem continuidade ao ritmo desse consumo. O Plano não tem por objecto cuidar de alimentar o País em energia até 1958, desinteressando-se do futuro, mas computar quanto se deve despender até 1958 para assegurar o regular abastecimento antes e depois dessa data.

Confesso que quando me foi mostrado o texto do cap. III do Plano (Energia Eléctrica), para que o comentasse, não me saltou à vista a falha que os passos citados põem a descoberto; só depois da entrada do Plano na Câmara Corporativa, quando, de lápis em punho, comecei a folhear as estatísticas e a fazer contas como relator, é que notei a insuficiência de meios de produção para além de 1958 — nova causa de alteração do Plano.

As linhas precedentes resumem a acção do autor na manufactura do Plano de Fomento em matéria eléctrica — acção totalmente ineficaz, como fica dito. Não consegui fazer vingar uma só opinião; decididamente não tenho vocação para conselheiro — nem mesmo nas matérias em que me julgo habilitado. Não sei mesmo para que se consultam pessoas quando os seus pontos de vista são ouvidos com tão pouca atenção; não descortino se é insuficiente consideração por quem fala se é demasiada embófia de quem ouve — fruto de se afagarem as coisas

[161] Pág. 1093.
[162] Pág. 1124.

pela rama, como se faz ao mangerico, e se ficar com a sensação errada de que se meteu a mão até ao fundo.

Parece claro que o catedrático não corrigiu por volúpia, mas porque havia erros que o mereciam. Fica principalmente esclarecido que tentou evitar essa correcção em público, insistindo por ela, em vão, entre as quatro paredes de um gabinete. Só num caso o não fez porque não descortinou a tempo o erro minaz, acaçapado nos número do Plano; mas isso o confessa com a sinceridade de quem não sente peso na consciência.

CAPÍTULO V

A ELECTRIFICAÇÃO

55 — APRESENTAÇÃO

A electrificação é uma das necessidades do nosso século. É tão elástica nos seus usos a electricidade, tão avassalador o ritmo crescente do seu consumo, tão profunda a sua influência na vida moderna, que nenhum país civilizado deixa de inscrever na lista das suas preocupações mais instantes a tarefa de a produzir e espalhar, em termos de que nunca falte e de que em tudo seja perfeita.

Entre nós, foi depois da publicação da lei nº 2002 (Dezembro de 1944) que o Estado tomou decididamente o papel de impulsionador desta obra de primordial interesse; e sobressaiu tão notavelmente a grandeza de tal obra da bitola dos nossos hábitos, foi tão sentida a urgência da sua execução, que é fora de dúvida ter-lhe nascido uma raiz que se lançou bem funda na consciência do povo; dela se pode dizer, como de certos conferencistas e em alguns casos com mais razão, que não precisa de ser apresentada.

Pelos motivos que serão ditos no prefácio, abandonei a ideia inicial de tratar neste livro o tema vasto da electrificação na sua estrutura multiforme. Pareceu-me mais oportuno limitar o programa destas páginas ao aspecto de maior actualidade — as tarifas; mas sinto-me tentado, para não abandonar inteiramente o campo, a aproveitar estas primeiras linhas de inútil apresentação para focar, fora daquele programa, algumas generalidades essenciais, que andam já na boca do Mundo mas nem sempre tratadas com a precisão requerida.

a) *Continuidade da electrificação.* Vários indícios levam a supor que nem sempre é vista em verdadeira grandeza a necessidade sem fim de acrescentar sempre mais, em ritmo crescente, o equipamento nacional de produção, transporte e distribuição. Ora se afirma que o peso da importação desse equipamento se aliviará finda a montagem das primeiras centrais do programa em curso, ora se pergunta quando está

pronta a rede, ora se indaga quanto custa a electrificação portuguesa. A primeira afirmação não é verdadeira; as duas perguntas que se lhe seguem não têm resposta.

Já no nº 51 se comentou a falsa ideia de que um país é susceptível de dar por finda a sua electrificação (ou industrialização) como o alfaiate acaba um fato. As estatísticas dos último 30 ou 40 anos nos principais países da Europa e da América revelam que o consumo de energia se mantém, na sua linha geral, com o aumento médio de 7% ao ano, o que significa a duplicação em cada 10 anos; e nem mesmo naqueles que vão à frente, onde o desenvolvimento é maior e o consumo específico mais alto se notam indícios de saturação.

Pelo contrário, os números que balizam os progressos da técnica situam-se cada vez mais altos, única forma de satisfazer as exigências crescentes do consumo, e sofreram, entre o começo da última guerra e os dias de hoje, uma subida quase vertical: as maiores máquinas das centrais térmicas europeias, que andavam por 50 a 60 MW, situam-se hoje à roda dos 100; as maiores tensões de serviço passaram de 220 a 400 kV, as maiores potências de corte dos disjuntores, que não iam além de 2 500 MVA, já cobrem os 5 000 MVA e avançam para os 10 000.

A noção de que é preciso duplicar todo o equipamento eléctrico de uma país em cada período de 10 anos ou, mais claro ainda, o conhecimento de que o ritmo português actual excede a média mundial atrás indicada e se aproxima antes dos 10%, com a duplicação do equipamento ao fim de 7 anos; o saber que esse aumento de consumo representam hoje, em valor absoluto, 100 milhões de kWh (com tendência para crescer) que é preciso gerar, transportar e distribuir a mais em cada ano — estes factos, bem compreendidos e bem meditados no seu avanço assustador, mostram o risco que se corre se deixamos afrouxar a cadência de novas construções de centrais e de linhas.

Se pensarmos que uma central hidroeléctrica de tamanho médio pode produzir 50 a 100 milhões de kWh anuais e que uma central grande (para as condições dos nossos rios) pode atingir 300 ou 400 milhões, se pensarmos ainda que as centrais de Castelo do Bode e Vila Nove para pouco mais dão que para substituir a energia térmica das principais centrais de serviço público, que atingiu 438 milhões de kWh em 1950, e que Belver está largamente comprometida para a fabricação de amoníaco, ter-se-á a noção exacta de que a marcha das novas construções terá que ser ininterrupta para não nos atrasarmos — terá mesmo que comportar obras simultâneas, contados 3 a 5 anos como tempo mínimo de construção.

É por isso que quando algumas pessoas, cépticas ou mal esclarecidas, tímidas ou comodistas, dizem palavras negativas ou simplesmente desencorajantes deste esforço, que é a própria vida de uma nação em marcha, se estão tornando, talvez sem plena consciência, os responsáveis pelas faltas ou dificuldades que virão a sentir-se alguns anos mais tarde.

É dos livros que ter boa memória não é virtude dos povos; tudo que passa esquece. Para refrescar memórias fracas recordo as duras limitações de consumo de energia eléctrica que o Norte do País sofreu desde 1943 e teve o seu período mais agudo em 1949, ano em que as restrições duraram 8 meses e o consumo chegou a estar reduzido, em princípio de Setembro, a 40% do valor normal. Os que tiverem empenho de conhecer em pormenor o que então se passou, para medirem o que poderá tornar a passar-se, e tiverem fôlego para acompanhar monótona compilação de números, lerão com proveito o Anexo no fim deste volume.

b) *Prioridade de construção.* É assunto que preocupa muita gente a ordem por que devem construir-se os aproveitamentos hidroeléctricos conhecidos. Há bons 10 ou 11 anos, ainda as ideias de electrificação estavam *in ovo*, houve quem defendesse o critério de que, antes de se tomar posição quanto às centrais hidráulicas a preferir para as primeiras construções, se deveria fazer o estudo completo de todas as quedas viáveis, para então se escolherem da lista as que oferecessem melhores características de preço da energia. Como se há-de escolher bem, se não se conhecem todas as soluções possíveis? — perguntava-se com aparente lógica e, ao mesmo tempo, com total desconhecimento do problema. Não se contava com o tempo exigido por tal método (que não consta tenha sido aplicado alguma vez) e fantasiavam-se vantagens que não existem, como veremos algumas linhas adiante a propósito do pequeno valor que tem o escalonamento das centrais baseado no preço de custo da energia.

Quase ao mesmo tempo, outro critério, igualmente errado por se basear, como o anterior, em ideias abstractas de pessoas alheias às realidades, veio aumentar a confusão dos espíritos: pretendia-se que em vez de se iniciar a construção de novas centrais em dois sistemas diferentes, um no Norte e outro no Centro, como estava pensado desde início e veio efectivamente a fazer-se, se concentrassem as atenções num só sistema, o do Zêzere, cujos estudos estavam mais adiantados.

Aos olhos do técnico saltam imediatos os inconvenientes da solução. Em tempo normal, a alimentação da rede de transporte a partir de um só posto torna esta mais cara e reduz a segurança de serviço, porque a avaria numa linha afecta geralmente maior zona consumidora; em período perturbado de guerra ou agitação interna, a concentração em área restrita das maiores fontes de energia é de um perigo evidente; e a instalação dessas fontes na mesma bacia hidrográfica elimina a vantagem das compensações de potência que podem dar-sè entre centrais de bacias diferentes — compensações que não são de desprezar, mesmo em países, como o nosso, em que os regimes hidrológicos dos diversos ricos são essencialmente do mesmo tipo.

Mais tarde, já começados os trabalhos de Castelo do Bode e Vila Nova apareceram novas ideias: não deveriam concluir-se os sistemas do

Zêzere e do Cávado (exceptuadas as duas centrais já começadas — erradamente segundo alguns) dando-se, pelo contrário, prioridade a outras centrais reputadas de mais baixo custo de produção; e esta doutrina ganhou rapidamente numerosos adeptos. O problema hidroeléctrico português tornou-se então um curioso *puzzle* em que as pessoas se divertem a pôr o Douro à frente do Tejo, ou o Tejo atrás do Ocresa, ou o Ocresa adiante do Zêzere, ou o Zêzere por cima do Côa, à procura de uma ordenação óptima que tem seu quê de cabalístico. Quatro ricos alinhados passaram a constituir o que chamam um plano.

Tudo isto tem pouca base; não pode dizer-se que a ordenação segundo os preços de custo seja destituída de valor, mas está longe de ter a importância que lhe empresta o volume da discussão de que é alvo e a preferência que muitos lhe dão sobre outros temas de mais relevo, dos quais ninguém se ocupa: o transporte de energia, o apoio térmico, a grande e pequena distribuição, a evolução do consumo (na qualidade e no ritmo), a exploração das albufeiras, a repartição das cargas activas ou reactivas, etc. Julgo que esta preferência reside em que abordar estes temas exige saber e o falar da prioridade das centrais é quase conversa de sala em que qualquer participa.

A ordem de construção das centrais hidroeléctricas pode ser condicionada por diversos factores impostos pela natureza do consumo, entre eles: o grau de regularização, dependente de ser mais necessária em dada época a energia de Inverno, a energia de Verão ou a energia regularizada todo o ano; a potência instalada, subordinada ao volume das necessidades a suprir em potência ou energia; o tempo de construção, quando haja urgência em conseguir rapidamente a entrada em serviço de nova unidade; a localização, dependente da posição dos consumos a servir, porque o transporte mais curto é mais seguro e mais barato, sabido que sob esse aspecto a posição óptima da fonte é o centro de gravidade dos consumos. Mas não são estes os parâmetros à volta dos quais normalmente se discute; a inclinação das pessoas decide-se quase sempre pelo preço de custo do kWh nas barras da central, como foi dito, o que torna a maioria das discussões menos útil do que aparenta ser.

Antes de mais nada observe-se que, se dado local ou dado rio não reúnem condições favoráveis ao seu aproveitamento hidroeléctrico e se, portanto, a estimativa do custo das obras se afigura elevada para a quantidade de energia produtível, a unanimidade de opiniões é manifesta; o assunto é abandonado sem mais discussão. O que está em causa é a legitimidade da comparação de centrais com preços de produção dentro de *limites razoáveis*, diferindo em geral entre si um número dígito e pequeno de centavos por kWh.

Aceitemos, como primeira hipótese, não coincidente com a realidade, que os preços do kWh estão calculados com precisão. Se nenhum dos factores apontados acima justificar o contrário, a priori-

dade estabelecida pelo preço de produção é legítima mas não é tão essencial como se presume. Por um lado, como o preço da produção pesa pouco nas tarifas de distribuição (como veremos adiante), uns centavos por kWh a mais ou a menos nas barras da central, incidindo na parcela de energia gerada na nova fonte, não afectam de maneira sensível as tarifas de venda nem o equilíbrio da exploração, considerada esta em conjunto; por outro lado, se a central mais económica se não fez agora far-se-á dentro de alguns anos, e a diferença dos preços de custo, se teve influência, teve-a apenas nesse intervalo de tempo.

Se admitirmos agora uma segunda hipótese, que corresponde quase totalmente aos casos correntes, em que os preços se baseiam na análise de ante-projectos ou simples esboços, com estimativas de custo sem garantia e com avaliações de produção sem consistência, se pensarmos no que há de precário em tais valores, tida em atenção a contingência, se pensarmos no que há de precário em tais valores, tida em atenção a contingência destas obras ainda quanto estudadas em pormenor, concluir-se-á que nenhum significado se pode atribuir às contas assim elaboradas e que o tal critério de prioridade é tão falível, que mais prudente é não o enunciar. Alguns exemplos recentes documentam o que fica dito.

Acresce que o problema do transporte, que se mencionou atrás, quase nunca se apresenta de maneira igual para duas centrais diferentes; e esquece-se quase sempre que a diferença de preço de uns centavos no custo do kWh nas barras pode ser ultrapassada pela diferença dos encargos de transporte até às subestações transformadoras. E pode suceder então que aquele falso critério de prioridade a que as centrais, catalogadas pela ordem suposta ideal, surjam salteadas nos pontos mais dispares do território; e isso obrigará a uma rede de transporte dispendiosa e mal utilizada. Adverte-se que parece haver aqui — e há na realidade — certo antagonismo com o que foi dito sobre os inconvenientes de concentrar num ponto toda a produção. Há pois que aceitar uma solução de compromisso que dê certa dispersão às centrais sem onerar demasiadamente as linhas; e daí o inferir-se, sem receio de contradita, que devem concluir-se os sistemas do Zêzere e do Cávado e devem localizar-se as futuras centrais tendo em conta, até onde for aceitável, o escoamento económico da sua energia.

Dispenso-me de apresentar programa de futuras construções. Como é problema acessível e de muitas soluções possíveis, deixo-o ao cuidado dos que tiverem gosto e honra em resolvê-lo, na suposição de que encontraram a solução única.

c) *Consistência dos planos*. É regra quase sempre esquecida que a planificação da construção de futuras centrais só faz sentido quando aplicada naquela parcela que o Estado execute por si ou por empresas que ele comande. Enquanto vigorar a actual Lei de Águas, os particulares têm o direito de requerer concessões hidroeléctricas, que o Estado

deverá deferir sempre que se apresentem em condições convenientes, o que virá perturbar a geometria dos planos oficiais; e há portanto que esclarecer a posição, ou dando a estes, expressamente, um carácter supletivo e a elasticidade que lhes permita adaptarem-se às deficiências da iniciativa privada, ou dando uma guinada para a esquerda, a reservar para o Estado, em tendência colectivista, a iniciativa de todos os novos empreendimentos. Esta última feição praticou-se entre nós durante alguns anos, mas considero que não foi feliz; não julgo útil explicar porquê.

A tendência planificadora integral, como se esboça entre nós, nasce de certa análise superficial dos factos. A publicação da lei nº 2002 e o programa de construções que, sob o patrocínio do Estado, se lhe seguiu e que, com ou sem razão, se diz seu fruto, resultaram de manifesta insuficiência das actividades privadas para satisfazerem nalguns aspectos as necessidades de energia eléctrica do País, em preço, quantidade e segurança. Acrescente-se que em defesa dos particulares se pode alegar o efeito retardador daquele período de absorção estatal a que me refiro acima, em que alguns pedidos insistentes foram indeferidos por doutrina; não pode assegurar-se que do seu deferimento viesse grande contributo para modificar a situação, mas não se pode evitar que o argumento seja invocado com fundada lógica.

Mas ao entusiasmo com que o público acorreu nas primeiras emissões de capital sucedeu o abandono quase completo, que a depressão financeira que começou a manifestar-se em 1947 explica mas não justifica inteiramente. Compreende-se mal o desinteresse pela aplicação de capitais numa actividade industrial em constante progresso, que se não tem a dourada miragem do lucro fácil também não tem o risco da aventura infeliz, numa actividade em que não há crises, em que o ritmo de aumento de consumo se mostra através de dezenas de anos de uma constância inabalável, numa indústria que, não tem sequer o risco da novidade, porque é conhecida entre nós e no estrangeiro desde o fim do século passado. Até na grande depressão mundial que começou em 1929 e se prolongou por quase meia dúzia de anos, a indústria da produção, transporte e distribuição de energia só superficialmente foi afectada e nem o foi em todos os países; porque se houve quebra de consumo nos usos industriais, continuou a progressão nos usos domésticos e na iluminação; e esta última, se movimenta pouca energia, ocupa geralmente posição de relevo no movimento da caixa.

Deste desinteresse dos particulares resulta que a maior parte do que de novo se tem feito o tem sido à custa do Estado ou de organismo que ele dirige; e algumas iniciativas de real interesse técnico, que ainda se lançam à conquista da posição de produtores hidroeléctricos, aguardam durante anos a comparticipação do Estado, porque não conseguem reunir por si mais do que uma parcela ínfima dos fundos necessários para a obra que projectam.

Só por força desta situação, um pouco anómala e que nada garante se mantenha, o Estado pode fazer programas de construção de centrais sem correr o risco de ver as suas preferências substituídas por preferências de outrém, e tão boas como elas. E repete-se, porque é essencial ao bom juízo da questão: o problema da ordenação das centrais é susceptível de várias soluções praticamente equivalentes.

d) *Potência das centrais.* Na época heróica de 1930, em que a *Estatística das Instalações Eléctricas* começou a lançar o grito do bom combate, quando não excedia 5 o número de centrais neste País com mais de 5 000 kW, e a potência média não chegava a 400 kW, era a crítica a esta pequenez e às suas desfavoráveis consequências uma das notas todos os anos na brecha.

Lançada pelo Estado a construção das centrais de Castelo do Bode e Vila Nova com potências em escala europeia (respectivamente 130 e 80 MW), observa-se com desgosto, porque é nova fonte de confusão, que pessoas mais ousadas que esclarecidas ao lerem estes números e ao escutarem o eco daquelas passadas reflexões, avançam com decisão que já não interessa construir centrais de 10 ou 20 MW.

Há vários erros nesta opinião. Antes de mais nada, ela é uma generalização ilegítima do comentário que sistematicamente se fez contra as centrais de algumas dezenas ou centenas de kW, em que tudo é caro, e em que só os salários do pessoal sobrecarregam cada kWh com alguns centavos ou até dezenas de centavos; e diz-se ilegítima porque basta que se atinja uma meia dúzia de milhares de kW para que o encargo de pessoal praticamente se anule, reduzindo-se a verbas irrelevantes, da ordem de um centavo ou inferiores. O outro erro de tal opinião reside em que uma central hidroeléctrica não se monta com a potência que se quer mas com aquelas que as condições naturais lhe permitem; e se nos fazemos biqueiros, abandonando estas centrais, que são médias ou pequenas mas não são mesquinhas, arriscamo-nos a deixar sem aproveitamento uma parcela apreciável dos recursos do País. Finalmente, um outro erro existe ainda naquela precipitada opinião; nada nos garante que o preço de construção por kW seja maior numa central média do que numa central grande, porque pode até dar-se o contrário se as condições do local o proporcionarem, e nada impedirá então que a central média forneça energia em condições de preço e regularidade equiparáveis às das maiores unidades.

Pergunto a mim mesmo se este desdém pelo que é modesto de aparência, embora sólido de virtudes não é o sensacionalismo do *kolossal*, o mesmo que leva a sonhar com a construção de barragens e a desconhecer os problemas menos vistosos da distribuição. E comete-se a injustiça de dizer que essa humana fraqueza é pecha dos técnicos.

Se olharmos para os países do centro da Europa, notaremos depressa que nem sós as centrais de imponente grandeza contribuem para a alimentação das redes. Se tomarmos concretamente o caso da

França, cuja produção anual de energia anda na casa dos 30 000 milhões de kWh /30 vezes superior à nossa) e registarmos, para só referirmos instalações modernas, o número de centrais hidráulicas que a *Eletricité de France* pôs em serviço nos 4 anos que se seguiram ao fim da última guerra (1946-49), encontraremos os seguintes números:

Centrais com mais de 20 MW:	
13 centrais com a potência de	820 MW — 81%
Centrais até 20 MW:	
21 centrais com a potência de	190 MW — 19%
Total	1010 MW

Estas 21 pequenas centrais — e registe-se que chamo pequenas a unidades com a potência média de 9 000 kW, pelo que espero as não confundam com brinquedos — não têm evidentemente grande peso no total da potência instalada, mas sempre atingem perto de 20%, o que não é para desprezar; mas uma coisa é reconhecer que elas, só por si, são incapazes de resolver os problemas de um país pela exiguidade da potência e pela dificuldade de assegurarem a estabilidade de marcha de uma rede e outra, muito diferente, é afirmar que não têm interesse ao ponto de deverem ser hostilizadas. Tudo está em se saber quanto custam.

Outro exemplo, parecido com este como irmãos gémeos, nos dá a Inglaterra que, apesar de ter condições de excepcional favor para a produção de energia térmica e já ir com o consumo anual acima dos 50 000 milhões de kWh, tem procurado aproveitar a pouca energia hidroeléctrica de que dispõe, sobretudo no norte da Escócia. Segundo o último relatório oficial do *North of Scotland Hydro-Electric Board*, fundado em 1943, as centrais hidroeléctricas projectadas por este organismo, que se encontravam em exploração, construção ou estudo no fim de 1950, somavam 913 800 kW com a produção anual calculada em 2 672 milhões de kWh; de acordo com a sua potência essas centrais dividem-se assim:

Centrais com mais de 20 MW:	
11 centrais com a potência de	612 MW— 78%
Centrais até 20 MW:	
22 centrais com a potência de	177 MW— 22%
Total	789 MW
Centrais ainda não especificadas	125 MW
Total geral	914 MW

As médias de potência de cada um dos grupos de centrais são respectivamente 56 e 8 MW; estes valores, bem como as percentagens de repartição da potência total, são notavelmente semelhantes aos do caso francês.

Mais uma vez se recomenda não cair em soluções extremistas. Não tem defesa, nem no campo da técnica nem no da fidalgia de sentimentos, que, mal acabados de sair de um regime de pulverização inclassificável, avancemos palavras desdenhosas para as coisas que possuem a virtude modesta da média mas não satisfazem os exageros de quem muda de categoria rapidamente demais.

56 — DUAS LINHAS DE HISTÓRIA

Corria o ano de 1934. A união Internacional dos Produtores e Distribuidores de Energia Eléctrica (UNIPEDE), organismo com sede em Paris, pouco conhecido em Portugal nessa época, efectuava em Zurich e Lausanne, no fim de Agosto e primeiros dias de Setembro, o seu 5º Congresso.

Desejosa de contar mais um país aderente, a UNIPEDE dirigiu convite nesse ano ao Estado Português para que se fizesse representar naquela assembleia; e quem escreve estas linhas foi nomeado delegado oficial a esse congresso, onde teve a satisfação de ir encontrar uma meia dúzia de portugueses. E recorda, de passagem, com um fio de saudade, que num quarto de hotel em Interlaken ajudou a rematar um feixe de quadras em francês, que um dos nossos patrícios compusera e veio a ler com grande êxito no jantar de desta dessa noite[1].

Apresentaram-se ao congresso variados trabalhos sobre o resultado da aplicação de tarifas degressivas aos usos domésticos, em diversas cidades da Europa; as conclusões deduzidas e a discussão a que deram origem foram, para o delegado oficial português, a nota mais sensacional daquela reunião.

Embora conhecido desde a entrada do século o princípio teórico das tarifas de preço decrescente, só depois da guerra de 1914-18 a electrificação doméstica avançou os primeiros passos seguros e só à roda de 1930 as tarifas degressivas começaram a ter na Europa verdadeira divulgação. O congresso de 1934, sem esconder suas dúvidas e reticências ante a novidade (ainda hoje não eliminadas totalmente), foi a consagração dos novos sistemas tarifários.

Até então, em Portugal, a intervenção oficiosa da Direcção dos Serviços Eléctricos na elaboração de tarifas de venda de energia, no sentido de as tornar mais justas, mais adequadas ao fim em vista, o qual é o de se adaptarem com equidade às condições técnicas do consumo, quase se tinha limitado à alta tensão, procurando fazer intervir dois parâmetros à data pouco familiares: a utilização e o factor de potência. A tendência dominante, contra a qual se lutava e que infelizmente ainda tem cultores, era o estabelecimento do preço fixo por unidade de

[1] Eng. Gustavo de Aula Paris.

energia; as soluções *excessivamente fáceis*, que os olhos dos profissionais tomam como infantis, são tentadoramente belas na análise superficial dos que não têm preparação.

Depois daquele congresso, passaram os nossos cuidados a abranger as tarifas de baixa tensão; a necessidade da sua modernização, dentro dos caminhos que com tanto êxito se afirmavam pelo mundo, já não oferecia dúvida. Não faltou, como sempre, a oposição; pessoas mal habilitadas para entenderem a nova mecânica, distribuidores receosos de que a inovação lhes afectasse os réditos — todos estes rumores se levantaram, trazendo até aos Serviços os argumentos mais desconcertantes. Mas as novas ideias tarifárias, justas e elegantes, estavam lançadas definitivamente; a reacção era inútil.

É por isso que, um ano e meio depois, ao criar-se em Março de 1936 a Junta de Electrificação Nacional, de que fui o primeiro presidente e o primeiro desiludido, logo no acto da posse, no gabinete do Ministro das Obras Públicas, afirmei:

> A Junta de Electrificação sabe o que deve fazer: promover a produção, transporte e distribuição da energia eléctrica dentro das largas possibilidades dos recursos nacionais, nas melhores condições de preço e de garantia, com tarifas de país europeu...

Lentamente, entre dificuldades e controvérsias sem fim, alguma evolução se conseguiu no aperfeiçoamento das tarifas. Até aí, o panorama tarifário em baixa tensão tinha um sabor oitocentista e limitava-se, com excepção de poucos casos, a uma fórmula sumária e grosseira, expressa geralmente por estas palavras e números:

Iluminação	2$50
Outros usos	1$50

Começaram então as *tarifas de país europeu*: tarifas em escalões para usos domésticos e regimes especiais para usos industriais, usos agrícolas, usos comerciais, casas de espectáculo, escritórios, montras e anúncios luminosos, aquecimento, etc., etc.

Apareceram as primeiras aplicações da nova doutrina em 1937. As Companhias Reunidas Gás e Electricidade, ou porque se deixassem convencer pela insistência dos serviços oficiais ou porque se tivessem convencido por si próprias, puseram espontaneamente em vigor na rede de Lisboa a tarifa doméstica degressiva, que foi suprimida durante a guerra devido à falta e ao preço do carvão. Pelo lado oficial, aproveitaram-se todos os cadernos de encargo de novas concessões ou simples ajustamentos de tarifas para impor obediência aos novos princípios. E assim, embora sob modalidades diferentes, a título experimental, eles

foram sucessivamente postos em prática no grupo de concelhos de Almada, Seixal, Palmela e Sesimbra, depois em Ancião, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Penela, logo a seguir em Elvas, Estremoz e Miranda do Corvo; em 1939 alcançou-se a grande oportunidade de lançar o sistema no Porto; e daí para diante a regra tem-se estendido a muitas dezenas de concelhos.

Embora sempre recebida com agrado por numerosos consumidores, a aplicação destes novos princípios tarifários não trouxe, salvo em casos restritos, aquele aumento rápido de consumo que parecia razoável esperar. Várias razões o justificam. Primeira, o carácter rural e pobre de algumas áreas, onde estes aperfeiçoamentos da electrificação não se difundem facilmente por falta de nível económico ou cultural; segunda, a falta de propaganda do distribuidor, porque não basta, para conhecimento, compreensão e convicção da grande massa consumidora, que se publique no *Diário do Governo*, que a multidão não lê, um quadro de tarifas, de aspecto geralmente rebarbativo para quem não seja do ofício; terceira, a falta de auxílio ao consumidor, porque o distribuidor não se interessa, na maioria dos casos, por facilitar àqueles a experiência e a consequente compra de receptores eléctricos a preços acessíveis, sem as altas percentagens de lucro a que o comércio se habituou neste ramo; quarta, o desinteresse desse mesmo distribuidor por organizar a venda de material a prestações suaves, forma reconhecida em toda a parte como elemento de relevo na difusão do consumo; quinta, a insuficiência das redes, porque nem a maioria destas está em condições de suportar as potências pedidas pela electrificação doméstica, nem os distribuidores são sempre solícitos em fazer os reforços ou extensões que lhes sejam pedidos, pensando que com isso só auferem consumos pagos pelos escalões baixos da tarifa; sexta, a própria imperfeição ou insuficiência das tarifas, porque constituindo elas os primeiros passos num caminho novo e resultando do choque de uma tendência renovadora contra a reacção desactualizada, nem sempre terão saído perfeitas.

Estes aspectos do estado das redes e da idoneidade dos distribuidores, muitas vezes incapazes de doutrinar ou satisfazer os consumidores, porque não possuem eles próprios as luzes da doutrina, foram causa inicial de dificuldades e são ainda hoje um dos problemas sérios da electrificação portuguesa em que, parece, a política não gosta de bulir; mas não nos deteremos na sua apreciação, porque a matéria faz parte daquele grupo de assuntos que desisti de tratar[2], só se lhe fazendo esta menção pela incidência que tem nas tarifas e seu êxito.

Há copiosa literatura sobre este pormenor; para dar ideia da posição do problema faço uma só citação de texto já antigo, a um tempo categórico e autorizado: um passo do relatório que a Comissão de Tari-

[2] Ver *Prefácio*.

fas da União de Centrais Suíças publicou em 1933 e que era portanto um documento actual à data do Congresso de 1934:

> Le développement de la consommation d'énergie électrique ne dépend pas en premier lieu de la forme des tarifes, ni même des pris de l'énergie. D'autres circonstances exercent une plus forte influence: ce sont les conditions économiques de la contrée desservie, les efforts faits par les entreprises pour développer les applications de l'électricité, la propagande générale et surtout individuelle, les facilités accordées pour l'achat et l'installation des appareils, etc. Ces efforts forment la base indispensable qui permet à des pris appropriés de l'énergie et à la forme des tarifes d'exercer pleinement leur influence favorable.

A tarefa dos Serviços oficiais portugueses não se limitou, porém, no campo das tarifas, à introdução de critérios novos; incluiu também, persistentemente, o propósito de reduzir o valor médio dessas tarifas. Não é possível exprimir numericamente com precisão a influência dessa campanha, tão obstinada como silenciosa, pesando, ora directa ora indirecta, em algumas dezenas de contratos; mas talvez não seja exagero afirmar que entre 1930 e 1940, período de moeda estável, o preço médio da energia negociada em alta tensão desceu cerca de 30% no conjunto do País.

Também é certo que uma vez por outra aqueles Serviços tiveram a satisfação de contribuir para o aumento de algumas tarifas, mantidas em níveis absurdos pela casmurrice (quase diria maldade) de algumas autoridades municipais, agarradas a textos do tempo em que o pão custava 70 réis o quilo e o bacalhau era a 12 vinténs. Descer uma tarifa num dia e subir outra no dia seguinte era acontecimento normal naquela época; nem nos dominava a psicose da baixa nem subordinávamos as soluções ao jeito do prestígio pessoal; procurávamos apenas ser justos.

Desta confissão do que fiz de bom e de mau, durante 10 anos, a complicar as tarifas e a subir e descer os preços da energia (bem mais descer do que subir), desacompanhado de cima, numa posição em que valia mais a convicção das pessoas do que a força da lei — que não era nenhuma — só peço se conclua haver em meu favor uma réstia de autoridade para fazer algumas reflexões sobre este momentoso assunto.

57 — OBJECTIVOS DA ELECTRIFICAÇÃO

A política tem um arsenal limitado de recursos para levar a água ao seu moinho — como quem diz levar os homens à sua doutrina. Resulta desse facto que os processos se repetem algumas vezes e que os argumentos capazes de convencer voltam de tempos a tempos, como se fossem novinhos em folha, quando não passam de objectos usados com uma demão de tinta de outra cor.

Houve tempo em que os sequazes de certa política prometiam, no verbo inflamado dos comícios, que os géneros de alimentação se venderiam quase de graça, quando surgisse a alvorada redentora de novo regime de governação; nos últimos 6 ou 8 anos — hoje começa-se a ser mais prudente[3] — os órgãos de propaganda de outra política prometeram com insistência, mais modestamente mas sem base muito maior, electricidade a baixo preço, sem discriminação. Jornais, revistas, discursos, folhetos de vária natureza, desde a publicação da lei nº 2002 que anunciam e repetem o aliciante estribilho da *electricidade barata* — expressão que todos usam mas ninguém define; os arautos da grande nova copiam-se uns aos outros sem averiguarem ao certo de que se trata. A cerca de quarenta anos de distância, as duas fórmulas são irmãs; estranho a uma e a outra, julgo fazer justiça em afirmar que, se as une o mesmo propósito de conquistar simpatia, me parece distingui-las o haver na primeira, apesar da exaltação colectiva da época, um pouco da consciência de não estar na verdade, tão contrária ela se apresentava às leis inflexíveis da economia, e o estar na origem da segunda uma ignorância ingénua, embora não desculpável, sobre as reais virtudes da energia hidráulica.

Habituados desde o começo do século a ver ou ouvir dizer que a energia eléctrica consumida em Lisboa provinha da central de Belém, onde se queimava carvão comprado a peso de boas libras — no tempo em que as libras eram alvo da nossa humilde admiração — os lisboetas construíram a ilusão de que se a energia passasse a ser fruto da água, que nem se consome com o gerá-la nem custa dinheiro porque corre no rio gratuitamente, o seu preço deveria descer a valores nunca sonhados. E quando começou a obra dos novos aproveitamentos hidroeléctricos, esses mesmos lisboetas perguntaram timidamente a si próprios se a hora teria chegado, e alimentaram a esperança, mal concretizada, de virem a consumir uma coisa confusa a que chamavam *electricidade barata*; e como para o vulgo, sempre atento ao seu orçamento doméstico e pouco em contacto com os vastos horizontes da produção, *electricidade* é sinónimo de *luz eléctrica*, o sonho degenerou nisto: *luz eléctrica barata*. Desse sonho feliz, que chamarei de prata porque não tem alcance para se dizer dourado, dessa quimera em que entra a realidade na proporção em que entra o perfume no peso de uma flor, pronto fizeram alguns alçaprema de propaganda. E foi pena, porque foi erro; só é eficiente propaganda o que tem base.

Só se ganhou com isso radicar como certeza o que era incerta aspiração, alargá-la da capital até à raia espanhola e criar multidões de descontentes que nunca teriam pensado em reclamar a sonhada barateza se lhe não acenassem com ela; a electricidade para luz não é, nas con-

[3] Este texto é de 1954.

tas caseiras, verba de tal volume que leve alguém a fazer dela reivindicação social. Mas atiçada para aquele lado, embora em verba de pequena monta, a esperança de uma redução de preço — uma excepção no fatalismo económico da subida — todos nós ouvimos a insistência com que à nossa roda se falou e ainda se fala no embaratecimento da luz — a insistência da criança que rabuja por um brinquedo que lhe prometeram, sem cuidar de saber da autoridade com que o fizeram.

Como um dos pioneiros, que me ufano de ser, da obra de electrificação, sei que há nela virtudes bastantes para lhe caber lugar entre os grandes problemas nacionais, sem precisar da esmola de uma meia verdade, que as vozes dos pregoeiros converteram falsamente numa verdade inteira, porque viram nela a maneira mais directa de espevitar a multidão desatenta. E porque na ideia da electrificação participei, na medida em que pude, sempre protestei contra o elogio que dela se fez que excedesse a expressão serena da verdade — por ser verdade e por ser bastante; mas não estava em minhas mãos impedir que o pregão da obra se degradasse, prometendo vantagens indevidas ou deixando-as pressentir ao pequeno consumidor de luz.

Nos relatórios da *Estatística das Instalações Eléctricas*, onde 9 anos consecutivos (1931-39) procurei empurrar e justificar a electrificação, não me lembro de ter usado a expressão *electricidade barata*; e no relatório que antecedeu a proposta de lei que veio a ter o nº 2 002, as referências ao preço da energia são rodeadas de precauções que não permitem se conclua que com elas se aspirava à vitória fácil de agradar à multidão, como o aliviar-lhe nuns magros escudos mensais os orçamentos domésticos; do que se escreveu melhor se concluirá que se fitava o objectivo mais alto de lhe melhorar a vida, pelo alargamento dos meios de produção e consequente subida do nível económico.

A obra de electrificação, para se impor ao respeito dos portugueses, não precisa que lhe apontem virtudes que não tem, nem aceita o favor de zeladores que se empenham em entortar o que é recto para a engalanarem com postiços que lhe não assentam bem.

Pondo de parte a questão das tarifas, de que falaremos depois — a tal barateza postiça — a obra de electrificação foi ideada e defendida com os objectivos seguintes, uns já conseguidos e outros a conseguir quando Deus iluminar os homens:

a) A produção das centrais hidráulicas de Castelo do Bode e Vila Nova, as primeiras que entraram em exploração quase simultânea, se fosse obtida por via térmica, consumiria cerca de 300 000 toneladas anuais de carvão, que custam hoje à roda de 150 000 contos; os dois sistemas do Zêzere e do Cávado, quando se completarem, darão em cada ano o equivalente a um milhão de toneladas de carvão, isto é, quase tanto como o País importava antes da guerra para todos os seus usos. Ao ritmo a que está crescendo o nosso consumo — 11% ano, susceptível de aumentar se se cumprir sem tibieza um modesto programa

industrial — não será despropositado pensar que no fim do decénio corrente, lá para 1960, estaremos a produzir perto de 3 000 milhões de kWh para ocorrer às necessidades do território metropolitano. E se tivermos o tino bastante para prosseguir na obra, permitindo gerar por via hidráulica toda essa energia, teremos feito o esforço equivalente à economia anual de um milhão e meio de toneladas de carvão.

Este contributo crescente da produção hidráulica para a melhoria do comércio externo, assente que o desafogo dos últimos anos, como já foi dito, o temos como precário, reveste-se de importância excepcional. E não se alegue que em contrapartida teremos que importar anualmente, para manter o gradiante da produção, cerca de uma centena de milhares de contos de equipamento; essa despesa terá sempre que fazer-se por imperiosa exigência do consumo, ainda que decidíssemos restituir ao carvão a primazia da produção eléctrica. Tal é a primeira virtude real da electrificação.

b) A produção de energia eléctrica, cuja continuidade é essencial para a marcha regular da vida portuguesa, fica quase independente das dificuldades de obtenção de carvões, cada dia maiores por força das complicações que vão pelo Mundo e da incapacidade exportadora da Inglaterra. Não nos é possível — como o não é aos países mais bem dotados hidraulicamente: Suíça, Áustria, Suécia, Noruega — dispensar totalmente o apoio térmico, vista a irregularidade das chuvas. Por outro lado, e não obstante devermos orientar esse apoio no sentido de consumir carvões pobres nacionais, não podemos esquecer que estes são escassos e que as centrais existentes se encontram equipadas, na maioria, para queimar carvão estrangeiro, só ou em mistura, o que nos não permite, nos anos mais secos, dispensar algum combustível de importação. Mas duas ou três dezenas de toneladas, que tal consumo represente como média anual, não significam peso que valha nem sujeição que assuste; e daí o devermos ao plano de electrificação a tranquilidade de não dependermos da boa vontade ou do favor alheios para assegurarmos, haja paz ou discórdia pela Terra, o abastecimento das nossas casas e das nossas indústrias em energia eléctrica; vivemos até 1951 na situação pouco segura de dependermos de combustíveis importados para a produção de quase 50% da nossa electricidade — formando excepção na Europa onde a utilização dos recursos naturais é a regra — e sentimos o risco dessa dependência durante a última guerra.

A segurança, no que é essencial ao ritmo normal da vida e do trabalho, é obrigação básica de uma política económica votada ao estudo das realidades; e nisto reside a segunda virtude da electrificação.

c) O programa em curso, tendo criado um entusiasmo novo pela construção de centrais eléctricas, veio permitir que continuasse sem sobressaltos a evolução dos consumo industriais e domésticos, uns e outros ameaçados na sua marcha ascendente pela saturação dos antigos

sistemas e pela estagnação na montagem de novas fontes, cujo ritmo era manifestamente fraco ao começar a última guerra. No relatório que antecedeu a proposta de lei da electrificação[4] publicou-se um quadro com as disponibilidades de potência das diversas empresas produtoras, do qual se concluía estarem algumas delas saturadas ou próximas da saturação. Contestou a Secção de Produtores de Electricidade da Associação Industrial Portuguesa, em representação dirigida à Assembleia Nacional, as conclusões daquele relatório, afirmando que, longe de saturados, os sistemas produtores possuíam em 1942 uma potência disponível de 44 800 kW, susceptíveis de produzir 160 milhões de kWh anuais. Mas ao esmiuçar tal contestação, verifica-se que a diferença nos resultados provém de que as duas estimativas de potência se referem a anos diferentes e de que na da Associação se contou, ao que parece, com as centrais de apoio estival, enquanto no relatório da proposta estas tinham sido expressamente excluídas — único critério defensável, porque a potência de apoio térmico destina-se a substituir a potência hidráulica quando esta falha e não a somar-se com ela. Basta registar que no decénio 1940-49 a produção mínima mensal de energia hidráulica foi, em todos os anos, inferior a 37% da produção máxima, para se compreender a missão supletiva da potência térmica e o erro de a tomar como acréscimo da potência hidráulica.

O que resulta claro é que se viveu em regime de tangência ou mesmo de insuficiência de potência instalada até à entrada em serviço da central de Castelo do Bode (Janeiro de 1951); quem tiver interesse e paciência para acompanhar a demonstração desta verdade lerá com algum proveito um artigo publicado em 1950[5].

Mas sem chegar ao pormenor numérico daquele estudo, árido e monótono para os que não são técnicos, alguns factos de clara evidência se podem apontar. O ar crónico, muito significativo, que as restrições de consumo, ora leves ora pesadas, tiveram nos períodos de Verão, na metade norte do País, até 1950 inclusive; o facto de as empresas que abasteciam a cidade do Porto terem informado os Serviços Municipalizados, em 1948 e 1949, de que não podiam assegurar novos aumentos de potência além da reduzida previsão contratual; as más condições em que as centrais Tejo e Cachofarra asseguraram o serviço no Outono e começo do Inverno de 1950-51 na região de Lisboa-Setúbal; a premente oportunidade com que Castelo do Bode e Vila Nova entraram ao serviço, trazendo uma sensação de alívio às pessoas do ofício, conscientes da sua responsabilidade de concessionários de um serviço público — todas estas recordações de um passado que já parece longínquo mostram como era urgente a laboração

[4] *Diário das Sessões*, nº 79, de 24.10.1944.

[5] Do autor, "As restrições do consumo de energia eléctrica e a interligação", in *Técnica*, Novembro, 1950.

de novas centrais[6]. A situação oferece hoje outro desafogo porque a potência instalada, que em 1950 (mesmo incluída a das centrais de apoio estival) não passava de 345 MW, atinge 710 MW em 1953[7]; já se meditou no que seria a economia portuguesa se não se tivesse feito este arranco, com a intensidade e a pressa com que se fez, mal acabada a guerra?

Este é o terceiro objectivo da electrificação.

d) A rede de transporte e interligação e a existência do Repartidor Nacional de Cargas tornam menos prováveis e menos severas, quando por excepção se apliquem em caso de estiagem, as restrições de consumo que, de 1951 para cá, não voltaram a verificar-se, salvo na electroquímica em 1953, que foi ano muito seco.

Embora algumas vezes se tivesse dito que ao publicar-se a lei nº 2002 o País se encontrava interligado da fronteira do Minho até Setúbal, a afirmação era apenas a forma optimista de exprimir um voto. A interligação não passava de forma embrionária, porque nem existia em todos os pontos a realidade física das redes efectivamente ligadas, nem havia os caracteres correlativos a uma interligação, para usar o termo consagrado na Biologia. Selectividade de protecções, capacidade de linhas, regulações de frequência e tensão, equipamento de manobra, facilidade de comunicações, unidade de comando — nada testemunhava o paralelo efectivo das redes. Só o plano de electrificação o conseguiu com as suas linhas de 150 kV já construídas (e em curso de ampliação), ligando todos os grandes produtores e distribuidores através de 4 subestações (Ermesinde, Zêzere, Sacavém, Setúbal) dentro de pouco anos acrescentadas até 7 ou 8; e só desta maneira se pode assegurar o trânsito desafogado da energia para acudir, onde se manifeste, a uma escassez de produção. As restrições de consumo verificadas em alguns dos anos anteriores a 1951 por falta de água nas albufeiras, só não foram então atalhadas ou, ao menos atenuadas, porque era impossível transportar para os locais atingidos a energia de que nessa altura ainda dispunham as térmicas de Lisboa.

Hoje não existe esse obstáculo; a energia transita livremente através de quase todo o País. Já se alimenta Lisboa com energia do Cávado a 380 quilómetros de distância; e não será preciso grande desembaraço para que dentro de alguns anos se possa dizer o mesmo de Faro a partir de quedas do Douro. Fica assim consideravelmente reduzida, até ao limite das possibilidades humanas, a probabilidade de interrupção de

[6] Observa-se que a U.E.P. pediu licença em 1945 para ampliar a central da Cachofarra e que as C.R.G.E. entregaram um memorando em 1944 e um requerimento em 1947 relativos à montagem de nova central térmica em Lisboa. Estes pedidos foram indeferidos pelos inconvenientes que traria a continuação da política de alargamento da potência térmica para serviço permanente.

[7] Em 1956 chegou a 973 MW.

serviço por escassez de produção ou até por avaria demorada — outro aspecto de segurança que não deve esquecer.

Por outro lado, e desenvolvendo o que se disse no começo desta alínea, como o Repartidor Nacional de Cargas, organismo previsto na Base X da lei nº 2002 e criado pelo decreto nº 38 186, de 28 de Fevereiro de 1951, tem por principal missão coordenar o serviço das centrais interligadas, de forma a obter o melhor aproveitamento de todos os recursos energéticos, mais se radica a certeza de que o perigo das estiagens perdeu grande parte da sua importância. Esta é a quarta virtude no activo da electrificação.

e) Se compararmos o consumo de energia por habitante em Portugal com o de outros países europeus, encontramos que a nossa posição é francamente desfavorável. Já no vol. I (nº 8) foi publicado um quadro comparativo referente ao biénio 1936-37, onde se verifica ocuparmos o 20º lugar na escala decrescente dos consumos, estando abaixo de nós apenas a Grécia e a Lituânia, nada constando quanto à Albânia, Bulgária e Jugoslávia, por não figurarem na estatística donde se coligiram os elementos. Mas sabe-se, de outras origens, que estas nos são também inferiores.

Se recalcularmos aqueles números para o último ano antes da entrada em serviço das recentes obras de electrificação (1950), verificaremos que a posição relativa de Portugal não se alterou de forma sensível; se o nosso valor específico mais que duplicou, passando de 51 kWh por habitante para 114, o mesmo se registou, aproximadamente, nos restantes países.

É certo que o crescimento do consumo de energia depende essencialmente da montagem ou desenvolvimento de indústrias e do nível da electrificação doméstica, parecendo um problema estranho à capacidade de produção ou transporte da própria energia; mas a verdade é que a existência de electricidade abundante estimula esse crescimento. A construção de novas centrais e a sua interligação fomentam o consumo, antes de mais nada, porque evitam restrições; em segundo lugar, porque são a condição prévia para a criação de novos centros importantes de consumo e para o estabelecimento de tarifas que facilitem as aplicações domésticas.

Por estas razões, o nosso número específico no ano corrente (1954) vai subir para muito perto de 200 kWh por habitante[8], com melhoria relativa da nossa capitação de 1/10 para 1/5 da média do centro da Europa; com o andar do tempo a reacção indirecta das novas fontes

[8] Este valor está calculado em relação à emissão das centrais, de acordo com as estatísticas da UNIPEDE (ver vol. I, nº 8), para o tornar comparável aos valores de 51 kWh, que figura no Quadro XII do vol. I, e 114 kWh acima atribuído a 1950. Calculado em relação ao consumo, aquele valor descerá para cerca de 170.

No último ano (1956) este valor subiu para 250.

sobre o consumo tornar-se-á mais sensível, permitindo melhorar a pouco e pouco a nossa posição na escala.

O plano da electrificação inclui pois nos seus objectivos aumentar o rendimento do trabalho nacional, pondo maior número de unidades de energia ao serviço de cada português — porque esse número é índice reconhecido de conforto e desafogo. Reside nisto a sua quinta virtude.

f) A expansão das redes de média e baixa tensão há-de permitir que seja servida pela energia eléctrica a totalidade da população do continente português, em lugar dos 70% que hoje gozam desse benefício. Aqui também é Portugal — é uma bandeira que todas as sedes de freguesia deveriam agitar quando se falasse de electricidade. Dos 273 concelhos do continente pode traçar-se este quadro, quanto ao seu grau de electrificação, segundo a *Estatística* de 1953:

1) Concelhos alimentados por uma rede de alta tensão com todas as freguesias electrificadas	46 — 17%
2) Concelhos alimentados por uma rede de alta tensão, em estado adiantado de electrificação, com população servida igual ou superior a 2/3 da população do concelho	69 — 25%
3) Concelhos alimentados por uma rede de alta tensão, com população servida inferior a 2/3 da população do concelho	94 — 34%
4) Concelhos alimentados por uma central local, geralmente na sede ou em pequeno número de freguesias	53 — 20%
5) Concelhos totalmente desprovidos de distribuição eléctrica	11 — 4%
Totais	273 — 100%

Quem comparar este quadro com o que foi publicado no relatório da proposta de lei da electrificação, relativo ao ano de 1940, encontrará algum progresso; mas apesar do que se avançou nestes 13 anos, o conjunto ainda está pobre. E é de registar-se que ao dizer-se, como se fez acima, que a população servida pelas redes eléctricas é hoje de 70% da população do País, ou que há 115 concelhos em que a população servida é superior a 2/3 (incluídos os 46 totalmente electrificados), se indicam números aproximados por excesso; a *Estatística*, por simplicidade, considera população servida a população das freguesias servidas, isto é, daquelas onde existe pelo menos uma rede de distribuição, o que não significa que estejam alimentadas todas as suas povoações que o justifiquem. A lei da electrificação propôs-se resolver este aspecto, estatuindo a revisão das áreas das concessões, tornando obrigatória aos concessionários da grande distribuição a alimentação de todas as cabeças de concelho da área concedida, com tensões não inferiores a 6 nem superiores

a 30 kV, e promovendo simultaneamente a expansão das redes de baixa às sedes de freguesias e outros agregados populacionais.

Embora o problema, pela sua aparente modéstia, deixe indiferentes os que se encantam com as coisas que são grandes e impressionam pela própria grandeza, não resta dúvida de que a electricidade, tornada acessível a maior número de populações rurais, é um factor de conforto, de facilidade de vida e de trabalho, um elemento favorável à fixação do trabalhador na terra em que nasceu. Tem-se avançado pouco neste campo; mas isso não impede que a difusão das redes de baixa tensão seja mais um alvo que o plano de electrificação se propôs atingir — a sua sexta virtude.

g) A reorganização que se há-de operar nos serviços de distribuição fará desaparecer as insuficiências, que tanta gente sofre, das redes rurais como de algumas urbanas: oscilação e baixo valor da tensão, interrupções frequentes, incapacidade de alimentar um receptor cuja potência exceda craveira muito limitada.

O panorama do desenvolvimento das redes a que se refere a alínea anterior não traduz em toda a verdade a situação actual, porque é apenas quantitativo e não diz nada quanto à qualidade. Está repartida por 337 distribuidores a missão de explorar as redes de baixa tensão que alimentam 664 800 consumidores (número de 1953) com a média de 1970 consumidores por distribuidor, reduzida a 890 se excluirmos os distritos de Lisboa e Porto; e desta pequena média, que bem devia ser, ao menos, 10 vezes maior para que tivessem vigor e competência os respectivos serviços, resulta viverem pobremente quase duas centenas de serviços municipalizados e cerca de uma centena de cooperativas ou pequenas sociedades, cujas redes, quase sempre confinadas nos limites de uma freguesia, conseguem o milagre de viver com a indústria de fornecer energia a um grupo de consumidores que muitas vezes não atinge a centena. Daqui o inevitável: redes fracas, quedas de tensão fora dos limites regulamentares, tremuras na intensidade da luz, falhas de corrente, insuficiência manifesta para muitos casos de força motriz ou até de aplicações domésticas. As queixas de que a luz é fraca e de que o serviço é mau ouvem-se com frequência; o último que chegou até mim foi o de uma família, que mora numa cidade de província e se lamentou, com impressionante resignação, de ter sido forçada a desistir de utilizar um ferro de engomar eléctrico, porque raras vezes ele aquecia suficientemente.

A concentração dos órgãos de distribuição, aliás bem moderada, que a lei nº 2002 preconizou, é a única via que se conhece no Mundo para alcançar a melhoria das redes e seu serviço — mais uma vantagem — a sétima — que se procurou conseguir para os utentes da energia e, portanto, para o País.

Esta resenha, muito esquemática, do que de mais saliente se continha no pensamento que orientou a lei da electrificação, parece ser

suficientemente valiosa e séria para se impor por si ao respeito das pessoas de são entendimento, sem precisar do contrapeso de apregoar energia a preços de saldo. Apontam-se-lhe sete virtudes — tantas como os pecados mortais; não sei se há na coincidência algum simbolismo.

Mas ao pôr-se o problema das tarifas no pé em que deve ser posto, ver-se-á que a obra é ainda credora do nosso apreço por benefícios de inestimável alcance, sem ofensa do princípio de que as mercadorias ou serviços devem ser pagos pelo justo preço, sob pena de resvalarmos no caminho do artifício económico. É o que veremos adiante.

58 — OS CUSTOS DE PRODUÇÃO

Acabamos de ver no número anterior que a *electricidade barata* com o significado de *luz barata* não esteve nas intenções da lei nº 2002, mas nasceu de uma falsa interpretação que alastrou como escalracho. Resta então esclarecer qual foi o pensamento original quanto ao embaratecimento da energia — porque algum houve. E comecemos pela matéria essencial de concretizar ideias sobre custos de produção.

Registemos, antes de mais nada, uma nota que me dá certa mágoa: a obra de electrificação, com o não ter sido começada por volta de 1935, de maneira a ter concluída a sua 1ª fase por 1940 — e podia tê-lo sido porque as ideias mestras estavam lançadas desde 1933[9] — não perdeu interesse mas perdeu prestígio. E vou explicar porquê.

O relatório da proposta de lei da electrificação estimou em $08 por kWh a ordem de grandeza do custo da energia nas barras das centrais que constituíam a 1ª fase das obras, com preços de construção de antes da guerra; este valor, que foi dado com todas as reservas por não haver à data projectos que o apoiassem, tem sido origem de alguns remoques, falando-se ainda hoje com ironia do número dígito de centavos por kWh, como se o escudo mantivesse o poder de compra de há 15 anos. Achou prudente a Câmara Corporativa elevar de $08 para $10 aquela estimativa[10]; a Associação Industrial Portuguesa, na representação atrás citada, considerou que $10 ainda era baixo; mas hoje, ao vermos que o conjunto das centrais do Zêzere e do Cávado já em laboração consegue normal equilíbrio financeiro vendendo energia a preço que anda perto de $19 (média da permanente e temporária)[11] —

[9] Nos jornais de Abril e Maio de 1934 apareceu algumas vezes esta lacónica notícia: *O Sr. ministro das Obras Públicas e Comunicações trabalhou ontem toda a tarde, no seu gabinete, com o director dos Serviços Eléctricos, sobre os diplomas referentes à rede eléctrica nacional.* A notícia era verdadeira e, certamente, mandada publicar pelo Gabinete. Num dos últimos dias desse mês de Maio as reuniões cessaram, antes de se ter chegado ao meio do trabalho; juro por Deus que nunca entendi porquê.

[10] *Diário das Sessões*, nº 79, de 24.10.1944, pág. 448.

[11] Em 1956 esta média desceu para $17,8.

ao vermos isto, repito, que é uma realidade, e ao pensarmos que os encargos de construção destas obras se devem situar entre duas e três vezes o que valeriam em 1938, fica-se com a certeza de que um preço à roda de $08, como média geral, não teria sido difícil de atingir naquela época.

A energia permanente com diagrama normal (a que interessa às redes de distribuição), o seu preço de venda pela produção é da ordem de $21,5; somando-lhe o encargo de transporte e transformação, que anda por $09, obtém-se o preço médio de venda nos centros de consumo de $30,5 por kWh — cifra que talvez não excedesse $14 em 1938; e este número bateria todos os preços praticados na época. A obra de electrificação teria tido brilho, mesmo aos olhos dos profanos, porque a somar às virtudes que apontámos, compreensíveis mas não intuitivas, ela traria a orná-la o atractivo aliciante de oferecer o seu serviço sem par.

Infelizmente, as obras de produção e de transporte, começadas aquelas em 1946 e estas em 1947, imediatamente após a desvalorização trazida pela guerra, sentiram no seu custo todo o peso da quebra da moeda e do *boom* de preços do imediato após guerra que se traduz no aumento de $14 para $30; e como, por outro lado, as tarifas antigas não foram actualizadas, em parte porque nunca o são nem devem ser totalmente (nº 48), e em parte porque algumas delas estão subordinadas a conceitos alheios à economia, que apreciaremos adiante, resulta que em certos casos o preço da nova energia é igual ou superior aos que já eram praticados em grandes fornecimentos; e a multidão interpreta esta anomalia, depois da preparação que lhe fizeram para esperar a baixa, como dolo da política, ou erro do plano, ou falha dos que o executaram. A obra de electrificação, com o ser alvo de críticas, que são ou parecem fundadas, perdeu parte do brilho.

Os pobres dos técnicos assistem às vezes, admirados de não perceberem, aos cuidados de que se rodeiam certas subtilezas políticas, mesmo quando as suas consequências na vida do Mundo não parecem notáveis em nenhuma hipótese; e por isso percebem mal que não tivesse havido interesse pela electrificação por volta de 1935, quando era quase certo que ia haver uma guerra com suas dificuldades e aumentos de preço, e, mais estranho ainda, não se tivesse feito, quando a causa estava patente, uma actualização, embora moderada, de algumas tarifas eléctricas; custa a crer que a oportunidade de praticar estes dois actos tivesse escapado aos que deviam buscá-la.

Não se quer fazer a previsão fácil de coisas passadas, mas lembrar que dos receios de guerra alguma coisa se escreveu em tempo oportuno; espero referir-me a isso no prefácio deste volume. Da actualização das tarifas que brigavam com os preços da nova energia se tratou no 2º Congresso Nacional de Engenharia, que se realizou no Porto em Junho de 1948; como o *Diário de Lisboa* tivesse feito sobre o assunto

uma reportagem que não era clara, solicitei ao director do jornal a publicação de uma carta donde recorto estas linhas[12]:

> Atribui-me o *Diário de Lisboa* de 17 do corrente a afirmação de que a energia proveniente das novas centrais do Rabagão e Zêzere deve ficar por um preço de custo duplo do que estava previsto inicialmente.
>
> Ora, o que afirmei foi que as centrais e linhas agora em construção vão custar o dobro do que custariam se tivessem sido feitas antes da última guerra, o que não é novidade; mas o importante é que daqui resultará duplicar o preço da energia em relação ao que seria obtido naquela época e reduzir-se consideravelmente a margem de embaratecimento que poderá conseguir-se em relação a algumas tarifas actuais.
>
> Isto obriga a rever essas tarifas desactualizadas e difíceis de manter no futuro (por exemplo as de baixa tensão no Porto) e aconselha prudência nas despesas a fazer com o apoio térmico[13].

Ter deixado arrastar o problema das tarifas do Porto durante tantos anos, não as actualizando quando o valor da moeda e as contas dos Serviços Municipalizados o aconselhavam, o que permitiu que a discussão se levantasse depois da entrada em serviço dos novos aproveitamentos, deixando no povo a impressão de que foi o preço exagerado da nova energia e não a quebra da moeda que fez o encarecimento, é de uma falta de tacto que causa impressão. Mas não admira que não se actuasse; o que estava em jogo era o prestígio dos outros.

Esta influência da alta de preços no custo da electricidade é o primeiro ponto a fixar na apreciação dos níveis tarifários.

É sabido, e resulta do que se disse no número anterior, que a substituição da energia térmica por energia hidráulica foi um dos resultados da obra de electrificação, e é, de todos os objectivos deste plano aquele que mais pode contribuir no campo técnico para a redução do preço de custo. O que se fez a mais — construção de linhas e subestações — é um complemento inerente à exploração de centrais hidráuli-

[12] *Diário de Lisboa*, de 24.6.1948.

[13] Esta referência ao apoio térmico foi provocada pela insistência com que alguns engenheiros defenderam no referido congresso a construção *imediata* de nova central térmica, doutrina de que discordei justificando num trabalho que apresentei (*A produção térmica na futura rede eléctrica nacional*) que essa nova unidade só viria a ser necessária à roda de 1957-58, sem conseguir que esta tese fosse unanimemente aceite.

Demorados estudos feitos recentemente no Rapartidor Nacional de Cargas deram maior precisão à estimativa, fixando em 1956-57 a data conveniente. Mas são passados 6 anos sobre o congresso, e a data em que a central será indispensável aproxima-se assustadoramente. A prudência que então aconselhei quanto ao apoio térmico tornou-se hoje (1954) um irónico anacronismo.

cas, visto que estas, não podendo ser instaladas onde se quer, como quase sucede com as térmicas, mas só onde as condições naturais o permitam, estão normalmente afastadas dos centros de consumo e exigem, como seu prolongamento, a construção de um sistema de transporte que, cumulativamente, realiza a interligação — com as vantagens inerentes. Ainda que todo o plano contido nas bases da lei nº 2002 venha a ser executado, pouco mais, além da forma de produção, afectará o preço da energia; poderão no entanto influenciá-lo favoravelmente a marcha em regime interligado de centrais de características diferentes e a criação de unidades de exploração mais poderosas, a substituir a larga dispersão anterior. Fora disto, só providências de natureza financeira ou administrativa, que não interessa analisar aqui, podem conduzir a abaixamento sensível do preço da energia: redução da taxa de juro, redução de encargos fiscais, concentração de pequenas empresas, etc. Os objectivos da electrificação, que foram enunciados no número anterior visam pois a qualidade, a quantidade, a regularidade ou a acessibilidade da energia, mas pouco podem quanto ao preço. Dizer o contrário é negar a verdade.

Sob o ponto de vista desse preço, a única melhoria com que se pode contar, e se poderia razoavelmente esperar, é, portanto, a diferença entre o custo da produção térmica e o custo da produção hidráulica acrescido do transporte. Mas esta diferença é pequena; se fosse grande ou tivesse grande influência nas tarifas correntes de distribuição — e estou pensando principalmente na tarifa de luz que é aquela em que pensa muita gente — duas consequências imediatas se revelariam:

1ª — Antes da última guerra, período de economia estável, entre o Norte e o Centro de Portugal ou, mais concretamente, entre as áreas de concessão da CHENOP e UEP-N dum lado e a das CRGE e UEP-S doutro lado, estas térmicas e aquelas predominantemente hidráulicas, deveriam ter-se notado desde sempre diferenças substanciais entre os preços da energia para luz. Mas a consulta das estatísticas mostra que tais diferenças não existiam ou eram irrelevantes; o grande volume das tarifas de iluminação estava compreendido, em ambas as áreas, entre os limites de 2$00 e 2$50 por kWh, repartindo-se por todos os valores deste intervalo sem diferenciação apreciável entre as quatro áreas de concessão; e nas duas cidades principais havia o preço de 1$90 simultaneamente em Lisboa e Porto, baixando nesta última para 1$70 em 1939. Notam-se efectivamente diferenças entre as duas áreas norte e centro no preço da energia em alta tensão; mas a média dessas diferenças, que não tenho elementos para calcular com rigor, não era seguramente superior a $20 ou $30 por kWh.

2ª. Entre os países de produção quase totalmente hidráulica e os de produção quase totalmente térmica deveriam notar-se diferenças nítidas nas tarifas de venda da energia eléctrica, em benefício dos primeiros. Mas não se encontra lei nítida de separação, notando-se até alguns casos em

que se verifica o contrário do que contariam os esperançosos da hidráulica: na Suíça, o país característico das quedas de água, onde a produção é hidráulica em mais de 99,5%, o preço médio da tarifa de luz foi de 33,20 cêntimos em 1949[14] (2$20, ao câmbio oficial de 6$60 por franco suíço), enquanto na Inglaterra (excluído o Norte da Escócia) o tradicional país carvoeiro, onde a produção eléctrica é 99% térmica, o preço médio dos escalões de luz anda por 4,5 dinheiros (1$50, ao câmbio oficial de 80$00 por libra). Dentro da própria Inglaterra se dá o caso de ser mais cara a energia na única região onde há predominância da hulha branca: no Norte da Escócia, onde a produção em 1950 foi 60% hidráulica (522 milhões de kWh no total de 878) o preço da tarifa foi neste ano de 5,5 dinheiros (1$84)[15]. Se olharmos ainda ao caso da França, onde as produções térmica e hidráulica se equilibram, encontramos em Paris, depois do aumento feito em Outubro de 1951[16], os preços de 23,60 e 27,90 francos por kWh (1$94 e 2$29 ao câmbio oficial de $08,2 por franco) respectivamente para iluminação doméstica e iluminação comercial.

Estes números mostram como era ilusória a esperança de que a simples mudança do tipo de força motriz, de térmica para hidráulica, viesse a revolucionar as tarifas de electricidade. A observação atenta do que se passa no Mundo a este respeito mostra que muito mais do que o tipo de força motriz, intervêm nos preços de venda da energia factores locais, como o juro do dinheiro, a densidade do consumo, o preço do carvão, o regime das chuvas, o peso dos impostos — valores essencialmente variáveis de caso para caso; e daí resulta que a circunstância de a máquina motriz ser térmica ou hidráulica é simples consequência dos recursos de cada país, sem influência decisiva nas tarifas de distribuição.

Vai longe o sonho da *electricidade barata* que ia haver em Portugal — energia para luz que uma ingénua fantasia chegou a situar abaixo de 1$00. Mal avisada andou a propaganda oficial em se deixar atrelar a estas ilusões.

Seja dito a bem da verdade que a fantasia de preços de energia muito baixos parece andar em toda a parte ligada às grandes obras de electrificação. A propósito do que sucedeu em Inglaterra, quando em 1926 se criou o *Central Electricity Board*, lê-se numa revista[17]:

> (...) and the less wise newspapers, in their appetite for bright «copy», especially in the early days of the Board, announced the sudden arrival of an era of electricity for everybody at an incredibly low price per unit (...)

[14] "La consommation d'énergie électrique en Suisse dans les ménages, les métiers et l'agriculture en 1949", *Bulletin de l'Association Suisse des Electriciens*, nº 26, Dezembro de 1951.

[15] North of Scotland Hydro-Electric Board, *Report and Accounts*, 1950.

[16] Jornal *Le Monde*, de 18.10.1951.

[17] The *Grid*, Electrical Industries, Novembro, 1934.

A dar crédito a este texto, o caso, em Inglaterra, limitou-se aos *jornais menos prudentes*; em Portugal foi-se um pouco além.

Deixemos porém as tarifas de distribuição e analisemos mais de perto o assunto dos preços de produção, que merece ser visto miudamente para não deixar dúvidas no espírito de ninguém. No texto que vai seguir-se, onde se analisam as condições norte-americanas e inglesas de produção térmica, incluem-se apenas os números indispensáveis para a boa e fácil compreensão do assunto; alguns valores básicos que pareceu útil registar figuram em notas que o leitor não técnico pode dispensar-se de ler.

Da minuciosa estatística sobre custos de produção de energia térmica nos Estados Unidos, publicada numa revista americana[18], concluiu-se que em centrais a vapor modernas, construídas ou ampliadas já depois da guerra, com potência superior a 20 MW, se podem tomar em média os seguintes preços de custo por kWh lançado na rede (dollar a 29$00):

Encargos de exploração	$10,6
Encargos fixos	$13,8
Total	$24,4

Esta é a média de 48 centrais, das quais umas queimam carvão, outras óleo e outras gás natural; algumas delas são mistas. Como o preço da caloria do gás natural é inferior ao da caloria dos outros combustíveis e como o custo de estabelecimento das centrais a gás é também inferior devido aos menores encargos de armazenamento e manutenção do combustível, a presença deste tipo de centrais inclui favoravelmente no preço de 24$4 acima apontado; se considerarmos apenas as centrais que queimam carvão ou óleo, o que permitirá comparação mais justa com os preços portugueses, os números médios são cerca de 10% superiores aos indicados atrás[19]:

Encargos de exploração	$11,9
Encargos fixos	$14,9
Total	$26,8

[18] A. E. Knowlton, «7th Steam Station Cost Survey», *Electrical World*, nº 9, Agosto de 1951.

[19] Estes preços são obtidos a partir dos seguintes valores:

Poder calorífico do carvão	10 000 a 13 000 BTU /British Thermal Unit) por libra (5 700 a 7 400 kcal/kg)
Poder calorífico do óleo	140 000 a 150 000 BTU/galão
Poder calorífico do gás	950 a 1 200 BTU/pé cúbico
Preço médio do carvão	30 cêntimos de dolar por milhão de BTU (225$00 por tonelada para carvão médio de 6 500 kcal/kg)
Preço médio do óleo	35 cêntimos / milhão de BTU

Este preço de $26,8, francamente favorável, resulta do bom rendimento das centrais e do baixo preço do carvão; atendendo a que o custo do combustível nas centrais americanas representa cerca de 80% dos encargos de exploração, é fácil verificar que se o carvão custasse na América os 600$00 que são hoje entre nós preço corrente, o custo do kWh subiria de $26,8 para perto de $43.

Mais recentemente, a mesma revista publicou novo apanhado estatístico das condições de exploração de 43 novas centrais térmicas americanas, em 1952[20]. Os números apresentam descida apreciável no encargo fico em relação aos de 1950, obtendo-se a seguinte média para preço do kWh[21]:

Encargos de exploração	$10,5
Encargos fixos	$10
Total	$20,5

Excluídas as centrais que queimam gás, chega-se a valores desta ordem:

Encargos de exploração	$12
Encargos fixos	$10,3
Total	$22,3

Na Inglaterra, a análise do relatório da *British Electricity Authority*, referente ao ano 1950-51, mostra que no conjunto das 202 centrais a

Preço médio do gás		14 cêntimos / milhão de BTU
Rendimento térmico		20 a 35% (média 27% — 3 200 kcal/kWh)
Encargos de exploração por kWh:		
Centrais a gás natural	1 a 3	milésimos de dolar
Centrais a carvão ou óleo	3 a 6	" " "
Média	3,65	" " " ($10,6)
Custo médio de instalação:		
Centrais a carvão		150 dólares / kW
Centrais a óleo		145 " / "
Centrais a gás		125 " / "
Encargos fixos por kWh, correspondendo a 15% ao ano do valor da instalação		2 a 8 milésimos de dolar (média 4,75 = $13,8)

Segundo o autor do artigo há quem considere 15% uma taxa alta.

As centrais consideradas na estatística fazem diagramas com utilizações da ponta de 1 hora compreendidas, na quase totalidade, entre 3 500 e 7 000 horas. Os menores encargos fixos correspondem geralmente às utilizações mais altas, como seria de esperar.

[20] A. E. Knowlton, "8th Steam Station Cost Survey", *Electrical World*, nº 2, Julho de 1953.

[21] A redução dos encargos fixos resulta de pequena redução no preço das centrais em relação a 1950 (maiores potências e montagem exterior) e de se ter tomado uma taxa variável, com a média de 12,8%, em vez dos 15% considerados uniformemente em 1950.

vapor deste organismo o custo de produção por kWh lançado na rede foi o seguinte (câmbio de 80$00 por libra):

Encargos de exploração	$16,3 [22]
Encargos fixos	$04,2
Total	$20,5

Estes encargos fixos por kWh, equivalentes a 0,126 dinheiros, são extremamente reduzidos e devem provir de um propósito da política socialista [23].

Analisando as contas, verifica-se que o pequeno valor do encargo fixo resulta essencialmente de três factos: da baixa taxa de juro, do grande número de centrais construídas há 10, 20 ou 30 anos, com preços mais baixos que os actuais, e da moderada taxa de reintegração [24].

A reserva para reintegração que figura nas contas inglesas (14,6 milhões de libras no conjunto de produção e transporte) equivale a 3,14% do custo das instalações (não abatidas as depreciações já feitas)

[22] Este encargo é obtido a partir dos valores seguintes:

Poder calorífico médio do carvão ...	10 960 BTU/libra	(6 100 kcal/kg)
Preço do carvão	615 dinheiros por tonelada *long ton* (202$00) por tonelada métrica)	
Consumo de carvão	1,447 libras/kWh, correspondendo a 4 000 kcal/kWh emitido (rendimento térmico 21,5%)	

Este rendimento, muito mais baixo que a média americana, resulta de haver em serviço (31 de Março de 1951) muitas centrais a vapor com rendimentos inferiores a 20%, totalizando 34,4% da potência a vapor (12 924 MW) e 30,6% da potência total instalada (14 592 MW). Os encargos de exploração das centrais a vapor somam 0,489 dinheiros ($16,3), cabendo ao carvão 80%.

[23] Os encargos fixos imputados à produção foram em 1950-51:

Reintegração	12,1 milhões de libras
Juro	8,6 . . .
Despesas gerais (administração, taxas, rendas, seguros, etc.)	6,8 . . .
Total	27,5 . . .

À emissão de 52 445 milhões de kWh corresponde o encargo unitário de 0,126 dinheiros ($04,2).

O juro médio do capital (740 milhões de libras) foi de 2,9%.

[24] Não intervém neste resultado qualquer anomalia de utilização, porque a utilização das centrais inglesas é normal; a 52 400 milhões de kWh emitidos em 1950-51, com a potência instalada de 14 592 MW, corresponde a utilização de 3 600. A ponta máxima de meia hora, verificada em 18 de Dezembro, atingiu 11 229 MW (máxima potência disponível), mas calcula-se que teria atingido 13 448 MW se não fossem as providências, aliás desagradáveis, postas em vigor: corte de linhas, baixa de tensão e baixa frequência. A utilização da ponta forçada foi de 4 650 horas; a da ponta livre teria andado por 4 000 horas.

e a 2,2% se tomarmos o valor de substituição actual. Sobre estas percentagens, que podem parecer baixas por se tratar de centrais térmicas, diz o relatório em apreciação[25]:

> The Authority are of opinion that this later amount fully represents the amount properly attributable to the year in respect of the discharge of capital expenditure and that it may in consequence be taken to cover proper provision for the redemption of capital as referred to in section 45 of the 1947 Act.

O sentido destas palavras será completado com o seguinte período tirado do primeiro relatório do mesmo organismo[26], que reforça a convicção de suficiência com que o organismo inglês apresenta os seus números:

> In other words, the national industry as a whole must pay its way.

Depois do que fica dito, avaliemos a ordem de grandeza do custo de produção da energia térmica em Portugal nos últimos anos[27], nas centrais de serviço permanente queimando principalmente carvão importado (centrais de Lisboa). Tomando o preço do carvão de 7 000 calorias a 550$00 por tonelada, admitindo o rendimento médio de 4 500 kcal/kWh, aceitando que, em vista do alto preço do carvão e do rendimento térmico considerado, o valor do combustível representa 85% dos encargos de exploração, obtém-se por kWh lançado na rede:

Encargos de exploração	$42
Encargos fixos	$12[28]
Total	$54

Se atribuirmos ao carvão o preço de 500$00, o custo do kWh térmico descerá para $50 com o encargo de exploração de $38.

Como a energia hidráulica, apesar das suas virtudes, tem o defeito da inconstância, resultante da irregularidade das chuvas — e toda a Europa a tem sentido — não é possível eliminar o apoio térmico; o aproveitamento das centrais térmicas existentes (que não dispensa nova unidade) é a forma razoável de proceder, dentro de certos limites do custo de produção, porque é a que conduz a menor investimento ime-

[25] Pág. 101.
[26] Relativo ao período 1947-49, pág. 10.
[27] Recorde-se que este texto é de 1953.
[28] Os encargos fixos foram calculados a partir do preço de 4 contos por kW instalado, do encargo anual de 12% e da utilização de 4 000 horas.

diato de capital. De qualquer das maneiras, aproveitando as centrais existentes ou substituindo-as por outras, é preciso contar que se mantêm os seus encargos fixos como se fossem um prémio de seguro; a paragem das térmicas só poupará as despesas variáveis de exploração.

Se a produção hidráulica não crescesse e se mantivesse igual à das centrais térmicas pré-existentes, aquele encargo fixo manteria o valor atrás calculado, na ordem de $12 por kWh; como porém a potência térmica necessária para assegurar apoio a dada produção hidráulica é inferior à que seria necessária para assegurar essa produção suposta totalmente térmica, os encargos fixos do apoio reduzem-se à medida que a produção aumenta. Admitindo, no limite, que o apoio médio em energia é de 1/15 da produção total com a utilização da potência instalada de 1/4 da normal, a potência térmica necessária será apenas de 4/15 da que exigiria a produção totalmente térmica; os encargos fixos do apoio passarão portanto a 4/15 de $12, isto é, $03 por kWh hidráulico.

Para não esquecer nenhuma influência, deverá acrescentar-se que o preço do kWh hidráulico, para efeito de comparação com a energia térmica, deve ainda ter em conta a diferença entre o encargo de exploração do apoio e o preço da energia hidráulica que aquele vem substituir; aceitando os valores referidos acima, este suplemento é de perto de $01 por kWh, embora este valor se reduza ou venha a anular-se no futuro com a entrada em serviço de novas centrais térmicas, cujos encargos de exploração serão certamente muito inferiores aos das centrais existentes.

Resulta daqui, como conclusão imediata, que se a nossa energia hidráulica permanente acrescida do transporte custa $30, arredondando o número dado atrás, ela é mais cara que a energia térmica nos países de carvão barato, como a América do Norte ou a Inglaterra — mesmo se se fizer quanto a esta a correcção do encargo de juro para uma situação semelhante à nossa. Em relação aos países de carvão caro, como Portugal, onde a energia térmica exige, só de despesas de exploração, um encargo que anda pelos $40 (quando não é mais), aquilo que se ganhou com a mudança de térmica para hidráulica começou em 52-(30+12+1)=$09 por kWh e acabará em 52-(30+3+1)=$18 por kWh. Esta mesquinha diferença de 18 centavos (7% numa tarifa de luz de 2$50) — diferença que ninguém sente e que não tem peso para fazer figura, encherá de desânimo os palradores inadvertidos, que aceitaram sem análise e propagaram sem continência o verbo aliciante da *electricidade barata*[29].

[29] Como se viu das contas americanas e inglesas (e pareceu inútil multiplicar as citações), os custos de produção de energia variam de caso para caso, sem que seja possível fixar rigidamente um valor. Por isso, as premissas que se adoptaram no caso português, para se chegar ao ganho máximo de $18, procuram ser um termo médio razoável mas não pretendem, porque não podem, ajustar-se a cada caso individual. Espera-se que daí se não conclua que tudo isto está errado.

Quem ler com atenção o que ficou dito acima tira, para seu governo, uma conclusão que lhe será útil, se aspira a aventurar-se nestas matérias: exceptuando o caso de centrais muito pequenas (de que falaremos adiante) e de unidades térmicas de mau rendimento ou que paguem o combustível caro, e exceptuadas ainda as fontes hidráulicas em condições de excepcional facilidade (Noruega, Canadá), o preço de produção da energia, quer térmica quer hidráulica (que podemos escalonar com grande probabilidade entre $16 e $25), pesa pouco na generalidade das tarifas de baixa tensão, que se estendem a valores de 1$00, 2$00 ou superiores, e que são as que o público sente mais directamente; o transporte, a transformação e, sobretudo, a distribuição constituem, em globo, os responsáveis pela maior parcela. O custo da produção e as suas variações só têm influência relativa considerável ou até decisiva, conforme voltaremos a referir, nas tarifas de venda que não excedem poucas dezenas de centavos, como é o caso, na alta tensão, dos grandes consumos industriais e de certas aplicações particulares (tracção, electroquímica) ou, na baixa tensão, dos últimos escalões das tarifas domésticas ou de força motriz. É por isso que o fazer grande guerra a discutir a prioridade de construção de centrais, entrincheirado numa diferença de preço de produção da ordem de poucos centavos — em geral duvidosos, porque o orçamento das obras nem sempre pode ser respeitado tem menos interesse do que geralmente se julga; construir a central A três ou quatro anos da central B, ou fazer o contrário, são coisas praticamente equivalentes.

Mas a conclusão, tirada desta leitura, de que a produção pesa menos do que parece, se surpreende muita gente, convencida, porque a paisagem é enganadora, de que o oneroso é gerar a energia, encontra em grande número de casos paralelos farta matéria de comparação.

Meditemos no que se passa com a água que recebemos em nossas casas, quer com a que vem pela torneira quer com a que pode vir da loja em garrafões; toda ela, tirada do rio ou da fonte, é na origem gratuita. O que pagamos por ela é o que custa o captá-la, transportá-la, distribuí-la, o que se gastou em leituras de contadores, facturação ou dotações gratuitas para serviços públicos. Se olharmos ao que se passa com a hulha ou com qualquer minério, veremos o mesmo. O carvão de pedra no fundo da mina é oferecido pela Natureza; o seu preço é o pagamento do que custou arrancá-lo, trazê-lo à superfície, escolhê-lo, armazená-lo e transportá-lo. A água a correr no rio ou o carvão suposto inacessível centenas de metros abaixo do nível do solo, não são bens económicos; passam a sê-lo quando colhidos e transportados onde encontrem consumidores.

A energia hidroeléctrica tem quase o mesmo carácter. A energia potencial da água é gratuita porque o Estado, senhor dos bens do domínio público, a concede gratuitamente ou com pequeno encargo a quem a queira aproveitar; a transformação dessa energia em corrente

eléctrica custa tão pouco, apesar do aspecto monumental das grandes centrais, que quase podemos, em primeira aproximação, aceitar que não custa nada; e nesta via acabaremos por concluir que a energia nas barras da central não chega a ser um bem económico, porque nem custou esforço nem serve, senão dificilmente, como elemento de troca, porque muito poucos estão em condições de lhe aproveitar a utilidade.

Há manifesto exagero nesta conclusão, em dizer que não custou esforço transformar a energia mecânica da água em energia eléctrica nas barras da geradora, quando se sabe que as centrais de Castelo do Bode e Vila Nova (as duas primeiras do nosso programa) custaram em conjunto cerca de um milhão de contos; mas como também se sabe que, apesar disso o custo de cada kWh permanente é da ordem de $21 e o de cada kWh total (permanente e temporário) é da ordem de $19, valores impressionantemente baixos para o custo das obras e para o nível das tarifas de venda, justifica-se o ar de caricatura com que se quis acentuar o fraco peso que tem nesta indústria o custo de produção. E porque assim é, as economias feitas nessa produção não podem deixar de ter um reflexo muito atenuado no preço de venda da energia distribuída em casa do consumidor; mas para saber estas coisas é preciso estudar — e há muita gente que não estuda ou estuda outras coisas, embora discuta estas.

Ao chegar a este ponto, pode o leitor atento e afeiçoado à elegância da lógica perguntar surpreendido: mas se gerar a energia, mesmo por via térmica, é tão barato, se o que custa dinheiro, que me obriga a pagá-la por preço que reputo caro, é transportá-la e distribuí-la, porque hei-de eu ligar-me a uma rede pública que me obriga a esses encargos, em vez de produzir directamente a quantidade de que preciso?

Na altura em que vai esta despretensiosa exposição, não há ainda elementos para dar a tal pergunta a resposta um pouco longa que precisa e merece, e seria contrário à boa ordenação dos assuntos intercalar aqui as explicações indispensáveis. Vou limitar-me por isso a dar apenas parte da resposta, voltando mais adiante ao que fica por dizer agora (nº 57).

Quem folhear os relatórios da *Estatística das Instalações Eléctricas*, sobretudo os relativos aos anos de 1932 a 1935, e ler com alguma calma o capítulo da *Exploração*, terá sob os olhos números e comentários que não enganam, que mostram com evidência plena como os custos de produção aumentam quando se fracciona a potência das centrais; e embora depois de 1935 não voltassem os relatórios a repisar o assunto, porque outros lhe tomaram o lugar, não deixaram os apuramentos estatísticos de ser coligidos e publicados todos os anos, com uma concordância de resultados que não permite dúvidas sobre o mérito dos números.

As cifras que atrás se apontaram, dando para a produção hidráulica custos da ordem de $20 e para a produção térmica valores entre $20 e $52, só são conseguidas em unidades além de certa grandeza; a dimi-

nuição da potência arrasta o preço de custo para valores muito mais altos, fazendo perder à produção dispersa toda a vantagem que aparentemente mostra sobre o fornecimento pela rede pública; prova-o na prática a tendência para o abandono das muito pequenas unidades locais ante o estender das redes públicas — tendência que se manifesta em toda a parte desde o alvorecer desta indústria no começo do último quartel do século passado. A pendente para a concentração, aqui como em todas as indústrias, resulta de realidades económicas.

Se nos levar a curiosidade em demanda dos últimos valores publicados antes da entrada em serviço das novas hidroeléctricas (estatísticas de 48 e 49) deparamos com o resumo seguinte, relativo às centrais térmicas, as quais interessam ao caso:

Horas de laboração diária:		
Centrais pequenas (até 100 kW)	10	horas
Centrais grandes (acima de 1000 kW)	24	horas
Utilização anual da potência instalada:		
Centrais pequenas	1 200	»
Centrais grandes	3 500	»
Encargos de pessoal por kWh[30]:		
Centrais pequenas		$60
Centrais grandes		$05

Para potências intermédias os resultados são igualmente intermédios. Importa porém registar, quanto aos encargos de pessoal, que o reduzido número das nossas centrais obrigou a estatística a reunir num só grupo todas as unidades de mais de 1 000 kW, o que conduziu a tomar a média de números referentes a instalações muito diversas, visto que 1 000 kW é uma potência ainda pequena para emparceirar com as centrais de serviço público de dimensões correntes; estendida apenas a estas, a média dos encargos de pessoal desceria sensivelmente. Se tomarmos os números da revista americana acima citada, o encargo de pessoal da exploração (não esqueçamos os salários americanos) escalona-se entre $00,6 e $03 por kWh; a média das centrais inglesas é de $01.

Esta digressão estatística é mais de meia resposta à pergunta feita acima. Como a utilização das centrais pequenas é um terço da utilização das grandes, os encargos fixos são, em grosseira aproximação, três vezes maiores, aceitando que é constante o custo de estabelecimento da unidade de potência; se a isto somarmos o maior encargo de pessoal e aceitarmos que o gasto específico de combustível é o mesmo, chegaremos a concluir que o preço médio do kWh nas pequenas centrais de serviço público é cerca de $80 mais caro do que nas grandes

[30] Nas centrais hidroeléctricas os valores destes encargos são respectivamente $40 e $02.

centrais, o que eleva o seu custo para cifras da ordem de 1$10 a 1$20. E como o preço das máquinas por unidade de potência e o gasto de combustível por unidade de energia não são constantes, ao contrário do que se supôs, mas mais altos nas unidades pequenas, o custo efectivo do kWh é ainda superior.

Quando as coisas tomam este aspecto deixa de ser legítimo dizer-se que o preço de produção da energia intervém pouco no preço de venda pela distribuição. Por isso mesmo, este tipo de produção dispersa não pode ser tomado a sério por ninguém porque é um anacronismo e um contra-senso; perante os seus preços inaceitáveis, qualquer pessoa percebe o motivo por que as grandes redes públicas dominam sem combate as pequenas centrais locais. Nem interessa falar da qualidade do serviço.

Fica-nos desta longa arenga uma ideia geral dos custos de produção, a orientar as pessoas sem preconceitos:

Ordem de grandeza do preço do kWh nas barras de uma central hidroeléctrica de média ou grande potência	$20
Idem numa central termoeléctrica moderna, de bom rendimento, de média ou grande potência, com carvão barato (caso das centrais americanas ou inglesas)	$25
Idem numa central termoeléctrica de rendimento aceitável mas não óptimo, de média ou grande potência, com carvão caro (caso das centrais portuguesas)	$52
Ordem de grandeza do preço do kWh hidráulico acrescido do custo do transporte e do encargo fixo do apoio térmico	$34

A diferença de $18 entre estes dois últimos números, que representa, como já vimos atrás, o ganho que se pode obter quando se substitui a energia térmica pela hidráulica, não é valor em cuja constância se possa fazer fé; pelo contrário, é susceptível de aumentar ou diminuir dentro de grandes limites consoante as circunstâncias:

a) Este ganho diminui e até se anula ou inverte se embaratecer o carvão; nos países em que há combustível barato, a produção térmica local e a produção hidráulica conduzem a preços de custo iguais ou muito próximos, como se verifica pelos números citados; já no relatório da proposta de lei da electrificação se escreveu, mas parece que poucos leram:

> (...) mesmo nos países de grandes reservas de carvão, de exploração fácil e económica, a hulha branca tem o seu lugar porque os custos de produção da energia térmica e hidráulica, dentro do diagrama normal, dão da mesma ordem de grandeza.

A vantagem de preço na substituição da produção térmica pela hidráulica não é pois um fenómeno universal; foi um fenómeno particular português, resultante das condições onerosas da nossa produção térmica — razão a aconselhar prudência aos ardores da propaganda.

b) A diferença de preço entre energia térmica e hidráulica aumenta se diminuir o custo da produção hidráulica ou o encargo de transporte, coisas que é de prever aconteçam com o tempo, a primeira na medida em que os sistemas hidráulicos se vão completando e conjugando mais perfeitamente e a segunda com a melhor utilização das instalações, como resultado do maior volume de energia transportada; de qualquer dos lados não será desrazoável contar com uma redução de 2 ou 3 centavos por kWh dentro de alguns anos.

c) Esta diferença ainda varia com a incidência do encargo fico do apoio térmico, como já atrás se fez notar.

Supondo a moeda estável e admitindo o milagre da paz do Mundo que repusesse o carvão em preço à roda de 400$00 por tonelada — que não seria nenhuma ucharia — é fácil de ver que as duas primeiras influências que acabamos de citar reduziriam o ganho de $18 para $13 (menos $10 devido à redução do carvão e mais $05 devido à possível redução da produção hidráulica e do transporte); se o carvão não descer, o ganho poderá porventura subir para $23 — o que continuará a ser bem modesto para as loucas fantasias que se disseram[31].

Postas estas premissas, apresentados estes números, explicadas estas noções elementares que deveriam ser sabidas de cor como a tabuada pelas pessoas que têm opiniões sobre tarifas — e sobretudo pelas que se gabam de as ter — trazidos ao pelourinho, como merecem, os pregoeiros da *electricidade barata*, fica a dúvida legítima sobre se o plano de electrificação com os seus propósitos de intensificar a produção hidráulica, poderia razoavelmente incluir entre os seus objectivos o fornecer energia a melhores preços. Veremos que sim e em que casos (nº 60).

59 — CRITÉRIOS TARIFÁRIOS

Quando, há-de haver quatro anos, começou a levantar-se controvérsia sobre as tarifas de electricidade, por se aproximar o começo de laboração dos novos aproveitamentos hidroeléctricos, correu em letra de forma, em jeito de traduzir um anseio da opinião pública, esta pergunta, tida por mais fulminante que um raio de Vulcano: se a energia eléctrica custa $20 na central de Castelo do Bode e se vende em Lisboa por 2$50, onde gasta ou quem arrecada a diferença, que parece tão pouco legítima por desproporcionada?

[31] Ao reler, em 1957, o que ficou escrito sobre a possível redução com o tempo do custo da produção hidráulica tive um sorriso amargo; em vez de uma política segura tem-se vivido num entrechocar de opiniões, talvez democrática mas pouco eficiente.

A pergunta, nestes termos ou com esta intenção, se germinou de boa fé, mostra-se mais inocente que fulminante. E em homenagem à inocência, que provera a Deus existisse sempre na intenção dos homens, se escrevem as linhas que seguem.

As tarifas de electricidade constituem hoje um vasto corpo de doutrina que não é possível comprimir, nem no espaço que aqui se lhe pode dar nem na índole de que este trabalho não pode sair; mas nem se tem o propósito de ir tão longe nem são precisas, para o que se pretende, mais do que algumas noções de leve generalidade.

Podem reduzir-se a quatro os princípios essenciais em que assenta o estabelecimento dos regimes tarifários modernos, que têm permitido à energia eléctrica a divulgação que alcançou em todos os sectores da vida actual:

1º. Electricidade a preço fixo é um absurdo; o nível da tarifa a aplicar a cada tipo de consumidor será regulado pela capacidade económica do consumo e, dentro de cada tipo, descerá em geral com o aumento da quantidade consumida para se adaptar ao valor marginal da energia;

2º. As tarifas deve ser orientadas, sempre que possível e sobretudo nos grandes consumos, no sentido de agravar os que tiverem maior influência na ponta da rede de modo a levar o consumidor, incitado pelo seu próprio interesse a melhorar o factor de carga das centrais e linhas, permitindo ao distribuidor vender o máximo de energia com o mínimo de potência, o que conduz a diminuir o preço de custo da energia vendida;

3º. As tarifas devem ser estruturadas de forma a conduzirem a uma variação do preço de venda no mesmo sentido em que variar o custo da energia de produção própria, se o consumidor a praticar ou vier a fazê-lo;

4º. A complexidade consentida à tarifa e aos equipamentos de medida necessários à sua aplicação deve pautar-se pelo grau de compreensão do consumidor e pelo volume do consumo; aplicar uma tarifa complexa a um pequeno consumidor de baixa tensão seria um contra-senso.

Cumulativamente com estes princípios, há um critério basilar a que faço referência só para não se supor que me esqueci dele: da aplicação do conjunto das tarifas deve resultar a cobertura de todos os encargos do distribuidor, isto é, o preço médio de venda deve ser superior ao preço médio de custo. Se com grande ou pequena folga, é assunto controvertido que não creio asado versar.

Em obediência ao primeiro e segundo princípios, a energia para iluminação (doméstica ou comercial) é paga em todos os países pela

tarifa mais alta; o apreço do consumidor pela luz eléctrica, elemento de comodidade, de conforto ou de beleza, o pequeno volume de energia que ela exige, o pequeno custo das instalações, a ausência de outro meio simples e barato que preencha o mesmo fim — donde se infere que a energia de iluminação é pouco elástica, como se diz em Econometria — e ainda o facto de, na generalidade das redes, a luz pesar fortemente na ponta do diagrama de carga — tudo contribui para que a energia destinada à iluminação possa e deva ser a grande fonte de receita dos distribuidores[32].

Mostra-se em posição oposta o consumo de outras aplicações domésticas, como a cozinha e o aquecimento de água ou de locais; movimenta grande volume de energia, exige instalações mais dispendiosas e defronta grande número de soluções concorrentes; por isso o interesse do consumidor só é atraído com tarifas baixas, tanto mais quanto mais avultado for o consumo; por outras palavras, à medida que aumenta esse consumo pelo uso de novas aplicações ou ampliação das existentes, a utilidade marginal, isto é, o preço que o consumidor está disposto a pagar por cada novo kWh consumido tende a diminuir, de acordo com os princípios gerais que regem a procura de qualquer artigo. Como as aplicações domésticas além da luz permitem melhor utilização do que esta, porque se espalham em cada dia por período mais longo (mesmo tida em conta a ponta das 11 horas da manhã característica da cozinha eléctrica), estes mais baixos preços são possíveis sem ofensa do 2º princípio, desde que se tomem certas precauções como a de desligar o aquecimento de água às horas mais carregadas.

De um inquérito com data de Dezembro de 1950, feito pela UNIPEDE em 55 cidades de 9 países da Europa, deduz-se que a relação entre o preço desta energia (3º escalão da tarifa doméstica) e o preço da energia para luz varia entre 1/3 e 1/8, agrupando-se a maior parte dos casos à roda de 1/5. Em posição intermédia (à roda de 1/1,5 do preço da luz) situa-se o consumo do pequeno material electrodoméstico: ferro de engomar, aspirador, enceradora, torradeira, etc. (2º escalão da tarifa doméstica).

Não interessa aos consumos domésticos o princípio 3º, porque os seus volumes são muito pequenos para tal; precisamente por essa pequenez e porque a estes consumidores não se pode exigir preparação para o entendimento de fórmulas complicadas, há necessidade de fixar regras simples de tarificação, de acordo com o 4º princípio, para que sejam aplicadas sem grande complicação de facturas (visto o elevado número de consumidores) e para que estes as aceitem sem desconfiança. Oferecem-se para isso três caminhos: montar duas ou três

[32] Exceptua-se a iluminação pública, que é geralmente um encargo da distribuição, uma espécie de tributo municipal, porque ou é fornecida gratuitamente ou vendida a preço baixo. O chamar-lhe tributo não significa, porém, tomar posição contra o sistema.

instalações para cada consumidor, com contadores diferentes e com outros tantos preços por unidade de energia; adoptar a conhecida tarifa por escalões, fixados em função do tamanho da casa, empregando um só contador e atribuindo aos escalões preços diferentes; obrigar ao pagamento de uma taxa fixa, dependente do tamanho da casa mas independente do consumo, e aplicar à energia consumida, medida num só contador, uma taxa unitária muito baixa.

A primeira solução não é geralmente usada por precisar de instalações dispendiosas e incitar à fraude; a segunda e a terceira têm porém larga expansão. Ambas conduzem a preços médios da unidade de energia decrescentes com o aumento do consumo, tendendo assintoticamente para o preço do terceiro escalão no primeiro caso e para a taxa unitária no segundo; ambas satisfazem ao 1º princípio, e conseguem, devido ao aumento de consumo estimulado pela digressão tarifária, satisfazer também ao 2º, porque a preços médios mais baixos corresponde em geral melhor utilização pela maior diversidade de aplicações a horas diferentes. No penúltimo congresso da UNIPEDE (Bruxelas, 1949), ambos estes tipos de tarifa tiveram os seus defensores calorosos.

Se passarmos a analisar as tarifas da pequena força motriz em baixa tensão, vê-las-emos obedecer, em geral, aos mesmos princípios das tarifas domésticas: simples, com um só contador, e procurando integrar-se nos princípios 1º, 2º e 4º, quer pela aplicação de escalões de consumo ou de utilização, com preço decrescente, para estímulo do primeiro ou da segunda, quer pelo uso do contador de dupla tarifa para permitir preço mais elevado à hora da ponta do diagrama. Os escalões mais altos destas tarifas de força motriz, segundo o inquérito atrás referido, andam por cerca de 1/2 da tarifa de iluminação.

Se lançarmos os olhos para os fornecimentos de energia para força motriz em alta tensão, acharemos panorama diferente. O consumidor industrial em alta tensão é, ou deve ser, por si ou pelos seus técnicos, suficientemente idóneo para compreender regimes tarifários mais complexos do que os que se aplicam na baixa tensão; por outro lado, as maiores potências em jogo justificam equipamentos de medida mais caros; e daí resulta que nesta categoria de consumidores se podem aplicar sem inconveniente (princípio 4º) critérios de tarifa mais conformes com as boas regras — definidas pelos princípios 2º e 3º. Enquanto nos pequenos consumos de baixa tensão a influência na ponta da rede é apenas computada por via estatística, nos consumos da alta tensão, dado o seu maior volume, tal influência determina-se caso por caso. De facto, é nesses consumos elevados que se logra proveito mais acentuado se a sua integração no diagrama da rede conduzir a melhoria do factor de carga e que a variedade de usos conduz a maior diversidade de situações individuais; e é ainda aí onde mais se aconselha que o custo da energia comprada à rede pública acompanhe o que custaria a produção própria, porque é aí que esta mais naturalmente poderá

desenvolver-se. Não se julgue, porém, que esta preocupação de obedecer ao 3º princípio tem apenas o objectivo comercial, algumas vezes antipático, de matar um concorrente; nos países que não dispõem de combustíveis abundantes (como o nosso), ou em que se procura, quando os há, queimá-los racionalmente (como na Inglaterra), as autoridades não facilitam a montagem de pequenas unidades geradoras, quase sempre de mau rendimento, e procuram antes canalizar para as redes públicas, alimentadas por fontes hidráulicas ou fontes térmicas de bom rendimento, os consumos industriais; mas esta política só pode desenvolver-se sem reacções (pelo menos justas) se a energia da rede pública for paga por tarifa que acompanhe, por baixo, o preço da produção própria em todas as condições de exploração.

Os princípios 2º e 3º conduzem às tarifas dos tipos correntes neste caso: tarifa binómia ou trinómia, tarifa de horas vazias, tarifa por escalões de potência; dispenso-me de explicar o mecanismo de cada uma delas, que vem nos livros, para não tornar muito pesada esta literatura, que desejaria fosse leve e fosse lida. Os princípios 1º e 3º conduzem à obrigação de fixar em nível sempre baixo a média dos preços resultantes; por isso tais preços andam normalmente entre 1/3 e 1/6 do preço da energia para iluminação, segundo o inquérito citado, com o valor médio próximo de 1/4,5.

Finalmente, e ainda na alta tensão, nos aparece um tipo importante de consumo exigindo em geral os mais baixos de todos os preços: os grandes fornecimentos para electroquímica e electrometalurgia. Necessitando de consumos altíssimos (à roda de 3 000 kWh por tonelada de gusa ou de ferro-manganésio, 3 800 por tonelada de sulfato de amónio ou de carboneto de cálcio, 7 000 por tonelada de ferro-tungsténio, 10 000 por tonelada de carborundo, 28 000 por tonelada de alumínio), e tendo por vezes a concorrência de outros processos, os métodos electroquímicos e electrometalúrgicos só podem viver com energia excepcionalmente barata, da ordem de 1/20, e às vezes menos, do preço da energia para luz. Por isso frequentemente se contentam com energia temporária, obtida de caudais não regularizados durante os períodos de águas altas. As tarifas da electroquímica são frequentes vezes estabelecidas com preço fixo por unidade; a sujeição do consumidor às conveniências do diagrama efectiva-se através de limitações do horário ou dos períodos de funcionamento, regime que esta indústria pode aceitar sem inconvenientes muito graves — o que não é o caso das restantes indústrias.

A importância dos consumos da alta tensão e a frequência com que se apresentam com maus factores de potência levam, dentro da doutrina do princípio 4º, a sobrecarregar as tarifas, quaisquer que elas sejam, com a facturação da energia reactiva; é uma complicação inevitável cujo uso se generaliza e cuja necessidade é indiscutível.

Esta resenha dos principais tipos de consumos e da proporção normal dos preços de energia que consentem está longe de ser completa. Muitas

mais aplicações encontra a energia eléctrica que justificam outras tantas tarifas diferentes na contextura ou no preço resultante (tracção, usos agrícolas, usos médicos, espectáculos, reclames luminosos, elevação de águas, etc.); limitemo-nos porém aos que acima se referem, porque são os mais característicos e os que, por isso, mais se prestam a comparações úteis.

Se arbitrarmos, para concretizar ideias, o preço de 2$20 por kWh para iluminação, os preços médios atrás indicados corresponderiam à escala seguinte:

Iluminação (1º escalão doméstico ou comercial)	2$20
Pequeno equipamento (2º escalão doméstico ou comercial)	1$50
Cozinha e aquecimento (3º escalão doméstico)	$44
Força motriz em baixa tensão (1º escalão)	1$10
Força motriz em alta tensão (preço médio)[33]	$50

Como não é fácil definir por via teórica a proporção destes valores, nem consta que a imponha lei humana ou divina, resta agarrarmo-nos à experiência dos que labutaram nisto antes de nós; e a média recolhida de 55 cidade europeias é um ponto de partida que oferece alguma segurança. Mas é intuitivo que se alguém se propuser combater esta escala (refiro-me aos seus valores relativos) comparando-a com o exemplo de qualquer cidade da Europa ou de fora dela, onde se presuma residir a suma sabedoria tarifária, é sempre fácil fazê-lo atendendo à dispersão de soluções que há pelo Mundo. Quase se pode afirmar que toda a opinião, por mais estranha que seja, encontra um exemplo que a justifique; mas o que fica desde já assente é que esse tipo de argumentação não tem o menor valor.

Se considerarmos uma rede importante, em zona onde a electrificação se encontre em fase adiantada, a distribuição do consumo poderá fazer-se, com alguma probabilidade, nas seguintes proporções redondas[34]:

Baixa tensão	1º escalão doméstico e comercial	6%
	2º " " " "	5%
	3º " " " "	34%
	Força motriz (1º escalão)	2%
	Outras tarifas	14%
Alta tensão	(força motriz)	39%
	Total	100%

[33] Na força motriz em baixa tensão pode tomar-se como ponto de referência o 1º escalão da tarifa; na alta tensão, vista a diversidade de tipos tarifários só pode tomar-se o valor médio.

[34] As proporções adoptadas não são mera hipótese; são a imagem do que se tem passado nos últimos anos na cidade do Porto, no conjunto das redes de alta e baixa tensão, o único exemplo português digno de ser considerado pelo seu avançado grau de electrificação doméstica.

Com as tarifas apontadas acima, resultará daqui, admitindo, para não complicar as contas, que os consumos incluídos em *Outras tarifas* não afectam o resultado (o que é aproximadamente verdadeiro), que os preços médios de venda desta energia serão de $67 no total da rede e $81 na baixa tensão, valores imensamente inferiores ao preço da iluminação, que muita gente imagina, erradamente, ser o preço médio de venda ou próximo disso; e esta enorme diferença, de que alguns se admirarão, é a consequência fatal de se vender muita energia pelas tarifas baixas (73% no exemplo considerado) e muito pouca pelas tarifas altas (13% nas que são superiores a 1$00).

Se uma empresa praticasse, em equilíbrio financeiro, a distribuição nas condições indicadas, o seu preço médio de custo da energia, tendo em conta todos os encargos incluídos juros e dividendos, viria, como é intuitivo, igual a $67 — número do qual se tira uma consequência fundamental e, à primeira vista, desconcertante: mais de metade da energia é vendida abaixo do preço médio de custo.

Erro económico ou regime de favor serão as ilações mais prováveis que o observador desprevenido tirará deste aparente contra-senso. Perfeita coerência e avisado caminho são, pelo contrário, as conclusões a que vamos chegar; e nem de outra forma poderia ser, uma vez que o problema vem sendo tratado há meio século, na Europa e na América, por muitas centenas de pessoas categorizadas, e não nos consente o cálculo das probabilidades que aceitemos ter a clarividência fugido dos que criaram para se acantonar nos que criticam.

Começa a ter certa voga, embora não tenha ainda a divulgação que merece, a diferenciação entre as noções de preço de venda, preço médio de custo e preço de custo marginal. O velho conceito, infantil e desacreditado mas ainda com sólidas raízes, de que vender um artigo abaixo do preço médio de custo equivale a desembolsar dinheiro e é, portanto, uma anomalia económica, precisa ser definitivamente banido. A existência, em todas as actividades económicas, de encargos que não variam ou variam pouco, quando aumenta o número de unidades produzidas conduziu à noção de custo marginal, que representa, para um dado nível de vendas, a importância efectivamente gasta para produzir ou adquirir uma unidade a mais; e é intuitivo que essa unidade pode ser vendida com benefício por qualquer preço superior ao custo marginal, independentemente de ser maior ou menor que o custo médio de todas as unidades produzidas — desde que este custo seja coberto pelo preço médio de venda.

Só abaixo do preço marginal a venda se traduz por prejuízo efectivo, por uma perda que mais se agrava quanto mais se vende; toda a tarifa, imposta ou livremente aplicada, que conduza a este ponto, é uma insensatez a que a própria natureza humana reage instintivamente.

Como o preço marginal é, em grande número de casos, muito inferior ao preço médio de custo — e é o caso geral da energia eléctrica,

cujas dispendiosas instalações de produção, transporte e distribuição geram encargos fixos muito elevados — o preço de venda pode, dentro da mais sã doutrina, variar entre esse custo marginal, como limite inferior, e o preço de aceitação no mercado, como limite superior.

A diversidade de tarifas que acabámos de apontar abreviadamente é fruto da aplicação deste princípio; pressupõe que os encargos fixos são cobertos pela receita da energia cara, devendo as tarifas mais baixas cobrir apenas as despesas directamente imputáveis à energia a que respeitam, isto é, o seu custo marginal.

Como a energia vendida por tarifas baixas não encontraria comprador de outra maneira; como essa mesma energia tem aplicações (iluminação) que consentem preço de venda muito acima do preço médio de custo; como toda a energia vendida, cara ou barata, traduz um serviço prestado ao consumidor, cuja massa é a Nação; como esse serviço, quer seja factor de produção ou de conforto, é de tal forma relevante que a capitação do consumo de energia é índice do nível de vida de um país — por tudo isto, a indústria da distribuição eléctrica do Mundo inteiro, independentemente dos defeitos que tenha, merece lhe levem a crédito das virtudes o ter sabido aproveitar a formação dos seus preços de custo e a melhoria dos seus diagramas de carga para estruturar uma gama extensa de tarifas, que lhe tem permitido prestar à humanidade o máximo serviço, na infinita variedade dos usos da energia. E a humanidade tem compreendido e recompensado esta actuação — abstenho-me de dizer sacrifício, como alguns interessados lhe chamariam — consumindo em ritmo crescente, entregando cada vez mais a sua vida à dependência do abastecimento de electricidade e dando à indústria eléctrica um dos mais rápidos e fulgurantes progressos da história da civilização mecânica.

Nem a todos este quadro se afigura bastante transparente para convencer; não há muito que numa revista portuguesa de Economia se defendeu a doutrina da energia a preço fixo por unidade, sem dependência de diagrama nem da natureza do consumo — dois erros numa só afirmação.

Voltemos à tabela dos preços, com os valores médios de $50 por kWh na alta tensão e $81 na baixa. O valor de $30 por kWh, que atrás se apontou como o actual preço médio da energia hidráulica (em diagrama normal) incluído o transporte e a transformação nas subestações da rede primária, resulta de vendas a preços diferentes nas três categorias seguintes:

a) energia permanente para distribuidores;
b) energia estival de complemento;
c) energia temporária para electroquímica.

Para efeito de comparação com as tarifas de distribuição, é o preço da alínea a) que interessa considerar; o seu valor médio actual é de

$31, com tendência para descer. Sendo este o preço de aquisição pelo distribuidor, a venda a $50 e $81 deixa para encargos da distribuição $19 por kWh em alta e $31 em baixa. Este último número deve ser entendido como encargo exclusivo da rede de baixa, supondo que a energia lhe é entregue nos postos de transformação ao preço de venda da alta tensão. Se considerarmos porém, como acontece frequentemente, que as redes de alta e baixa constituem uma unidade de exploração, será mais exacto dizer que a margem para cobrir o encargo conjunto da distribuição é de $50 por kWh vendido. Supondo 12% de perdas, a diferença entre os preços de compra e venda — já deduzidas essas perdas — será de $46 por kWh vendido.

A escala de preços que atrás se adoptou e que conduziu a esta distribuição de encargos, constitui uma base que se reputa aceitável para as nossas condições actuais; mas não se quer cometer a imprudência de afirmar que ela pode ser adoptada sem ajustamento — para mais ou para menos — em todas as redes. Há condições especiais de exploração a considerar (volume de vendas, proporção entre as vendas em alta e baixa, encargos de centrais térmicas, juros, impostos, etc.) que modificam o aspecto de cada caso — trabalho que não me proponho fazer e para o qual não tenho mesmo elementos.

Depois de feita esta singela análise e de mostrado através de um exemplo como se repartem, em linha muito geral, os encargos de levar a energia de uma queda de água a casa do consumidor, o leitor de bom critério ajuizará como é inconsistente a comparação do custo de $19 nas barras da central com o preço da energia para luz em baixa tensão, por hipótese $20; e medirá quanto há de leviandade em quem deixa perceber que descortinou naquela vultosa diferença, cuja causa não entendeu, a voracidade de um intermediário de poucos escrúpulos;

Nenhuma ligação directa há entre os dois preços, dado que o último é apenas o preço de uma pequena parcela da energia vendida (6% no exemplo), que tem que contrabalançar o preço, inferior ao médio, de parcelas incomparavelmente maiores. Infelizmente, para as pessoas pouco esclarecidas, nem sempre assaz prudentes para proporcionarem a força dos seus comentários à fraqueza do seu saber, o preço da energia para luz é o único número real ao seu alcance. Os escalões da tarifa doméstica, as tarifas de força motriz e todas as tarifas especiais, nem por serem as verdadeiras bases económicas de qualquer sistema tarifário escapam à sua sina — a triste sina de serem desconhecidos ou olhados como ninharia sem interesse.

O que acaba de se dizer completa a resposta que no número anterior se começou a dar ao leitor que se deixasse levar para a montagem de central própria, tentado pelos baixos custos de produção. A adaptação das tarifas de venda aos usos da energia, ao volume do consumo e ao seu factor de carga, fazem da auto-produção uma hipótese que só tem interesse quanto a preço em condições especiais: existência de

subprodutos combustíveis, necessidade de produção de vapor ou inexistência de rede pública em condições técnicas aceitáveis. Fora desses casos, a produção própria, na hipótese geral das pequenas e médias potências, não pode, pelos seus elevados custos de produção, competir favoravelmente, salvo se a energia se destinar a iluminação, que o distribuidor público vende pela tarifa mais alta; para força motriz, só em alguns raros casos terá vantagem sobre a rede pública; para os escalões baixos das tarifas a competição é impossível.

Se a isto acrescentarmos que nos fornecimentos para luz existe, em zonas urbanas, a impossibilidade prática da auto-produção por falta de espaço e pela incomodidade dos ruídos; que para força motriz esse recurso nem sempre é cómodo e que, em todos os casos, a qualidade do serviço das pequenas unidades, sempre má, é incompatível com a responsabilidade de muitos fornecimentos — acabaremos por entender a razão por que, ao contrário do que sugerem as primeiras noções, os auto-produtores de grande potência estão quase limitados a casos de espécie e os de pequena potência são praticamente inexistentes onde haja uma rede pública que mereça este nome — salvo em instalações de socorro.

São de 1939 estas palavras[35], que justificaram uma série de artigos sobre tarifas de energia reactiva, um assunto de cuja existência nem suspeitam as pessoas que têm nestas matérias opiniões definitivas — assunto que não pode ser abordado aqui pela feição matemática dos conceitos que põe em jogo:

> Isso nos animou a este trabalho que procura atingir dois objectivos. O primeiro, essencial, é o de estudar um assunto que nunca foi suficientemente tratado (...); o segundo, acessório, é o de tornar possível, porventura, que em Portugal se espalhe a convicção, bem conforme com a verdade mas muito longe dos hábitos actuais, de que o saber tarifas de electricidade exige um pouco mais de estudo e meditação do que o discutir, por sentimento, se a luz a 2 escudos é cara ou barata.

Passados 12 anos, renasce o mesmo jeito demagógico, irrompe de vários lados ao mesmo tempo a tendência de fazer do preço da luz uma espécie de postulado donde deriva toda a doutrina tarifária — como do postulado de Euclides derivou a geometria que tem o seu nome.

Não se pretende, com o que fica dito, deixar convencido o leitor sobre se dado preço da luz eléctrica é bom ou mau; bastará que fique esclarecido sobre a necessidade de vender o mesmo artigo, que é a energia eléctrica, a preços que parecem aos profanos disparatadamente

[35] Do autor, "Tarifas de energia reactiva", *Técnica*, nº 103, Junho de 1939.

diferentes, e a necessidade igualmente forte de fazer pagar à iluminação aquilo com que é preciso beneficiar certos consumos, só viáveis com tarifas baixas.

E assente esse ponto, ver-se-á então claro que o preço de produção e distribuição da energia não tem relação directa com quaisquer preços de venda, muito diferente de alguns daqueles; e perceber-se-á ainda que subir o nível das tarifas baixas para baixar o das tarifas altas, nivelando preços para além do que permite o natural equilíbrio, é pura transigência com a multidão irresponsável, porque reduz os serviços que a energia pode prestar à produção nacional (aplicações industriais ou agrícolas) sem promover, em contrapartida, mais do que um acto espectaculoso de assistência pública — o subsídio mensal de alguns escudos ao consumidor de luz.

Acresce, como já se fez notar, que o consumo de luz é pouco elástico, isto é, pouco sensível às variações de preço; um abatimento neste preço não faz subir em proporção sensível aquele consumo, não traz o benefício de alargar o serviço prestado. Pelo contrário, nas aplicações industriais ou agrícolas a elasticidade do consumo é acentuada; o aumento de preço restringe logo a procura, porque muitas operações que utilizavam energia eléctrica passam a usar outro processo ou deixam de se fazer por inviáveis. Uniformizar os preços é o caminho directo para reduzir o consumo, prejudicando os distribuidores e a economia geral, é a forma de atingir o absurdo de entravar a expansão da energia eléctrica — a mais útil e rendosa ferramenta que ajuda o trabalhador moderno a merecer o salário.

Espero que o leitor, se alguma vez o fez, não torne a repetir a pergunta, que parece envolver uma cortante ironia, e que se ouve a todas as esquinas de Lisboa depois que se reduziu, em Abril de 51, o preço da energia para luz: Então, quando é que a electricidade vem para mais barata?

60 — TARIFAS E ORGANIZAÇÃO

A diversidade tarifária na distribuição, em alta como em baixa tensão, que vimos ser realidade proveitosa e irremovível; a diversidade, embora menor, que as mesmas causas originam na produção e no transporte; a necessidade de considerar os preços de custo marginais como limites inferiores do preço de venda; a complexidade irredutível das tarifas de alta tensão, com sua influência da ponta, do horário e do factor de potência — todo este conjunto de intricada textura deixará entrever ao leitor que algumas dificuldades poderão nascer nas relações entre empresas, quando se queira que a alimentação de todo o tipo de consumidor se faça sem embaraços quanto às tarifas possíveis — objectivo de toda a organização — e quando a mesma energia tenha de passar em cascata de umas empresas para outras, sucessivamente

revendida, isto é, quando a indústria esteja separada por estratificação horizontal: a produção, o transporte, a distribuição em alta e a distribuição em baixa. E deixar-lhe-á ainda perceber como será complexo nesse caso — tão complexo que algumas vezes se não resolve — o atender as necessidades particulares de certas modalidades industriais e o determinar como se deve reflectir com equidade, nos outros escalões da organização, uma alteração tarifária que se produza em qualquer delas.

É de notar que por alteração tarifária se não entende apenas o facto simples de o preço da energia subir ou descer em bloco uns tantos centavos por unidade, caso em que o reflexo é ou parece fácil de definir, mas o facto, mais complicado, de haver apenas alteração de um preço especial ou de um só parâmetro de uma tarifa. A intromissão de umas empresas nas contas das outras, por força do cálculo e acerto destes reflexos, cria posições delicadas e não raro alimenta desconfianças, cuja possibilidade de existência não é favorável a tal tipo de estrutura. E é de notar ainda que facto de se perder elasticidade no contacto de um consumidor com o seu distribuidor directo (porque este tem limitações no seu contrato de compra) não é menor a razão a desaconselhar o sistema, independentemente das dificuldades que traga; tudo que entrave a satisfação das úteis e legítimas necessidades do consumo é contrário à doutrina, porque a electrificação tem por única finalidade servir e estimular o uso da energia; tudo o mais é acidente.

Salta destas palavras um conceito a reter: Uma unidade de energia que passa do produtor ao consumidor através de intermediários não se comporta tão singelamente como uma peça de fazenda ou um saco de café, sucessivamente transaccionados no armazém ou no retalho. A subdivisão do negócio em forma de escada não tem a mesma lógica nos dois casos.

Estes factos, junto à economia e à comodidade que resultam de a mesma empresa se ocupar em conjunto das instalações localizadas em dada área, têm tido como consequência — e é o caminho mais natural, por ser mais simples — organizar-se a indústria eléctrica pelo Mundo, por via de regra, em integração vertical; em cada área de distribuição, o mesmo concessionário produz, transporta e distribui, o que lhe permite estruturar com autonomia os preços de venda e resolver sem peias os problemas de cada consumidor pelo livre estabelecimento de tarifas especiais, com total eliminação de fronteiras entre a produção e a venda — sistema de máxima elasticidade e de mínima canseira em discussões nem sempre frutuosas. Cada concessionário faz dentro da sua área a conjugação das centrais que lhe pertencem e interliga-se com o concessionário contíguo para as trocas convenientes no plano nacional, ou com o país vizinho no plano internacional.

Em todos os países da Europa Ocidental a linha mestra da organização é a vertical, com maiores ou menores desvios, uns reais e outros aparentes, nascidos de antecedentes históricos ou de circunstâncias de

ocasião. Entre esses desvios aparentes encontram-se, por exemplo, sociedades de produção e transporte criadas pela reunião de distribuidores para a realização de uma central com baixo custo de energia mas de potência excessiva para as necessidades e possibilidades de cada um; ou empresa de distribuição local criadas, como órgãos distintos, pela empresa-mãe produtora e grande distribuidora, como forma particular de organização interna ou por motivos independentes de toda a técnica.

Uma organização integral neste sentido só é, porém, fácil de coordenar — supondo que se pretende o rendimento óptimo no plano nacional — se o número de empresas é pequeno, pois que as características, sempre diferentes, das fontes produtoras de cada um dos grupos tornam inevitáveis as permutas de energia entre eles, o que faz reviver parcialmente o sistema em cascata.

Mas até neste aspecto, o critério geográfico de arrumação de grandes sistemas produtores e distribuidores não é destituído de interesse; não pelo que possa conter de simetria, mas na medida em que permita a cada produtor fazer a auto-compensação das suas centrais, pelo aproveitamento de bacias de diferentes tipos (fio de água e albufeira), dando assim a cada empresa a característica natural de uma unidade de exploração e não de uma fracção da unidade. Organizar a produção de energia de maneira a separar em empresas distintas a parcela regularizada (albufeira) e a parcela não regularizada (fio de água) tem quase a mesma falta de lógica que teria um sistema de organização de padarias, em que umas só produzissem côdea e outras só miolo — com uma terceira entidade a meter este dentro daquela.

Quanto mais nos aproximarmos de conjuntos auto-compensados, quanto mais as compensações entre empresas tiverem carácter acessório, à margem da exploração essencial, tanto mais fácil e harmoniosa será a coordenação no plano nacional e tanto mais completa será a elasticidade tarifária; tanto mais útil será portanto a energia.

A contrariar esta arrumação regional encontra-se con frequência a desigual repartição dos recursos (quedas de água e combustíveis) pelo território em causa; como exemplo clássico entre nós, a área ao sul do Tejo, que vale perto de metade (42%) da área metropolitana, tem escassas possibilidades de produção de energia, que não excedem, em percentagem do total, um número dígito e pequeno. Talvez as fontes de energia nuclear, com a sua preferência pelos locais pouco habitados, venham a compensar este desfavor do Alentejo.

O certo é que esta desigualdade, se pode afectar a geometria de uma solução geográfica talhada no mapa com a precisão da régua e do compasso, não justifica o seu abandono; as possibilidades da técnica actual para o transporte de energia a grandes distâncias tornam a localização das fontes produtoras, dentro da mesma margem de uns centos de quilómetros, menos importantes do que vulgarmente se supõe.

Quando, no primeiro quartel do século, a indústria eléctrica nasceu entre nós, foi em exploração regional completa que começou a desenvolver-se; e se em alguns casos restritos seguiu caminho diverso, são fáceis de encontrar as causas: uma empresa produtora e transportadora, por ser espanhola, criou uma distribuidora portüguesa, embora com interesses muito chegados; e duas empresas distribuidoras em alta desinteressaram-se da distribuição em baixa, porque os mercados bons estavam tomados por distribuidores locais, os maus não tinham atractivo — mormente naquela época recuada, em que não se acreditava no aumento de consumo — e as relações entre alta e baixa eram então extremamente simples, porque as transacções correntes se faziam a preço fixo e as próprias tarifas de baixa eram monolíticas. Hoje é quase certo que as empresas referidas não teriam procedido da mesma maneira.

Ao estudar-se a lei nº 2002, estava-se pois em presença de uma indústria organizada verticalmente, mas apresentando dois defeitos:

1º — Insuficiência de produção e de interligação;

2º — Excessiva dispersão.

O primeiro defeito foi corrigido pelo Estado fazendo construir centrais e a rede primária de transporte, de acordo com a lei; o segundo foi agravado pela criação de novas distribuidoras com precárias condições económicas, em contravenção da lei.

O aparecimento dos novos órgãos produtores veio porém contrariar o sistema inicial de organização, criando um inevitável estrato horizontal; com a consciência que disso se teve, com o conhecimento das dificuldades que daí resultariam, mas perante o facto real da situação criada, orientou-se a ideia inicial no sentido de reduzir os inconvenientes da solução com duas ordens de providências:

1ª — Prevendo um só escalão na produção e no transporte, se não houve o cuidado de o dizer expressamente, porque pareceu intuitivo, nota-se que na redacção da proposta de lei não há nada que o impeça e a análise minucioda do texto não dá lugar a dúvidas;

2ª — Prevendo, nas Bases XIII e XVI, a alimentação directa pelas empresas *produtoras e transportadoras* de alguns grandes consumidores (electroquímica, electrometalurgia, tracção, rega ou outros especiais) em que a presença de intermediários dificultaria a desejada elasticidade tarifária.

Esta segunda providência só pode abranger um número restrito de casos (embora movimentando muita energia) porque só é de aplicar a consumos grandes que justifiquem o encargo de uma ligação à rede primária; mas foi quanto pôde fazer-se respeitando as posições adquiridas — o bastante, aliás, para mostrar que então se pensou nos problemas que, para alguns, se levantam agora com foros de novidade.

Quanto à primeira providência, nada se conseguiu de útil; em vez de uma escalão fizeram-se dois, e resultou ficar o esquema do conjunto com três escalões horizontais nuns pontos — e quatro noutros.

A decisão de individualizar o transporte foi inspirada, ao que parece, no sistema inglês existente de 1926 a 1947 — data da nacionalização; mas a escolha do modelo foi menos avisada do que pareceria à primeira vista. Em 1926, ano da criação da *grid* britância e do seu órgão executivo (*Central Electricity Board*), o panorama geral inglês apresentava-se assim:

— 536 centrais de serviço público e tracção, com a potência média de 16 000 kW, na maior parte velhas e de péssimo rendimento;
— exploração das redes em regime isolado, com interligação quase inexistente;
— grande variedade de frequências entre 25 e 100 Hz, impedindo todo o contacto entre redes e exigindo grande diversidade de material;
— generalização entre as indústrias e as minas do regime de produção própria (3900 auto-produtores), com pequena potência média (1158 kW) e com rendimentos e preços de custo pouco satisfatórios.

Reconhecendo esta situação, insustentável para o progresso da sua indústria e condenável como desperdício de carvão, os ingleses fizeram aquilo que a conjuntura impunha: unificaram a frequência, concentraram a produção de serviço público em cerca de 120 centrais seleccionadas (das quais 30% temporariamente) e criaram uma rede de interligação e alimentação de todos os distribuidores existentes. Estas foram as funções do *Central Electricity Board*, que dispendeu 27 milhões de libras na rede e 19 milhões na unificação da frequência; os encargos deste capital foram cobertos sem dificuldade pelas receitas da exploração, porque, de um lado, fortes economias se fizeram na produção e, do outro, o consumo da rede pública registou aumentos anuais da ordem de 12 a 15%, devidos em parte ao desaparecimento gradual das centrais privadas — apesar de estar em pleno a crise económica começada em 1929.

O aparecimento da rede inglesa em organização horizontal, independente da produção ou da distribuição, não foi portanto o fruto de uma doutrina que considerasse incompatível transportar energia com o exercer qualquer outra função útil; foi a exigência de uma situação criada pelo crescimento descomandado da indústria eléctrica, em que a produção e a distribuição se desenvolveram naturalmente em linha vertical mediante blocos isolados, mas em que faltou a rede de equilíbrio e em que faltaram portanto as inerentes vantagens: menor potência de reserva, melhor factor de carga, maior garantia de serviço.

Mas a separação que os ingleses fizeram entre o transporte e as outras modalidades da indústria eléctrica não foi tão perfeita como parece que às vezes se supõe. Para o lado de cima, o *Board* seleccionou as centrais, fez fechar umas, fez ampliar outras, fez construir ainda outras e unificou a frequência; e embora ficassem as unidades a pertencer aos seus donos, a exploração passou a estar subordinada à rede, como não pode deixar de ser. Para o lado de baixo, em matéria de distribuição, o *Board* ficou a meio caminho entre fazer e não fazer.

Tem-se dito, e é verdade, que tranporte e distribuição em alta tensão constituem actividades tecnicamente indistintas, podendo afirmar-se que o transporte se faz geralmente a tensão mais alta, mas não se sabendo precisar onde está o limite; a diferença entre as duas funções reside essencialmente nos direitos conferidos pela lei. Na organização inglesa houve mesmo o cuidado de pormenorizar que a rede tinha por missão não só fazer a interligação das centrais através das linhas primárias, como alimentar todos os distribuidores existentes por meio de linhas secundárias.

Ao criar-se a *grid*, em 1926, contou-se completá-la em 1934; neste ano, um documento emanado do *Board*[36] esclarecia estarem já em exploração 2274 km de linhas primárias (a 132 kV) e 1075 km de linhas secundárias (a 60, 30 e 10 kV), o que mostra a elasticidade com que o sistema foi previsto quanto ao carácter dos seus traçados[37].

É certo que o *Borad* não tratava directamente com o consumidor, qualquer que fosse a sua natureza, alimentando apenas entidades distribuidoras, que existiam já por toda a parte, com maior ou menor desenvolvimento; e com esse fim se construiram as linhas secundárias e muitas pequenas subestações destinadas a abastecer redes locais e até, em muitos casos, a facilitar a criação de redes rurais com função caracterizadamente agrícola.

Do documento acima citado reproduzem-se alguns passos que concretizam o que fica dito:

> Le *Board* entra en fonction au Printemps de l'année 1927 (...) D'après la loi, ses principales tâches sont les suivantes:
>
> 1º. Concentrer la production de l'énergie électrique destinée au système de disribution publique en un nombre limité d'usines génératrices (usines sélectionnées) choisies pour leur rendement et leur bas prix de revient et contrôler leur exploitation.

[36] Central Electricity Board, *L'Organisation nationale de la production de l'énergie électrique en Angleterre (La constitution et les fonctions du Central Electricity Board)*, 5º Congresso da UNIPEDE, Zurich, 1934.

[37] Segundo o relatório da *British Electricity Authority* de 1953-54 estes números subiram respectivamente a 7000 e 1500 km.

2º. S'occuper des extensions et des modifications des usines séleccionnées existantes et, lorsque c'est nécessaire, de la construction de nouvelles usines sélectionnées par des enterprises autorisées.
3º. Effectuer l'interconnection des usines sélectionnées entre elles et avec les réseaux des enterprises autorisées, en construisant ou en acquérant des lignes de transmission principales.
4º. Unifier la fréquence pour toute la Grande-Bretagne, afin que l'interconnection puisse être effectivement réalisée.
5º. Alimenter, soit directement, soit indirectement, tout distributeur autorisé demandant de l'énergie électrique dans toute zone où le *Board* est à même de la fournire.
(...)

Il est trôp pour dire avec certitude si le *grid* est absolument suffisant pour le but qu'il doit remplir, car il peut être nécessaire, dans l'avenir, de développer certaines lignes secondaires pour alimenter des régions non exploitées. D'autre part, les distributeurs autorisés peuvent établir de telles lignes, eux-mêmes, sans que le *Board* ait à établir um programme supplémentaire de construction.
(...)
Il est intéressant d'éxaminer comment le réseau national relie les principaux systèmes de distribution déjà construits par les distributeurs autorisés. Bien qu'il soit exact que le principal object du *grid* était d'interconnecter les usines génératrices sélectionnées, il est égalemente vrai que le *Board* s'est efforcé, en le construisant, de toucher un nombre aussi grande que possible de centres de distribution. D'après le schéma définitif, il y aura 273 points à partir desquels les entreprises autorisées seront alimentées.
(...)
L'électrification rurale a fait des prgrès substantiels dans un certain nombre de districts, mais le tableau relatif à l'ensemble du pay n'est pas satisfaisant. Sur un nombre de 418 000 fermes, 4000 font usage de l'électricité de sorte que les possibilités de développement sont considérables.
(...)
Les zones dans lesquelles le *grid* a rendu un service particulier pour développer l'électrification rurale sont celles des comtés de Dumfries et de Wigtown, une grande partie du centre de Cumberland, la région entourant Northallerton et Malton dans le Nord-Est de l'Angleterre, le centre de Lincolnshire, l'Est de l'Anglia (...)

Por outro lado, um dos relatórios anuais do *Board*[38] afirma:

> The Board felt, however, that the national transmission system could not be regarded as satisfactorily complete unless:
>
> I. The part constructed pursuant to the Central Scotland Scheme was interconnected both on the east and west with the parts in England; and
> II. It made supplies of electricity available in undeveloped and sparcely populated districts as well as those wich are already developped industrially and electrically and are more densely populated.

Este resumo do que foi a acção da *grid* inglesa, durante os 10 anos em que existiu como órgão independente, confirma o que acima se disse: ela constituiu uma organização de carácter horizontal por imposição das condições existentes e dos objectivos a tingir, mas, em vez de estar limitada por paredes estanques, teve antes uma feição mista produção-interligação-distribuição, limitada esta última actividade pela cláusula de só vender a organismos distribuidores mas sem qualquer restrição quanto ao tipo de linhas a construir.

Observa-se até que a limitação de o órgão transportador não vender directamente ao consumidor teve na legislação inglesa muito mais rigor do que na nossa. Oferecendo em ambos os casos o fundamento de não ofender os direitos dos distribuidores existentes, as linhas gerais são semelhantes mas a solução portuguesa foi inspirada, como se disse, no desejo de conseguir certa elasticidade tarifária, indispensável ao desenvolvimento de algumas actividades industriais e agrícolas (electroquímica, tracção, rega); mas a divergência, longe de ser fantasia ou arbitria é apenas o resultado de ser mais necessário em Portugal facilitar estes consumos e ser mais simples consegui-lo pelo predomínio da produção hidráulica. Portugal deve facilitar a electroquímica porque não tem carvão e precisa de ter indústrias; deve facilitar a tracção eléctrica porque não tem carvão nem tráfego mas precisa de ter bons comboios; deve facilitar a rega porque tem um Verão árido mas precisa de comer e de ocupar gente; e a predominância da energia hidráulica, que no seu custo de produção tem reduzidos encargos fixos, permite tarifas especiais baixas, sem ofensa dos princípios. A defesa desta posição, que o autor tem mantido e manterá enquanto puder, vem desencadeando incompreensões e ataques que só encontram conforto na força da própria consciência e na justiça de Deus.

[38] Central Electricity Board, *Fourth Annual Report*, 1931, pág. 11.

Com fundamento em necessidades tarifárias, a organização da indústria eléctrica deve pois fazer-se — e faz-se geralmente — em integração vertical, dentro de grandes áreas, de todos ou alguns dos seus escalões. Esta deverá ser a norma a seguir nos casos em que circunstâncias particulares não aconselhem expressamente o contrário.

Na realidade, como já se viu, certos factores ocasionais podem apresentar-se em desfavor do sistema: situações criadas que se entenda dever respeitar distribuição irregular de recursos, necessidades prementes de coordenação no plano nacional da produção e dos transportes. Quando destas três razões, embora nem sempre decisiva, pode ser invocada legitimamente a propósito de alguns pormenores do caso português; mas o que levanta reparo é que em Portugal se caminha, ao invés de toda a grante, para uma organização horizontal extrema, sem se invocar, de fonte oficial, outra razão que não seja *a defesa dos princípios.*

Tudo nasceu, ao que se diz, do texto da Base XIV da lei nº 2002, que prescreve:

> Haverá quatro categorias de concessões:
>
> a) Centrais produtoras hidráulicas;
> b) Centrais produtoras térmicas;
> c) Linhas de transporte;
> d) Linhas de grande distribuição.

Daqui se concluiu errada mas persistentemente, ser *princípio* legal e salutar não consentir que a mesma entidade exerça mais do que uma destas actividades, o que tem conduzido a divisões horizontais impermeáveis: uma produção hidráulica separada do transporte; um transporte impedido de fazer distribuição, mesmo nas áreas onde não há distribuição; uma central térmica de apoio separada da rede, de que é complemento estival e instrumento de regulação de tensão.

Pelo que ficou dito, o *princípio* não é salutar; visto o texto da lei, não é legal; visto o seu espírito, também o não é. Esperando que me não seja negada autoridade para apontar o espírito do legislador, direi porquê.

Em primeiro lugar, se esse fosse o espírito da lei, contrariaria a regra, como foi dito atrás — e não pareceria razoável que nós, com pouca experiência, tomássemos como princípio o contrariar aquilo que fizeram quase todos os que nos antecederam noutros países — e o fizéssemos apenas por obediência à geometria, porque não se vê razão mais forte. E se alguém a tem faz segredo dela. Em segundo lugar, aquele passo da lei teve, de facto, um objectivo, mas muito diferente desse: o propósito de acabar com algumas situações pouco claras criadas pela insuficiência da legislação anterior.

Até à data da lei nº 2002, as concessões de produção hidráulica eram dadas à sombra da Lei de Águas; as linhas de transporte eram então consideradas como acessório da concessão de produção, limitando-se a lei, ao enunciar os seus direitos e obrigações, a consignar a permissão de atravessarem propriedades particulares (artº 56º) — o que é manifestamente pouco. Este regime só foi alterado em 1927 (decreto nº14 772); mas essa alteração agrupou no mesmo regime linhas de transporte e de distribuição em alta, coisas que pareceu oportuno separar na lei de electrificação, não porque sejam tecnicamente diferentes, como já se disse, mas porque administrativamente têm direitos diferentes — e a lei deve evitar posições confusas.

Criaram-se desta forma três regimes distintos para reger três coisas que são de facto diferentes nos seus direitos e obrigações: produção hidráulica, transporte e distribuição em alta. Por outro lado, é neste decreto de 1927 que a nossa legislação se refere pela primeira vez a concessões de centrais térmicas e, mesmo assim, olhando-as como acessórios das redes de distribuição, pelo que os cadernos de encargos como tais as consideravam, ficando portanto insuficientemente definido — melhor se dirá, nada definido — o seu regime jurídico.

Foi para pôr a claro as situações dúbias daqui resultantes — e algumas apareceram — e evitar que outras se criassem que a nova lei estabeleceu expressamente que passaria a haver as quatro categorias de concessão, cada uma das quais teria um caderno de encargos-tipo; mas não se pensou, nem seria razoável pensar, em impedir que à mesma empresa fossem outorgadas concessões de categoria diferente, proibindo todo o contacto em linha vertical. Começaria por ser difícil harmonizar este critério com a conservação das empresas já existentes, todas elas exercendo cumulativamente duas ou mais daquelas actividades[39] — circunstância que só se favorável, pelas razões que vimos, tanto que nunca foi apontada como defeituosa nas muitas críticas à indústria eléctrica publicadas nos últimos 25 anos; e acabaria tal propósito por ser olhado como providência estranha, aberrante, que se não conhecia em nenhum país do Mundo — onde a integração vertical é a norma.

Parece claro que nada briga o facto de uma só empresa — isto é, uma unidade de exploração sem fronteiras contratuais internas — explorar em conjunto instalações que exercem funções complementares com o facto de estas serem abrangidas por concessões diferentes; o que seria de estranhar seria um só texto, regulando características ou condições de serviço, aplicar-se simultaneamente à turbinas hidráulicas, a geradores de vapor e a linhas de transmissão. A solução seria possível

[39] Às quatro actividades consignadas na Base XIV há que acrecentar uma quinta (distribuição em baixa tensão ou pequena distribuição), que ali não figura por não ser a sua autorização da competência estadual mas sim da municipal.

sem ser primor de simplicidade; mas, se fosse possível ter adivinhado, talvez a Base XIV tivesse saído assim:

> Haverá uma só categoria de concessões regida por um caderno de encargos-tipo com quatro capítulos: produção hidráulica, produção térmica, transporte e grande distribuição.

O certo é que a lei não restringe o género de actividade de cada empresa; mas não deve interpretar-se esta liberdade como querendo obrigar a Administração a deferir tudo aquilo que se peça, pois a esta compete coordenar as iniciativas privadas, naturalmente desencontradas.

Mas não é menos certo que o Estado não exerceu até agora esse papel, definindo um pensamento orientador — nem ele se pode inferir do caminho que se tem seguindo, perante o ecletismo das soluções. Com parte da indústria eléctrica organizada ao alto (empresas antigas), outra parte organizada ao baixo (empresas modernas) e ainda, dentro desta, com subdivisões verticais (quatro empresas produtoras, até agora, a ainda não há reactores nucleares[40]); com a multiplicação das empresas distribuidoras; com uma produtora hidroeléctrica, criada de novo, a braços com um programa esmagador (cerca de metade de toda a produção possível) e uma empresa antiga, sem programa, forçada a trabalhar para fora; com concessionários hidráulicos amarrados ao nome de cada rio, sem qualquer tentativa de auto-conjugação; com o lema, elegante mas falso, de que quem produz não deve transportar e quem transporta não deve distribuir — deste conjunto de factos não parece possível extrair uma doutrina ou divisar um norte.

Acresce que o Estado não sentiu ainda toda a delicadeza do problema porque, limitado a fixar preços na baixa tensão e pouco mais, estranho a uma acção sistemática e atido à análise de alguns problemas particulares a que os acasos da fama dão maior relevo, não entrou no labirinto das tarifas entre empresas, apesar de se ter reservado esse direito e ter assumido esse dever nos cadernos de encargos. E no que se fez, nem sempre se terá fugido inteiramente à influência de certas ideias feitas.

Na renovação de ideias, que é o traço mais saliente da passagem do tempo, as decisões da Administração serão tanto mais duráveis quanto menos tiverem de arbítrio e mais de conformidade com as soluções ajustadas às leis naturais; o desvio desta regra tem conduzido, na electricidade, às nacionalizações, que não são fruto apenas de abstracções políticas mas também de orientações erradas que levaram à confusão e à complexidade.

[40] Houve outra autorização para um centro produtor que, felizmente, não vingou (Minas de Rio Maior).

Em defesa do Estado Corporativo, tem sido dito repetidas vezes que a economia dirigida corporativa — assente que uma nesga de dirigismo é hoje indispensável — é mais salutar que a economia socialista, porque nesta, a administração pública é tentada a facilitar a resolução dos seus problemas por meio de pressões ou decisões menos acertadas sobre as empresas que comanda.

É verdade que há uma diferença; enquanto no socialismo as pressões ou decisões podem ser legais, no corporativismo não o são.

Alfredo Pimenta, o erudito polemista, escreveu de um adversário:

> (...) o Sr. X parte do princípio de que o saber é inferior ao pensar e de que se pode pensar sem saber.
>
> (...)
>
> Saber é alinhar parcelas, juntar materiais; pensar só é fantasiar, erguer um mundo de irrealidades.
>
> O equilíbrio está em se pensar sobre o que se sabe (...)

Esta apreciação só não traduz o caminho que parece ter levado à resolução de alguns dos nossos probelmas eléctricos, porque o texto é vivo de mais para se aplicar com justeza.

61 — A ELECTROQUÍMICA

Num país que é *principalmente agrícola* e que o apregoa todos os dias, a falta de uma indústria de adubos tão completa quanto possível sempre me pareceu defeito a pedir reflexão. Por estas palavras, que parece oportuno recordar, começa a referência feita no Vol. I aos adubos azotados (nº 32).

Depois do que então se disse, ao longo de 14 páginas, para justificar a solução adoptada em 1941 quanto ao processo de fabricação dos azotados, pareceria natural que o assunto se desse por discutido para deixar tempo disponível a outras reflexões mais úteis. Mas não. A imaginação dos comentadores não se tem mostrado fecunda; passados 10 anos sobre a data em que foi escrito o quadro das indústrias-base (nº 29), é ainda a criticar os azotado, a celulose ou a folha de Flandres que ocupa o tempo uma parcela avultada dos que neste País se dedicam a Economia ou artes correlativas. E como de tudo com que naquele período já recuado de 1940-44 se agitou a calmaria da nossa vida industrial, é o hidrogénio electrolítico o elemento que mais vezes é chamado à honra da discussão, parece conveniente dizer algumas palavras de defesa, não vá julgar-se que o silêncio é a aceitação de opiniões que andam por aí à tona da água com seus fumos de verdades assentes.

a) *O hidrogénio electrolítico* — Assistir, como se assiste desde o princípio de Fevereiro de 1952, ao funcionamento em Portugal de 35 000

kW de células electrolíticas de hidrogénio, que numa campanha de 7 meses, até ao fim de Agosto, produziram umas 36 000 toneladas de sulfato de amónio, é satisfação que me compensa de sobra o amargo de algumas injustiças; e ter conseguido levar os políticos a discursar sobre electrólise, quando as preocupações oficiais em matéria de indústria não iam, frequentemente, além da moagem de ramas, não é triunfo menor. Mas importa continuar na brecha porque a heresia campeia forte.

Se não tivesse sido lançado o hidrogénio electrolítico, não existiria hoje nenhum; e talvez nem o elogio do hidrogénio químico agora tão apregoado, tivesse ainda nascido, porque parece o fadou uma estrela má que se serve dele, como de descoberta fulgurante da última hora, só para demolir uma solução que já existe.

Para se valorizar, não precisa o hidrogénio químico de copiar dos homens estes processos; adiante se lhe fará o encómio que merece, o justo elogio de quem tem mérito absoluto e não sente a necessidade de se embrenhar em luta suja de mérito relativo.

Dito como foi no nº 32, que a solução electrolítica de produção do hidrogénio *é geralmente reputada mais cara* do que as soluções por via química em uso nas regiões carboníferas, nunca mais se desfez a acusação, com foros de definitiva, de que se tomara a solução errada ao optar pela electroquímica. E como há questões pendentes de decisões oficiais, na falta de decisão a discussão continua.

O assunto liga-se intimamente, como é bem de ver, com os preços de custo da produção, em especial o preço da energia e os encargos de capital, pois o ser o sistema caro ou barato depende deles; mas o curioso é que a carestia do hidrogénio electrolítico tomou a feição de verdade absoluta, sem dependência de outros factores, em que ninguém fala, o que tira todo o sentido à afirmação. O método electrolítico é um pouco mais caro de instalação, mas tem menores despesas de exploração do que o método químico; donde resulta que o preço final (supostas as mesmas condições de juro e amortização dos capitais) depende principalmente da proporção que existir entre o custo da energia eléctrica necessária à produção de um quilo de amoníaco com hidrogénio de electrólise e o do combustível a gazificar capaz de produzir a mesma quantidade, mais a energia necessária para força motriz. Quando se não faça esta comparação prévia, falar em caro ou barato não tem base em que se possa fazer fé.

Mas as pessoas razoáveis perguntarão, com justa curiosidade, donde nasceu a toada, que acima se reproduziu e que é inegável, de que a solução electrolítica *é geralmente reputada mais cara*. A toada veio-nos do estrangeiro, dos países que há longos anos são produtores de amoníaco; ela resulta de que a produção de hidrogénio é geralmente, nesses países, uma forma de aproveitamento de sub-produtos de reduzido valor: gazes de fornos metalúrgicos, gazes de fornos de coque, gazes de refinarias de petróleo, resíduos de carvão; e daí o não ser fácil obter

energia eléctrica em condições de concorrência e ainda, consequentemente, o ser muito pequena a percentagem de hidrogénio gerada por via electrolítica nessas regiões carvoeiras ou petroleiras.

Não é porém legítimo transplantar estas conclusões para o nosso País, sem mais demorada análise. Não temos aqueles sub-produtos baratos para aproveitar; tem havido mesmo hesitações sobre o combustível que empregaremos (madeira, lenhites, coque, gasóleo); e como temos, por imperativo económico, que suprir pela força de coordenação (refiro-me em particular às tarifas de elctricidade) a insuficiência de alguns produtos naturais, a tese apriorística da carestia do hidrogénio electrolítico, como hipótese a elminiar, é pelo menos precipitada.

A possibilidade de um equilíbrio de preços entre as duas vias de produção parece provável no nosso País, para não dizer certa; importa analisar concretamente cada caso, e não aceitar receitas vindas de França e Inglaterra com a mesma submissão com que se aceitam as modas do vestuário; e apontar a pequena percentagem da produção electrolítica nos países hulheiros, como forma de lhe minguar o mérito em relação ao caso português, é aceitar de ânimo leve uma falsa evidência.

Como o preço da energia para electroquímica é uma modalidade entre as muitas tarifas em vigor nos países civilizados, ele terá sobre a média destas tarifas a sua influência; por isso aqui venho de novo a terreiro explicar que o que se fez nem é tão mau como dizem nem teve mérito por aí além — tão simples são os raciocínios em que se baseou.

b) *A solução de 1941* — Parece que todos admitem não ser de aceitar que em 1941 se tivesse ficado à espera de que uma varinha de condão viesse escrever numa esquina do Terreiro do Paço o justo caminho da indústria dos azotados. Não podendo contar com essa ajuda, aliás cómoda, decidi caminhar, interrompendo o repouso até então reinante na Arcada em matéria de fomento industrial; e a via electroquímica para a produção do hidrogénio apareceu desde logo como a única possível.

Já no Vol. I (nº 32) se citaram, e agora se repetem, algumas das reflexões daquela época. Fabricar adubos azotados e poder fornecê-los à lavoura com regularidade de quantidades e preços, sem os altos e baixos em que andámos e andamos, parece um acto mais sincero e útil para a agricultura do que dizer-lhe palavras de elogio; fabricar adubos azotados, o que pode conseguir-se com o emprego exclusivo de matérias-primas nacionais, é um dos objectivos mais prometedores da política de aumento da produção, e um dos casos em que não pode aplicar-se a doutrina de que onde não há matérias-primas não há nada.

Admitido, pelas pessoas de juizo assente, que não deviam consumir-se nesta fabricação as antracites durienses, os nossos únicos carvões com alguma aptidão para os variados usos industriais, porque não

são muito ricas as reservas dos jazigos[41], só se oferecia, a quem a buscasse em 1941 como alternativa da electrólise, a solução de gazificar as lenhites da Batalha, empreendimento de limitado alcance pela pequenez da produção possível, como foi dito no nº 32.

As lenhites de Rio Mario, consideradas naquela data, segundo os ensaios até então efectuados, inaplicáveis a este uso, e por isso eliminadas das hipóteses tidas em conta, apresentam-se à luz da técnica de hoje (são passados 11 anos) com renovada virtude: a sua gazificação tornou-se fácil e as reservas conhecidas, que eram então de 4 milhões de toneladas, já vão na casa dos 20 milhões. Se me fosse dado adivinhar que isto era assim, é quase certo que o aproveitamento de Rio Maior como fonte de hidrogénio para a fixação do azoto seria hoje uma realidade, como o são Estarreja ou Alferrarede, e não um triste quadro de abandono e desorientação; e se aquelas realidades existem é porque se entendeu que não é norma aceitável na política económica de um país paralizar todas as iniciativas à espera da última moda, que não se sabe quando chega.

Como outros possíveis sistemas a encarar, desde logo se referenciou a gazificação de madeiras e, um pouco mais tarde, a do coque e do gasóleo; mas, além de que, salvo para o coque, a técnica da operação se apresentava vacilante (e não garanto que já hoje esteja segura), os preços dos três combustíveis, apesar de ser um deles nacional, mostravam-se tão sensíveis às oscilações da conjuntura económica e em proporções tão desconcertantes, que pareceu imprudência deixar dependente de tais desvarios o custo de um produto basilar, cuja estabilidade é essencial na nossa política de preços[42]. A criação, sempre que possível, de condições naturais da fixidez dos preços, é critério bem mais perfeito e eficaz do que a medida policial do tabelamento ou a fórmula, nem sempre límpida, dos fundos de compensação. Acresce que no referente ao gasóleo e ao coque a garantia de abastecimento está longe de satisfatória.

A electrólise não apareceu, assim, como fruto da fantasia atirado ao acaso; apresentou-se como a única solução possível para um problema que se queria resolver com vontade firme dentro de princípios igualmente firmes: matérias primas nacionais, abastecimento assegurado, qualidade indiscutível, preço constante e não superior às cotações mundiais em período normal.

Pode porém perguntar-se e parece que alguns perguntam: É seguro que as unidades electroquímicas, aparecidas assim por exclusão de

[41] Recentemente nasceram novas esperanças quanto às reservas do Pejão.

[42] Entre 1941 e 1951, o preço da madeira de pinho verde descascada subiu de 83$00 para 400$00 por tonelada, isto é, cerca de 5 vezes. Seria interessante saber o que pensam disto as pessoas que acusam os monopólios de fazerem subir os preços.

outras soluções, não são de rejeitar como processos anti-económicos? Não se cometeu o erro de adoptar como sistema normal o que não passa de solução de recurso? No seguimento do texto se verá que a electrólise, que foi a solução de 1941, continua a ser a de 1952; e só não digo que o será em exclusivo, pelas razões que adiante se apontam.

Vista a questão por outro lado, a electrólise oferece ainda a virtude de constituir um aproveitamento de energia eléctrica temporária, de que as nossas quedas de água geralmente dispõem no Inverno e Primavera — energia que não tem outra aplicação útil e que no nosso País vem sendo quase totalmente perdida, com excepção de uns magros 20 milhões de kWh consumidos nos fornos de Canas de Senhorim e Freixo. A electrólise é ainda o aproveitamento de uma energia que se renovará incessantemente enquanto existir o Sol a aquecer a superfície da Terra, ao passo que os carvões se esgotam, deixando à boca da mina montanhas de estéril.

O caminho que se seguiu em 1941 para a produção dos adubos azotados não foi inventado na ocasião. Faz parte do saber de toda a gente a noção de que as indústrias electroquímicas e electrometalúrgicas, particularmente desenvolvidas nos países em que há grande volume de produção hidroeléctrica, consomem quantidades vultuosas de energia e é também sabido que estes consumos são alimentados em toda a parte a preços muito reduzidos (os mais baixos da escala), porque só com este tratamento de excepção se atingem preços de custo aceitáveis, embora frequentemente se pratiquem, em tais casos, limitações de potência horárias ou sazonais, de acordo com as necessidades do diagrama da rede, no propósito de aproveitar ao máximo a energia temporária dos períodos de águas altas.

c) — *Origens de Estarreja e Alferrarede* — A primeira entidade com quem tratei da concessão de uma licença para a fabricação de sulfato de amónio foi a SAPEC, que se apresentou no Gabinete, interessada pelo assunto, na altura em que ele começava a ser estudado (fim de 1940). Não sei explicar a coincidência; presumo que foi casual.

O meu interesse pelos azotados, nascido da grandeza e beleza do problema, e animado por um livro que tempos antes se publicara[43], foi estimulado pelo aparecimento deste pretendente. Considerada a hipótese da utilização da energia sobrante das redes da UEP e CHENOP, estimou-se que o aproveitamento total dos vazios do diagrama, principalmente às noites e domingos, poderia dar a média anual de uns 70 milhões de kWh, capazes de produzir de início 20 000 toneladas de adubo, aumentar de futuro com outras disponibilidades de energia que seguramente surgiriam, embora à data se não soubesse quando nem

[43] Eng. Manuel Gaspar de Barros, *Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal?*, Tip. Popular, Figueira da Foz.

onde. A SAPEC era mais optimista quanto às disponibilidades das redes do Norte e admitia poder tirar delas até 100 milhões de kWh.

Propôs a SAPEC instalar a fábrica num terreno que possuia em Estarreja, junto do local onde estava montando a fábrica de soda caustica; e embora a situação não parecesse óptima, porque o aproveitamento da energia em vista aconselharia local mais para o Norte, mais perto do Porto (onde se reunem as redes das duas empresas consideradas), não se viu razão para negar o pedido, atendendo a que o terreno era vasto e plano, bem servido de estrada e caminho-de-ferro , e fora comprado por bom preço, no dizer da requerente; e ponderou-se ainda que uns quilómetros de linha eléctrica a mais ou a menos não tinham peso para levar à rejeição de uma proposta defendida com calor. A fábrica destinar-se-ia, especialmente, ao abastecimento da metade norte do País.

Assim nasceu o Amoníaco Português, cuja licença se publicou no *Diário do Governo*, II Série, de 11 de Agosto de 1941. A produção prevista foi de 40 000 toneladas anuais, embora se soubesse que a produção inicial não iria além das 20 000, como acima se disse.

Para resurmirmos a história da fábrica de Alferrarede, recuemos um pouco e situemo-nos por 1938 ou 39. Por essa altura, a Junta de Electrificação Nacional, ao ter conhecimento da pretensão da Hidro Eléctrica Alto Alentejo de construir a central de Belver, manifestou-se desfavoravelmente, com o fundamento de que se tratava de uma central a fio de água, produzindo muito mais energia de Inverno que de Verão, o que, em vez de resolver, vinha agravar a má situação existente nas redes portuguesas, onde a falta de energia no período seco levantava dificuldades que aumentavam de ano para ano.

Passado algum tempo, fui procurado pela Direcção da Hidro Eléctrica Alto Alentejo que, conhecedora daquela opinião, me ia informar de que ela não correspondia inteiramente à realidade, pois que havia negociações em curso com as Companhias Reunidas, que se propunham comprar a Belver, em cada ano, 50 milhões de kWh de Inverno, o que atenuaria muito o desequilíbrio da produção.

Estranhei que as Companhias Reunidas, tendo acabado de equipar a sua central Tejo com os dois grupos de alta pressão, ainda hoje existentes, e dispondo nessa data de grande folga na potência instalada em relação à ponta do diagrama, tivessem interesse em adquirir energia de Inverno a preço convidativo para o Alto Alentejo; mas declarei-me pronto a mudar de opinião logo que o contrato de venda dos 50 milhões estivesse firmado.

Alguns meses depois, a direcção do Alto Alentejo voltava a procurar-me para anunciar a rotura das negociações com as Companhias Reunidas e, como consequência, o seu desinteresse pela construção da central.

Saltemos de novo para o fim de 1940. Ao pensar na produção de amoníaco e ao procurar energia eléctrica para o seu fabrico, não podia esquecer-me da central de Belver, para a qual uma indústria electro-

química, tomando-lhe energia exclusiva ou principalmente de Inverno, constituiria nova maneira de a tornar viável, libertando-lhe uma parcela de energia regularizada, mais valiosa portanto, para alimentação da rede geral.

Por feliz coincidência, a minha qualidade de antigo engenheiro da Companhia União Fabril permitia-me saber que esta possuia fábricas em Alferrarede, com vastos terrenos anexos, a cerca de 16 quilómetros da projectada central; e como sabia também que ela pensara alguns anos antes em fazer sulfato de amónio, ideia de que desistira, imaginei o programa de conjugar Belver com Alferrarede, convencido do renovado interesse de Alfredo da Silva pelos azotados, quando se lhe dissesse que dispunha de energia e soubesse que a SAPEC, a sua concorrente nos superfosfatos, se interessava pela fábrica de Estarreja.

Comecei o plano de acção por chamar ao Terreiro do Paço a direcção do Alto Alentejo. Perguntei-lhe se estava disposta a retomar a ideia de Belver se uma indústria electroquímica lhe tomasse 80 a 90 milhões de kWh durante 8 a 9 meses cada ano. Respondeu-me calorosamente que sim e fez-me o preço de 6 centavos para essa energia.

Telefonei em seguida a Alfredo da Silva, pedindo-lhe que me fosse falar. Logo que este se sentou, pesadamente, na poltrona que lhe ofereci, depois de ter posto sobre uma cadeira o chapéu e a grossa bengala, perguntei-lhe, sem mais preâmbulo, se estava interessado em montar uma fábrica de sulfato de amónio. Lembro-me exactamente da resposta:

— Como quer o senhor que eu faça amoníaco se não tenho carvão nem electricidade?

— Se o chamei aqui é porque tenho alguma coisa de novo para lhe dizer — foi a minha réplica. E contei-lhe a conversa com o Alto Alentejo.

A entrevista durou pouco mais. Alfredo da Silva saiu; alguns minutos depois, telefonei ao Alto Alentejo dizendo-lhe que a União Fabril estava interessada na compra da energia de Belver e que discutisse com ela o respectivo contrato; e passados dias chegava o requerimento a pedir licença da Fábrica. Tem a data de ...[a]

O plano tinha tido êxito. Graças a Deus, ainda cheguei a ver em plena laboração as grandes obras de Estarreja, Alferrarede e Belver, cuja antevisão ocupou os meus minutos de devaneio nos primeiros meses de 1941. E suponho, não sei se erradamente, que com este género de actividade honrei o cargo que me confiaram de Sub-Secretário de Estado.

Se alguém perguntar que interesse tem esta história, dir-lhe-ei que ela serve de contrabalanço a duas falsas ideias que por aí correm. A primeira é a de que forcei a União Fabril a montar uma fábrica de exploração ruinosa; julgo que não exerci pressão, nem Alfredo da Silva era de raça de a aceitar. Fiz apenas um convite, que poderia livremente ter feito a outra entidade; e se o dirigi à União Fabril não foi para que

[a] O autor não chegou a indicar a data.

mo agradecesse nem para que mo atirasse à cara chamando-lhe coacção, mas para explorar, como me cumpria, a sua capacidade realizadora e a emulação criada pela atitude da SAPEC, sua concorrente no mercado dos adubos.

A segunda falsa ideia é a de que a fábrica de Alferrarede é a ruina de Belver, porque lhe compra energia a preço baixo; fica explicado que Alferrarede é, pelo contrário, a justificação de Belver, e que esta central pôde fazer-se porque Alferrarede nasceu; se a construção de Belver saiu cara e se se lhe sobrepôs a contrução de Pracana, são assuntos a que a indústria do azoto e o Governo que a lançou são totalmente estranhos.

Os textos legais, aliás, não deixam dúvidas sobre a finalidade da central de Belver. O relatório do decreto que aprovou a concessão considera a alimentação da fábrica de Alferrarede como uma das razões a aconselhar a construção urgente de Belver; e o § único do artº 18º do respectivo caderno de encargos estabelece expressamente a obrigatoriedade daquela alimentação.

d) *A energia para a electroquímica* — Entre os princípios novos consignados na lei nº 2002, a existência de tarifas especiais para indústrias electroquímicas, electrometalúrgicas, tracção ou rega, e a faculdade de se fazerem nestes casos fornecimentos directos pelas empresas transportadoras, para evitar o encargo de intermediários distribuidores não indispensáveis em consumos de grande potência (Bases XIII e XVI), foram dos que se escreveram com mais fundada esperança na sua última repercussão.

A experiência dos anos anteriores mostrara que os nossos distribuidores, ainda não afeitos a esta classe de clientes, reagiam mal às sugestões que algumas vezes lhes foram feitas pelos serviços oficiais no sentido de se adaptarem aos regimes tarifários próprios destes consumos. E mostrara mais que, exceptuada a alimentação dos fornos eléctricos de Canas de Senhorim, em cuja decisão interviera o parentesco próximo entre as empresas produtora e consumidora, alguns fornecimentos para electroquímica, aliás modestos, eram feitos a preços inadequados, por muito altos. E tendo-se pensado, por outro lado, que um País com pouco carvão mas com regulares possibilidades hidráulicas só por via eléctrica pode tentar algumas indústrias de primeira importância, teve-se como essencial que o estatuto que viria a regular a política de electrificação não podia dispensar-se de criar a tais indústrias condições de vida, independentemente da boa ou má vontade das empresas produtoras ou distribuidoras de energia eléctrica. Assim nasceram as duas bases indicadas.

Em obediência a este princípio, os cadernos de encargos das concessões hidroeléctricas do Zêzere e do Cávado consignaram a reserva para estas indústrias, de uma quantidade de energia até 30% da *energia permanente produtível em ano médio seco*, na concessão do Ocresa, outorgada por decreto de 11 de Dezembro de 1944, reserva-se para a

electroquímica a *energia temporária disponível*, sem fixação de quantidade; na concessão de Belver, aprovada por decreto de 14 de Agosto de 1947, reserva-se à electroquímica na fase actual (depois de construída a central de Pracana) 50% da *energia produtível em cada ano*, o que equivale, em média, a uns 65 milhões de kWh.

Sucede porém que o limite de 30% inscrito nos cadernos de encargos do Zêzere e do Cávado me parece grande demais no momento presente, por dois motivos: primeiro, porque não temos grande folga de energia para os consumos gerais da rede; segundo, porque aparecendo a fabricação do amoníaco como único concorrente a tal energia e sendo esta aplicação uma das que exigem tarifa mais baixa, a venda de 30% da energia permanente a preço muito reduzido afectaria pesadamente a tarifa dos usos gerais. Por isso tenho sugerido se não vá além de 15%.

Não se aplica o mesmo raciocínio aos 50% de Belver porque sendo a quantidade de energia temporária desta central, mesmo com Pracana em serviço, superior aos 50% da energia produtível (88 milhões de kWh temporários para a produção total de 155 milhões no conjunto Belver-Pracana, segundo os números da empresa) é indiscutível a legitimidade de tomar 65 milhões para a electroquímica, podendo mesmo tomar-se 70 ou 80 no conjunto da rede do Alto Alentejo, se se atender à obrigação fixada na concessão da central de Pracana.

Mas tem-se levantado celuema sobre qual o período de trabalho anual que deve dar-se a esta indústria; vamos esclarecer o assunto com o possível pormenor.

Em 1941 nunca se admitiu — porque seria erro admitir — que a energia dos sistemas do Norte a destinar ao Amoníano Português se mantivesse mais de 7 meses por ano, mesmo nos anos bons; e dentro deste período, a sua qualidade de energia sobrante impunha-lhe uma potência variável com as horas do dia, não excedendo entre as 8 e as 22 horas (excepto aos sábados à tarde e domingos) os 2 500 kW.

Pelo que se refere à fábirca de Alferrarede, embora o Alto Alentejo aceitasse fornecer energia em Belver cerca de 9 meses por ano, sempre se entendeu não ser prudente contar com mais de 8; embora esta energia se considerasse temporária e não sobrante, nunca se admitiu que a potência fosse constante ao longo de toda a temporada, aceitando-se oscilações, não horárias como no caso anterior, mas diárias, semanais ou mensais, dado que o caudal do Tejo no período de águas altas oferece máximos e mínimos que reduzem apreciavelmente a potência de Belver.

Era esta a situação em 1941, e sempre assim foi posta claramente, assim a conheciam os titulares das licenças para o fabrico de azotados e assim as aceitaram ao depositarem as cauções de garantia que lhes foram exigidas como penhor do seu interesse pelos empreendimentos. É certo que já nessa altura se anunciava, do lado oficial, que à medida que viessem a construir-se novas centrais hidroeléctricas iria melhorando a pouco e pouco o diagrama de fornecimento então possível; mas nada

permitia arquitectar que fosse possível conceder um diagrama de 24 horas por dia e 365 dias por ano, como agora se pede e se diz que foi prometido; quer dizer, ambiciona-se uma utilização da potência instalada a roçar pelas 8 500 horas — o máximo fisicamente possível.

Alegam os industriais que é indispensável, para atingir preço de custo satisfatório, ter o máximo de utilização; mas exagera-se um argumento, que em si é razoável, quando se pretende fazer crer que estar saturado a 100% de produção é a forma normal de trabalhar na indústria, e a única possível.

Por outro lado, a electroquímica, só porque paga pouco, é olhada por alguns sectores como um consumidor réprobo, condenado à pena eterna de só dispor de energia sobrante, com diagrama aos altos e baixos, sem o direito de beber uma gota da água das albufeiras, água cheia de nobreza, para consumos igualmente nobres: iluminação, usos domésticos e força motriz. A tradição é uma grande força. No limite da sua pureza esta doutrina conduziria a utilizações anuais da potência instalada à roda de 2500 horas — manifestamente pouco.

Procuremos o caminho da virtude, sempre afastado dos extremos. Tal como a tenho imaginado, a energia a fornecer à electroquímica não cabe dentro de nenhuma das categorias clássicas quanto à duração do fornecimento — sobrante, temporária ou permanente. É uma energia de tipo novo, a que se poderá chamar *permanente condicionada*; e é por isso que tenho feito o possível — dentro do pouco que posso — para que nos documentos oficiais esta energia seja chamada permanente, como salvaguarda contra os extremistas, embora saiba que com isso desagrado a muitas pessoas que conheço e que até estimo. Já dizia o Tanhauser que não se pode agradar a todos ao mesmo tempo.

Expliquemos a significação de *permanente condicionada*. Antes de mais, recordemos que a escassez de outros recursos nos aconselha a olhar algumas indústrias electroquímicas, quando dimensionadas em escala adequada, como bases da defesa económica nacional e não como comilões de corrente vivendo abusivamente à sombra de uma tarifa de favor. Não haver electroquímica na Inglaterra ou na Bélgica, não é exemplo que nos sirva; asneira seria que lá existisse, oferecendo o contrasenso de fazer concorrência ao carvão com energia eléctrica gerada a carvão. Por outro lado, notemos que o preço da energia não é condição única para fixar a sua qualidade, como sucede com o pão ou com os bilhetes de teatro. Como foi dito atrás (nº 57), uma das regras reguladoras do nível tarifário de cada tipo de consumo é a capacidade económica que este tem de pagar a energia, a qual, na indústria electroquímica, é universalmente reconhecida como muito baixa, dado o grande volume do que consome. A mesma energia eléctrica, com as mesmas qualidades de garantia, é vendida a preços largamente variáveis — e esse foi um dos mais fecundos critérios da política de expandir o uso da electricidade.

Inegavelmente, o facto de a energia ser paga a baixo preço justifica que se procure, sem ofender a regra anterior, que esse consumo conduza à melhoria do factor de carga da rede, para se tornar menos pesado ao fornecedor; mas apesar de que tal consumo, deixado em liberdade, realiza por natureza uma utilização altíssima, a que se junta um factor de potência geralmente bom, não se considera isso bastante e pede-se-lhe, em suplemento, que se ajeite, no que se puder, às disponibilidades de potência ou de energia — quer dizer, que aproveite de preferência a energia sobrante ou temporária. Isto é assim em toda a parte e não há razão para que o não seja entre nós, com a moderação que as realidades impõem.

Mas há outra razão, mais forte que o preço, para justificar certo condicionamento na alimentação da electroquímica; quando há escassez de potência e importa reduzir as cargas (horas de ponta) ou quando há escassez de energia e importa reduzir o consumo (fim do Verão) é a indústria electroquímica aquela que permite, em vista do grande volume de energia que absorve, fazer restrições sensíveis com o mínimo de perturbação; a paragem de uma fábrica electroquímica dá o mesmo resultado na limitação do consumo que a paragem de 150 a 200 fábricas têxteis ou metalo-mecânicas. A vantagem é transparente.

E como sei de há muito que, apesar do nosso esforço de equipamento não temos grande folga nas disponibilidades de energia, a que se junta desfavor de um clima irregular, tenho sentido sempre a necessidade de uma válvula de segurança que reduza quanto possível a probabilidade de restrições nos usos domésticos ou industriais correntes, sempre difíceis e perturbadoras. Daí o defender que a indústria electroquímica tem direito a energia permanente quando a houver, sempre que o nível das albufeiras se encontre acima da cota de segurança, mas com a limitação de ser a primeira sacrificada em caso de insuficiência.

Quase não vale a pena esclarecer, de intuitivo que é, que a electroquímica também impõe às centrais e redes um condicionamento: o de haver potência instalada suficiente para que os cortes ou reduções à hora da ponta tenham carácter de excepção resultante de avaria; caso contrário, se se corta no Verão por falta de água e no Inverno por falta de potência, caímos no mero aproveitamento da energia sobrante, com as suas 2 500 horas de utilização. Caímos no inviável.

Com esta posição de prudente equilíbrio, julgo que não será difícil, dadas as condições actuais do equipamento de produção e as perspectivas dos próximos 2 ou 3 anos, assegurar às electroquímicas utilizações anuais entre 5 000 e 6 000 horas, salvo nos anos hidrologicamente maus — o que já é reputado satisfatório.

As utilizações indicadas acima equivalem a consentir ao conjunto do Amoníaco Português e UFA, para os valores presentes das suas potências, o consumo anual médio de 200 milhões de kWh; se ambas as fábricas ampliarem a sua potência para 25 000 kW cada uma, como

inicialmente se previu e se julga conveniente, aquele consumo subirá a uns 270 milhões anuais. No futuro, se é ousado afirmar que não possa ultrapassar-se este limite[44], importa lembrar que não faltarão indústrias a pretender energia a preço reduzido: siderurgia, electrometalurgias ou afinações electrolíticas de metais não ferrosos, abrasivos, electrificação de caminhos-de-ferro, hidrogenação de óleos, pasta mecânica para papel, fornos de aqeucimento eléctrico para variados usos — são algumas das aplicações que se hão-de apresentar a pedir electricidade a preço especial, e que será preciso atender a bem da Nação. Para mais, a quantidade de energia hidroeléctrica de que poderemos dispor não é infinita, os nossos recursos são avaliados, pelas cifras mais recentes, em cerca de 9 000 milhões de kWh permanentes ou cerca de 10 000 milhões se quisermos contar a energia total — número que, se é grande para o consumo de hoje, pode não o ser dentro de 30 anos.

Por muito prudente que se queira ser no uso destes recursos, a reserva de uma parcela de energia permanente destinada a tais aplicações, a impor às empresas produtoras nos termos da Base XVI da lei nº 2002, é condição imprescindível de fomento da indústria.

O equipamento do Douro em que é urgente começar a trabalhar, permitirá rever a posição da indústria electroquímica ou electrometalúrgica, pela grande quantidade de energia temporária que produzirá. E vários caminhos se apresentam no seu aproveitamento: ou ela se destina a novos consumidores ainda não existentes, ou à indústria do azoto que ampliará a sua potência de electrólise, ou irá substituir nesta indústria parte da energia permanente que ficará livre para outros usos.

Observemos o que se passa nos outros países da Europa. Se nos socorrermos dos últimos números publicados pela UNIPEDE (anos de 1948 e 49) veremos que os consumos médios das indústrias electroquímicas e electrometalúrgicas se cifram nos seguintes valores, de que se indicam os mais salientes (acima de 1 000 milhões de kWh anuais), acompanhando-os da percentagem que esses consumos ocupam na produção total de energia de cada país[45]:

Alemanha ocidental	6 701 milhões de kWh	— 19,5%
Noruega	5 144 " " "	— 36,2%
Itália	4 233 " " "	— 19,4%
França	3 934 " " "	— 13,3%
Suécia	2 322 " " "	— 15,4%
Suíça[46]	1 954 " " "	— 19,5%

[44] No quadro das indústrias-base (nº 29) contou-se com 355 milhões de kWh para os azotados, incluindo a cianamida.

[45] Os números referem-se ao total de cada país, sem distinguir entre serviços públicos e autoprodutores, porque a estatística não dá essa distinção para todos os países.

[46] Na Suiça houve ainda o consumo de 777 milhões de kWh em caldeiras eléctricas, a preços igualmente baixos.

Destes números, para nós astronómicos, parece poder concluir-se que num País (neste caso o nosso) em que o consumo de electroquímica e electrometalurgia tem sido quase nulo (entre 15 e 28 milhões nos últimos anos, equivalendo a cerca de 3 a 4% da produção total), não se afigura grande desatino deixá-lo chegar, neste ano de 1952, a uns 180 milhões de kWh, o que equivalerá a 14% da produção prevista — ou ainda, fazê-lo subir para uns 300 milhões de kWh dentro de 3 anos, quando a produção total for da casa dos 1 700 milhões, equivalendo então a uma parcela de 18%. Poderá dizer-se que estes números estão fora de limites normais? Não; deve antes dizer-se que eles nos conduzem à categoria de país europeu, donde às vezes, parece, gostamos de nos afastar.

A novidade de certas ideias excêntricas vale pouco mas diverte o Mundo, o apego a ideias velhas, que a realidade ultrapassou, tem ainda menos mérito e não diverte ninguém.

e) *Os preços da energia* — Falámos acima em indústrias electroquímicas *dimensionadas em escala adequada*; comecemos por dar uma ideia do que poderá significar esta expressão.

A principal dificuldade para o estabelecimento de uma indústria electroquímica ou electrometalúrgica é a obtenção de energia em quantidade e preço convenientes; as nossas indústrias serão dimensionadas convenientemente quando se adaptem às quantidades de energia que lhes possam ser fornecidas em justa proporção com os restantes consumos. Acabámos de ver, como termo de referência, o que se passa quanto a estas indústrias nos países da Europa que tendo, como nós, forte produção hidráulica, mostram por elas particular interesse; e a análise desse padrão mostrou-nos que a previsão de consumo electroquímico da ordem de uns 300 milhões de kWh dentro de 2 ou 3 anos será um valor normal; uma indústria que os consuma será *dimensionada em escala conveniente*.

Para atingirmos tal posição, se Estarreja e Alferrarede ampliarem a sua potência para 25 000 kWh cada uma, como inicialmente se previu e se julga conveninete, poderemos, com certa prudência, fixar assim a estimativa do consumo médio:

5,5 meses a plena carga (período de enchimento das albufeiras)	182 milhões de kWh
4 meses a 2/3 de plena carga (período de esvasiamento)	88 . . .
2,5 meses de paragem	— . . .
	270[47]
Outras indústrias electroquímicas ou electro-metalúrgicas já existentes	30 . . .
Total	300 . . .

[47] Contou-se com a utilização diária de 22 horas.

Dentro deste diagrama, Estarreja e Alferrarede teriam a utilização anual de 5 400 horas da potência instalada e produziriam em conjunto 76 000 toneladas de sulfato de amónio.

Se supusermos que, daqueles 270 milhões, 65 são fornecidos por Belver (50% da energia produtível), ficarão 205 para o conjunto Zêzere-Cávado; contando 5% para perdas de transporte, serão 215 milhões nas barras das centrais, correspondendo 145 ao período de enchimento e 70 ao período de esvaziamento. Desta energia, pode considerar-se como desfalcando a produção de energia permanente das centrais a parte relativa ao período de esvaziamento mais a parte que lhe corresponde o enchimento, isto é:

Energia permanente	$70 + \frac{5,5}{12-5,5} \times 70 = 129$	milhões
Energia temporária	a restante	86 "
Total		215 "

Se supusermos que no fim de 1954 estão em marcha as centrais de Salamonde, Caniçada e Cabril, o conjunto Zêzere-Cávado terá nessa altura uma capacidade média de produção de energia permanente da ordem de 1000 milhões de kWh; o fornecimento aos azotados valerá então, vista a coisa em superfície, 21,5% do total. Mas não nos alarmemos com o resultado.

Na realidade, daqueles 1 000 milhões, só 129 são vendidos a baixo preço; em compensação, os 86 milhões temporários traduzem um acréscimo de energia vendida que, sem a electroquímica, saltaria pelos descarregadores. Supondo que a energia permanente vendida para a rede geral vale em média $22 por kWh nas barras das centrais e que a energia para electroquímica no mesmo local vale $09 (valores actuais), é fácil de ver que a alimentação dos azotados afecta a receita das centrais no máximo de 4,5% ou, mais justamente, a alimentação dos azotados obriga a aumentar 4,5% a tarifa da rede geral.

E digo no máximo, porque as contas que acabam de ser feitas pressupõem que as centrais estão saturadas, isto é, que deixaram de vender para outros clientes ao preço de $22 os 129 milhões permanentes[48] vendem a $09. Esta não é porém a realidade nos primeiros anos de exploração das centrais, porque a situação normal, mais uma vez se

[48] Se considerarmos que a energia consumida no período de esvaziamento se reduz a metade (de 88 para 44 milhões de kWh), as contas modificam-se como segue:

Período de enchimento	182	milhões de kWh
Período de esvaziamento	44	" " "
Total	226	" " "
A abater a produção de Belver	65	" " "
	161	" " "

repete, é a de que haja centrais com folga à espera de novos consumos e não estes à espera de que se construam novas centrais; o que quer dizer que o consumo da electroquímica não será em geral, pelo menos na totalidade, subtraído ao consumo de maior preço; será, pelo contrário, um consumo suplementar que traz acréscimo de receita.

Por outro lado, se a electroquímica, como atrás se diz, virá a ser o primeiro consumo sujeito a restrições nos anos de chuva escassa, torna-se claro que essa negregada electroquímica, em vez de trazer quebras de receita, pode muito bem contribuir para o seu aumento. É o que irá acontecer neste ano de 1952 em que é de esperar que as empresas produtoras e transportadoras de energia não tenham que sacrificar um único kWh de preço normal para venderem a Estarreja e Alferrarede os 150 milhões que provavelmente consumirão; e como o preço da energia nas fábricas está fixado em $12, serão 18 000 contos de receita que se não faria se aquelas unidades não existissem.

Em resumo: alimentando Estarreja e Alferrarede como acima se indicou, dando-lhes dentro de 2 anos, se elas se ampliarem, 270 milhões de kWh por ano, salvo nos anos maus, com o que elas fabricarão 76 000 tonealdas de sulfato de amónio, e supondo que o Alto Alentejo entrega 65 milhões, cabe ao sistema Zêzere-Cávado entregar à rede para este fim 215 milhões com o que sofrerá, na pior hipótese, uma quebra de 4,5% na receita; mas podendo ainda, em caso favorável, supondo que aquele abastecimento se faz sem afectar a venda da energia a preço normal, auferir um acréscimo de 9% (215 milhões a $09).

Onde está então o grave prejuízo que a electroquímica traz à indústria eléctrica se, para um abastecimento já avultado como o que se considerou, a quebra de receita atinge no máximo 4,5% e é ainda compensada em muitos anos com um benefício que pode ser superior?

Evidentemente se pode raciocinar que se a energia para a electroquímica pudesse ser vendida ao preço da que é tomada pela rede geral, o ofício de produtor seria mais rendoso; mas o Mundo é como é e não como conviria que fosse para maior brilho dos negócios.

Forte barulho se faz à volta disto; como a vida seria silenciosa se as pessoas só falassem do que sabem!

Analisado o preço do kWh sob o ângulo em que o devem ver os produtores de energia, observemo-lo agora pelo lado dos fabricantes de azotados.

Esta energia, a fornecer pelo conjunto Zêzere-Cávado dividir-se-ia em:

Permanente	57	milhões de kWh
Temporária	104	" " "
Total	161	" " "

A produção de sulfato de amónio reduzir-se-ia para 65 000 toneladas e a utilização das fábricas para 4 500 horas, mas o aproveitamento da energia temporária seria mais completo. As condições próprias de cada ano aconselharão a regra a seguir.

Convidado a dar opinião sobre esse preço, sugeri que ele se fixasse em $12 por kWh a 60 kV à entrada das fábricas — $09 para a produção e $03 para o transporte e transformação. Foram estes efectivamente os valores adoptados, mas não tenho base para assegurar que sejam os convenientes; sei apenas que nas estimativas, aliás dificultadas pela guerra, feitas em 1941 com a colaboração dos titulares das licenças para o estabelecimento desta indústria, se reputava bom um preço entre $05 e $06 como se diz no nº 32, pelo que não parece despropositado aceitar hoje o valor de $12. Embora me tenha proposto, ao sugerir aquele preço dentro do que tive por justo, dar-lhe um valor mais alto que baixo, não me evitou isso o ouvir de produtores de energia e até de entidades oficiais comentários que não são positivamente de concordância.

Perante a falta de experiência, não pode o preço da energia deixar de ser aplicado a título de ensaio, que ao fim de um ou dois anos aconselhará qualquer ajustamento para mais ou para menos; nem se deve fixar definitivamente um número alto que impeça a venda dos adubos a preço conveniente, nem um número baixo que imponha sacrifícios à indústria eléctrica e dê folga indevida aos fabricantes de amoníaco.

Do lado dos consumidores, tenhou ouvido dizer que o preço de $12 é alto e encarece o adubo feito por via eléctrica — o que não custa a aceitar quando provado; mas também já ouvi dizer que mesmo com a electricidade gratuita o preço do adubo nacional, se não ficar acima do estrangeiro, não ficará muito abaixo. O fenómeno, se é verdadeiro, é estranho mas favorável à electrólise: coloca o problema do processo de fabricação (eléctrico ou químico) claramente fora da discussão, e deixa concluir que outras causas terão conduzido a este inesperado desfecho. Como o ar atmosférico e a água dos rios (matérias-primas para o amoníaco) não são mais caros em Portugal do que noutros países, como a mão-de-obra também o não é, como a diferença de preço do equipamento para os dois tipos de produção não tem incidência de relevo custa a atinar com a causa daquela insólita carestia. Fala-se em que umas fábricas construídas para fins de guerra e entregues pelo Governos americano a fabricantes de produtos químicos, gratuitamente ou por preço inferior ao real, colocam no nosso País adubos azotados a preços que a produção nacional não pode igualar a não ser que o nosso Governo amortize, por meio de subsídio, metade do valor das instalações acabadas de montar.

Nada haveria a objectar se o Governo quisesse proceder assim, o que não seria nem mais nem menos bonito do que o conhecido *bonus dos adubos*, porque era essencialmente a mesma coisa; como também se admitira que o mesmo Governo, reconhecendo tratar-se de uma forma de *dumping*, aplicasse as disposições legais ao seu dispor para corrigir a diferença indevida. Por outro lado, parece de ponderar que, se na América aconteceu aquilo, não consta que tenha acontecido nos outros países que produzem azotados; e parece, portanto, que as cotações a

considerar para comparação dos preços portugueses não deveriam ser as americanas mas as dos países europeus que até agora nos abasteciam. Por outro lado ainda, dada a permanente tendência da moeda para a desvalorização, é sabido que um empreendimento industrial novo está geralmente desfavorecido em relação a outros mais antigos, executados com menor volume de moeda e tendo por isso, mesmo quando se valorize o activo, encargos financeiros menores e vida mais folgada.

Condenar uma indústria só porque ela não tem condições de resistir a qualquer fantasia americana, parece-me exagero. A generalizar-se o critério, o que ficaria de pé neste País ou nesta velha Europa?

Parece pois haver circunstâncias especiais, a ponderar por quem de direito, na fixação do preço dos azotados de fabricação nacional; e parece também poder concluir-se que o nível desse preço dependerá essencialmente de tais circunstâncias, estranhas ao processo de fabrico e ao preço da electricidade, contrariamente ao que em geral de diz, pois anda no ar a toada, não sei se de todo inocente, de que é o hidrogénio, por ser electrolítico, que obrigará o Governo a dar subsídios ou o lavrador a pagar caro o adubo.

Acresce que, segundo consta, uma das empresas que fabricam os azotados (Amoníaco Português) obteve de certo organismo do Estado (Caixa Geral de Depósitos) para cobrir cerca de metade das despesas de primeiro estabelecimento, um empréstimo de 90 000 contos cujo prazo de amortização foi fixado em 10 anos. Numa indústria de dispendiosa montagem, qualquer medirá o que pesa esta amortização comparada com aquela a que conduziria o verdadeiro crédito industrial a 20 ou 25 anos — peso que incide precisamente nos primeiros anos de exploração, que são os mais difíceis, em que a produção será mais baixa por insuficiência do mercado ou da energia eléctrica disponível; julgo que nenhum tratado de Economia aconselha este sistema para fomento de indústrias.

Se suporsermos que nestes primeiros anos a produção média anual do Amoníaco Português é de 27 000 toneladas, o aumento de encargos daquela amortização, relativamente ao que se verificaria se o prazo do empréstimo fosse de 25 anos, é de 200$00 por tonelada de adubo; e como a energia eléctrica para o fabrico dessa tonelada custará, ao preço actual de $12, cerca de 420$00, conclui-se que o encargo resultante de uma política de crédito industrial inconveniente pesa tanto como metade do preço da energia. No fim, diz-se apenas que o adubo é caro; e a culpa, está bem de ver, é do hidrogénio electrolítico.

Apesar de tudo isto, o sulfato de amónio nacional está sendo vendido ao preço do estrangeiro, com o mesmo bónus do Estado. Este é um primeiro resultado que, prouvera a Deus, se verificasse em todas as indústrias nacionais.

Penso que esta situação deve ser mantida por mais dois anos, para compensar o pequeno volume de produção; mas tenho razões para pensar que, se se mantiver o nível geral de preços, é possível ao fim

desse prazo baixar o preço do adubo azotado de fabrico nacional, sem praticar violência. É um segundo resultado a reter.

Além disso, se o Governo cair em si e reflectir que política industrial inclui crédito industrial em bases normais (não se fala em favores), talvez decida rever as condições de financiamento dos produtores de amoníaco, e encontrará aí novo motivo de baixa. É um terceiro resultado que me parece oportuno trazer à luz.

Finalmente, o preço de $12 por kWh hoje pago pela indústria do amoníaco, é um valor experimental, como já se explicou, porque estamos no princípio, sem base segura de comparação. Os preços que se fazem pela Europa aos grandes fornecimentos para electroquímica não são geralmente do domínio público; não figuram entre as tarifas que correm impressas e resultam sempre de contratos que são rodeados de certa reserva. As informações que colhi em França, Suíça e Itália permitem-me contudo apontar alguns preços por kWh praticados nesses países, convertidos em moeda portuguesa ao câmbio oficial (meado de 1952):

França	
Amoníaco	1,23 F. — $10
Carboneto e ferro-ligas	1,35 F. — $11
Suíça:	
Amoníaco (Verão)	0,007 F.S. — $04,6
Amoníaco (Inverno)	0,04 F.S. — $26
Média	0,018 F.S. — $11,5[49]
Itália (...)[c]	

Na Suíça existe ainda um importante consumo nas caldeiras eléctricas, para as quais o preço do kWh é geralmente calculado como o equivalente a 165g de carvão. Hoje, que o carvão está caro, lá como cá, este preço anda por $11.

A observação destes preços mostra que a tarifa de $12, praticada entre nós, se afasta ligeiramente para mais, como já atrás se disse; mas se a experiência mostrar que é alta, nada se opõe a que desça para $10 ou $08, porque desta descida, supostas as condições previstas para daqui a dois anos, trará às empresas de produção e transporte uma quebra de receita que não vai além de 3%. Assumo a responsabilidade de afirmar, pelo conhecimento muito directo que tenho do assunto, que estas empresas podem bem com o choque[50].

[49] Esta média foi obtida aplicando os preços suíços à previsão de consumo que atrás se considerou para as fábricas portuguesas.

[50] Não me refiro à Hidro Eléctrica Alto Alentejo, cuja situação especial terá de ser considerada à parte.

---

[c] Não são indicados os valores para o caso de Itália.

Este é um quarto resultado que se oferece à consideração de quem quiser, serenamente, apreciar a situação.

Conclui-se de tudo isto que o preço actual do sulfato de amónio electrolítico pode descer ou, mais concretamente, que o bónus do adubo pode diminuir ou desaparecer; e conclui-se ainda que no caso mais desfavorável de centrais saturadas e tarifa da electroquímica a $08, o agravamento de cerca de 7% no preço de produção ($01,5 por kWh) permite resolver o problema de criar condições de existência a uma indústria electroquímica de azotados, com inteiro respeito pela lógica tarifária analisada no nº 57. A venda de energia para electroquímica abaixo do preço médio não é fórmula de excepção nem quebra de princípios; é apenas um exemplo, de entre outros que se podem citar, de preços adaptados às possibilidades económicas do consumo. São assim o 3º escalão da tarifa doméstica e certas tarifas de força motriz, de aquecimento, de reclames luminosos, etc.

Homens honrados deste País! Penitenciai-vos do que tendes dito da electrólise!

f) *O hidrogénio químico* — O hidrogénio obtido por via química, que tem sido apresentado, pouco sensatamente, como concorrente do hidrogénio electrolítico, é antes seu colaborador precioso na tarefa de assegurar ao País o abastecimento de produtos azotados.

Fixámos em 270 milhões de kWh anuais a ordem de grandeza do consumo de energia que nos próximos anos se pode consentir à indústria dos azotados, o que equivale a limitar a 76 000 toneladas de sulfato de amónio a produção por esta via. Mas a importação deste fertilizante em 1951 já atingiu 106 000 toneladas, a somar a 24 000 toneladas de nitratos; é de contar que dentro de poucos anos o consumo de azotados (excluída a cianamida, que não deriva do amoníaco) esteja para cima das 150 000 toneladas — isto é, o dobro do que contamos fabricar por via electrolítica. O recurso aos métodos químicos é o caminho lógico para suprir a falta.

Outra circunstância a ponderar é a da garantia de produção. A fabricação pelo método electrolítico, se não depende de fornecimentos externos, se oferece a maior garantia de constância de preço e se significa, em maior ou menor grau, o aproveitamento de uma energia perdida, enferma do defeito de toda a produção hidroeléctrica: varia de ano para ano e pode, em anos de seca excepcional, ser nula ou muito pequena. A produção química é ainda aqui o correctivo natural.

Felizmente, essa via química pode hoje ser encarada com optimismo. Já vimos que as lenhites de Rio Maior são matéria-prima possível; cuidemos de as valorizar, criando junto delas mais um centro de trabalho e de riqueza. Julgo escusado repetir que riqueza não quer dizer ostentação ou imoralidade.

Façamos votos para elas mostrem bom rendimento na gazificação e nos dêem produtos azotados a bom preço, mas não nos comprometa-

mos com afirmações ousadas, aliás desnecessárias para justificação da obra. Pensemos em que a comparação de preços com a via electrolítica, para ser válida, implica igualdade nas condições de financiamento (já vimos que as do Amoníaco Português não são brilhantes) e equidade nos restantes encargos, por exemplo no preço da energia eléctrica, que não deve ser o mesmo nos dois casos, porque num se trata de electrólise e noutro de força motriz; o consumo por tonelada de amoníaco é 4 ou 5 vezes superior no primeiro caso em relação ao segundo.

Em França, as instalações produtoras de amoníaco, que utilizam hidrogénio obtido a partir de gazes de *cracking* ou do gaz de água, pagam a energia eléctrica a preço cerca de 2,5 vezes superior ao da energia para electrólise; em compensação, fazem o seu diagrama de carga sem restrições. Sempre o princípio da capacidade económica do consumo a orientar o preço da energia.

Este assunto, visto a plena luz, imprime até um aspecto curioso à comparação dos preços do adubo azotado, fabricado pelos dois processos químico ou electrolítico. Se o preço da energia é convencional — e isso é facto indiscutível, que orienta as normas tarifárias universalmente aceites — se o critério da sua fixação é a capacidade de o pagar que tem cada tipo de consumo, se essa capacidade se mede, evidentemente, pela possibilidade de vender o artigo fabricado e, portanto, de o produzir a preço conveniente, torna-se claro que apreciar o mérito dos dois processos sobre a base dos preços de custo, nos quais há uma parcela importante de pura convenção, tem certo ar de contrasenso de que nem todos se apercebem. O que determina a medida em que se reparte a produção dos azotados segundo os vários processos de fabrico, não é o preço de custo mas o volume dos recursos disponíveis, mais seguros e adequados. Esta é a lição da realidade.

Parece de aconselhar aos economistas prudência com a língua.

Muito recentemente, uma nova fonte de hidrogénio químico se apresentou: os gases de *cracking* da nova instalação que a SACOR vai montar.

O aproveitamento destes gases na preparação do hidrogênio é solução corrente nos países petroleiros, e conduz a preço de custo favorável, embora em maior ou menor grau consoante o valor que se convencionar para esses gases, sub-produto da destilação do petróleo. Sem dúvida se aconselha entre nós o mesmo aproveitamento, visto que a matéria-prima se apresenta; mas ninguém certamente se atreve a apontar o sistema, qualquer que seja o preço a que conduza, como fórmula exclusiva de abastecer a lavoura.

Tudo aconselha que estes gases e as lenhites de Rio Maior sejam tratados na mesma fábrica, convenientemente localizada, para que as lenhites sirvam de volante às irregularidades da produção dos gases e sirvam de bitola ao preço máximo a que hão-de ser pagos.

62 — O CUSTO DO TRANSPORTE

Segundo o que foi dito nos nºs 58 e 61, o encargo de transporte por kWh na fase inicial da rede é computado em $11, devendo ser elevado para $12,4 se se tiver em conta a alimentação da indústria electroquímica nas condições que ficaram expostas.

Compete este transporte da energia à Companhia Nacional de Electricidade; como se dá o caso de ter sido o autor destas linhas escolhido pelo Governo para presidente daquela empresa, a coisa toca-me de perto e obriga-me a algumas explicações, não vá alguém, entendido nestas coisas, comentar com fundada razão que o preço do transporte é caro. É certo que não se trata apenas de transporte mas também de uma transformação, pois que a energia é entregue pelas centrais a 150 kV e é fornecida nos distribuidores à tensão das redes locais, 60 ou 30 kV consoante os casos; mas apesar disso o preço é manifestamente elevado por motivos que vamos analisar. São estes comentários certeiros que a crítica deveria produzir, se soubesse o que diz.

Não vale a pena repetir o que já foi escrito sobre o encarecimento dos materiais durante e após a guerra, e sua repercussão no custo do serviço; vamos aceitar como inevitável o preço actual das coisas e verificar se, em face dele, a energia é transportada e transformada por preço razoável.

Quem ler com atenção a lei nº 2002 poderá achar estranho que a ajuda financeira do Estado tenha sido fixada de maneira diferente para as centrais e para as linhas quando, à primeira vista, se poderia supor dever ser igual nos dois casos, por se tratar de partes do mesmo conjunto e, portanto, merecedoras da mesma protecção.

Efectivamente, pelas Bases IV e V, a ajuda financeira do Estado para a construção de centrais eléctricas limita-se à participação no capital accionista e à concessão de créditos ou colocação de obrigações através da Caixa Nacional de Créditos; quer dizer que se previu para este caso uma política de facilidade de capitais mas não um regime de favor. Pelo contrário, na mesma página do diário oficial, a Base IX prescreve que a construção de linhas de transporte ou grande distribuição e respectivas subestações será auxiliada pelo Governo com empréstimos até ao valor de 50% do seu custo, devendo o pagamento das anuidades de juro e amortização ser diferido pelo tempo indispensável e não podendo a taxa de juro exceder a do desconto do Banco de Portugal. Há aqui, além do objectivo de facilitar capitais, uma situação nítida de favor, pela prorrogação do vencimento de encargos e pela fixação de uma taxa de juro abaixo da normal.

É pois legítimo perguntar se estas duas atitudes da lei correspondem realmente a duas necessidades diferentes. Não o explicou satisfatoriamente o relatório da proposta de lei, que o justifica apenas com a construção de novas linhas para alimentar ou concelhos ainda não ser-

vidos; embora haja aí um motivo, vamos nós desfiar aqui a mais importante razão.

Quando se constrói uma central hidroeléctrica, as obras que se executam dizem concretamente respeito à produção de certa quantidade de energia, que se atinge ao fim de breve período de exploração; o fazer obras por conta de ampliações futuras é caso de excepção, porque as centrais constroem-se geralmente com as características que manterão toda a vida e que dependem das condições hidrológicas e topográficas do local onde foram instaladas.

Mas ao construir-se uma rede e respectivas subestações apresenta-se problema diverso. Uma rede de transporte não tem as mesmas limitações na sua capacidade que tem uma central hidroeléctrica; e, por isso, ao projectar-se uma rede, não é prático limitar a sua potência de transporte àquilo que as centrais existentes podem gerar ou os centros de consumo podem absorver na data da construção; há que projectar para o futuro, pelo menos para uns 8 ou 10 anos (e às vezes mais), porque seria complicação técnica e erro económico fazer nova rede cada vez que se fizesse nova central; encher-se-ia o País de postes e tornaríamos o custo do transporte elevadíssimo, porque várias linhas em paralelo custam muito mais dinheiro do que uma só linha capaz do mesmo serviço.

Em posição semelhante se encontram as subestações. Há que projectá-las com largueza — o caderno de encargos da concessão da Companhia Nacional de Electricidade exige-o no artigo 5º. — para darem entrada a futuras linhas e permitirem prováveis ampliações, sem grandes despesas suplementares e sem interrupção de serviço. Proceder de outra maneira seria erro de palmatória.

Resulta daqui que uma rede de transporte leva mais tempo a saturar que uma central ou, por outras palavras, numa rede há consideráveis encargos iniciais não imediatamente reprodutivos. Por outro lado, as redes estão mais sujeitas que as centrais a imposições dos Governos, feitas em obediência à sua política de segurança ou de colonização. E assim, no caso da Companhia Nacional de Electricidade, o Estado impôs no caderno de encargos (e a meu ver impôs muito bem) a execução das seguintes obras que constituirão durante largos anos encargo sem contrapartida equivalente de receita:

a) Linha Zêzere-Porto, custando 45 000 contos, para ligar os sistemas do Norte e do Centro e evitar ou atenuar a repetição de restrições que vêm sendo postas em prática na última dezena de anos, e que em 1949 tiveram particular gravidade na zona Braga-Porto-Aveiro-Coimbra durante 8 meses (Março a Outubro);

b) Linha Setúbal-Ferreira do Alentejo, custando 20 000 contos, como linha de colonização do Sul (Baixo Alentejo e Algarve), onde o abastecimento de energia se faz hoje abaixo das condições mínimas aceitáveis e é mesmo inexistente em grande parte do território, mas onde o con-

sumo presumível não pagará nem de longe os encargos da linha por mais de uma dúzia de anos.

Por outro lado ainda, certas condições de segurança pesam mais inicialmente do que em fase avançada da exploração: cito o caso da 2ª linha Zêzere-Lisboa. Uma cidade como Lisboa não pode estar dependente do funcionamento de uma única linha; por mais cuidada que seja a sua construção, por maior atenção que tenha havido em lhe aplicar os princípios de segurança aconselhados pela técnica mais moderna, nada nos garante que uma descarga atmosférica não a ponha fora de serviço durante algumas horas. O homem não sabe ainda dominar inteiramente a electricidade atmosférica. Há pois necessidade de duas linhas, embora uma só tenha capacidade, com aquela folga que atrás referi, para alimentar Lisboa e suas vizinhanças. Dentro de uns 8 anos haverá porém que ter em serviço 3ª linha, quando uma só não for bastante para transportar toda a potência; mas então a reserva, que é inicialmente de uma linha em duas, isto é, 50%, passará a ser de uma linha em três, isto é, 33%. Os encargos da reserva terão diminuído.

Por todas estas razões, propus e defendi que metade do valor deste tipo de obras, se não pudesse ser custeado por subsídio do Estado não reembolsável (o que se faz em alguns países e se justificaria neste caso por se tratar de instalações revertendo gratuitamente para o Estado no fim da concessão), o fosse por empréstimo com os encargos de juro e amortização suficientemente diferidos para permitir, sem tarifas anormais, viver os primeiros 10 anos. A doutrina vingou na Base IX da lei nº 2002, foi posteriormente regulamentada por decreto, mas não se tem cumprido apesar de consignada no artigo 7º do caderno de encargos da concessão, com o período de diferimento de 20 anos.

A ajuda concedida à Companhia Nacional de Electricidade tem sido apenas a que a lei consigna para as empresas produtoras. Dificuldades insuperáveis de cumprir o prometido? Desconhecimento das verdadeiras razões que ditaram o texto da lei?

O certo é que ao fechar o ano de 1951 o primeiro estabelecimento das linhas e subestações tinha sido custeado como segue:

Acções	175 000	contos
Obrigações (60 000 contos nominais)	53 000	»
Empréstimo do Fundo de Fomento Nacional (auxílio Marshall)	94 000	»
Total	322 000	»

Partindo desta base se chegou ao encargo de transporte que se indicou no número anterior — $11 por kWh sem electroquímica e $12,4 com electroquímica, supondo a situação que deve verificar-se nos anos de 1952 e 1955, isto é, o transporte de cerca de 450 milhões de

kWh, correspondentes à produção média das centrais de Castelo do Bode e Vila Nova.

Deve ainda notar-se que enquanto os empréstimos previstos no caderno de encargos eram amortizados em 25 anos à taxa de 2,5%, os empréstimos do Fundo de Fomento têm 3 anos de período de utilização e 17 de amortização, à taxa de 3%, o que onera as anuidades; e ainda merece referir-se que o serviço das obrigações, estabelecido com a colaboração da Caixa Geral de Depósitos, prevê amortização anual constante com anuidade decrescente, tendo sido rejeitada a solicitação que fiz para que o plano de amortização previsse anuidade constante, que é fórmula também corrente, o que teria aliviado os primeiros anos e a respectiva tarifa. Há nisto mais uma evidente falta de coordenação no campo do fomento industrial.

Se o empréstimo do Estado tivesse sido feito segundo a lei, nas condições do artigo 7º do caderno de encargos (e não seria preciso o diferimento por 20 anos, porque 10 ou 12 anos já teriam muito interesse), o primeiro estabelecimento seria assim custeado, de acordo com o plano financeiro elaborado na data da constituição da Companhia:

Acções	90 000	contos
Obrigações	72 000	»
Empréstimo (50% do total)	160 000	»
Total	322 000	»

Supondo que nos primeiros anos de exploração, dentro do pensamento inicial, se não faziam quaisquer provisões para pagamento dos encargos do empréstimo nem para reintegração do material correspondente a essa importância, as quais se deixariam a cargo de anos futuros mais prósperos, as tarifas de transporte reduzir-se-iam para $08,1 sem electroquímica e $09 com electroquímica. Haveria uma redução de $03 ou $03,4 por kWh respectivamente; o valor absoluto não seria grande porque não se podem tirar somas grandes de verbas pequenas, mas haveria uma variação relativa considerável, visto que a falta desta facilidade veio agravar 37% o custo do transporte que se obteria nas condições previstas na lei.

É agora oportuno averiguar qual o valor para que tende a tarifa de transporte com o crescimento do volume de energia transportada, isto é, com a melhoria de utilização das instalações e a diluição dos encargos gerais da empresa. É fácil de fazer, a partir de uma hipótese simples, a estimativa que nos dê uma ordem de grandeza. Suponhamos que estão completos os sistemas hidroeléctricos do Zêzere e do Cávado, que entregarão à rede de transporte cerca de 1200 milhões de kWh. Para fazer face a este trânsito, o aumento de imobilizações da Companhia Nacional de Electricidade (sem contar com as obras necessárias para ligar outras centrais) andará por 140 000 contos; e a previ-

são dos encargos nessa data permite calcular que o custo do transporte será da ordem de $06,5 sem electroquímica e $07 com electroquímica, supondo que se mantém o nível de preço e que não há diferimento de encargos. Enquanto o serviço prestado se multiplicou por 3,0 o capital imobilizado multiplicou-se apenas por 1,5. Aos que tenham o hábito de avaliar preços com base no nível da moeda antes da guerra, bastar-lhes-á pensar que estaríamos num preço da ordem de 3 centavos, para concluírem termos chegado a valor normal. Para mim, como engenheiro responsável pelas linhas gerais da obra, esta conclusão traz serenidade e moral — que às vezes quase me falece.

As contas mostram que com a tarifa de $08,1 (ou $09) atrás calculada na hipótese do diferimento de encargos, se estaria em condições de dispensar esse diferimento logo que se transportassem uns 900 milhões de kWh, o que virá a dar-se em 6 ou 7 anos; dentro de mais 2 ou 3 anos ter-se-ia chegado aos 1 200 milhões[51]; o encargo de transporte desceria então para $06,5 (ou $07) e poderia certamente manter-se aí, porque os encargos que deixassem de se satisfazer durante os primeiros 6 anos não viriam sobrecarregar de forma sensível as despesas desses anos futuros em que trânsito de energia seria já considerável, pois se poderiam repartir por período relativamente longo, não esquecendo que a tarifa continuaria a ter tendência para descer, embora muito lentamente.

Para encurtar razões, o não diferimento dos encargos obriga a tarifa a começar por $11,1 (ou $12,4), para atingir dentro de 8 ou 10 anos, $06,5 (ou $97); o diferimento previsto na lei permitiria que o valor inicial não excedesse $08,1 (ou $09) para atingir, ao fim daquele período, sensivelmente o mesmo valor.

É intuitivo que no futuro haverá sempre obras novas que não darão nos primeiros anos o pleno rendimento; mas nem o seu volume será comparável ao do arranque inicial nem a sua incidência na tarifa será sequer de considerar, quando houver uma massa de transporte 3 ou 4 vezes superior aos 450 milhões tomados como ponto de partida.

O custo de $12,4 por kWh, que atrás se apresentou como sendo o verdadeiro encargo actual e que pode sem hesitação dizer-se caro, decompõe-se então da maneira seguinte:

Verdadeiro custo de transporte	$06,5
Aumento devido à fraca utilização da rede nos primeiros anos	$01,6
Aumento devido ao não diferimento dos encargos	$03
Aumento devido à electroquímica	$01,3
Total	$12,4

[51] A lei de crescimento da quantidade de energia entregue à rede de transporte não pode prever-se com precisão, porque depende de as empresas distribuidoras aumentarem ou não os meios de produção própria.

O aumento devido à electroquímica é influenciado desfavoravelmente pelos dois aumentos anteriores, pois se reduzirá a $00,5 quando a influência daqueles tiver desaparecido.

Até este ponto, podem fazer-se previsões sem o risco de erros grosseiros, embora não se afirme que os números apontados são exactos, pois há que olhá-los como estimativas que são; para além deste ponto manda a prudência se não façam augúrios. Quem tenha acompanhado de perto a agitação tarifária dos últimos 12 ou 15 meses e tenha sentido o calor com que se discutem diferenças de 1 centavo, sente pena de que se não tivesse feito um bocadinho de esforço, se ele fosse preciso para se cumprir a lei; com um diferimento, que talvez pudesse limitar-se a 8 anos, ganhar-se-iam 3 centavos, mais 0,4 na menor influência da electroquímica — ao todo $03,4.

E quem tenha previsto há muitos anos que estas coisas se passariam aproximadamente assim, tenha feito força para que a lei as considerasse e oiça estas e outras pequenas fífias a turvar a partitura, tem alguma razão para estar mal humorado. Ao menos, para que se não façam comentários injustos — e alguns se têm feito — ao facto de se transportar energia por preços iguais ou superiores a $10, que todos consideram caros e alguns filiam em erro ou abuso, aqui se deixa, justificada com meia dúzia de números, a explicação do fenómeno.

63 — A ENERGIA BARATA

Depois do que ficou dito nos números anteriores, devem ter-se desvanecido todas as dúvidas sobre o que se poderá ganhar no preço da energia pela passagem da produção térmica para a produção hidráulica acrescida do transporte. O custo da produção térmica no nosso País, dados os preços do carvão, foi calculado entre os valores de $54 e $41 por kWh, aos quais correspondem os encargos de exploração respectivamente de $43 e $30[52]; o custo da produção hidráulica mais o transporte foi calculado entre $34,4 e $29 supondo que há electroquímica e entre $31,1 e $26,5 sem electroquímica. Temos assim, para as condições actuais, uma melhoria da ordem de $12 (que atrás arredondámos para $15), susceptível de subir com o abaixamento do encargo de transporte ou de descer com o abaixamento do preço do carvão. Daí a prudência com que as pessoas bem avisadas (e são escassíssima minoria) se têm referido, desde sempre, ao advento da electricidade barata.

Não há porém que negar que, de algumas discretas palavras, legítimo é inferir que mesmo essas pessoas prudentes anteviam no plano

[52] Quando se montar uma nova central térmica para reforço do apoio estival, talvez seja possível, conjugando o bom rendimento com a boa localização e o emprego de carvões nacionais, chegar a valores mais baixos.

de electrificação a origem de alguns benefícios tarifários. Já vimos atrás (nº 55) que a energia para luz se não contava entre os possíveis contemplados, pelo que o plano, seguido correctamente, se não mostra apto para dar popularidade a quem o execute; o relatório da proposta de lei da electrificação esclarece, aliás, que para aproveitar economicamente as riquezas nacionais será preciso:

> que a electricidade seja distribuída em razoáveis condições de preço e segundo um regime tarifário que saiba distinguir e favorecer os consumos de maior utilidade social.

Analisemos então as vantagens tarifárias do plano de electrificação à luz desta doutrina para assim acrescentarmos mais um aos 6 objectivos de que se fez sumária descrição no nº 55.

Entre os dois tipos de produção da energia, térmica ou hidráulica, existe, independentemente do custo, uma diferença fundamental: enquanto numa central hidráulica as despesas de exploração, aliás muito pequenas, são praticamente constantes, pelo que o custo de produção resulta, na quase totalidade, de encargos fixos (juro e reintegração), só sendo possível imaginar a decomposição desse custo mediante algum artifício, nas centrais térmicas, como se viu no nº 56, o preço resulta da soma de duas parcelas claramente diferenciadas — encargos fixos e encargos variáveis de exploração. Na central hidráulica, a produção de um kWh a mais ou a menos não afecta a despesa, que é constante; na central térmica, um kWh a mais ou a menos arrasta, por força irremovível do princípio da conservação da energia, o consumo a mais ou a menos de 450 a 650 gramas de bom carvão, consoante o rendimento das instalações.

Resulta daqui que não há preço mínimo de venda para o Kwh hidráulico; é sempre possível vender uma parcela da produção hidroeléctrica a qualquer preço, por mais baixo que seja, desde que haja compensação de outra parcela vendida a preço mais alto, de forma a dar ao produtor, no total da receita, a cobertura do seu encargo, que é uma verba fixa independente da quantidade vendida. As coisas passam-se diferentemente se a produção for térmica, porque há um preço mínimo abaixo do qual não é lógico vender o kWh, visto que a produção de cada unidade de energia implica solidária e simultaneamente o consumo de certo peso de combustível. É verdade que ainda que se venda parte da energia térmica abaixo do seu custo de exploração, se pode compensar o produtor dando-lhe pela restante um preço suficientemente alto para cobrir todos os encargos; mas não se elimina o facto de que houve uma venda com prejuízo, cuja receita bruta não cobriu a importância que efectivamente se desembolsou para produzir o artigo vendido. O produtor sente que quanto mais energia vender nessas con-

dições mais perde nessa parcela do negócio; a reacção é imediata, e manifesta-se por todas as formas que levem a restringir o volume da transacção; e resulta de tudo isto que a situação, por contrária ao senso comum, é psicologicamente insustentável.

A mesma reacção se manifesta às vezes nos produtores hidráulicos, que orientam suas ideias no sentido de concluir que se a energia que vendem barata fosse vendida ao preço caro, mais frutuoso lhes sairia o negócio. A coisa não tem aqui o fundamento lógico que tem na produção térmica, porque não há despesa inerente a cada kWh em particular; resulta de tendência excessivamente comercial, cada vez menos compatível com o conceito de serviço público, ou de espírito pouco lúcido, incapaz da maleabilidade de compreender a mecânica tarifária, como já se fez notar no nº 57.

Desta diferença, mais importante do que se afigura, entre a composição dos preços da energia hidráulica e da energia térmica, resulta, mais que da diferença entre esses preços, que as tarifas de nível mais baixo (electroquímica, electrometalurgia, tracção) só dificilmente são viáveis (sobretudo as duas primeiras) em países de produção predominantemente térmica. Basta ver os exemplos que nos dá o Mundo e o que ficou escrito no nº 58 para se confirmar a maior elasticidade de preços na energia hidráulica; onde a energia é térmica, os usos com tarifas muito arrastadas só vivem como soluções de emergência. Apesar do baixo preço da produção de energia em Inglaterra, a fabricação de alumínio, que ali se fez durante a guerra, cessou logo que foi possível receber regularmente os lingotes do Canadá.

Justaposta à elasticidade de tarifas e confundindo-se em parte com ela, uma outra razão aconselha a produção hidroeléctrica para a alimentação de indústrias electroquímicas: a existência da energia temporária na época do ano em que os rios são mais caudalosos, energia cujo preço de custo é inferior ao da energia permanente e que, embora menos vantajosa que ela pela falta de continuidade que dá aos fabricos, a pode substituir em parte, e substitui de facto em grande número de casos. Esta energia hidráulica de baixo preço não tem equivalente na produção térmica; a hidroelectricidade é pois, por excelência, a energia das indústrias electroquímicas pela facilidade com que se adapta às suas limitadas possibilidades de pagamento.

Esta é a grande virtude tarifária da produção hidráulica; não virtude para agradar às massas, que não conhecem nem dão valor a estas subtiliezas da política económica, mas virtude de bem mais alto mérito pelo incremento que permite, num país sem carvão, ao fomento das indústrias, através da criação de actividades basilares, mercê dessas ferramentas geniais que são o forno eléctrico e a célula electrolítica. As Bases XIII e XVI da lei nº 2002 pelas quais, com um entusiasmo que ainda hoje ferve apesar da ironia demolidora da crítica, se abriram as portas do futuro a algumas indústrias de primeira plana neste País de

miséria, justificam só por si a lei. Deus permita que haja envergadura para as respeitar e cumprir, com o alto pensamento de engrandecer esta Pátria — o mesmo pensamento com que foram escritas.

A segunda virtude tarifária do plano de electrificação diz respeito aos consumos domésticos excluída a iluminação, mais concretamente, ao terceiro escalão da tarifa de usos caseiros. Já atrás se viu (nº 57) que este escalão só com preços reduzidos satisfaz o objectivo para que foi criado; pretender que entre nós tome vulto a electrificação caseira, como elemento de comodidade que a civilização actual faculta, pressupõe que para isso se criem as condições adequadas; e essas condições se residem, por um lado, na existência de tarifas de tipo conveniente (as tarifas de país europeu de que atrás falámos), residem igualmente no nível de preço dos escalões, sobretudo do último, aquele que mais afecta a cifra do recibo mensal.

Nos países de carvão barato, em que os encargos de exploração das centrais térmicas andam na casa dos $12 a $16 por kWh e os encargos totais de produção entre $20 e $25, como vimos atrás que sucede na Inglaterra ou nos Estados Unidos, não há dificuldade em que o último escalão da tarifa doméstica seja da ordem de $30 ou $40, porque fica alguma folga entre o preço de produção e o preço de venda para permitir que esta energia pague um pouco das despesas que ocasiona no seu transporte e distribuição.

Mas onde o carvão é caro e a energia térmica fica a preços da ordem dos $50, não é possível vender esta energia a menos de $60 ou $70 — valores um pouco altos para que a tarifa tenha real interesse. Como ficou dito no nº 57, ao preço da luz a 2$40 corresponderia, segundo a proporção média tirada do inquérito da UNIPEDE, o preço do 3º escalão a $48.

Mas se a produção for hidráulica, e se se entregar a energia às redes a preço compreendido entre o valor inicial de $34,4 e o valor final, ou próximo disso, de $29, a fixação do 3º escalão doméstico em cerca de $40 ou $50 já se torna possível, o que vem permitir que Portugal enfileire com os restantes países da Europa, facultando aos que nele residem a utilização larga da energia eléctrica na simplificação de mil trabalhos caseiros.

O que se diz do 3º escalão doméstico aplica-se à tarifa geral de aquecimento para qualquer uso comercial ou industrial, excluídas as horas de ponta; este consumo pode ainda beneficiar de forte desconto durante as horas da noite.

Em terceiro lugar, o plano de electrificação pode ainda aspirar com legitimidade a certa melhoria no preço dos fornecimentos em alta tensão, relativamente aos que se praticavam nas regiões até agora abastecidas por via térmica. Basta aceitar — e não é muito — que no preço de

produção se ganharam $10 ou $12 por kWh e que esta diferença, ligeiramente aumentada até $15 ou $20 para contrabalançar exageros antigos se transmitiu às tarifas de alta tensão, que bem precisam ser vistas por olhos de entendidos, para se conseguir sobre o preço de venda, que poderemos por sentimento fixar em $70 ou $80, um desconto da ordem de 20 a 25%, que já seria de apreciar e nos traria para valores mais conformes com o uso dos países industriais.

Outro benefício a conceder aos consumidores em alta tensão seria o da fixação oficial de tarifas, de maneira a evitar as desigualdades existentes. É doutrina que se não aplica, embora esteja na lei como um anseio de perfeição (Base XXVI). A margem existente na liberdade contratual dos distribuidores tem como resultado uma grande diversidade de tarifas aplicadas a consumidores nas mesmas ou análogas condições, os quais teriam direito a receber igual tratamento. O regime da tarifa tornada pública para conhecimento de toda a gente, não dando lugar a dúvidas ou polémicas, tal como acontece na baixa tensão, é um sistema que se usa em alguns países mas que não tem tido entre nós muitos cultores; diz-se que não é bastante elástica para prever inevitáveis casos de excepção, mas aponta-se-lhe a vantagem de proteger o consumidor, sempre menos apetrechado que o distribuidor para certa esgrima de argumentos. Não se trata, claramente, de tarifas publicadas só para vista, quase sempre pesadas, frequentemente substituidas por acordos particulares — uma espécie de preços de catálogo que só se aplicam com desconto; tratar-se-ia, na intenção da lei, de tarifas para aplicar de facto.

Por último, uma melhoria manifesta de preço em todo o género de aplicações eléctricas (até na luz!) se poderá obter naquelas regiões servidas por pequenas centrais locais, que o plano de electrificação venha a abastecer a partir das grandes redes públicas; o que atrás se disse (nº 56) quanto ao preço de produção das unidades muito pequenas deixa prever quanto se pode melhorar. Mas nada de optimismos descompassados; o preço da produção muito dispersa, embora alto, é subsituido pela soma dos preços da produção, do transporte e da grande distribuição, não podendo converter-se em benefício do preço da luz (único consumo até aí existente) tudo que puder ganhar-se com a troca, havendo que o repartir por numerosas tarifas novas de preços mais baixos (força motriz, usos agrícolas, escalões domésticos, etc.), que fazem cair fortemente o preço médio de venda, como é já sabido.

O que fica dito é tudo que honestamente pode prometer-se em matéria de embaratecimento; depois disto, pouco ou nada ficará para modificação das restantes tarifas, principalmente da luz, nas quais não pode haver mais do que pequenos ajustamentos sem grande significação.

A ajuda do Estado, em que alguns depositaram tanta fé, não tem influência, nas tarifas, salvo no pequeno favor da isenção de direitos; a política de ajuda financeira tem sido conduzida, como se viu, no único sentido de evitar a suspensão das obras por carência de capitais particulares.

Bem visto o panorama apresentado, é valioso, apesar de não ser popular, o somatório do que é possível fazer para dar realidade ao sonho da *electricidade barata*; embora dirigida para o povo e a ele dedicando os seus frutos, a obra de electrificação, traçada, por sua linhagem, num plano superior, não é susceptível de descer à compreensão correntia do vulgo, salvo, porventura, na monumentalidade de alguns aspectos da obra. Prometer mais do que se disse é não ter consciência; actuar diferentemente não é fazer fomento mas cultivar a popularidade.

64 — AS TARIFAS DO PORTO

Estava-se em Dezembro de 1936. A Câmara Municipal do Porto, distribuidora de baixa tensão na área do concelho por intermédio dos seus Serviços Municipalizados, solicitara, pela boca do seu Presidente[53] a intervenção da Junta de Electrificação Nacional num passo difícil da vida da cidade. Comprando em alta tensão a energia distribuída, mediante contrato que viria a findar em meado de 1939, aquela Câmara Municipal abrira concurso para novo fornecimento a partir desta data, na esperança de conseguir condições mais favoráveis.

Era de facto oneroso o fornecimento tal como existia. A compra em alta tensão era feita a preço que oscilara de ano para ano entre $47,9 e $60,4 por kWh, com a média de $54 durante a vigência do contrato que ia findar; e embora a entrega da energia fosse feita em diversos pontos da cidade, o que seria motivo justo de pequeno encarecimento aquele preço era manifestamente elevado para o volume da compra.

O concurso, aberto em obediência aos mais puros e democráticos princípios, deu, com igual pureza e democracia, o aparecimento de um único concorrente com uma fórmula de tarifa que não cheguei a ver mas que, segundo as declarações feitas na sessão da Câmara de 10 de Dezembro de 1936, conduzia a uma redução de preço entre 5 e 18%, segundo o critério da comparação, podendo, em caso de aumento sensível de consumo, conduzir a preços mais altos que os do contrato vigente. Desiludida com a proposta, a Câmara decidiu, na sessão citada e como primeira conclusão, expor superiormente os resultados do concurso.

[53] O Dr. António Augusto Mendes Correia.

Assim se viu a Junta chamada a intervir, para o que não tinha, de facto, grandes poderes legais; mas para quem tem consciência, a lei não é o último argumento. Foi com esta certeza que a Junta se convenceu de que o seu dever era servir e não o ser apenas ornamento da burocracia; e abandonando a posição cómoda de se abster, sem cuidar de saber da juridicidade da sua atitude, que lhe pareceu assunto não despresável mas secundário, declarou-se disposta a tomar conta do caso sob as três condições seguintes:

1ª A Câmara Municipal anularia o concurso;
2ª A Câmara Municicpal comprometer-se-ia a aceitar o contrato de fornecimento que a Junta negociasse com as possíveis empresas fornecedoras;
3ª Toda a vantagem que se obtivesse no novo contrato em relação ao anterior seria destinada a beneficiar as tarifas de baixa tensão, segundo plano a estabelecer pela Junta.

Não consta dos arquivos este texto; à margem da correspondência oficial, das informações e dos despachos, foi por via oral que se desenrolou o fio condutor da história. A crueza destas cláusulas pode parecer rude — e até estranha da parte de um serviço público. Mas tem sua justificação. Desejosa de criar condições efectivas de trabalho, a Junta de Electrificação, cansada de não electrificar coisa nenhuma e sentindo-se capaz de o fazer, esgotada em floreios de dialéctica com gente que a não compreendia, pressentindo no problema latente a matéria de um triunfo — a Junta procurou garantir, pelo acordo da entidade interessada, os poderes que a lei lhe recusava, não fosse esta prometedora causa degenerar mais uma vez no oco falatório em que ninguém se entendia.

Foi necessária persistente acção diplomática para se chegar a acordo com a Câmara na aceitação daquelas bases; estavam em jogo prerrogativas municipais, cuja ofensa despertava compreensível melindre, mas estava também em jogo uma situação de necessidade. Tudo acabou em bem, graças à boa vontade de ambas as partes; mas não foi esta bastante para evitar que em sessão da Câmara se chamasse tutela a um auxílio que fora solicitado[54].

Conseguiu a Junta obter para a Câmara do Porto um contrato de compra de energia, em vigor até 1954, que deu nos primeiros anos, agravado pelas condições nascidas da guerra, um preço à roda de $32 por kWh; esta cifra, que tem descido desde então, atingiu no último ano cujos elementos se conhecem (1950) o valor de $25,2 por kWh. Ao referir este contrato, ao lembrar as demoradas negociações que o precederam, seria injustiça não lembrar uma atitude que o tornou pos-

[54] *Primeiro de Janeiro*, de 14.1.1938.

sível: a da Companhia Electro-Hidráulica de Portugal, hoje integrada na CHENOP.

Obtida assim a redução de preço de 40%, equivalente, para o consumo da época, a um benefício anual de parto de 4 000 contos (e só não foi um pouco maior porque o começo da guerra fez subir as cotações do carvão), estavam criadas, de acordo com a convenção verbal estabelecida com a Câmara, as condições favoráveis para a revisão das tarifas de baixa. Pôde-se então, com relativa calma, elaborar um quadro de tarifas, europeias na contextura e no preço. E assim nasceu uma realidade nova que anda hoje na berlinda com a projecção que merece: as tarifas do Porto.

Não andou essa calma totalmente isenta de sobressaltos; o de maior emoção foi o murmúrio, que começou a espalhar-se em certo sector municipal portuense, de que a revisão das tarifas de baixa tensão consistiria em reduzir o preço da iluminação de 1$90 para 1$50, deixando o resto praticamente na mesma. Sempre a fraqueza de transigir com o que as mesmas têm por favorável!

Rebatido com firmeza esse murmúrio, a Junta, que projectara inicialmente baixar o preço da luz de 1$90 para 1$80, condescendeu, a bem da paz em o descer para 1$70 como último limite; e com o benefício que sobrou desta descida se construiu o sistema tarifário posto em vigor em 1939.

Penso que a Junta, com o contrato que fez e as tarifas que estudou, prestou à cidade do Porto um serviço, a que não chamo grande porque os adjectivos andam pela hora da morte; a Câmara o reconheceu lealmente na sua sessão de 2 de Junho de 1938. E hoje, depois de 13 anos de aplicação, os portugueses, que já sabem apreciar o que valem os escalões baixos das múltiplas tarifas que têm ao seu dispor — e que de outra maneira não teriam — hão-de igualmente reconhecer que foi a pensar no seu benefício que a Junta recusou o abaixamento demasiado do preço da luz. Paradoxo que nem todos entendem hoje e que pouquíssimos entendiam naquela data.

Do que o novo regime tarifário influenciou a vida da cidade fala o gráfico da Fig. 1. Entquanto no decénio 1930-39 o aumento médio de consumo fora de 1/4 de milhão de kWh por ano, o aumento médio de 1939 até 1951 foi de 6,9 milhões, isto é, 26 vezes maior; da venda de 10 milhões de kWh pelos Serviços Municipalizados em 1938, passou-se a 93 milhões em 1951. O preço médio de venda da energia na rede destes Serviços, que andara à roda de 1$40 antes de 1939, caiu nesse ano para 1$15 e veio em lento decréscimo até $56 em 1950.

Foi a tarifa doméstica a que mais promoveu o progresso do consumo; de cerca de 3 milhões de kWh em 1939, subiu a 52 milhões em 1950, e Deus sabe quanto subirá mais nos anos próximos.

Fixados inicialmente em 1$70, $90 e $22 os três escalões desta tarifa, subidos em 1941 para 1$87, $99 e $24,2 em virtude do aumento

de 10% consentido em 1941, estes valores, para o nível de preços de antes e durante a guerra, mostraram-se perfeitamente adequados; prova-o o entusiasmo com que a população os apreciou, sem qualquer espécie de propaganda que as difíceis condições da época desaconselhavam, e a situação de modesto equilíbrio que permitiram aos Serviços Municipalizados. Mas há hoje que resolver o problema do futuro destas tarifas, que o falar demais e o reflectir de menos deixaram se revestissem de indesejável acuidade política.

Compulsando os seus relatórios, onde as contas se mostram transparentes, verifica-se que o saldo anual destes Serviços se manteve abaixo de 2 000 contos até 1944, ano a partir do qual o incremento do consumo se acentuou enormemente, como se vê da figura; os saldos subiram então até ao ano de 1947, em que atingiram o máximo de 4 171 contos, descendo de novo até 2 394 contos em 1950[55], e prevendo-se um número da mesma ordem para 1951.

Esta quebra de resultados, quando o consumo aumenta em larga proporção, contém em si alguma coisa de anormal que chama as atenções. Não pode, como é intuitivo, pretender-se que o saldo cresça proporcionalmente ao consumo, porque o aumento deste se faz principalmente nos escalões mais baixos das tarifas, o que implica o decrescimento do preço médio de venda (ver Fig. 1) e, portanto, da margem de benefício por unidade; mas é razoável esperar, quando as coisas estão certas, que saldo e consumo, na sua linha geral, variem no mesmo sentido, sobretudo quando as variações do segundo atingem valores impressionantes, como no caso presente. Sente-se — toda a gente sente, embora alguns o escodam — que há aqui uma questão em aberto.

Levanta-se agora a pergunta fatal: os preços actuais da energia, que até 1947, sem fortes desníveis da moeda, não deram aos Serviços mais do que saldos modestos, podem manter-se quando a moeda vale metade como sucede hoje em relação à data do contrato? Por mais que se queira negar a evidência, a resposta persiste em ser negativa.

Antes de mais nada, comecemos por analisar o preço de compra. Conforme se disse acima, a Câmara Municipal do Porto comprou a energia em 1950 a $25,2 por kWh — energia entregue nas sub-estações da Câmara a 15 000 V. Vimos atrás (nº 58) que a energia dos novos aproveitamentos não pode ser vendida nas sub-estações da Companhia Nacional de Electricidade, dentro dos próximos 4 ou 5 anos a um preço médio que se afaste muito de $34 por kWh; e como a utilização da rede do Porto é fraca, pois tem andado entre 3 000 e 3 500 horas, a aquisição directa desta energia à rede de transporte conduziria a um preço de compra acima daquela média — digamos $35 para arredon-

[55] Exclui-se o ano de 1949, em que houve um saldo negativo de 340 contos provocado pelas restrições de consumo, como já se disse no nº 48.

dar. Sucede então que as empresas distribuidoras, não dispondo por si de suficiente potência para alimentação dos clientes (entre os quais a Câmara Municipal do Porto), precisam de comprar o que lhes falta na sub-estação de Águas Santas, e apresenta-se, na sua simplicidade, esta situação, que é um prodígio de bom humor: comprar a energia a $35, transformá-la, transportá-la e vendê-la a $25.

Para dizer toda a verdade, esclarece-se que a energia comprada nestas condições é bem inferior à quantidade que se vende à Câmara do Porto, e que as empresas distribuidoras, que não se perdem, tratam de se desforrar, aumentando quando podem as tarifas de venda a outras Câmaras e sobretudo à indústria; e vimos a cair em nova situação humorística, mas desta vez de um humorismo pesado: em matéria de electricidade, o concelho do Porto vive à custa dos outros concelhos do Norte.

Contra este regime de vender a energia por preço manifestamente desactualizado protestam as empresas. E sem querer averiguar se ganham ou perdem, reconheço que têm razão. Está-se num caso parecido com o que atrás referimos de se vender energia térmica abaixo do que custa o carvão para a gerar — um caso de contrasenso psicologicamente insustentável quaisquer que sejam as compensações que se procuram.

Tem sido má política esta de impôr a torto e a direito a rigidez das tarifas do Porto, quando se sabia há muito que este desequilíbrio de preços entre as tarifas velhas e a hidroelectricidade nova se ia manifestar, como já vimos no nº 56; mas tem havido uma espécie de supersticioso respeito pelo kWh portuense — respeito que não se sabe se é medo ou carinho. Justiça não é.

Quando em 1950 foi preciso aumentar o preço da água no Porto, fazendo-o subir 47% sobre o preço de antes da guerra, deu-se a ordem sem ruído e toda a gente compreendeu e pagou; mas os preços da electricidade, talvez porque esta é mais subtil, ganharam jeito de manipanço e ninguém se atreve com eles.

Além do princípio constitucional da igualdade dos cidadãos perante a lei — traduzida na igualdade dos consumidores perante a tarifa, que os cadernos de encargos-tipo consignam desde 1928 — a regra elementar de conduzir a vida com o mínimo de artifício leva a ponderar que o preço de compra da energia pela Câmara Municipal do Porto deve ser revisto. O regime de favor não tem o favor da boa consciência; e como esta será eterna, aquele será sempre transitório.

Neste momento, o preço de compra da energia não pode ser inferior a $35 — e ainda fica muito abaixo dos preços que se pagaram no decénio de 1930-39, apesar da desigualdade da moeda. Que particular privilégio isentará a Câmara Municipal do Porto de pagar a energia pelos preços a que a pagam outros distribuidores da mesma categoria, quando a letra e o espírito da lei se orientam para a unificação tarifária?

Analisemos agora a receita própria dos Serviços Municipalizados. No ano de 1950, as condições de exploração podem resumir-se como segue por kWh utilizado (venda mais iluminação pública):

Compra em alta tensão ($25,2 por kWh a dividir pelo rendimento da rede = 0,90) ..		$27,9
Despesas de exploração		$24,3
Despesas com a iluminação pública		$03,4
Encargos financeiros		$02,8
		$58,4
Receita da venda de energia	$55,5[56]	
Receitas auxiliares (entre outras a taxa fixa, mais conhecida por aluguer do contador) ..	$05,8	$61,3
Saldo		$02,9

Entre o preço médio de compra e o preço médio de venda do kWh há pois uma diferença de $30,8:

Preço médio de compra	$25,2 —	45%
Custo da distribuição	$30,8 —	55%
Preço médio de venda	$56 —	100%

Antes de prosseguir, uma observação importante. Tem-se atribuido grande valor à percentagem do custo da distribuição numa rede — 55% no caso presente — como forma de pesar a justeza das tarifas, e tem-se pretendido atribuir a essa percentagem, de rede para rede, uma fixidez que a prática desmente. É erro simplificar aquilo que não é simplificável.

Vejamos sumariamente as principais razões que destroem essa fixidez. Há no caso em análise um encargo de iluminação pública que em outras redes será maior ou menor, consoante o regime contratual com o respectivo município; há uma receita auxiliar que vale 10% do que se cobra na venda da energia, que nada garante se mantenha para todas as redes. Mas já não há neste caso capital a remunerar, nem impostos a pagar nem apoio térmico a manter. Por outro lado, nada significa comparar redes com volumes de venda muito diferente; e ainda quando sejam iguais nada de seguro se pode concluir sem analisar primeiramente qual o consumo e o comprimento de rede que cabem a cada consumidor. E não quero deixar de dizer que na percentagem do custo da distribuição influem ainda o valor absoluto do preço de compra, a atenção que se dá ao estado de conservação e eficiência da rede, o nível dos vencimentos que se pagam ao pessoal.

Julgo que as pessoas desapaixonadas terão concordado em que desprezar tantos factores de grande peso e querer meter todas as redes

[56] Correspondente a $56 por kWh vendido.

dentro de uma percentagem fixa de despesa, como quem faz bolos numa forma, é ter um poder de síntese para além do limite do bom senso.

Li há tempo que foi encarregada uma comissão de propor a simplificação do nosso sistema fiscal. Imaginemos por um instante que essa comissão, levando ao último extremo o seu papel, raciocinava assim: no ano corrente, a previsão de receita ordinária do Estado é de 4 748 milhares de contos; como os resultados provisórios do último recenseamento da população (1950) acusame 8 490 milhares de habitantes no continente e ilhas, a forma mais simples de obter aquela receita é substituir a actual variedade e complexidade de disposições tributárias por um imposto único e uniforme por cabeça: cada habitante pagará 558$00.

Toda a gente maior de 4 anos diria que isto era um disparate; as simplificações são ouro mas as grandes simplificações são erros dourados. Julgo inútil fazer comparações.

Voltemos à distribuição do Porto. Com o saldo líquido de $02,9 por kWh utilizado, os Serviços Municipalizados realizaram em 1950 o benefício de 2 394 contos, como já vimos, correspondentes a 83 milhões de kWh utilizados (79 vendidos e 4 consumidos na iluminação pública).

Poderá parecer aos menos atentos que a situação é de desafogo: fechar com saldo superior a 2 000 contos e não ter dividendos a pagar. Mas a realidade é diferente.

Antes de mais nada, registemos que para um activo de 160 000 contos não devidamente actualizado, o benefício anual de 2 000 contos é uma situação de tangência francamente precária, como se viu em 1949 e para quem compre por uma tarifa binómia, como dever ser e é o caso presente, uma quebra, mesmo pequena, do factor de carga, possível e inevitável, é bastante para engolir o saldo e criar mesmo uma situação de embaraço.

Mas há outro aspecto bem mais sério. O consumo de electricidade cresce, em toda a parte, em progressão geométrica, obrigando-a a ampliar no mesmo risco as instalações de produção e distribuição; uma rede eléctrica, como já foi notado, não pode comparar-se a uma loja que se mantém longos anos, senão sempre, com a dimensão com que foi montada; a rede, órgão de serviço público, obrigado a satisfazer quem se lhe apresente como consumidor, não só tem que servir hoje — tem que se equipar hoje para servir o consumo de amanhã, impressionantemente maior. Sem rede não há consumo e sem dinheiro não há rede. É por isso que as imobilizações dos Serviços Municipalizados no quinquénio 1946-50, que seguiu imediatamente o fim da guerra, aumentaram 85 000, dos quais 60 000 contos obtidos por empréstimo na Caixa Geral de Depósitos e o restante por força dos saldos e dos fundos de reintegração. Ora neste quinquénio, o consumo do Porto mais que triplicou, de 25 para 79 milhões de kWh; mas ainda que admitamos que no quinquénio seguinte apenas duplicará, o que equi-

vale a prever o aumento médio anual de 15%, que se tem como seguro, o investimento nesse período deverá fazer-se ao ritmo anual de 20 a 25 000 contos para se garantir com probidade, como até agora se tem feito e certamente todos desejam, a qualidade do serviço. E em política de verdade não se vê que possa ser de outra maneira.

Como obter em 5 anos 100 a 120 000 contos? Com saldos de 2 000 contos e com os fundos de reintegração já fortemente comprometidos pelos empréstimos actuais, o auto-financiamento não irá longe; a Caixa Geral de Depósitos afirma sem rebuço que não aumentará o volume dos empréstimos, porque não encontra nos Serviços condições de solvência; e no ano de 1951, para liquidar compromissos inadiáveis de compras de material, recorreu-se ao empréstimo de 5 000 contos do Fundo de Abastecimento — operação de ortodoxia discutível e de volume insignificante.

Só há uma forma de sair daqui: não persistir na teimosia de manter as tarifas que já não eram muito folgadas em 1938; e essa teimosia é tanto mais de censurar quanto é certo que as suas consequências só se fazem sentir com alguns anos de atraso. Só quando as deficiências forem largamente visíveis se pensará no caso; e então, num gesto rasgado, correr-se-á a salvar a cidade. Quando os jornais clamarem que o serviço é péssimo e os funcionários, descoroçoados, tiverem perdido o pudor profissional, quando forem precisos 2 ou 3 anos para repôr a rede nas condições de eficiência donde nunca deveria ter saido — dir-se-á que chegou a oportunidade. E comentar-se-á em termos severos a incapacidade dos Serviços.

Pareceria preferível prevenir a remediar; e o prevenir reside singelamente em criar os meios de obter capital, pela existência de saldos que assegurem os encargos — saldos tanto maiores quanto maior o gradiante do consumo.

Julgo que se o saldo aumentasse para a casa dos 6 000 contos — e não será grande para um património que deverá exceder dentro de meia dúzia de anos os 250 000 contos — se retomaria vida normal. O aumento médio das tarifas calcular-se-ia então como segue:

Para fazer subir o preço de compra do kWh de $25 para $35 ($10 por kWh comprado)	$11,1 por kWh utilizado
Para aumentar cerca de 4 000 contos a receita dos Serviços e arredondamento	$05,9[57] » » »
Total	$17 » » »

[57] Rigorosamente, em relação a 1950 haveria o aumento de receita de 4 650 contos e o aumento de despesa de 460 contos com a iluminação pública.

o que equivale a 30% de aumento sobre o valor de 1950 e conduz ao novo preço médio de venda de $73.

Aplicado este aumento à tarifa doméstica, como exemplo mais sugestivo, encontram-se os valores:

1º escalão	2$43
2º escalão	1$29
3º escalão	$31,5

Estes números apresentam o aumento de 43% sobre os valores de 1939; atendendo a que o poder de compra da moeda se reduziu a metade ou menos, há que reconhecer que o aumento é inferior a metade do que daria a variação proporcional, posição de franca vantagem para o consumidor, por se partir de valores que há 13 anos alguns consideraram, com exagero, anormalmente baixos, mas que eram, com verdade, apertadamente justos.

Se pensarmos que o 3º escalão da tarifa doméstica do Porto se situa, em relação ao nível dos outros escalões, sensivelmente abaixo da proporção média revelada pelo inquérito da UNIPEDE, atingindo valores que se não encontram noutro país da Europa com excepção da Inglaterra, será ocasião de corrigir um pouco esta desproporção, subindo-o, por exemplo, para o número redondo de $35.

Para dar ideia mais geral do sistema tarifário proposto, importa referir o que deverá passar-se quanto a duas tarifas importantes — força motriz em baixa e alta tensão — cujos valores são presentemente 1$04,5 (1º escalão) e $44,4 (média). Para subir estes números em proporção adequada e assegurar aos Serviços a receita prevista, deverá o sistema tarifário estabelecer-se como segue, nos seus valores de base:

Iluminação e usos domésticos	
1º escalão	2$20
2º escalão	1$40
3º escalão	$35
Força motriz em baixa tensão (1º escalão)	1$20
Força motriz em alta tensão (média)	$50

Por que terá sido reputado justo que o metro cúbico de água subisse de 1$70 para 2$50 e não o será passar o kWh de 1$70 para 2$20?

Como há interesse em melhorar o diagrama da cidade, cujo factor de carga tem subido lentamente e é ainda um pouco baixo, talvez devesse tentar-se instalar um sistema que desligasse o circuito dos aquecedores de água, para defender a hora da ponta, o que não prejudicaria ninguém por se tratar de aparelhos de acumulação; é sistema

adoptado em alguns países, que em 1938 não pareceu oportuno introduzir porque o consumo era mesquinho, mas que hoje, pelas grandes potências postas em jogo começa a merecer reflexão. A experiência mostra ainda ser aconselhável subir ligeiramente o tamanho do 1º escalão da tarifa doméstica.

A tarifa do Porto, assim estruturada, seria uma tarifa europeia; tal como está é um mau exemplo.

Para se ter ideia da grandeza dos números, reproduzo o valor médio actual do 1º e 3º escalões de tarifas domésticas em países da Europa de que tenho informações recentes, feita a conversão aos câmbios oficiais:

1º escalão	
Inglaterra (5 dinheiros)	1$70
França (25,75 francos)	2$15[58]
Suíça (33,20 cêntimos)	2$20
3º escalão	
Inglaterra (0,8 dinheiros)	$27
França (6,70 francos)	$55
Suíça (5 cêntimos)	$33[59]

Se pensarmos que na Inglaterra a produção e distribuição de energia se fazem nas condições favoráveis que vimos atrás, e não esquecermos que nos outros países se movimentam volumes de energia muitas vezes superiores aos que se registam entre nós, concluiremos que a tarifa doméstica proposta para o Porto não faz má figura entre as várias tarifas da Europa.

Uma útima nota sobre o assunto. Ficou dito repetidas vezes que o preço da energia de produção hidráulica acrescido de transporte deve computar-se hoje em $34, mas que, pela redução do encargo das linhas poderá aproximar-se de $29 dentro de 8 ou 10 anos se, como se previu, a rede de transporte movimentar nessa altura 1.200 milhões de kWh, e a situação dos preços não se agravar mais. Poderemos então contar com a melhoria de alguns centavos por kWh; mas é cedo para ajuízar como se deverão distribuir.

As reflexões feitas sobre o ajustamento das tarifas podem conduzir ao comentário de que o aumento de $10 por kWh no preço de compra pela Câmara do Porto, significa para as empresas distribuidoras que a alimentam um acréscimo anual de receita da ordem de 10 000 contos, para o valor actual do consumo; e como essas empresas vivem com

[58] Média de preços da iluminação doméstica e comercial, que em França têm valores diferentes.

[59] Média dos valores atribuídos na estatística suiça aos preços da energia para cozinha e aquecimento de água.

normal desafogo, poderia argumentar-se que aumentar preços para beneficiar companhias às quais esse benefício não se impõe como condição indispensável de vida, é acto contrário à economia e à política, e seria primeira vez que, nesta história, a economia e a política estariam de acordo.

Mas não é isso que se propõe, porque o autor destas linhas continua a ser a mesma pessoa que em 1937 labotou ardorosamente para conseguir o actual contrato do Porto e consequentes tarifas de baixa tensão, e que tem no seu activo outras acções semelhantes. O que se pretende é que se reveja a actual liberdade tarifária em alta tensão, o que a lei nº 2002 manda fazer mas não se faz, para evitar que se cometam a injustiça e o erro de ter a indústria, ou os pequenos distribuidores, a pagar a energia cara para que no Porto se façam bifes com energia a 24 centavos — hoej, seguramente, o preço mais barato da Europa.

O autor destas linhas aceitaria ainda que dessa revisão e justa ordenação tarifária — que teria a virtude de acabar com a actual liberdade contratual em alta tensão, de que nem sempre se faz uso moderado — resultasse algum benefício para os distribuidores, sob reserva de lhes ser imposto um programa de obras nas redes para lhes melhorar as condições de distribuição — do que muitas delas precisam. Seria no fundo uma vantagem para o consumidor, que aprecia ter bom serviço.

A doutrina parecerá discutível aos portuenses que defendem uma regalia, sem cuidarem de saber se é justa, com este grito apaixonado: «O terceiro escalão é nosso!.» Também eu, membro da antiga Junta, poderei alegar alguns direitos à famosa tarifa doméstica, não como usuário, mas como simples portador das ideias que me encantaram no congresso de Zurich.

É com a fraca autoridade que um título pode dar que me permito chamar errada e injusta à situação tarifária que teimosamente se mantém no Porto.

Ao propor-se a revisão das tarifas do Porto não se pretende acabar com uma injustiça para começar com outra. Pretende-se caminhar a pouco e pouco para a revisão tarifária geral que a lei determina mas se não faz, ninguém sabe porquê, e, simultaneamente, para a igualdade de tratamento de todos os consumidores semelhantes, princípio já velho na nossa legislação eléctrica — aquela santa igualdade que a tantos aflora na boca e que a má ventura da electricidade quer que em matéria de tarifas ande tão longe dos corações.

65 — AS TARIFAS DE LISBOA

Em Abril de 1951 pôs-se em vigor na rede de Lisboa um novo sistema tarifário como resultado da entrada em serviço da central hidroeléctrica de Castelo de Bode e da linha de transporte para Sacavém. Segundo as notícias então vindas a público (jornais de 11.3.1951), a

revisão de tarifas ocasionou a redução de 31 000 contos anuais no preço da energia vendida em Lisboa, como limite do que foi possível conseguir sem risco de imprudência; aceitemos o número, por falta de elementos que permitam ajuízar imparcialmente se é grande ou pequeno.

Segundo essas mesmas notícias, o preço médio de venda do kWh (alta e baixa tensão) ficou sendo de 1$02,6, número que igualmente se aceita como bom, apesar de superior ao valor atrás proposto para o Porto ($73), pois há na distribuição da capital maiores encargos, que a falta de elementos publicados não permite avaliar exactamente; há, em contrapartida, maior volume de venda em A.T.. Além disso, a tarifa degressiva doméstica, pelo uso do 3º escalão, fará descer o preço médio de venda com o andar dos anos, como se verificou no Porto, embora menos acentuadamente; há que contar com a existência do gás e com o preço daquele 3º escalão que será sempre superior ao do Norte.

A discordância com a solução lisboeta começa no critério com que os 31 000 contos foram repartidos para benefício das diversas tarifas. Essa repartição resume-se assim:

				Redução sobre os preços anteriores
46 milhões		Iluminação.....	22 400 contos	– 21,5% de redução
12	»	Força motriz em baixa tensão	1 400 »	- 9,0% » »
88	»	Força motriz em alta tensão	4 300 »	- 5,5% » »
16	»	Tracção, electroquímica e electrometalurgia.	400 »	- 4,2% » »
18	»	Estado e Câmara .	2 500 »	- 12,0% » »
180	»		31 000 »	

Salta à vista, no valor absoluto como no relativo, a parcela de benefício de 21,5% (que absorve quase 3/4 do total), atribuída à iluminação, posta a par da escassa vantagem, compreendida entre 4 e 9%, concedida às actividades industriais. Dizem-me que o facto se filiou em que da tarifa de luz beneficiaram 180 000 consumidores, enquanto nas tarifas industriais em alta tensão beneficiaram apenas uns 400; e que se reputou mais curial distribuir o grosso do benefício por muitos pequenos consumidores do que canalizá-lo para o bolso de 400 sujeitos.

Este critério levanta sérios reparos. Notemos, antes de mais nada, que os 400 sujeitos são 400 empresas industriais que consomem energia em alta tensão. Ora, e qualquer país, quando o Estado quer auxiliar a indústria para aumentar a produção e, portanto, o rendimento, ou

apenas, como forma de combate ao desemprego, concede a essa indústria uma ou algumas das facilidades clássicas — redução de impostos, matérias-primas baratas, redução do preço da energia, facilidade de capital, prémios de exportações — subida da pauta de importação, etc.; e como não se podem dar facilidades à indústria em abastracto, dão-se concreta e especificamente às empresas industriais. Não aceitar a legitimidade do empresário como personificação da indústria, ver na empresa um grupo de sujeitos que metem indevidamente os benefícios no bolso, sem vantagem para a produção, parece-me politicamente avançado; e, levado o raciocínio em linha recta, não conduz a outra conclusão lógica diferente da expropriação ou do confisco para o Estado. A coisa não parece constitucional.

Olhar desta maneira os 400 industriais, traz à memória o estribilho demagógico das 200 famílias que se dizia haver em França...

Por outro lado, o preço da luz em Lisboa, tendo passado de 1$90 para 2$50, com o cair do valor do escudo, sofreu uma redução efectiva de 35% e atingiu um nível que não pode reputar-se excessivo e que — importa notá-lo — a população se habituara a pagar. De facto, o aumento para 2$50, autorizado em 1945, já fora inferior ao que se poderia defender com bons argumentos, e fi-o para poupar a população a maiores despesas quando os seus proventos não tinham sido ainda razoavelmente ajustados; mas daí resultou, como sempre, que a empresa distribuidora se ressarciu naquelas tarifas de menor reflexo público, nomeadamente nos usos industriais. E consta que foi de 250.000 contos o que nos últimos 11 anos rederam a mais às tarifas de alta tensão.

Sabidos estes antecedentes, sabido, como vimos no nº 60, que o plano de electrificação não pode oferecer honestamente o embaratecimento da luz, nem foi feito para isso, pensa-se que se deveria ser mais discreto na redução que se fez limitando-a a $10 ou $20 e reservando o que sobrasse para aplicações mais úteis. O público recebeu desdenhosamente a redução de $50, entontecido pela propaganda da *electricidade barata*; teria recebido com igual desdém a redução de $10 ou $20 — e tudo continuaria na mesma calma, com a diferença de ficar melhor.

A Junta de Electrificação soube reagir, em 1938, à tendência de adular a multidão com a baixa do preço da luz, para lhe poder dar em troca benefícios mais longínquos, embora ela os não entendesse de caras. É por isso que a multidão é incapaz de governar; delega essa missão em pessoas que, por terem maior cultura, alcançam mais longe. Em 1951 não existiu o espírito de 1938; a Junta, que fez as tarifas do Porto, não apadrinharia as de Lisboa.

Vista a coisa de outra maneira e ponderada a escassez de capitais que está entravando, bem mais do que muitos julgam, o nosso desenvolvimento económico, o baratear indevidamente um artigo que, para

mais, pesa pouquíssimo no índice do custo de vida, faz lembrar o gesto de quem dispersasse fundos laboriosamente amealhados, atirando às mãos cheias para a rua moedas de 2$50. O gesto, ainda que espectacular, seria economicamente condenável.

O Estado tem dado exemplos de pensar assim, não fazendo retroceder o que já se tornou habitual no caminho de pagar tributos; o Estado Português sabe que não é dos mais exigentes e que as suas necessidades não têm fim. A contribuição para o Fundo do Desemprego, criada com objectivo bem determinado numa época de perturbação económica, não deixou de ser cobrada durante a guerra quando a febre do estanho e do volfrâmio, invertendo as posições, trouxe dificuldades por escassez de mão-de-obra; contribuir para o Fundo entrou nos movimentos automáticos da população que paga quase sem pensar nisso, alimentando uma espécie de receita do Estado que reune 120 000 contos por ano, com os quais o Ministério das Obras Públicas subsidia trabalhos em paralelo com as verbas do erário.

A contribuição para as Caixas de Previdência, que tem sido um dos temas mais controvertidos dos últimos anos, é outro exemplo da mesma orientação. Não discuto se é grande ou pequena, se é bem ou mal gerida, porque nunca estudei o assunto nem penso fazê.-lo; só sei que é a maior fonte de capitalização que tem existido neste País, mercê da qual se fazem obras de excepcional magnitude que, de outra forma, talvez nunca se chegassem a fazer. Deus conserve as Caixas, pelo que hão de representar como valor social e pelo que já hoje valem como instrumento económico.

Uma vez criado o hábito de pagar sem resmungar — e há-de-se chegar lá — não creio que o Estado se decida a reduzir as taxas da previdência, ainda que o mais sábio dos actuários venha demonstrar que pecam por excesso.

Por tudo isto se pensa que o reduzir demais, como se fez, o preço da luz em Lisboa, é a pior das soluções que se podiam escolher — salvo se se tiver a opinião de que foi um êxito político. Eu não tenho, mas nisso não risco. Julgo que seria preferível consumir esse dinheiro na melhoria das tarifas industriais (que estão longe de ser famosas) ou na criação de um fundo para ajudar as obras de electrificação — que não andam folgadas de dinheiro.

Não ficariam os consumidores domésticos da capital, por se baixar pouco o preço da luz, privados dos benefícios que o plano de electrificação especialmente lhes dedica: a criação da tarifa degressiva e da tarifa para pobres — esta última iniciada com êxito no caso do Porto.

A convicção de que o preço da luz é o valor que mais interessa ao consumidor doméstico é ilusão redonda em que caem os observadores superficiais. Nos meios atrasados quanto ao uso doméstico da electricidade, como ainda é Lisboa ou como era o Porto em 1938, o facto é real, porque a luz é o único consumo; mas ao projectar-se uma tarifa

degressiva, que tem a finalidade de estimular novas aplicações, precisamos libertar-nos da pequenez do presente e olhar rasgadamente para o futuro. Não o fazer é dar a impressão de que se projecta a tarifa por ser moda e não para ser eficaz.

O caso do Porto — e peço desculpa de abusar da citação — é eloquente. Em 1940 — primeiro ano completo do novo sistema — a quantidade de energia vendida no 1º escalão (luz) da tarifa doméstica foi de 77,5% do total desta tarifa, donde resultou que o preço médio de venda para usos domésticos foi de 1$47,3, isto é, muito próximo do valor do primeiro escalão (1$70). Dez anos depois, em 1950, o consumo no 1º escalão reduziu-se a 8,6% de todo o consumo doméstico, donde resultou o preço médio de $43,7, muito próximo, desta vez, do preço do 3º escalão ($24,2).

Os portuenses, mais evolucionados que os lisboetas nesta matéria, aprenderam nestes 10 anos que, quando se atinge certo grau de consumo, é o preço do 3º escalão que comanda o preço médio de venda; a diferença de um tostão no 1º escalão, em que o consumo não atinge 10%, não chega a dar um centavo no preço médio mensal. Por isso os do Porto clamam hoje, senhores da verdade que o uso lhes mostrou: *o 3º escalão é nosso!* Bem se importam eles com o 1º, que a Câmara mal avisada, tanto ambicionara reduzir em 1938! A história repete-se — e os homens, como sempre, insistem em não aprender.

Para prevenir um reparo, vou citar mais uns números. Dir-se-á que o aumento de consumo revelado nos usos domésticos do Porto é exclusivo dos ricos, e que os pobres serão, feitas as contas, os mais castigados no preço da luz por não chegarem a beneficiar dos escalões mais baixos.

Este comentário, se se fizer, não reflecte inteiramente a verdade. Por um lado, a tarifa doméstica especial (pobres) prevê o caso dos consumidores economicamente débeis; aplicava-se no Porto, em 1950, a 10 228 consumidores, com tendência para subir, ao preço de 1$10 por kWh. Por outro lado, a análise do que se passa na tarifa doméstica geral, mostra que a utilização do 2º e 3º escalões não é privilégio das casas grandes. Vimos que, na média da cidade, o consumo do 1º escalão em 1950 somou 8,6% do total, o que dá para os escalões baixos 91,4%; vejamos como esta percentagem varia com o tamanho das habitações. Nas casas onde geralmente mora gente abastada ou, pelo menos, vivendo com certo desafogo (10 divisões ou mais), o consumo do 2º e 3º escalões foi de 94% do consumo total; nas casas médias, de 6 a 8 divisões, esse consumo foi de 92%; nas casas pequenas, de 5 divisões ou menos, onde mora geralmente gente modesta, chegou a 88%. Comparando estes três valores, não se pode dizer que o 3º escalão (o 2º influi pouco por ser pequeno), não se distribui em perfeita democracia.

Acresce o facto curioso de 408 consumidores da tarifa de pobres terem pedido, entre 1945 e 1950, a passagem para a tarifa doméstica

geral, para beneficiarem da redução trazida pelos escalões, visto desejarem ter outros consumos além da iluminação.

Nas condições oficialmente aprovadas, as tarifas de Lisboa ficaram como segue, quanto aos seus principais valores:

Iluminação e usos domésticos	
1º escalão	2$00 por kWh
2º escalão	1$50 " "
3º escalão	$70 " "
Força motriz baixa tensão (1º escalão)	1$60 " "
Força motriz em alta tensão (média)	$70 " "
Tracção (média)	$57,2 " "
Electroquímica e electrometalurgia (média)	$53,2 " "

Estes dois últimos números são tão altos que os tomo como lapso e não lhes faço comentário. Observando os restantes, notamos que eles se afastam consideravelmente das proporções médias do inquérito da UNIPEDE, aparecendo favorecido o 1º escalão da tarifa de usos domésticos. Mantendo este e adoptando aquelas proporções, chegaríamos aos valores:

Iluminação e usos domésticos	
1º escalão	2$00 por kWh
2º escalão	1$33 " "
3º escalão	$40 " "
Força motriz baixa tensão (1º escalão)	1$00 " "
Força motriz em alta tensão (média)	$44 " "

Para manter aproximadamente a receita que se obtém com as tarifas oficiais, em relação ao ano de 1951, será necessário aumentar estes valores 25%, e assim chegaríamos a uma tabela em que o preço da luz voltava a cair, sem qualquer artifício, em 2$50. Mas se quisermos dizer que se baixou, aceito que se reduza para 2$40 à custa da força motriz e chegaremos então aos seguintes valores finais:

Iluminação e usos domésticos	
1º escalão	2$40 por kWh
2º escalão	1$60 " "
3º escalão	$50 " "
Força motriz baixa tensão (1º escalão)	1$30 " "
Força motriz em alta tensão (média)	$58 " "

E eis-nos chegados a um grupo coerente de valores que mantém quanto possível as proporções médias do inquérito citado e assegura a

receita das tarifas oficiais. Pode dizer-se que a modificação em relação a estas consiste essencialmente em transferir para as tarifas de força motriz o benefício que se deu um pouco forçadamente, à iluminação. E bem precisa seria essa transferência. Lisboa nunca teve tarifas de força motriz dignas desse nome e continua a não as ter presentemente; a redução que se fez, quase exclusivamente na iluminação, não está na lógica de uma política industrial que se diz existir.

O preço do 3º escalão da tarifa doméstica não intervém no valor da receita porque o consumo que lhe cabe é, ao presente, praticamente nulo. O preço oficial de $70 poderá manter-se nestes dois anos mais chegados, com a justificação de não deixar subir sem medida o consumo doméstico, antes de se dispôr dos segundos escalões em construção no Zêzere e do Cávado (Cabril e Salamonde); passado este período não deverá ser superior a $50 sob pena de não ter significado.

As proporções médias reveladas pelo inquérito da UNIPEDE, não são um texto de lei cominatório, mas são uma tendência donde se não deve fugir sem razões fortes. E a razão de se querer ter um gesto simpático, barateando a luz, quer parecer-me insuficiente para justificar que se continue a impôr a esta cidade uma política tarifária de usos industriais, pesadas para todas as actividades e inaceitável para algumas. O que sei de certeza, porque fui deles, é que os pioneiros da electrificação, quando começaram a batalhar há quase um quarto de século, não pensavam em perfeita concordância com as ideias oficiais presentes.

A base tarifária que acima se propõe para Lisboa, tem certa harmonia com a que se propõe para o Porto e com o esquema que serviu de exemplo no nº 57. Ambas se integram no preceito legal da uniformidade possível e nos melhores critérios de política tarifária, como instrumento que deve ser da política económica.

Alguns desvios, aliás pequenos que se notam entre elas, resultam da necessidade de ter em conta algumas situações anteriores e de não *esquecer* as condições diferentes em que se faz a distribuição nas duas cidades.

Os números apontados, diz-se mais uma vez, não pretendem ser rigorosos e não excluem alguns ajustamento necessários ou apenas aconselháveis; pretendem ser apenas uma ordem de grandeza a que foi possível chegar com os elementos incompletos de que se dispôs.

66 — REMATE

Na Base XXVI da lei nº 2002 ficou prevista a criação de uma comissão revisora de tarifas, constituida por representantes do Estado e das actividades interessadas, com o objectivo de propor periodicamente ao Governo as modificações oportunas nos regimes tarifários da electricidade.

A lembrança de criar este organismo nasceu da experiência. A fixação de tarifas em moeda corrente, como se fazia há 40 anos, revelou-se muito perigosa quando o escudo, a partir da guerra de 1914-18 começou aos trambulhões; a actualização indispensável à vida dos distribuidores, dependente de complicada mecânica administrativa, era extremamente morosa e sujeita aos azares da política ou à visão, por vezes facciosa, dos políticos. Houve mesmo casos de intransigência a roçar pela desonestidade.

Desta recordação triste nasceu a ideias das tarifas em ouro, como fórmula de obter o ajustamento automático; mas, além de que a correcção assim introduzida não é equitativa, outro facto veio tornar o sistema pouco prático: a interpretação dada ao famoso coeficiente 24,444, a que se refere o artigo ... do decreto nº ...[d] — origem, por motivos que não vêm para o caso, da mais perfeita confusão que jamais reinou neste País e sobre a qual se escreveram, em doutos pareceres, monumentos de literatura. As autoridades financeiras, que sabiam muito bem o que faziam, abstiveram-se de dar esclarecimentos e deixaram zoar a carvalheira; bom número de contratos de venda de energia ajoujava o poder judicial como último recurso das partes desavindas; e esta atmosfera de perturbação pareceu de eliminar quando se delineou a vida da electricidade futura.

Como solução mais justa que a das tarifas-ouro, enveredou-se ainda pela das fórmulas de ajustamento de preço em função de outros parâmetros, com ou sem participação do ouro, e entraram a servir de bitola as cotações do carvão *Best Admiralty Large* no *Western Mail*, o nível dos salários, os preços do cobre, do ferro, da lenha ou do óleo — toda uma teoria de artigos mais ou menos ligados ao custo da produção e distribuição da energia, em busca de um padrão justo e preciso.

Mas a realidade tem-se furtado sempre a obedecer à Matemática das mais sábias combinações paramétricas; há sempre razões particulares que invalidam em maior ou menor grau a rigidez das fórmulas; e deste saber de experiências feito nasceu o texto da lei: as tarifas serão expressas em moeda corrente e revistas periodicamente por uma comissão revisora. E pensou-se rodear esta comissão da autoridade e prestígio de um tribunal, através da autoridade e prestígio dos seus membros; pensou-se fazer respeitar nela todos os interesses, incluindo o interesse político de retardar os aumentos — interesse que também é legítimo quando não é exclusivista; e pensou-se que as suas decisões, sujeitas a homologação por despacho para terem força executória, nunca deixariam de ser sancionadas. Ter-se-ia assim dado unidade a questões que parecem dispersas e desviado o problema sempre ingrato das revisões tarifárias para um campo técnico, em que não se eliminava o peso das razões de Estado, antes se lhe dava acção discreta, como lhe convém.

[d] O autor não dá indicação do artigo nem do n.º do decreto.

Toda a pendente do raciocínio tende para o exagero quando não encontra, no seu plano, reacção que a modere; o domínio das tarifas de energia pela força política, como até hoje se tem feito, manifestando-se em soluções descontínuas, sem que se oiça a voz de um elemento de outra índole, não é uma situação definitiva nem é a forma de buscar soluções harmónicas — como quem diz de tolerância em frente de interesses opostos. É, ao contrário, a solução extremista por unilateral, a solução descontínua por falta da visão do conjunto. A razão de Estado só ganharia em nobreza se fosse um elemento de moderação na roda da discussão de outras razões — que nem por não serem de Estado deixam de ser atendíveis. E será dessa roda de todas as razões, permanente, fiel, harmónica, que sairá unidade e justiça para a revisão tarifária, de aspectos tão diversos mas tão interdependentes. E também sairá algum apreço pela técnica — o que não lhe fará mal.

Isto se pensou ao criar a comissão revisora de tarifas. Mas parece que se pensou mal, porque é precisamente ao contrário que funciona a mecânica das revisões dos últimos tempos.

Temos neste momento a aguardar solução geral e justa o problema, ainda em aberto, da revisão de tarifas por força da variação do nível de peços em relação a 1939. Há em suspenso um trabalho vasto, que não é tanto de aumentar os preços como de os equilibrar, porque na raiz desta revisão está o defender os que pagam dos que se habituaram a não pagar.

No seu discurso de 27 de Abril de 1943, o Sr. Presidente do Conselho ao referir-se à importância da orgânica constitucional na vida de uma Nação, refere-se à existência de certos órgão colectivos capazes de colaborar na conservação de um pensamento de Estado e na fidelidade à tradição. E cita exemplos: o Senado da República na Roma antiga, o Almirantado Britânico, a Cúria Romana[60].

Julgo que só ganharíamos em facilidade de viver, em apuro de civismo, em elevação espiritual, se conseguíssemos espalhar entre nós alguns órgãos, embora modestos de funções, mas fiadores de uma continuidade de doutrina, autodeterminados nos seus juízos e conceitos.

Não parece se encaminhem as coisas nesse sentido; o Terreiro do Paço, cada vez mais absorvente, faz lembrar certas plantas de fortes raízes que não deixam medrar o que nasce à sua volta. Os serviços autónomos industriais entram pouco a pouco na rotina das Secretarias de Estado; a organização corporativa cada vez se distingue menos de uma repartição oficial; as prerrogativas da Universidade já não passam de simples ironia; e a própria modesta função de regular com equilíbrio as bases, sempre instáveis, da tarifação da energia, em vez de emanar de um órgão próprio exerce-se na Arcada, em antagonismo com a letra e o espírito da lei, com prejuízo de questões mais altas e mais próprias, e

[60] Dr. Oliveira Salazar, *Discursos*, vol. III, pág. 390.

sem concorrer para o prestígio do local nem dos princípios da técnica tarifária.

Se é assim a bem da Nação, dou o dito por não dito. Mas é capaz de não ser.

No fundo, eu tenho muito mais confiança na solidez da política actual do que os seus mentores, porque creio firmemente que ela não precisa de fazer tropelias aos preços da electricidade para se mostrar virtuosa. Pelo contrário, eu e alguns como eu, é que começamos a descrer na virtuosidade dum sistema que se contenta com soluções de momento e desconhece os princípios de metodização e de técnica em que assenta a nossa formação.

Entre problemas de fundo e acidentes de superfície manda a doutrina dar preferência aos primeiros. Estabelecer no País um sistema de tarifário, lógico dentro da técnica actual, equilibrado para que tenha generalidade, adaptado ao nosso meio social e às nosas insofismáveis realidades económicas, é um problema de fundo que a lei nº 2002 mandou resolver e aplicar para substituir a confusão actual. Mudar ou não mudar as tarifas numa cidade, para fazer tagatés à população e calar os jornais locais, é um acessório, que pode ter seus encantos, mas a que se não deve dar precedência.

Se a verdade não exigisse sacrifícios não seria virtude.

COLECÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DO PENSAMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

A *Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português* é uma iniciativa editorial que visa possibilitar um mais fácil contacto, quer do público em geral, quer dos estudiosos das áreas das ciências sociais e humanas em particular, com obras desde há muito esgotadas ou com textos apenas disponíveis em forma manuscrita. Pretende-se com esta *Colecção* proporcionar um melhor conhecimento dos autores que no passado construiram as suas interpretações e análises sobre a realidade económica e social portuguesa.

Concepção e realização: CISEP (Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa).

Coordenador Geral: José Luís Cardoso.

Consultor Principal: Manuel Jacinto Nunes.

Patrocínio Financeiro: Banco de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian.

Editor: Banco de Portugal